



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Melissa Pereira Oliveri

A R-Existência do Campesinato frente à Expansão do Eucalipto-Celulose no Bolsão Sul-Mato-Grossense

TRÊS LAGOAS, MS

2025

MELISSA PEREIRA OLIVERI

A R-Existência do Campesinato frente à Expansão do Eucalipto-Celulose no Bolsão Sul-Mato-Grossense

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
Coorientação: Profa. Dra. Marine Dubos-Raoul

TRÊS LAGOAS, MS

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

MELISSA PEREIRA OLIVERI

A R-Existência do Campesinato frente à Expansão do Eucalipto-Celulose no Bolsão Sul-Mato-Grossense

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.
Coorientação: Profa. Dra. Marine Dubos-Raoul

Resultado: Aprovada

Três Lagoas, MS, 21 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
UFMS/CPTL

Profa. Dra. Maria Celma Borges
UFMS/CPTL

Prof. Dr. Danilo Souza Melo
IFMS

TRÊS LAGOAS, MS

2025

DEDICATÓRIA

Ao Nicolas, na esperança de que possa r-existir em um mundo onde os bens naturais essenciais à vida: a terra e a água, sejam direito e não ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente e acima de tudo, ao meu filho, Nicolas, por existir, pois eu precisava de você para me ensinar a resistir e para ver o mundo colorido pelos seus olhos. Somos coisa de alma e o sinônimo de felicidade, é você.

Agradeço aos meus pais, Ene e Marcos, por me oferecerem a estrutura e o suporte necessários para que eu chegasse até aqui. Em especial, à minha mãe, minha maior rede de apoio, e ao meu pai, por sempre insistir que eu me permita viver a vida que mereço e que sou capaz de alcançar por meio do conhecimento.

Sou imensamente grata às mulheres da minha vida. Aquelas que aliviam a maternidade e são minha rede de apoio, as que me criaram e moldaram, sobretudo minha mãe e minhas avós; e as que suavizam o peso do cotidiano por meio da amizade, compreensão e companheirismo. Em especial, agradeço àquelas que me orientaram durante meu processo formativo, tanto acadêmico, quanto militante. Tive a sorte, ou talvez a escolha (in)consciente, de ser guiada por mães pesquisadoras ao longo dessa trajetória de pesquisa. Às minhas orientadoras, da graduação e da pós-graduação, deixo meus mais sinceros agradecimentos, sobretudo por serem mulheres e mães, e assim, por compreenderem minhas limitações, me apoiarem e incentivarem, apesar das dificuldades, e por me inspirarem com suas vivências.

Especialmente à professora Rosemeire Aparecida de Almeida, por acreditar em mim e me motivar desde o momento que antecedeu o próprio processo seletivo da pós-graduação e por me tutorar durante a graduação, e durante todo o percurso, sendo ao mesmo tempo colo e puxão de orelha, por me ouvir com paciência, aconselhar com (MUITA) sabedoria e estar sempre presente, academicamente e pessoalmente, com carinho, respeito e, acima de tudo, com uma humanidade invejável e admirável. Por tudo isso, e por tanto mais, ela é, sem dúvida, uma das minhas maiores inspirações.

À minha coorientadora Marine Dubos-Raoul, por todo o apoio e ensinamentos, por se preocupar e me escutar, por me apresentar, encorajar e motivar a explorar novos métodos de pesquisa, que extrapolaram o meu habitual. Por me acompanhar em apresentações de trabalho, me inserir em projetos, estar presente e me fazer presente nos trabalhos de campo e, principalmente, por topa investigar cada uma das minhas inquietações. Sou grata, também, pela amizade construída ao longo desse percurso, que tornou o processo mais significativo.

Com muito carinho, agradeço à minha orientadora de Iniciação Científica e Monografia, durante a graduação em Geografia, professora Patrícia Helena Milani, por ter acreditado e apostado na minha primeira proposta de pesquisa, e pelo caminho que trilhamos juntas na Geografia, por

meio da pesquisa sobre gênero. Por ela, não consigo mais ver o mundo como antes, meu olhar geográfico hoje é o que é porque, lá atrás, ela me ajudou a construí-lo. Em qualquer espaço, território, lugar, região ou paisagem, sei que é preciso ter um olhar interseccional, e é a ela que devo essa compreensão. E, muito além disso, sou grata pelo carinho, pelo acolhimento e pela amizade construída ao longo dessa jornada.

Agradeço às mulheres que vieram antes de mim e abriram os caminhos que hoje percorro, sobretudo na ciência. E agradeço às que virão depois, e espero, sinceramente, poder contribuir em suas trajetórias de alguma maneira.

As amigas mais íntimas, minha eterna gratidão, somente palavras não seriam capazes de demonstrar meu agradecimento. São anos de risos e lágrimas, amor, carinho, alegria, tristezas, afeto, apoio, presença e, acima de tudo, lealdade. Em especial, às minhas amigas que me acompanham em todas as fases, sonhos e planos, as melhores tias para o meu filho, meu mais profundo agradecimento. São mulheres estudiosas e cientistas, e há um pouco de cada uma de vocês e de suas respectivas áreas nesta pesquisa: das exatas às humanas, da matemática à contabilidade, das ciências sociais ao turismo e da história à pedagogia. Isabela, Hanako (amiga/irmã), Mariá, Débora, Julia, Karen e Isadora, obrigada por contribuírem com este trabalho e, sobretudo, com a minha vida. O amor de amigas salva.

Ao Luiz, agradeço à companhia em dividir a vida e que a torna mais leve, feliz e amorosa. Agradeço pelo amor, afeto e cuidado.

Agradeço, também com imenso carinho, ao querido amigo e geógrafo Marcos César, que sempre me ouviu, me incentivou, acreditou, torceu genuinamente por mim e sempre me lembrou que ser quem eu sou, é muita coisa, e que devo continuar sendo cada dia mais, eu mesma. Obrigada por acreditar em mim todas as vezes que eu mesma não acreditei. Juntos, trilhamos a geografia afirmando com convicção de que ela deve ser construída também a partir das questões de gênero, e que resistimos porque existimos.

Com imenso carinho, agradeço às minhas avós, pelo amor, cuidado, suporte e força. Por me ensinarem a me impor, por me ensinarem sobre o amor, a dor e a luta. É com a coragem que nelas encontro inspiração que sigo.

À minha avó Mariene, por ser a alagoana mais arretada e a cangaceira mais persistente, justa até o fim, do tipo que não negocia o certo pelo errado. Com ela aprendi que não existe dificuldade grande o bastante para nos fazer desistir, e que somos o que somos antes, e acima, de qualquer homem.

À minha avó Bel, com todo o carinho, a querida Bel do PT, que desde muito cedo me politizou e me ensinou que a vida, mais do que luta, é luta política. E que, sem essa luta, nós,

sobretudo mulheres, não avançamos. É por ela que enxergo a sociedade como um palco de conflitos a serem enfrentados e transformados pela luta, durante toda essa pesquisa (e em toda a minha vida) eu ouvi sua voz dizer: “força e coragem”. Ela, que contrariou a própria família para estudar e se formar sendo mulher, depois formou e salvou tantas outras por meio da luta e do trabalho de base, ao lado do meu avô Giancarlo, que mesmo em outro plano, segue me inspirando a ser quem sou. Ainda bem que há em mim a persistência dos meus ancestrais.

Agradeço ao Mieczeslau Kudlavicz por ser guia no caminho da militância para além dos muros da academia, por ser fonte de conhecimento e referência viva. Por orientar, conversar, aconselhar, por me fazer rir, pensar e refletir, e sobretudo, elevar minhas expectativas. Por me ensinar sobre as sementes crioulas e, com elas, semear esperança. E, sobretudo, agradeço pelo carinho familiar.

Agradeço à CPT pelos ensinamentos, pelas oportunidades e por me reconectar com minhas raízes. O caminho da geografia e da militância agrária me levou à minha ancestralidade, que talvez passasse despercebida nessa trajetória, se não fosse esse reencontro profundo com minha história, proporcionados pela CPT.

Agradeço aos colegas de pós-graduação, pelas trocas de afeto e de conhecimento, pelos trabalhos de campo e pelos sufocos compartilhados. Sobretudo ao meu amigo Diego, que esteve muito presente desde quando entrei na pós graduação e com quem tive a oportunidade de aprender muito, de tirar infinitas dúvidas, de receber ótimas sugestões de leituras, por incentivar, motivar e acreditar, e também por todo o riso, mesmo em situações muito adversas. E não poderia deixar de agradecer ao meu amigo Denis, ao me inspirar a reafirmar que a geografia deve ser plural, acessível e comprometida com todas as formas de existência e expressão social.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, ao curso de Licenciatura em Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela possibilidade de transformar minha realidade através da educação.

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001, pela bolsa de estudos que possibilitou a produção deste trabalho.

Por fim, agradeço a mim, por não desistir

EPÍGRAFE

E tenho comigo pensado
Deus é Brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer
No ano passado.
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro...
(Belchior, 1976)

RESUMO

Esta dissertação analisa os processos de r-existência, resistência e recriação camponesa diante da territorialização do monopólio eucalipto-celulose no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, especialmente em Três Lagoas e Selvíria, com destaque para os conflitos fundiários e ambientais que marcam a região e que são relativizados pelo discurso hegemônico do desenvolvimento. Partindo da compreensão do campesinato como sujeito histórico que se recria pautado no trabalho familiar, o estudo investiga as formas pelas quais comunidades camponesas, especialmente assentados da reforma agrária, resistem à pressão exercida pelo avanço do agronegócio celulósico e da monocultura do eucalipto. O trabalho examina as contradições da estrutura fundiária brasileira, historicamente marcada pela concentração de terras, e discute como essa lógica se reproduz no contexto regional, agravando desigualdades sociais e ambientais. A partir da análise de dados quantitativos, de registros de campo e do diálogo com a literatura crítica sobre a questão agrária, concluiu-se que os camponeses reconstroem práticas cotidianas de permanência no território, enfrentam a violência estrutural e organizam formas cotidianas de resistência.

Palavras-chave: modo de vida, r-existência; impactos socioambientais; campesinato; monocultura.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the processes of re-existence, resistance, and peasant reinvention in response to the territorialization of the eucalyptus-pulp monopoly in the Rural Territory of the Southern Mato Grosso do Sul region (Bolsão), particularly in the municipalities of Três Lagoas and Selvíria. It highlights the land and environmental conflicts that characterize the region often downplayed by the hegemonic development discourse. Grounded in the understanding of the peasantry as a historical subject that continually reinvents itself through family-based labor, the study investigates how peasant communities, especially agrarian reform settlers, resist the pressures imposed by the expansion of pulp agribusiness and eucalyptus monoculture. The research examines the contradictions inherent in Brazil's land structure, historically marked by land concentration, and discusses how this logic is reproduced regionally, deepening social and environmental inequalities. Drawing on quantitative data, field records, and critical agrarian literature, the study concludes that peasants reconstruct everyday practices of territorial permanence, confront structural violence, and organize daily forms of resistance.

Key-words: way of life; re-existence; socio-environmental impacts; peasantry; monoculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico de conflitos por Terra (1995-2023) do caderno de conflitos no campo Brasil – 2023, da CPT (2024).

Figura 2: Tabela de Violência contra a ocupação e a posse (2023) do caderno de conflitos no campo Brasil – 2023, da CPT (2024).

Figura 3: Mieceslau Kudlavicz em discurso sobre a retomada da Política Territorial no Seminário Estadual de Desenvolvimento Territorial do MS, 2024.

Figura 4: Placa exposta nas instalações da empresa Eldorado Brasil, em Três Lagoas/MS.

Figura 5: Entrada da Eldorado Brasil, Três Lagoas/MS, com destaque para os slogans institucionais.

Figura 6: Quintal da minha avó: a beleza melancólica das araras.

Figura 7: Cerco do monocultivo de eucalipto no entorno de área cultivada por assentados no P.A Pontal do Faia – Três Lagoas/MS.

Figura 8: Mortandade de abelhas devido ao uso intensivo de agrotóxicos no cultivo de cana registrada no reassentamento Santana – Brasilândia/MS.

Figura 9: Imagem de drone evidenciando a proximidade da cana com o reassentamento Santana.

Figura 10: A monocultura de cana-de-açúcar vizinha de cerca do reassentamento Santana – Brasilândia/MS.

Figura 11: A monocultura de eucalipto vizinha de cerca do Projeto de Assentamento Alecrim – Selvíria/MS.

Figura 12: Trechos da Trilha do Macaco-Prego em Três Lagoas (MS), exemplificando a biodiversidade preservada do Cerrado.

Figura 13: Plantios homogêneos de eucalipto de Três Lagoas a Selvíria (MS), evidenciando a uniformidade estrutural e a baixa diversidade ecológica típica das monoculturas.

Figura 14: Lagoa secando no P.A Pontal do Faia.

Figura 15: Parte do quadro de temas materiais proposto no relatório de sustentabilidade (2024) da empresa Suzano.

Figura 16: Ponte com indícios de esgotamento hídrico na região de Selvíria/MS.

Figura 17: Trabalho de campo registrando a escassez dos recursos hídricos na região de Selvíria/MS, possivelmente causada pela monocultura de eucalipto nas proximidades.

Figura 18: Cachoeira no distrito rural de Garcias – 2011.

Figura 19: Cachoeira no distrito rural de Garcias – 2024.

Figura 20: Indícios de esgotamento hídrico em nascente/mina d'água, localizada no distrito de Garcias, Três Lagoas (MS).

Figura 21: Caminhão de carregamento de toras de eucalipto.

Figura 22: Placa de Reforma realizada pela Fibria, na Clínica de Ortopedia “Dr. Paulo Baccaro Filho” em Três Lagoas-MS.

Figura 23: Viveiro abandonado no P.A 20 de Março.

Figura 24: Do turismo aos doces nativos no chão do assentamento.

Figura 25: Um dos trajetos de trabalho de campo com acompanhamento dos camponeses na vasta monocultura entre Três Lagoas e Selvíria.

Figura 26: Agroflorestas nos assentamentos do Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense.

Figura 27: Resistir Plantando: Agroecologia frente ao avanço da monocultura.

Figura 28: “Pra não dizer que não falei das flores” (Vandré, 1968).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sistematização das entrevistas realizadas para o desenvolvimento da pesquisa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Série histórica decenal (1976 a 2025) de área total plantada de cana, soja e milho

Tabela 2: Número de estabelecimentos por área total: série histórica (1975 – 2017) – Mato Grosso do Sul

Tabela 3: Estrutura Fundiária do Brasil – IBGE – 2017

Tabela 4: Estrutura Fundiária do MS – IBGE – 2017

Tabela 5: Estrutura Fundiária do Território do Bolsão/MS – IBGE – 2017

Tabela 6: Estrutura Fundiária do MS – INCRA – 2018

Tabela 7: Estrutura Fundiária do Território do Bolsão/MS – INCRA – 2018

Tabela 8: Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação em Três Lagoas e Selvíria

Tabela 9: Série Histórica da População Urbana vs Rural no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de Localização do Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense.

Mapa 2: Mapa de Localização dos Municípios de Três Lagoas e Selvíria – Mato Grosso do Sul.

Mapa 3: Área plantada em eucalipto nos municípios do Mato Grosso do Sul em 2021 e localização das agroindústrias de eucalipto-celulose.

Mapa 4: Mapa de localização das agroindústrias Eldorado e Suzano.

Mapa 5: Mapa de distância das agroindústrias em relação às comunidades rurais e assentamentos.

Mapa 6: Mapa Brasil – Uso de agrotóxicos por quantidade utilizada nas regiões brasileiras (2012-2014) – elaborado por Bombardi (2017).

Mapa 7: Evolução do uso da terra no estado de MS entre 1993 e 2023.

Mapa 8: Mapa de localização de comunidades e assentamentos em Três Lagoas e Selvíria – MS.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área Total Existente de Eucalipto por Município do Borsão/MS.

Gráfico 2: Análise comparativa de área total existente de eucalipto por município do Borsão/MS entre 2013 e 2023.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP – Área de Preservação Ambiental
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaços Territórios
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GPI – Grande Projeto de Investimento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC - Movimento de Mulheres Agricultoras
MP – Medida Provisória
MS – Mato Grosso do Sul
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos
PES - Programa de Educação Socioambiental
PEVS - Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento de Cerrados
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SRA/MS – Superintendência Regional de Agricultura do Mato Grosso do Sul
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
SV – Selvíria
TL – Três Lagoas
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
VCP - Votorantim Celulose e Papel
WRM - World Rainforest Movement (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais)

Sumário

BANCA EXAMINADORA	3
DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS	5
EPÍGRAFE	8
RESUMO	9
ABSTRACT.....	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE MAPAS.....	15
LISTA DE GRÁFICOS.....	16
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	17
INTRODUÇÃO.....	20
METODOLOGIA.....	26
1: RAÍZES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DA FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO, DA LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	34
1.1 Colonização, propriedade privada e racismo estrutural na formação socioespacial brasileira.....	38
1.2 Gênero, raça e exploração: a divisão sexual e racial do trabalho no campo e na cidade	55
1.3 – A Estrutura Fundiária ontem e hoje: capitalismo rentista, modernização da agricultura e desigualdade territorial.....	68
2 - MODERNIZAÇÃO, CAMPESinATO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E RECORTE SUL-MATO-GROSSENSE.....	82
2.1 – Desenvolvimento para quem? A lógica seletiva da modernização.....	86
2.2 – Modo de vida camponês: trabalho, relação com a terra e reprodução social.....	94
2.3 – Dinâmica territorial da posse e do uso da terra no MS na última década censitária	115
3 – A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO EUCALIPTO-CELULOSE NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE.....	125
3.1 Contextualização geográfica e histórica do Território Rural do Bolsão	127
3.2 Territorialização do monopólio eucalipto-celulose.....	134
3.3 Educação sob hegemonia do capital: a função ideológica da pedagogia empresarial na territorialização do monopólio eucalipto-celulose.....	147
3.4 – Monocultura no campo e nas mentes.....	151

4 – OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO ...	152
4.1 Reordenamento do território sob a lógica da monocultura.....	153
4.2 Entre o campo e a cidade: os reflexos urbanos da monocultura de eucalipto	162
4.3 O cerco da monocultura: agrotóxicos e suas implicações no território.....	164
4.4 Impactos Socioambientais da Monocultura de Árvores: O Discurso Corporativo Versus a Realidade Local.....	180
4.5 Água: da Abundância à Escassez.....	185
4.6 O Discurso de Sustentabilidade e a Lógica do Capital	197
5 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA NO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE: ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA, RECRIAÇÃO E HORIZONTES AGROECOLÓGICOS	210
5.1 A saída dos jovens do campo	212
5.2 -Gênero e Subordinação: os efeitos da lógica patriarcal no campesinato.....	222
5.3 Ocupar, acampar, assentar: entrar e permanecer na terra como forma de resistência	236
5.4– Terra e liberdade	245
5.5 Permanecer é resistir: a existência camponesa como negação do avanço territorial do capital e suas formas de recriação e r-existência	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	267

INTRODUÇÃO

Na busca de um posicionamento crítico sobre os impactos gerados pela expansão do capitalismo no campo brasileiro, é essencial compreender a partir da dialética marxista que o Brasil foi estruturado em meio a contradição do sistema capitalista de produção, que é violento, desigual, exploratório e voraz. No caso brasileiro, um capitalismo atípico que para sua acumulação se nutre tanto do lucro como da renda fundiária, via concentração da terra - assunto que será melhor discutido no decorrer deste texto.

Esta concentração da terra gerou uma estrutura fundiária desigual desde o início da formação territorial do Brasil, em que se territorializou o capital e se desterritorializaram sujeitos sociais como povos originários e camponeses, que se reproduziram na terra a partir de suas próprias dinâmicas sociais. Portanto, é uma elite que se origina a partir da concentração da terra para controlar a sociedade em prol dos seus interesses de renda e lucro, enquanto no restante do país aumenta-se cada vez mais a miserabilidade e a violência. Essa estrutura fundiária concentrada foi tão bem arquitetada desde a América portuguesa, pois teve início no processo de colonização e se estende até o século XXI, sem perspectivas de mudanças efetivas a curto prazo. Com base na análise realizada por Silva (2014), é possível compreender que a origem da concentração fundiária no Brasil está diretamente relacionada à forma como se estruturou historicamente a política de apropriação territorial, desde o período colonial. A autora evidencia que sistemas como o de Sesmarias, embora inspirados em medidas que em outras realidades promoveram a pequena propriedade, no Brasil foram operacionalizados sob a lógica da exclusão social e da concentração de terras nas mãos de poucos. Essa lógica foi alimentada por critérios de concessão baseados no poder econômico e na mão de obra escravizada, o que resultou no fortalecimento de uma elite agrária e na institucionalização do latifúndio.

A incorporação da colônia ao mercado mundial com foco na produção de gêneros tropicais para exportação, consolidou um modelo agrícola extensivo, voltado à monocultura e sustentado pela exploração do trabalho escravo. Dessa forma, a estrutura agrária brasileira foi moldada por uma racionalidade excludente e subordinada aos interesses externos. Essa herança histórica permanece visível nas desigualdades no campo, pois as formas de apropriação territorial implantadas desde o período colonial não visaram a democratização do acesso à terra, mas sim, a sua mercantilização e concentração (Silva, 2014).

O estado de Mato Grosso do Sul é um exemplo desta dinâmica de concentração da terra articulada aos projetos econômicos. De início, o sul de Mato Grosso teve seu foco na agropecuária e, atualmente, soma-se aos interesses do agronegócio: dos grãos, dos agrocombustíveis e da

celulose. Teixeira e Hespanhol (2006) apontam que desde o processo de colonização a pecuária desempenha um papel relevante na estrutura produtiva no MS, de início o essencial era destinado ao abastecimento dos núcleos urbanos e depois se expandiu para outros mercados.

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado oficialmente em 1977, com instalação oficial em 1979, por meio da divisão do antigo estado de Mato Grosso. Desde sua origem, o novo estado manteve características estruturais marcadas pela forte presença do latifúndio e a concentração fundiária. Essa configuração permaneceu atrelada a um modelo econômico baseado nas monoculturas e na expansão do agronegócio, o que contribuiu para aprofundar desigualdades no campo e dificultar o acesso à terra por parte de pequenos produtores e populações camponesas. A partir da leitura de Silva (2014), é possível traçar uma relação direta entre os mecanismos históricos de concentração fundiária no Brasil, como o sistema de Sesmarias mencionados pela autora, e o atual processo de apropriação territorial em curso no Mato Grosso do Sul, especialmente no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense.

A estrutura agrária brasileira, fundada desde o período colonial sobre a exclusão dos camponeses e a formação de latifúndios, encontra continuidade nas formas contemporâneas de ocupação do território sul-mato-grossense, agora impulsionadas pela expansão do agronegócio e, mais recentemente, pela territorialização dos monopólios da celulose, que será discutida com mais detalhes ao decorrer deste trabalho.

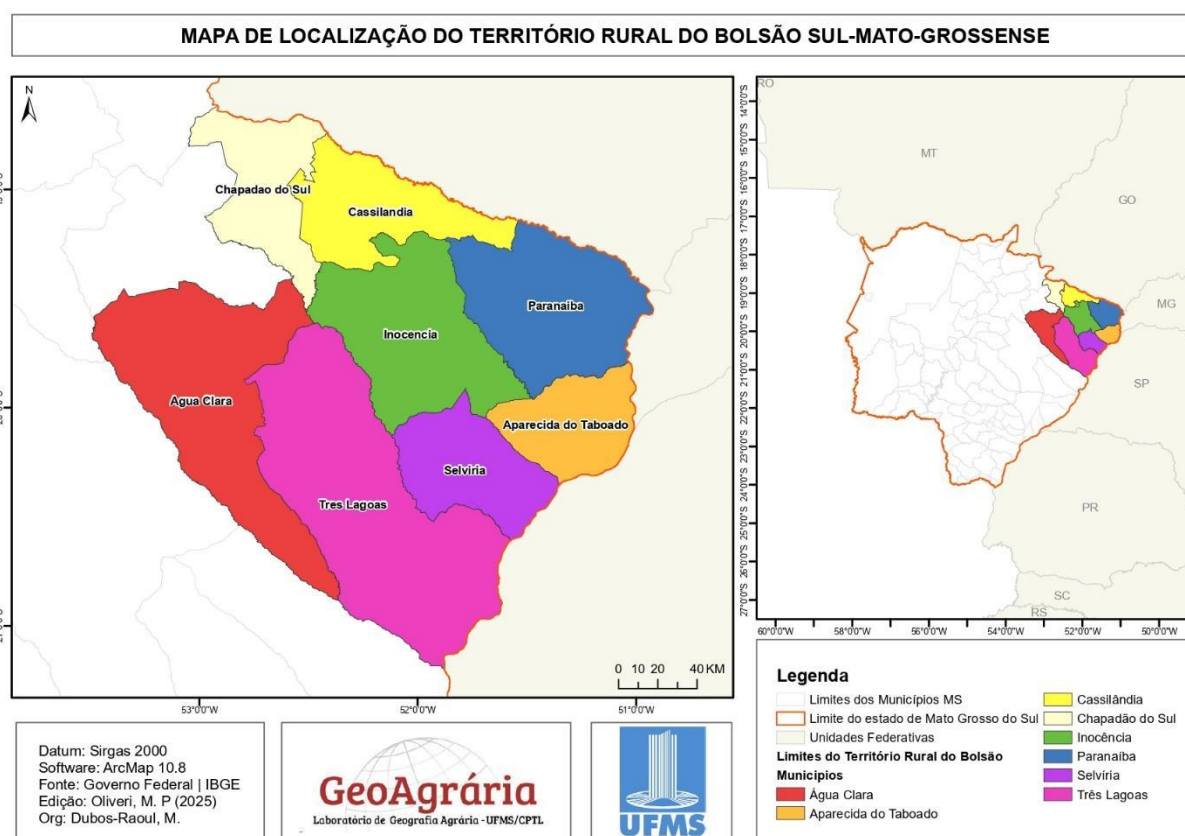
Especificamente no caso do Mato Grosso do Sul, o avanço das monoculturas, especialmente de eucalipto, e a implantação de grandes empreendimentos agroindustriais têm reproduzido, em novas escalas, o padrão histórico de concentração fundiária, expulsão e silenciamento das populações tradicionais. O Estado, que historicamente operou como mediador da apropriação da terra pelas elites, continua a desempenhar papel central nesse processo, seja por meio de incentivos fiscais, seja por omissão na implementação de políticas públicas de acesso à terra.

Assim como no período das Sesmarias, a ocupação contemporânea do território prioriza sujeitos com capital suficiente para manter grandes extensões de terra produtiva, hoje, voltadas sobretudo à exportação, em detrimento dos camponeses, que permanecem subordinados e marginalizados. A permanência desse modelo revela que o processo de territorialização do capital no MS não é uma ruptura com os processos do passado, mas sim, um conjunto de processos neoliberais, onde a terra segue sendo mercadoria e instrumento de poder, intensificando as desigualdades territoriais.

Pensando nesses processos supra mencionados, delimitamos a área de estudo desta pesquisa, qual seja o Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, localizado na porção leste

do estado de Mato Grosso do Sul, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contando com uma área de 45.929,9 Km², composto pelos seguintes oito municípios: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul, que juntos formam o chamado Território Rural do Bolsão, (Nardoque; Almeida, 2015), evidenciado no mapa a seguir.

Mapa 1: Mapa de Localização do Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense

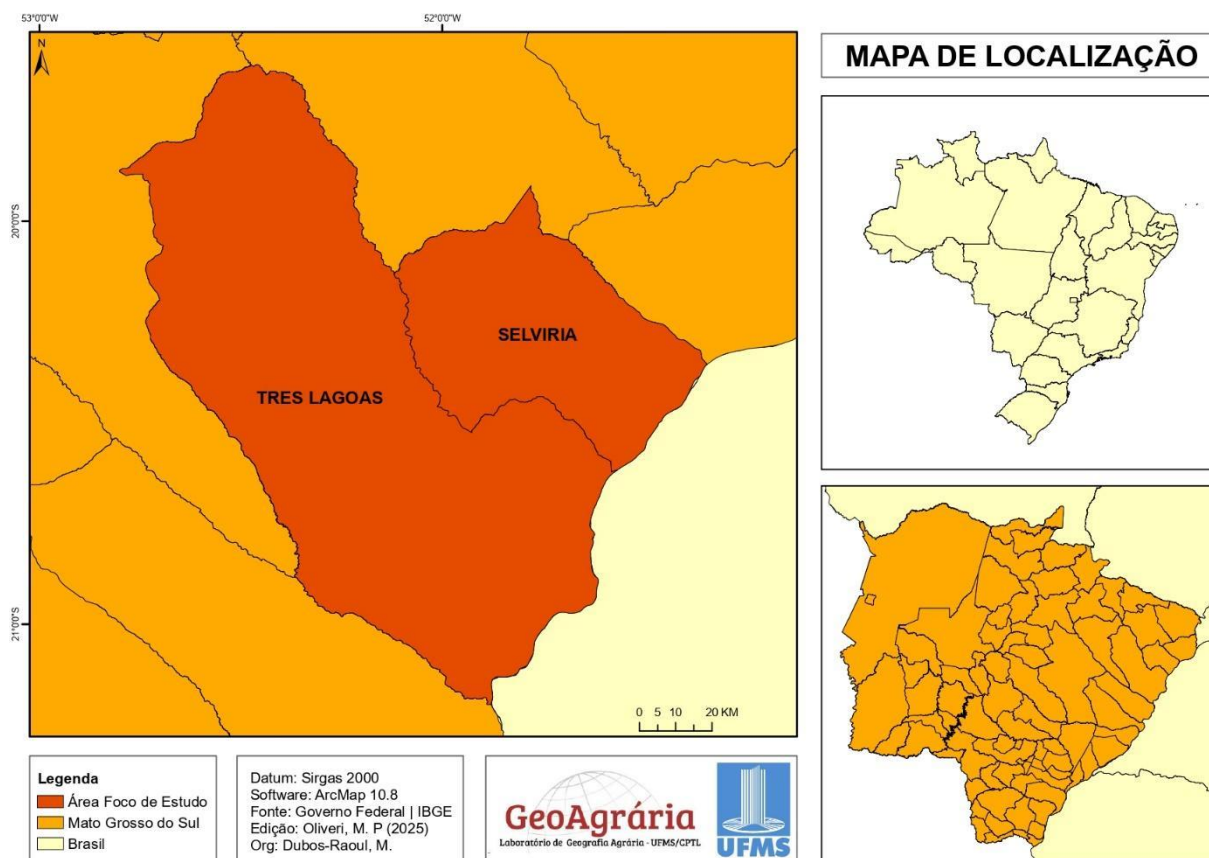


Fonte: Edição: Oliveri (2025); Org: Dubos-Raoul.

No entanto, para fins desta pesquisa, o recorte de campo será restrito aos municípios de Três Lagoas e Selvíria, por concentrarem de forma mais intensa os processos de territorialização do capital eucalipto-celulose, além de apresentarem perfis demográficos contrastantes: Selvíria, com o menor índice populacional da região, e Três Lagoas, que mantém o maior número de habitantes. Esses municípios foram escolhidos também por serem os dois municípios do território do Bolsão a terem Projetos de Assentamentos que se encontram na área de expansão do eucalipto. Nesses assentamentos foram realizadas entrevistas com famílias camponesas, cujas vivências e estratégias de resistência são centrais para a análise proposta, especialmente diante das denúncias feitas por esses camponeses à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sobre os impactos

socioterritoriais da monocultura de eucalipto. O mapa a seguir indica a localização dos dois municípios escolhidos para análise desta pesquisa.

Mapa 2: Mapa de Localização dos Municípios de Três Lagoas e Selvíria – Mato Grosso do Sul.



Fonte: Edição: Oliveri (2025); Org: Dubos-Raoul.

Trata-se, portanto, de uma escolha metodológica que privilegia a observação direta das contradições territoriais produzidas por esse modelo de desenvolvimento, e da permanência e resistência camponesa em meio a essas transformações, em uma região marcada por profundas transformações territoriais, especialmente a partir da reconfiguração das dinâmicas produtivas locais.

Atualmente, o Território Rural do Bolsão encontra-se no centro de um processo de territorialização do capital monopolista vinculado ao setor eucalipto-celulose, em que a rápida expansão do monocultivo de eucalipto vem substituindo a pecuária extensiva, outrora dominante, que já havia moldado uma estrutura fundiária concentrada e excludente. O avanço do eucalipto se insere, portanto, como continuidade e aprofundamento desse padrão histórico de apropriação da

terra, agora sob a lógica do agronegócio celulósico inserido no mercado global/capital internacional.

A presença limitada e pouca expressiva de movimentos sociais organizados de luta pela terra na região, aliada à forte atuação de incentivos estatais, como isenções fiscais, doações de áreas públicas e infraestrutura subsidiada, criou um cenário favorável à expansão das empresas do setor da celulose, especialmente a partir dos anos 2000. Esse processo transformou Três Lagoas no principal polo da indústria de celulose no Brasil, sendo oficialmente reconhecida como “Capital Mundial da Celulose” por meio da Lei Estadual nº 4.336, de 11 de abril de 2013, sancionada por Simone Tebet, então governadora de Mato Grosso do Sul e atual Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil (2024). Além de ser reconhecida como capital mundial da celulose, Três Lagoas passou a integrar oficialmente o “Vale da Celulose” em 2025, após sanção do governador Eduardo Riedel com base no Projeto de Lei nº 12/2025 proposto pelo deputado Pedro Caravina e aprovada pela Assembleia Legislativa.¹ A denominação reflete a centralidade que a atividade passou a ocupar na reconfiguração territorial da região, em que as consequências vão muito além de indicativos econômicos, alcançando dimensões sociais, ambientais e culturais.

No entanto, apesar de ser considerado desenvolvimento econômico, esse processo vem desencadeando uma série de impactos socioambientais que precisam ser destacados, sobretudo diante do atual cenário mundial de crise climática/ambiental. Por esses motivos escolhemos estudar o atual cenário agrário do estado de Mato Grosso do Sul, de forma específica o território do Bolsão, tendo como área foco os municípios de Três Lagoas e Selvíria. Portanto, neste trabalho, o foco central recai sobre a permanência, resistência e r-existência camponesa frente aos impactos impostos pela territorialização do agronegócio eucalipto-celulose.

Diante de um processo marcado por contradições e múltiplas formas de violência que vão desde a degradação da fauna, da flora e dos recursos hídricos do Cerrado (domínio morfoclimático predominante na área de estudo) até possíveis danos causados ao ambiente e à saúde humana pelos agrotóxicos, e impactos socioambientais que dificultam a reprodução do modo de vida camponês na região, buscamos compreender como os camponeses têm se mobilizado e recriado estratégias para permanecer em seus territórios.

A permanência/resistência, nesse contexto, emerge como expressão política diante do avanço de um modelo de desenvolvimento excludente, que compromete o modo de vida camponês e seus saberes tradicionais necessários à reprodução da vida no campo. Ela se configura não apenas como reação imediata aos impactos ambientais e sociais provocados pela monocultura, mas

¹ Assembleia Legislativa Do Estado De Mato Grosso Do Sul. **Governador sanciona lei de Caravina e oficializa o Vale da Celulose em MS.** 7 fev. 2024. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Noticias/142214/governador-sanciona-lei-de-caravina-e-oficializa-o-vale-da-celulose-em-ms#>. Acesso em: 3 ago. 2025.

também como uma afirmação da territorialidade camponesa, onde a relação histórica entre os sujeitos e o território se constitui como fundamento para a luta pela permanência. Esse enfrentamento incorpora práticas cotidianas de resistência que vão desde a manutenção da diversidade produtiva até a denúncia das violações sofridas, evidenciando a centralidade do campo como espaço de reprodução cultural, econômica e política, em contraposição à lógica produtivista e economicista imposta pelo agronegócio.

Compreendemos que existem dois modelos vigentes de agricultura na região analisada: a agricultura capitalista e a agricultura camponesa. Modelos que para Kudlavicz (2011) seguem em disputa territorial no estado de Mato Grosso do Sul. É no modelo da agricultura capitalista que nos deparamos com grandes porções de terra concentradas, sobretudo para monocultura e especulação, como será exposto ao longo desta pesquisa.

Destaca-se, o predomínio da monocultura de eucalipto no Território Rural do Bolsão-MS, onde concentramos nossas análises. No entanto, como já observado por Kudlavicz (2011), há no Bolsão outras formas de se relacionar com a terra e com a natureza, atribuindo-lhe outro sentido que não o capitalista, neste caso, estamos nos referindo aos agricultores familiares camponeses que se destacam por ter relações não tipicamente capitalistas no campo. Assim, por meio da investigação da forma como estas famílias vivem no campo do Bolsão buscamos revelar a possibilidade de um território e sociedade mais diversos e igualitários a partir do exemplo do modo de vida camponês, considerando que se trata de uma resistência marcada por ambiguidades porque tecida no bojo da hegemonia do agronegócio eucalipto-celulose.

1. OBJETIVO GERAL

Apreender as estratégias do campesinato para permanecer e r-existir na terra no contexto de expansão territorial capitalista do eucalipto-celulose no Bolsão Sul-mato-grossense.

1.1 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a formação socioespacial dos municípios de Três Lagoas e Selvíria em termos de estrutura fundiária e uso da terra.
- b) Compreender como a territorialização do capital eucalipto-celulose tem reconfigurado o uso da terra no Bolsão.

- c) Investigar as formas de resistência, permanência e recriação dos camponeses diante da lógica hegemônica do agronegócio eucalipto-celulose.
- c) Identificar os discursos e estratégias empresariais que legitimam sua presença no território e buscam silenciar os conflitos gerados, especialmente relacionados ao uso da água, agrotóxicos e perda da biodiversidade.
- d) Entender os caminhos da luta política camponesa para enfrentar os limites de sua reprodução social no território rural do Bolsão sul-mato-grossense.

METODOLOGIA

A escolha em estudar o estado de Mato Grosso do Sul (MS) no contexto de expansão do agronegócio eucalipto-celulose e resistência camponesa, se justifica em razão de seu papel significativo na realidade agrária brasileira. A estrutura fundiária do MS evidencia a persistente concentração de terras nas mãos de poucos, configurando um padrão hegemônico na complexa realidade nacional. Esse processo tem implicações profundas nas dinâmicas territoriais e ambientais, acarretando em desigualdades sociais, violências e impactos ambientais.

Neste sentido, qual seja, da monopolização da riqueza, destacam-se as vastas extensões de terras concentradas em poucas propriedades no estado, o que escancara a desigualdade fundiária, uma vez que a terra não está dividida de maneira democrática. Sua propriedade está sob domínio hegemônico do latifúndio e dos capitalistas do agronegócio e não dos camponeses que vivem, trabalham e precisam da terra. A predominância de grandes propriedades e a limitação do acesso à terra para camponeses e povos originários são aspectos críticos que moldaram/moldam historicamente a estrutura socioeconômica e a formação socioespacial do Mato Grosso do Sul.

Considerando que o foco deste estudo é a resistência camponesa frente aos impactos socioambientais provocados pela monocultura de eucalipto voltado à produção de celulose, foi selecionado como recorte de pesquisa o Território Rural do Bolsão-MS, região que tem sido prioritária para a expansão do agronegócio celulósico.

Os municípios de Três Lagoas e Selvíria foram selecionados para esta pesquisa não apenas por apresentarem expressivo avanço na expansão da monocultura de eucalipto na região do Bolsão sul-mato-grossense, mas sobretudo, porque nestes municípios há projetos de reforma agrária cercados pelos monocultivos, onde os camponeses têm se organizado para denunciar os impactos socioambientais provocados por esse modelo de produção. As comunidades rurais desses municípios estão denunciando, especialmente, escassez hídrica, possível contaminação por

agrotóxicos, perda da biodiversidade, processo de cercamento dos territórios camponeses e falta de apoio Estatal.

A pesquisa foi desenvolvida em diferentes frações do território, incluindo projetos de assentamento vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária e distritos rurais que concentram significativa população camponesa. Ao todo, foram realizadas 14 entrevistas distribuídas entre: Projeto de Assentamento Pontal do Faia, Projeto de Assentamento 20 de Março, Projeto de Assentamento Alecrim, Projeto de Assentamento Canoas e Projeto de Assentamento São Joaquim, todos formalmente reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conforme dados oficiais do órgão (BRASIL, 2017), além dos distritos rurais de Arapuá e Garcias, cujos moradores também vêm denunciando os efeitos negativos da expansão do eucalipto sobre suas condições de vida, trabalho, reprodução social e ambiente. O quadro a seguir demonstra a sistematização das entrevistas.

Quadro 1: Sistematização das entrevistas realizadas para o desenvolvimento da pesquisa

Entrevistas	Assentamento/Distrito Rural	Município	Data da Realização
1	P.A São Joaquim	Selvíria/MS	06/03/2024
2	Arapuá	Três Lagoas/MS	24/04/2024
3	P.A 20 de Março	Três Lagoas/MS	24/04/2024
4	Garcias	Três Lagoas/MS	03/05/2024
5	P.A Canoas	Selvíria/MS	20/05/2024
6	P.A Canoas	Selvíria/MS	20/05/2024
7	P.A Canoas	Selvíria/MS	20/05/2024
8	P.A Canoas	Selvíria/MS	20/05/2024
9	P.A Canoas	Selvíria/MS	20/05/2024
10	P.A Canoas	Selvíria/MS	20/05/2024
11	P.A Pontal do Faia	Três Lagoas/MS	13/03/2025
12	P.A Pontal do Faia	Três Lagoas/MS	13/03/2025
13	P.A Pontal do Faia	Três Lagoas/MS	13/03/2025
14	P.A 20 de Março	Três Lagoas/MS	09/07/2025

Fonte: Autora (2025).

A realização dos trabalhos de campo foi em conjunto com os integrantes do Laboratório de Geografia Agrária, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Os procedimentos de pesquisa envolvem a produção de dados primários via aplicação de entrevistas semiestruturadas com os camponeses, preferencialmente o público da reforma agrária, compilação e análise de dados secundários do INCRA, IBGE, CONAB e CPT, bem como a análise de imagens de satélite e elaboração de mapas. Foram realizados diversos trabalhos de campo, todos em conjunto com os integrantes do laboratório de Geografia Agrária da UFMS/CPTL, um trabalho em questão, teve a participação de repórter alemão que estava fazendo uma reportagem para um jornal da Alemanha, sobre a monocultura de árvores. Assim, algumas perguntas já estavam pré-estabelecidas, mas em grande parte da entrevista os sujeitos ficaram à vontade para darem seus relatos. Questionamos sobre o tempo em que viviam no lote, as mudanças e possíveis impactos percebidos por eles em relação a presença da monocultura de eucalipto, ao longo do tempo. Também levantamos questões sobre trabalho familiar, trabalho fora do lote, e se a produção seria para comercialização ou para autoconsumo.

É de suma importância mencionar que, apesar de sistematizar no quadro numericamente as entrevistas, no decorrer do texto as/os entrevistadas/os não são identificadas/os, ou seja, a entrevista é apresentada como no exemplo a seguir: “Trecho de entrevista concedida à autora no P.A. Pontal do Faia, 2025”, preservando, assim, a integridade das(os) entrevistadas(os) que já se colocam em risco ao aceitarem contribuir com a pesquisa e expor os impactos de um modelo dominante e hegemônico.

Na maioria das entrevistas foi possível a gravação, mas algumas puderam ser registradas apenas por meio de anotações, já que as(os) camponesas(es), por receio de represálias, não autorizaram a gravação de suas vozes ao denunciarem os impactos socioambientais da monocultura do eucalipto, mesmo se apresentando voluntariamente para denunciar esses impactos. Além disso, há diversos relatos significativos que trazem reflexões a respeito das práticas cotidianas de resistência, mesmo daqueles que não expuseram impactos socioambientais da monocultura de eucalipto. E ressalta-se que por questões de saúde, da autora e da/o entrevistada/o, na data 09/07/2025 a entrevista foi realizada de forma online, sem prejuízo da vasta riqueza de reflexões.

Os municípios selecionados para o estudo no Borsão-MS atenderam os seguintes critérios de seleção: concentração da terra, expansão da silvicultura, reforma agrária, experiências de agroecologia e, principalmente, conflitualidade, permanência e resistência/R-existência camponesa. Dessa forma, é de suma importância uma associação entre a metodologia quantitativa e qualitativa, sobretudo nas áreas de foco, a partir de entrevistas e observações com esses sujeitos

sociais que compõem o espaço e são afetados pelas dinâmicas que estruturam a sociedade brasileira de forma tão desigual e violenta.

Em concordância com Shanin (2008), acreditamos que o estudo dos camponeses é essencial para a sociedade brasileira, uma vez que:

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisa que não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. (Shanin, 2008, p.28).

Partimos do pressuposto de que a análise de números isoladamente não é capaz de evidenciar as opressões sofridas por esses sujeitos sociais, nem mesmo suas formas de resistência na terra. A fim de favorecer ainda mais as análises, além dos dados obtidos a partir do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também buscamos outras fontes, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATAUTA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para a pesquisa de dados, associando as leituras e fichamentos bibliográficos aos trabalhos de campo para registros de relatos e produção de memorial descritivo dos lotes.

Para atingirmos essa proposta, utilizamos técnicas quantitativas e qualitativas, incluindo análise de dados secundários, coleta e análise de dados primários, revisão bibliográfica, entrevistas, observações e trabalho de campo. No que tange aos procedimentos quantitativos, fizemos uso de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Banco de Dados das Lutas por Espaços e Território (DATAUTA), além da utilização de imagens de satélite, de imagens fornecidas pelo Drone DJI Phantom 4 RGB possibilitados por um colega do curso de Geografia UFMS/CPTL, e dos softwares ArcGIS e pela plataforma MapBiomias.

Os mapas de localização foram desenvolvidos por meio do ArcMap, uma das interfaces do ArcGIS, que é uma plataforma de geoprocessamento amplamente utilizada para criação, análise e gestão de dados espaciais. A organização dos dados utilizados para composição dos mapas foi fruto de um longo processo de sistematização, resultado de anos de pesquisa e coleta de informações coordenados pela coorientadora desta pesquisa, Marine Dubos-Raoul. Durante o processo de elaboração dos mapas que compõem esta pesquisa, foram utilizados diferentes shapes

e plataformas, conforme os objetivos analíticos de cada representação cartográfica. Inicialmente, empregou-se o shape com os limites dos estados do Brasil, ao qual foram sobrepostas camadas sucessivas, incluindo os limites do estado de Mato Grosso do Sul, os municípios que o compõem, com destaque para Três Lagoas e Selvíria. Em alguns casos, foi adicionada também a camada referente ao território do Bolsão e às indústrias de celulose presentes na região (Suzano e Eldorado Brasil), possibilitando a visualização das sobreposições territoriais e dos processos de ocupação produtiva.

Para análises mais detalhadas, utilizaram-se shapes específicos de comunidades e assentamentos rurais, classificados de acordo com suas definições e inseridos no contexto dos dois municípios em questão. Complementarmente, recorreu-se à plataforma MapBiomas para a construção de mapas de uso e cobertura da terra, selecionando as categorias pertinentes ao recorte espacial, como agricultura, agropecuária, silvicultura, vegetação nativa, áreas urbanizadas e corpos d'água, com análise temporal decenal, iniciada em 1993. A combinação desses elementos cartográficos permitiu a construção de representações visuais integradas, que evidenciam os processos históricos, produtivos e sociais do território analisado.

No caso do mapa de uso e cobertura da terra, utilizou-se a plataforma MapBiomas com recorte para o estado de Mato Grosso do Sul e seleção das principais classes temáticas relacionadas à pesquisa. Optou-se pela utilização de capturas de tela (prints) diretamente da plataforma, considerando que, embora existam formas mais técnicas e completas de acesso e download aos dados, essas ferramentas demandam conhecimentos específicos que não foram aprofundados no decorrer da pesquisa. Assim, recorreu-se a um método mais acessível, sem prejuízo à análise proposta.

Porém, por querermos apreender a realidade dos sujeitos que compõem o espaço analisado, utilizamos a metodologia qualitativa para registrar os relatos da população que vive nestas regiões de monocultura, ou seja, a metodologia qualitativa, em grande parte, se volta à abordagem das experiências socioespaciais das pessoas, suas vivências, opiniões e pontos de vista.

A abordagem qualitativa, por meio de entrevista semi-dirigida, apareceu para os Geógrafos como o método mais adequado para coletar discursos e interceptar as categorias utilizadas pelos entrevistados para definir a relação espaço-sociedade, saindo do positivismo para entender objetos ideais/subjetivos e linguísticos (BULOT; VESCHAMBRE, 2006). Os sujeitos são testemunhas do seu cotidiano e, conseqüentemente, de seus territórios e, por isso, os mais aptos a falarem sobre as suas mudanças e a respeito dos processos de legitimação e apropriação do espaço que estão em jogo. Nesse sentido, a análise de discurso permite captação dos problemas e jogos em termos de relações de poder que denotam os elementos subjacentes às dinâmicas de reorganização territorial. (Dubos-Raoul; Almeida, 2022, p.53)

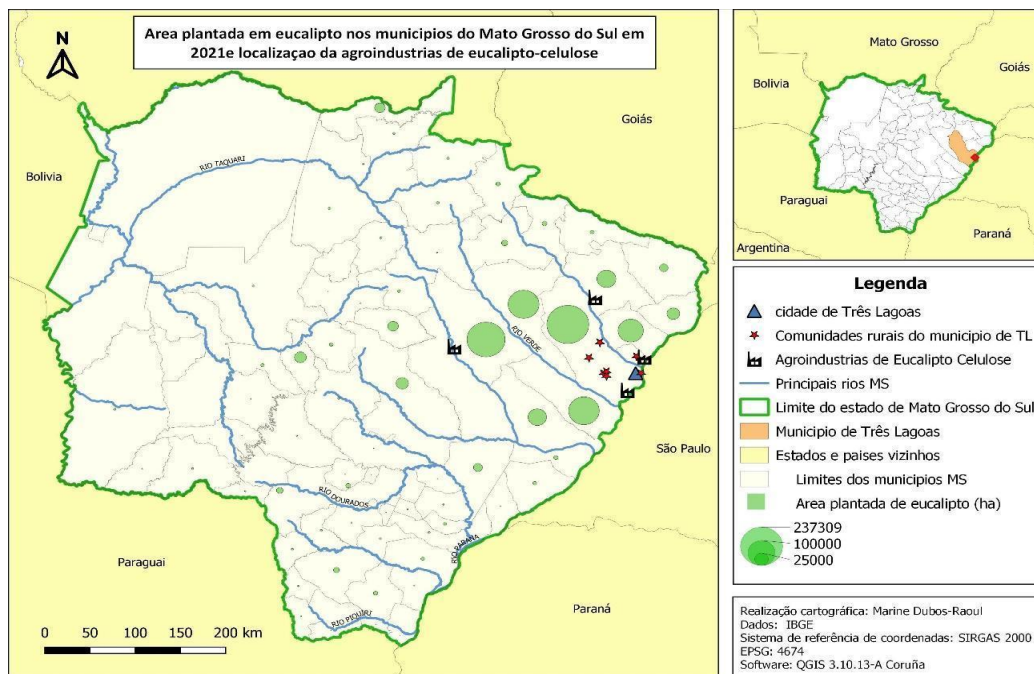
A entrevista de história oral distingue-se por seu caráter vivaz e pessoal. Segundo Alberti (2004), ela nos permite escutar o passado por meio da experiência concreta de sujeitos que o vivenciaram, atribuindo à narrativa uma dimensão sensível e particular. Como a autora observa, “ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em contínuo”, já que as descontinuidades históricas parecem ser “recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos” e assim, torna-se “interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim!” (Alberti, 2004, p.14).

Esse processo narrativo, segundo a autora, é comum a todas as formas de relato, mas muitas vezes negligenciado nas fontes orais. A linguagem, ao cristalizar imagens e significar novamente as experiências, exerce papel ativo na construção do sentido histórico, sendo mais ou menos bem-sucedida na medida em que consegue expressar com profundidade os sentidos vividos por quem narra (Alberti, 2004). Assim, o trabalho com a história oral, para Alberti (2004) consiste em:

Gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a narrativa. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse trabalho da linguagem em cristalizar imagens que remetem a, e que significam novamente, a experiência é comum a todas as narrativas - e sabemos que algumas vezes é mais bem-sucedidas do que outras - mas ainda não temos dado a devida atenção para esse trabalho da linguagem nas chamadas "fontes orais". (Alberti, 2004, p.78).

A partir da metodologia qualitativa, trabalhando com fontes orais, realizamos trabalhos de campo, entrevistas e observações. A região escolhida para análise foi o Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul, que é composta pelos seguintes municípios: Água Clara; Aparecida do Taboado; Brasilândia; Cassilândia; Chapadão do Sul; Inocência; Paranaíba; Santa Rita do Pardo; Selvíria e Três Lagoas. A expansão da monocultura de eucalipto e a localização de comunidades rurais (como assentamentos e distritos rurais), evidencia a presença de lógicas distintas de uso da terra e reforça a importância de investigar como se dá a resistência camponesa frente à territorialização hegemônica do monopólio celulósico. O mapa a seguir apresenta a distribuição da área plantada com eucalipto nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2021.

Mapa 3: Área plantada em eucalipto nos municípios do Mato Grosso do Sul em 2021 e localização das agroindústrias de eucalipto-celulose.



Fonte: IBGE. Edição e Organização: Dubos-Raoul (2021).

Como mencionado anteriormente, o mapa apresenta a distribuição da área plantada com eucalipto nos municípios do Mato Grosso do Sul em 2021, destacando especialmente o município de Três Lagoas. Observa-se que as maiores concentrações de plantio estão localizadas na região leste do estado, com círculos verdes maiores indicando extensas áreas cultivadas, principalmente próximas aos rios e à fronteira com o estado de São Paulo. Essa localização fronteiriça, além de favorecer a logística e o escoamento da produção, também reforça a escolha dos municípios de Três Lagoas e Selvíria como recorte deste estudo, uma vez que são territórios estratégicos tanto para a expansão do agronegócio da celulose quanto para a análise das dinâmicas territoriais e das resistências camponesas que se configuram nesse contexto.

Localizados no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, os municípios de Três Lagoas e Selvíria possuem uma posição estratégica por estarem diretamente conectados ao estado de São Paulo, tendo como limite natural o Rio Paraná. Três Lagoas faz fronteira com o município paulista de Castilho/SP, e proximidade com o município de Andradina/SP, enquanto Selvíria faz divisa com Ilha Solteira/SP, por meio da barragem da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, e, em parte, com Santa Fé do Sul. Essa configuração fronteiriça não apenas favorece o escoamento da produção, especialmente de eucalipto-celulose, como também evidencia a centralidade desses territórios na lógica de integração econômica entre Mato Grosso do Sul e São Paulo. Ao mesmo tempo, essa posição reforça a pressão sobre o território camponês, que convive com os efeitos da

expansão da monocultura e com a intensificação dos processos de desterritorialização e reconfiguração do uso da terra na região.

Além disso, o mapa identifica a presença de agroindústrias de eucalipto-celulose, representadas por ícones de fábricas, que se concentram também nessa região, evidenciando um forte polo agroindustrial do setor da celulose e eucalipto. Os municípios com maior plantio estão próximos a comunidades rurais (marcadas por estrelas vermelhas), o que sugere possível impacto direto dessas monoculturas sobre os territórios camponeses, especialmente em Três Lagoas - situação que tem se confirmado pelos relatos dos camponeses da região em questão. Essa concentração da terra evidencia a relação entre a expansão da monocultura do eucalipto e a dinâmica socioeconômica local, incluindo pressões sobre os recursos naturais e sobre o modo de vida camponês.

1: RAÍZES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DA FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO, DA LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Rompi tratados, traí os ritos
Quebrei a lança, lancei no espaço
Um grito, um desabafo
E o que me importa é não estar vencido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos
Meu sangue latino
Minha alma cativa
Ney Matogrosso, na canção “Sangue Latino” (João; Mendonça, 1973).

A canção “Sangue Latino”, interpretada por Ney Matogrosso, evoca a dor, a resistência e a força de um sujeito marcado por processos históricos de opressão, mas que se recusa à derrota, muito bem expressa pelo artista, que evoca resistência só de existir. O grito lançado, a alma cativa e os caminhos tortos revelam não apenas uma trajetória individual, mas ecoam experiências coletivas de luta, apropriação e exclusão que atravessam a história da terra no Brasil, sobretudo pela estrutura pautada na terra e nos corpos cativos, ainda assim, é com nosso sangue latino que resistimos. Ao abrir este capítulo, a citação, em forma de poesia, dialoga diretamente com a formação histórica do latifúndio e com as resistências camponesas, marcadas por rupturas, insubmissões e construções de pertencimento que se inscrevem no espaço geográfico e nas relações sociais que o conformam. Trata-se, portanto, de um chamado à leitura crítica dos processos que territorializaram desigualdades e forjaram sujeitos em permanente luta por dignidade, reconhecimento e autonomia no campo brasileiro.

A estrutura fundiária brasileira é expressão de processos históricos e geográficos profundamente enraizados desde o período colonial. A consolidação do latifúndio, marcada pela concentração da terra em grandes propriedades, não resulta apenas de escolhas políticas e econômicas daquele contexto espaço-temporal, mas também da reprodução de uma lógica excludente e seletiva que, historicamente, privilegiou a propriedade privada em detrimento do uso coletivo, da função social da terra e da segurança e soberania alimentar - está última compreendida por Altieri (2010, p.24) como o direito de cada nação ou região de manter e desenvolver sua capacidade de produzir alimentos básicos com diversidade de cultivos.

Esse modelo fundiário estruturou uma dinâmica territorial profundamente desigual, na qual camponeses, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais foram marginalizados por parte da sociedade, submetidos à expropriação, e à negação do acesso à terra e à outros impactos sociais. Trata-se de uma configuração que perpetua, até os dias atuais, assimetrias territoriais, além de ser

fator central dos conflitos agrários no país. Como bem sintetiza Oliveira (2003, p. 114), “no Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”, evidenciando como as dinâmicas do capital se articulam à preservação do latifúndio, atualizando antigas formas de dominação territorial sob novas lógicas do mercado.

De acordo com as análises de Camacho (2011), entende-se que desde o período colonial, a concentração fundiária no Brasil foi promovida pelas classes dominantes, iniciando-se com a distribuição de extensas terras por meio das capitanias hereditárias e depois sesmarias, que privilegiavam a elite nobre e permitiam a transmissão hereditária dessas áreas. A promulgação da Lei de Terras de 1850 (que será analisada mais adiante), durante o reinado de D. Pedro II, reforçou essa estrutura ao estabelecer a compra como requisito para aquisição de terra, restringindo o acesso à propriedade e mantendo a dependência dos ex-escravos e imigrantes europeus como força de trabalho subordinada, assim, esse modelo fundiário excludente, aliado às práticas de grilagem, contribuiu para consolidar uma elevada concentração de terras nas mãos de poucos. (Camacho, 2011).

A consolidação dessa estrutura fundiária está intrinsecamente ligada ao modo como a terra foi ocupada e apropriada historicamente, estabelecendo relações de poder que excluíram grande parte da população do direito à terra. E é assim que “o Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou” (Oliveira, 2003, p.127).

Além disso, é fundamental compreender que a concentração fundiária no Brasil não se limita a um problema meramente econômico, mas se constitui enquanto uma questão estrutural, de caráter geopolítico e socioterritorial. A terra, nesse contexto, não é apenas meio de produção, mas também espaço de poder, de identidade e de reprodução da vida. A apropriação privada da terra operou, historicamente, como um instrumento de controle sobre os territórios e sobre os corpos, servindo aos interesses das elites econômicas, que moldaram a organização do espaço conforme suas necessidades de acumulação. Isso explica por que a luta pela terra no Brasil se associa à luta pela dignidade, pela autonomia e pela transformação das estruturas sociais profundamente desiguais e violentas, bem por isso que Oliveira (2003) evidencia a barbárie que ocorre no campo brasileiro.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um

pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa à economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros. (Oliveira, 2003, p.114).

A transição para o capitalismo no campo brasileiro ocorreu de maneira profundamente desigual, mantendo traços do passado colonial articulados às exigências do mercado global. Esse processo deu origem a um padrão de modernização conservadora, no qual as estruturas arcaicas da concentração fundiária coexistem com a adoção de tecnologias de ponta e modelos produtivos voltados à exportação. “A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas commodities são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial” (Oliveira, 2003, p.120).

(...) a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. (Oliveira, 2001, p.186).

Nesse sentido, a resistência camponesa e a luta pela reforma agrária não podem ser compreendidas como resquícios de um passado agrário, mas sim, como expressões contemporâneas da disputa pela função social da terra e pela construção de modelos alternativos de desenvolvimento que vão na contramão do capitalismo selvagem. As práticas agroecológicas, e outras formas de resistir no campo organizadas pelos movimentos sociais do campo não apenas garantem a reprodução da vida, como também representam formas de enfrentamento às dinâmicas predatórias do capital. Assim, a luta pela terra se insere em uma ação mais ampla de justiça territorial, ambiental e social, desafiando as estruturas de poder que sustentam o latifúndio no Brasil.

A partir dessa compreensão, este capítulo inicia-se com reflexões acerca da formação da propriedade privada da terra no Brasil, evidenciando como as práticas fundiárias históricas resultaram na exclusão social dos camponeses e trabalhadores rurais, embasando o debate sobre a luta pela terra e a necessidade da reforma agrária. O enfoque se desdobra para a realidade específica do estado de Mato Grosso do Sul, cuja dinâmica territorial apresenta particularidades relevantes no contexto da última década censitária.

A análise da posse e do uso da terra no Estado evidencia, por um lado, a persistência da concentração fundiária e, por outro, as múltiplas formas de permanência, resistência e r-existência

protagonizadas pelos camponeses. Este recorte espacial é fundamental para compreender como os processos históricos estruturantes da formação territorial brasileira se materializam nas disputas contemporâneas, revelando que a reprodução da estrutura fundiária excludente ainda se apoia em mecanismos de coerção, violência e barbárie, utilizados pelas elites como estratégia para preservar seus privilégios e assegurar a manutenção da propriedade privada capitalista da terra, conforme analisa Oliveira (2003). Trata-se, portanto, de uma realidade onde os conflitos agrários não são resquícios do passado, mas expressão viva das contradições do modelo de desenvolvimento territorial sul-mato-grossense (e brasileiro).

Toda essa dinâmica histórica, social e territorial descrita insere-se no que convém chamar de questão agrária brasileira, uma questão estrutural que envolve a concentração da propriedade da terra, a negação do acesso aos meios de produção para boa parte da população rural e a reprodução de profundas desigualdades. Neste sentido, Fernandes (2004, p.4) afirma ser uma desigualdade resultante de um conjunto de fatores tanto econômicos, quanto políticos, que “nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”.

A questão agrária não se resume à posse ou ao uso da terra, mas diz respeito às formas de organização do território, aos modelos de desenvolvimento adotados e às relações de poder que historicamente subalternizam camponeses, povos originários, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais. Mais especificamente na geografia, esse conceito é comumente utilizado para explicar a “forma como a sociedade, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território” (Stedile, 2012, p.17), em concordância ao mesmo autor, pode ser trabalhado como um conjunto de interpretações da realidade agrária.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrindo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “commodities”; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. (Fernandes, 2004, p.4).

Isto posto, este capítulo propõe-se a construir um panorama que articula as bases históricas e geográficas da formação territorial brasileira, evidenciando como os processos de colonização,

a consolidação da propriedade privada, o racismo estrutural e a concentração fundiária moldaram as desigualdades sociais e territoriais que persistem até os dias atuais. Ao mesmo tempo, busca-se compreender como essas dinâmicas se manifestam de forma concreta em Mato Grosso do Sul, especialmente no Território Rural do Bolsão, onde os conflitos pela terra, os processos de desterritorialização e as lutas camponesas revelam as contradições históricas que estruturam o campo brasileiro.

1.1 Colonização, propriedade privada e racismo estrutural na formação socioespacial brasileira

Para compreender a estrutura social brasileira podemos nos basear na noção de formação socioespacial, vinculada à ideia que remonta a processos sociais específicos, referindo-se aos modos de produção e a uma forma de ser em cada realidade específica, destacando as particularidades que diferem a construção da realidade e possibilitam pensar a realidade, dialeticamente. Cada formação social desenvolve particularidades em seu modo de produção. A formação socioespacial da sociedade em análise está diretamente vinculada ao capitalismo enquanto uma totalidade; esse modo de produção é um amplo espectro da sociedade, e o modo como as sociedades lidam com ele envolve as relações de classe e de propriedade.

Dominado por um modo de produção, o mundo cria objetos segundo uma certa *ordem histórica*, uma história que envolve a totalidade dos países. É através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma *ordem espacial* de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo. (Santos, 2012, p.236).

Na contemporaneidade, em um mesmo período histórico e em lugares distintos, podem existir diferentes modelos de produção, mas há um modo de produção dominante na sociedade como um todo: o capitalismo. Assim, o capitalismo se apresenta, desde a época Moderna, como uma totalidade, e suas variações regionais são particularidades de um mesmo sistema, e não de sistemas realmente distintos. O capitalismo é um sistema predominante em quase todas as sociedades do globo e “como sistema mundial, é uma entidade intrinsecamente heterogênea, e não apenas no campo econômico” (Osório, 2019, p.180).

O capitalismo é o sistema de produção vigente, que organiza não somente a economia, mas também as relações no âmbito social, político e espacial. Além da produção de mercadorias, ele reproduz sua lógica mercadológica em diversas

situações, sobretudo na produção do espaço, ou seja, move/guia as lógicas de ações dos agentes produtores do espaço (Baratelli; Milani, 2019, p.76).

No Brasil, esse sistema está presente desde o início da formação socioespacial durante a colonização. O objetivo primordial do capitalismo é sempre o lucro, e ele está fundamentado na divisão de classes. Nas ciências humanas, as classes sociais são usadas para identificar distinções entre os indivíduos na sociedade, com base em critérios definidos. Essa classificação e os critérios nela utilizados têm implicações políticas, além de diferenças quantitativas em termos de renda, e são considerados fatores qualitativos. Há uma associação entre fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que determinam uma classe social.

O capitalismo, ao buscar constantemente o lucro, estrutura a sociedade de forma heterogênea e hierárquica, criando relações contraditórias. Para que uma classe exista, é necessário que exista outra; a classe dos proprietários dos meios de produção existe em detrimento e exploração das demais, especialmente da classe trabalhadora e camponesa. Além disso, o capitalismo também se baseia em divisões étnicas e segue um modelo eurocêntrico², onde o “pensamento moderno europeu coloca-se a si próprio como um saber superior” (Porto-Gonçalves, 2002, p.218). É nesse contexto que se inicia o processo de concentração de terras no Brasil, desenvolvendo a estrutura fundiária brasileira com marcas tão profundas em que, desde a colonização até a atualidade, houveram poucas mudanças significativas na distribuição de terras, e isso acontece em forma de um projeto social excludente, racista e elitista.

Essa lógica de acumulação e exclusão no campo brasileiro é profundamente analisada por Oliveira (2007), onde o autor se debruça sobre o modo de produção capitalista na agricultura, revelando as complexidades e contradições que atravessam o espaço agrário. O autor propõe uma leitura crítica das principais teorias que tentam explicar as transformações no campo, destacando especialmente três vertentes interpretativas: a da modernização, a da persistência de relações feudais e a da reprodução ampliada de formas capitalistas com coexistência de relações não tipicamente capitalistas. A primeira teoria, dominante no discurso hegemônico, sustenta que a modernização eliminaria o latifúndio e o campesinato, convertendo todo o espaço agrário em território da agroindústria capitalista. No entanto, essa perspectiva ignora o papel estratégico da concentração fundiária e do latifúndio como reserva de valor, além de invisibilizar as contradições entre modernização tecnológica e desigualdade social no campo.

² Discussão baseada nas aulas da disciplina proposta no Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGGEO/CPTL, Ministrada pelo Professor Thiago Santos: “Tópicos Especiais: Dinâmicas Territoriais e a geografia do capitalismo” (2023).

Oliveira (2007) refuta também a interpretação que associa o campo brasileiro a resquícios feudais, uma vez que as formas de exploração que ali se desenvolveram estiveram inseridas na lógica da acumulação capitalista, como demonstrado pela centralidade da escravidão enquanto relação social e de trabalho voltada para o lucro e a expansão do capital mercantil.

Em contrapartida, a terceira teoria apresentada pelo autor, e a que melhor dialoga com os dados empíricos, reconhece a coexistência contraditória entre relações capitalistas e não tipicamente capitalistas no campo. Essa abordagem permite compreender como o latifúndio e o campesinato permanecem articulados às dinâmicas do capital, ainda que este não tenha conseguido eliminar o modo de vida camponês. O capitalismo moderno, nessa perspectiva, é incapaz de suprimir por completo o modo de vida baseado na produção para a reprodução da vida, evidenciando a capacidade do capital de cooptar, transformar e conviver com estruturas que não lhes são intrínsecas.

Essa leitura crítica do capitalismo agrário brasileiro demonstra uma geografia marcada pela desigualdade fundiária na qual a modernização do campo não foi acompanhada por uma democratização da terra. Ao contrário, o agronegócio, no qual Fabrini (2008) argumenta que para os segmentos dominantes da sociedade, se constitui numa via de “desenvolvimento” para o Brasil, é sustentado por políticas públicas, incentivos fiscais e financiamento estatal, avança sobre os territórios camponeses e os reconfigura conforme a lógica do lucro, da exportação e da financeirização da terra. Enquanto isso, os camponeses, que garantem grande parte da produção alimentar (que chega ao prato do trabalhador) do país, continuam marginalizados das políticas públicas e produzem, muitas vezes, no prejuízo, resistindo ao avanço das relações tipicamente capitalistas.

Com isso, Oliveira (2007) evidencia que o modo de produção capitalista, longe de representar um projeto homogêneo de modernidade, revela-se como uma estrutura contraditória, excludente e seletiva, cujo avanço compromete a soberania alimentar, a justiça territorial e a reprodução da vida no campo.

Compreender a configuração atual do espaço agrário brasileiro e suas contradições exige, portanto, um retorno às origens históricas que fundamentaram a territorialização do capital no país e a estrutura social e agrária. A lógica de concentração fundiária, de subordinação do trabalho e de exploração dos recursos naturais e sociais não é um fenômeno recente, tampouco fruto exclusivo das dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Na verdade, essas práticas encontram raízes profundas no processo de colonização, momento em que se estruturaram as bases econômicas e territoriais que permitiram a consolidação de uma economia voltada essencialmente à apropriação da terra, à exploração do trabalho e à exportação de riquezas.

Antes da chegada dos portugueses, o território que hoje corresponde ao Brasil era livre de fronteiras coloniais mas já era amplamente habitado por diversos povos originários, que possuíam formas próprias de organização social, política, econômica e cultural, profundamente conectadas aos seus territórios. Os portugueses chegaram em busca de pedras preciosas, mas encontraram algo de valor inestimável na Mata Atlântica: o pau-brasil, de onde se extrai um corante raro e valioso. Assim, inicia-se um modelo econômico que rapidamente se esgota devido à exploração excessiva desse recurso natural. Com isso, surge a necessidade de novas economias para gerar lucro aos colonizadores, e sob a influência dessas economias – mas não somente, nem tão simplórias – ocorrem as ocupações das regiões brasileiras.

Esse processo não foi fruto de ações isoladas ou meramente acidentais, mas sim de um projeto articulado, financiado e estruturado segundo os interesses do capitalismo mercantil europeu, que encontrou no território colonizado uma extensão de suas fronteiras econômicas.

Os portugueses que aqui chegaram e **invadiram nosso território**, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades públicas da monarquia portuguesa. No processo de invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura (Stedile, 2012, p.21, grifo nosso).

Prado Júnior (1961) oferece uma interpretação materialista e histórica do processo de colonização do Brasil, destacando que a ocupação do território foi orientada não por um projeto de construção de uma nação, mas sim seguindo uma lógica de exploração econômica voltada para o mercado externo, um processo que não visava atender às necessidades internas ou estabelecer um sistema autônomo de desenvolvimento, mas estava subordinada aos interesses do capitalismo europeu em expansão e assim vai se formando a estrutura socioespacial brasileira como vemos hoje.

Essa lógica colonizadora resultou na conformação de uma estrutura socioeconômica profundamente desigual e dependente. A implantação do latifúndio monocultor, baseado no trabalho escravizado, e a concentração fundiária, não foram meras consequências, mas elementos estruturantes do modo de ocupação e exploração do território e da formação socioespacial brasileira, e essa estrutura permaneceu ao longo do espaço e do tempo como um obstáculo à formação de um mercado interno dinâmico e ao desenvolvimento de relações sociais mais justas e equilibradas (Prado Junior, 1961).

O mesmo autor também evidencia que desde os primórdios o território brasileiro foi integrado ao sistema capitalista internacional como fornecedor de produtos primários tropicais.

Condição essa de economia de exportação que condicionou a organização do espaço, a forma de trabalho e as relações de poder estabelecendo uma base histórica para as contradições e desigualdades que persistem até os dias atuais.

Associando as ideias de Prado Junior (1961) e de Stedile (2012), compreende-se que a colonização portuguesa do território brasileiro esteve orientada, desde o início, pelos interesses econômicos do nascente capitalismo europeu, que buscava expandir suas fronteiras comerciais e explorar territórios. Conforme analisa Stedile (2012), após a frustração inicial com a ausência de metais preciosos, os colonizadores rapidamente reconheceram o potencial agrícola das terras brasileiras, organizando o espaço de forma a atender às demandas do mercado externo, especialmente europeu.

Essa reorganização do espaço colonial não começou com a agricultura em larga escala, mas teve início com a exploração predatória de recursos naturais de alto valor no mercado europeu. Entre eles, destacou-se o pau-brasil, cuja extração marcou o primeiro ciclo econômico da colonização e inaugurou a lógica de subordinação da natureza e do território às exigências comerciais externas.³

Com a decadência do pau-brasil, surgiram novas culturas para abastecer a economia dos colonizadores. Nesse contexto, destacam-se a produção da cana-de-açúcar, a exploração do ouro, do algodão, do café, da borracha, e da pecuária, entre outros. Na maioria dessas economias, a pecuária bovina desempenhou um papel importante, pois o gado servia tanto para alimentação quanto para transporte. No caso específico de Mato Grosso do Sul, (antes Mato Grosso), essa atividade se consolidou como uma das principais bases econômicas, estruturando a ocupação do território, que hoje, sobretudo no leste do estado, vem se reconfigurando pelo avanço do capital eucalipto-celulose.

O espaço agrário brasileiro começou a se configurar com a formação de latifúndios, através da expropriação de terras que já pertenciam a outros, especialmente aos povos originários, transformando a terra em um bem mercantil sujeito às trocas capitalistas, acessível apenas para quem pudesse pagar mais. O Estado brasileiro, conivente desde o início até os dias atuais, demonstrou uma relação de interesses compartilhados com o capital, evidenciando dinâmicas internas entre ambos.

³ Além da exploração voltada ao mercado externo, a colonização também se sustentou nas roças de subsistência, responsáveis pelo abastecimento interno da população e dos engenhos.

Becker e Egler (1994) relacionam esse processo de divisão do país a arquipélagos, com os indígenas se estabelecendo fora desses arquipélagos, onde a produção voltava-se para a exportação para a Europa. Assim, configura-se um padrão de exploração dos recursos brasileiros que ainda persiste até o presente momento, evidenciando a inserção do Brasil como produtor de commodities no mercado mundial, marcado pela alta concentração de terras.

A terra, sendo um bem natural essencial para a vida humana, confere poder a quem a concentra, gerando uma sociedade autoritária e violenta, como é o caso do Brasil, com uma estrutura injusta que não acolhe os pobres da terra. A violência é uma dimensão importante de ser analisada em sua perspectiva plural, uma vez que Mendonça (2021, p.54) afirma que “na verdade, em qualquer agrupamento humano, em suas diversas dimensões é legítimo enfatizar a violência, pois é ela seu componente constante”.

Nesse contexto de mercantilização da terra e de profunda concentração fundiária, consolida-se no Brasil um modelo de ocupação e exploração do território fortemente pautado na lógica agroexportadora. Essa lógica se estruturou historicamente sobre grandes unidades produtivas, voltadas prioritariamente para a monocultura e a exportação, aprofundando a desigualdade no acesso à terra e a reprodução de uma sociedade excludente, autoritária e violenta, que marginaliza os pobres da terra. A concessão de vastas porções de terra a poucos com capital não apenas consolidou uma elite agrária, como também instituiu as bases de uma estrutura fundiária excludente que persiste até os dias atuais, marcando o território com profundas desigualdades no acesso à terra.

A terra é um bem natural, não pode ser reproduzida, não pode ser criada pelo trabalho. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas sim o fruto da terra, ou então as edificações sobre a terra. O fruto da terra, as edificações sobre a terra, são produtos do trabalho, mas a própria terra não é [...]. a terra é assim uma mercadoria “sui generis”, não é produto do trabalho, não se consome e tem seu preço constantemente elevado, e por mais “velha” que fique, nunca se deteriora (Rodrigues, 1988, p.16 e 17).

Conforme analisa Martins (2010), durante o período colonial, a riqueza não era medida pela posse da terra, mas pelo controle da força de trabalho escravizada, onde a figura humana não se separava de sua força de trabalho, sendo mercadoria em si mesma, ou seja, transformava a vida em mercadoria, o próprio ser humano tornado em mercadoria sujeita a troca capitalista. Nesse contexto, o escravizado era tratado pelo senhor como mercadoria, pois sua vida era reduzida à condição de objeto de troca capitalista. Contudo, é importante destacar que essa concepção de “coisa” corresponde à visão do escravizador, jamais do próprio sujeito escravizado. O autor explica que o sistema escravocrata sustentava-se por um circuito econômico que girava em torno de quatro

pilares: o latifúndio, a monocultura, o trabalho cativo e a exportação. A própria lógica capitalista da época operava por meio da renda capitalizada, isto é, o lucro antecipado proveniente não apenas da exploração direta do trabalho, mas também da comercialização de pessoas, que gerava riqueza antes mesmo da produção ocorrer. Essa lógica, profundamente perversa, estendeu a vida útil da escravidão ao transformar corpos em ativos de investimento aos olhos dos senhores. Contudo, é fundamental destacar que esses homens e mulheres eram sujeitos históricos que resistiram e negaram a escravidão desde o primeiro momento, nos navios negreiros e ao longo de toda a travessia da dor.

Com a crise do sistema escravocrata, o Brasil não rompeu com as estruturas de dominação, apenas as ressignificou. O fim da escravidão não significou acesso à terra para os libertos, mas sim sua exclusão do direito à reprodução digna da vida. Esse processo está relacionado com o fim do tráfico negreiro, em 1850, e mais tarde, em 1888, com a abolição da escravidão. Paralelo ao fim do tráfico negreiro, com a Lei Euzébio de Queiroz.

Para Martins (2010), em 1850, foi promulgada a Lei de Terras, que visava manter a separação entre os escravizados que estariam livres, e demais trabalhadores, e os senhores, divididos pela condição de classe, e assim consolidou juridicamente o cercamento da terra, transformando-a definitivamente em mercadoria, por isso o autor reflete que quando o homem deixa de ser cativo, a terra passa a ser, assim, “considerando a terra como indispensável para a vida, sendo a fonte de alimento, moradia e trabalho, entende-se que a concentração fundiária é a raiz da desigualdade no país” (Medeiros, 2021, p.24).

Embora, num primeiro momento, a posse da terra não fosse formalmente regida pelos princípios da propriedade privada (uma vez que a Coroa concedia o uso com hereditariedade, mas não permitia a venda ou compra), esse modelo, como explica Stedile (2012), pavimentou o caminho para a transformação da terra em mercadoria. O mesmo autor analisa que essa virada foi oficializada com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que ao exigir a compra como única forma legal de acesso à terra, excluiu camponeses, povos tradicionais e ex-escravizados da possibilidade de adquirir legalmente o território que ocupavam. A lei foi então o “batistério” do latifúndio no Brasil, pois regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (Stedile, 2012, p.23).

Conforme analisa Sodré (1963), a abolição da escravidão no Brasil não representou um rompimento estrutural com os interesses da classe dominante, tampouco se configurou como uma solução econômica capaz de integrar os ex-escravizados ao mercado de trabalho. Na verdade, tratou-se de uma decisão política que atendeu às demandas do capitalismo nascente, eliminando

um instituto considerado anacrônico e oneroso, sem gerar prejuízos efetivos ao conjunto dos proprietários de terra.

Ao ser obrigada a “descartar” o sistema escravocrata, a elite agrária preservou seus privilégios, mantendo a concentração fundiária e excluindo a população negra dos meios de produção e das mínimas condições de reprodução social. Essa lógica contribui diretamente para a conformação de uma estrutura socioespacial excludente, marcada pela desigualdade, pela marginalização e pela permanência de barreiras materiais e simbólicas.

Como herança desse processo, consolida-se um padrão de segregação socioespacial, no qual a população negra e seus descendentes foram historicamente condicionados para espaços periféricos, precarizados e estigmatizados, marcados pela invisibilização e pelo racismo estrutural. Almeida (2019) destaca que o racismo é sempre estrutural, fazendo parte da organização econômica e política da sociedade, e não uma anormalidade. Por isso, ele enfatiza que “o racismo é estrutural”, sendo regra e não exceção, e que enfrentá-lo exige mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2019, p.33).

No campo, a abolição sem acesso à terra perpetuou a lógica excludente da escravidão. A Lei de Terras de 1850 consolidou a concentração fundiária, impedindo o acesso dos libertos e dos pobres ao território, moldando uma estrutura de desigualdade, estigmatização e resistência que persiste até hoje. Nesse sentido, Silva (2020), ao dialogar com as reflexões de Andreilino Campos, reforça que as dificuldades enfrentadas pela população negra na atualidade são resultado tanto do preconceito historicamente construído desde o período escravista quanto da segregação dele derivada, agravada pela ausência de políticas públicas efetivas que reparassem os longos anos de exploração. Destaca ainda que o processo de abolição, ao ocorrer sem qualquer garantia de suporte ou inclusão social, contribuiu decisivamente para o quadro de exclusão que perdura no país.

Segundo Andreilino, as dificuldades encontradas pelo negro hoje são decorrentes tanto do preconceito criado no tempo da escravidão, quanto da segregação causada por este preconceito, agravados pela ausência de políticas públicas visando compensar os anos de exploração dos negros. Ele explica que o processo

de abolição brasileiro tem um grande peso no atual quadro atual de exclusão, pois nele os escravos foram libertos, mas não tiveram nenhum tipo de apoio por parte do governo. Dados do IBGE mostram que os descendentes escravizados são a maioria dos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, devido ao precário acesso à educação, saúde, mercado de trabalho, etc. (Silva, 2020, p.16)

O resultado foi a consolidação jurídica do latifúndio, estabelecendo a propriedade privada como fundamento da formação socioespacial brasileira. Desde então, a terra se inscreve no circuito do capital como ativo de valorização, operando mais em função da acumulação e da especulação do que da produção de alimentos, onde a lei normatizou a propriedade privada da terra (Stedile, 2012).

A criação da propriedade privada no Brasil fez com que as terras pudessem ser cercadas e nomeadas como propriedade de sujeitos individuais o que gerou sua concentração e negação para o uso de parte da população. Quem às cercou utiliza como valor de troca, ou seja, medida pelo dinheiro para obtê-la, assim a terra entrou no circuito de mercadorias e é comercializada dessa forma (Baratelli; Milani, 2019, p.77).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre não significou a implantação imediata do trabalho assalariado, mas sim a adoção de formas diferentes de exploração, como o colonato. Nesse modelo, os fazendeiros não arcaram mais com os custos da reprodução da força de trabalho, transferindo aos próprios trabalhadores, especialmente aos imigrantes, a responsabilidade pela sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que mantinham controle sobre a produção e a circulação da riqueza.

A imigração europeia, intensificada nas primeiras décadas do século XX, foi uma estratégia articulada entre o Estado brasileiro e os interesses dos grandes proprietários para substituir o trabalho escravo sem romper com a lógica do latifúndio e da monocultura. Martins (2010) argumenta que o Estado subsidiou a vinda de milhares de famílias camponesas, sobretudo italianas, japonesas e espanholas, que acreditavam na possibilidade de acesso à terra. Contudo, ao chegarem, encontraram um sistema de dívidas e coerções que os prendiam às fazendas. Enquanto trabalhavam por anos no cultivo de lavouras perenes como o café, viam-se obrigados a produzir sua subsistência em pedaços de terra cedidos pelos próprios fazendeiros, num arranjo que mantinha a dependência econômica e social, que deixa mais uma marca na estrutura brasileira.

A renda da terra, nesse contexto, se consolidou como uma forma específica de acumulação capitalista no Brasil, funcionando de maneira análoga aos juros financeiros, embora derivada da apropriação privada de um bem comum: a terra. Essa renda capitalizada não é um resquício feudal, mas uma expressão do capitalismo dependente e periférico que se estruturou no país. Ela

representa uma transferência constante de riqueza da sociedade, especialmente dos camponeses e demais trabalhadores, para os detentores da terra, aprofundando as desigualdades históricas.

A partir dos debates realizados na disciplina de Agroecologia, ministrada pela professora Rosemeire Aparecida de Almeida no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMS, em 2023, foi possível aprofundar a compreensão sobre a lógica da renda da terra e suas implicações na organização do território, especialmente no contexto de Mato Grosso do Sul. A partir dos debates propostos por Almeida (2023) durante a disciplina, entende-se que a renda absoluta da terra representa a remuneração acima do lucro médio, configurando-se como um tributo socialmente imposto devido à relação entre o monopólio da terra e a necessidade de seu uso. Trata-se de uma relação social que vai além da dimensão puramente econômica, envolvendo dinâmicas de poder e controle territorial.

Trazendo para o caso específico da produção de celulose, que é um dos objetos de análise dessa pesquisa, observa-se que o proprietário da fábrica, ao adquirir grandes extensões de terra, não apenas controla os meios de produção - como o cultivo do eucalipto -, mas também extrai uma renda adicional associada ao monopólio fundiário, o que potencializa seus lucros. Esse modelo, sustentado pela lógica do agronegócio e da monocultura, prioriza produtos de alta rentabilidade para o mercado externo, como a celulose, em detrimento da produção de alimentos. Assim, em um estado como o Mato Grosso do Sul, marcado pela vasta concentração territorial, essa dinâmica favorece a expansão da indústria de eucalipto e celulose, enquanto aprofunda as contradições sociais, contribuindo diretamente para o cenário em que o Brasil retorna ao mapa da fome. Conforme divulgado pelo governo federal (BRASIL, 2024), ⁴ "O Brasil tinha saído do “Mapa da Fome” em 2014 e sustentava a posição até 2018. Entre 2019 e até 2022, contudo, vinha em tendência de crescimento da pobreza, extrema pobreza e crescimento da insegurança alimentar e nutricional. Voltou ao Mapa da Fome no triênio 2019-2021 e se manteve no triênio 2020-2022”.

De acordo com Fabrini (2008), a acumulação capitalista a partir de renda fundiária é uma das dimensões que unifica latifúndio e agronegócio, assim o agronegócio pode ser compreendido como uma face moderna da reprodução do capitalismo no campo, estruturado a partir de uma lógica produtiva que associa altas tecnologias, grandes volumes de produção e integração com os mercados internacionais.

Contudo, essa produtividade não se traduz em desenvolvimento social ou distribuição de riqueza. Ao contrário, segundo análise de Fabrini (2008), o agronegócio representa uma forma

⁴ BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. *Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 23 jul. 2025.

sofisticada de exclusão, onde a antiga lógica do latifúndio improdutivo dá lugar a uma nova dinâmica, que embora gere grandes volumes de commodities, o modelo concentra terra, renda e poder, ao mesmo tempo em que provoca processos de expulsão de famílias do campo, destruição de territórios, degradação ambiental e intensificação das desigualdades. Assim, o agronegócio consolida-se não apenas como um modelo econômico, mas como uma expressão das relações capitalistas contemporâneas no espaço rural, priorizando o atendimento às demandas do mercado global em detrimento da soberania alimentar.

De acordo com a análise de Oliveira (2010), a propriedade da terra no capitalismo não se resume a um bem material, mas representa, sobretudo, o direito de se apropriar de uma parcela da mais-valia social, independentemente de qualquer atividade produtiva. Isso ocorre porque a terra, diferentemente do capital, possui a capacidade de gerar renda apenas pela sua condição de mercadoria monopolizada. Assim, o simples fato de ser proprietário já garante o acesso a uma fração da riqueza socialmente produzida, refletindo um mecanismo estrutural de expropriação coletiva.

Essa lógica mostra que o monopólio da terra não só garante vantagens econômicas para uma classe, mas também faz com que toda a sociedade, de certa forma, tenha que arcar com os custos da produção agrícola. Nesse sentido, a renda fundiária se torna uma espécie de tributo social invisível, pago cotidianamente por toda a população, seja no preço dos alimentos, seja na limitação do acesso à terra, perpetuando uma dinâmica de concentração fundiária e aprofundamento das desigualdades estruturais no campo brasileiro.

Dessa forma, o monopólio de classe exercido pelos proprietários e pelos capitalistas é fundamental, no modo capitalista de produção, para submeter o trabalho dos trabalhadores, para que produzam, porque é assim que o capital se amplia. Assim, temos que diferenciar a terra e o capital, pois quando o capitalista compra a terra, ele transforma o seu capital em renda capitalizada (renda antecipada), pois a compra da terra nada mais é do que compra do direito de extrair renda da sociedade em conjunto (Oliveira, 2010, p.6).

Assim, como observa Martins (2010), o capitalismo brasileiro combinou modernização econômica com estruturas arcaicas, mantendo o poder concentrado nas mãos dos mesmos grupos, que se beneficiam tanto da exploração direta do trabalho quanto da especulação fundiária, onde a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, gerada pela crise da escravidão, não representou uma ruptura total com as estruturas de dominação anteriores.

Martins (2010) destaca que o trabalho livre que substituiu o escravo não se diferenciava pela mera desvinculação do trabalhador dos meios de produção, pois essa característica era comum a ambos os regimes. A distinção fundamental residia na separação entre o trabalhador e sua força

de trabalho, que no caso do escravo estavam inseparavelmente ligados, mas que no trabalhador livre fundamentava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. No entanto, apesar dessa diferença, a condição de exploração se mantinha similar, pois a economia continuava ancorada na grande propriedade fundiária e na exportação de mercadorias tropicais, como o café, destinados aos mercados metropolitanos.

O trabalho livre gerado pela crise da escravidão negra diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, **se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual.** Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária (Martins, 2010, p.28, grifo nosso).

A partir das reflexões de Martins (2010) compreende-se que, a crise da escravidão negra e a transição para o trabalho livre não significaram uma transformação radical nas relações de produção no campo brasileiro. O colonato emergiu como uma forma intermediária entre o trabalho escravo e o assalariado, se caracterizando por uma relação em que o trabalhador livre, embora desvinculado dos meios de produção, permanecia subordinado ao proprietário da terra por meio da separação entre ele e sua força de trabalho. Nesse sistema, os colonos recebiam parcelas de terra para sua sobrevivência mas estavam presos a uma dívida e à obrigação de produzir para o latifúndio, o que os mantinha em uma condição de dependência econômica e social.

Essa modalidade de exploração se consolidou como mais um pilar da estrutura fundiária brasileira, pois garantiu a manutenção do latifúndio e da monocultura exportadora, reproduzindo a concentração da terra e as desigualdades históricas no campo. O colonato, portanto, foi um mecanismo que perpetuou o cativeiro da terra, transferindo o domínio do trabalho escravo para uma nova forma de sujeição camponesa, marcada por vínculos de produção e endividamento, que moldaram profundamente a dinâmica agrária do país.

Esses fatos indicam que a formação socioespacial brasileira se deu, em parte, orientada pelos interesses econômicos impostos pelo processo colonizador, mas não se resume a isso. Ela também foi profundamente moldada por fatores socioespaciais, culturais, raciais, de gênero, fatores também climáticos e morfológicos e, sobretudo, pelos processos de resistência, de luta e, infelizmente, de violência. Assim consolidou-se uma lógica de centro e periferia que reflete tanto a imposição de modelos econômicos excludentes quanto às dinâmicas territoriais produzidas pela

resistência dos povos originários, dos africanos escravizados, das mulheres e dos camponeses, cujas marcas ainda estruturam o espaço brasileiro nos dias atuais.

Válido mencionar, conforme Osório (2019), que essa discussão centro periferia é pertinente nos estudos agrários para entender as desigualdades regionais e as dinâmicas econômicas no setor agrícola. Adotamos a ideia de centro e periferia por considerar diferenças qualitativas dessas relações, reconhecendo que apenas diferenciações de grau são insuficientes para explicar esse processo que causa dependência e desigualdades socioespaciais.

Entre centros e periferias não apenas existe uma diferença de magnitude de alguns processos – como acontece com a pobreza (mais na periferia do que no centro), mas há também, e isso é mais importante, uma diferença qualitativa: o capitalismo central gestou uma modalidade de reprodução (Osório, p.184, 2019).

As riquezas dos países centrais são produzidas pelos países periféricos, nesse sentido se mostra visível o contínuo processo de “colonização” do Brasil, para atender os interesses do capital estrangeiro e “a condição periférica brasileira encontra limites estruturais para sua superação por dentro do sistema” (Santos, 2021, p.83). Essa lógica de dependência, que mantém o Brasil em posição periférica no sistema capitalista global, não se limita aos aspectos econômicos, mas também se expressa na exploração intensiva dos bens naturais, dos territórios e dos corpos, reproduzindo uma colonialidade que persiste sob novas roupagens.

É nesse contexto, inclusive, que emerge a crise ambiental, não como um fenômeno isolado, mas como resultado direto de um modelo predatório de desenvolvimento, sustentado na acumulação de capital às custas da devastação ambiental e da expropriação social. Como alerta Leff (2006), essa crise não decorre apenas da apropriação dos recursos naturais, mas da própria lógica que transforma os bens comuns, como a terra e a água, em mercadorias, submetendo-os às dinâmicas do mercado e da propriedade privada. Ao reduzir a natureza a valores econômicos, esse modelo rompe os vínculos ecológicos e socioculturais que sustentam a vida, aprofundando não só os desequilíbrios ambientais, mas também as desigualdades sociais e territoriais. Assim essa crise aparece como aquela “capaz de lembrar à humanidade – ou ao menos àqueles que insistem na reprodução ilimitada do capital – que existem limites físicos, orgânicos e químicos para a sua expansão” (Quintana e Hacon, 2011, p.428)

Como reforçam Quintana e Hacon (2011), o próprio capital se reinventa ao transformar a degradação ambiental em novas oportunidades de acumulação, como os mercados de carbono, além de deslocar os custos socioambientais desse processo para os países do Sul e os grupos sociais mais vulnerabilizados, sem comprometer sua própria reprodução.

Neste sentido, a chamada crise ambiental atinge os variados grupos sociais de forma desigual uma vez que a mesma reflete as contradições clássicas inerentes ao modo de produção capitalista. A mundialização do capital e os novos contornos adquiridos pela economia na contemporaneidade acentuam ainda mais tais contradições em nível local e global caracterizando o cenário de crise. A atual lógica de acumulação do capital sob a égide do imperialismo, assinalada pela formação de grandes monopólios e concentração acentuada de capital, parece encontrar na crise ambiental o resultado de sua dinâmica perversa (Quintana e Hacon, 2011, p.429).

A crise ambiental é um fator emergente que deve ser considerado para compreender as transformações e os desafios enfrentados na sociedade contemporânea, onde a agroecologia é essencial para se pensar formas de superação das crises, sendo o único caminho para a reprodução da vida no futuro. As bibliografias acerca da agroecologia apontam-na como caminho da agricultura de futuro.

Isto posto, fica nítido então que no Brasil contemporâneo as mazelas são parte do seu processo de formação, marcado por uma sociedade desigual e violenta contra todos aqueles que não seguem o padrão estrutural eurocêntrico de sociedade, de uma visão de mundo e uma estrutura social que coloca a Europa, suas culturas e seus valores no centro da interpretação da história, da sociedade, e da civilização, contando com a superioridade cultural, o colonialismo, imperialismo, racismo e o patriarcado, além de definir os padrões dos corpos, do trabalho, das produções e comprometer as narrativas históricas. Para Barbosa (2008) tal eurocentrismo deve ser entendido como uma forma de etnocentrismo singular, representando a expressão de uma dominação dos povos europeus ocidentais no mundo.

Destaca-se na sociedade brasileira uma injusta divisão de classes que tem no seu âmago uma desigual apropriação territorial que deu origem à questão agrária. Pode-se afirmar, por base do referencial teórico proposto até aqui, que a concentração da terra se mantém no Brasil desde o processo de exploração e colonização europeia, bem como o processo violento de divisão de classes e de apropriação indevida da terra, pauta-se fundamentalmente no patriarcalismo, no racismo, assim como na propriedade privada capitalista, na concentração fundiária e na má distribuição de riqueza, influenciando essencialmente nas desigualdades territoriais refletidas na pobreza, na miséria, e na segregação que assolam nossa sociedade ainda hoje.

Assim, esse processo estrutural, somado à má administração política ao longo do tempo e do espaço, favoreceu os proprietários capitalistas de terras e a elite brasileira. Entende-se, portanto, que, nesse processo, é comum a destruição das estruturas socioculturais e territoriais dos povos originários que já habitavam o território brasileiro, entre outras comunidades tradicionais.

Fica evidente que a violência no campo brasileiro – hoje e ontem - é estrutural e compreende-se a partir das análises bibliográficas apresentadas até aqui, que essa estrutura se inicia no processo de colonização. Como o objetivo da Coroa era principalmente o lucro e também a conversão de almas, como a ação da Igreja católica, foram tomadas medidas para subordinar os povos originários. Medeiros (2021, p. 14) observa que “o latifúndio foi favorecido por políticas públicas, que seguem desde as doações de sesmarias e da Lei de Terras até a atualidade.”

Dessa maneira, a regionalização e ocupação brasileira, no geral, ocorreram de maneira exploratória e violenta, o que influenciou na forma como a colônia foi dividida tanto objetivamente (por meio da ocupação territorial e da delimitação das capitanias hereditárias) quanto subjetivamente, através de elementos simbólicos como crenças, normas, valores, percepções, culturas e ideologias.

As normas e valores foram impostos pelas elites coloniais e refletiam interesses econômicos e políticos voltados à manutenção da ordem social e da hierarquia. As percepções territoriais construídas pelos colonizadores atribuíam significados distintos às regiões com base em sua utilidade econômica. Já as culturas e ideologias, sobretudo as de origem europeia, foram disseminadas de forma a tentar apagar ou subalternizar os modos de vida indígenas e africanos, consolidando uma regionalização que não respeitava a diversidade sociocultural pré-existente no território.

O ordenamento da sociedade traduz-se em ordens: a ordem do espaço físico – ruas, avenidas, praças, edifícios alinhados, limpos, arejados; a ordem do espaço social – em que haja paz e tranquilidade; a ordem moral – de respeito aos valores, costumes e autoridades, e de outras possíveis. Entretanto, sob o ponto de vista da ordem, a sociedade nunca está completamente ordenada. Tudo o que contraria a sua unidade é tomada como desordem. E, novamente, trata-se de pôr ordem nesta anarquia (Mendonça, 2021, p.43)

Santos e Silveira (2008) discorrem sobre as desigualdades sociais, afirmando que, no recorte temporal e espacial contemporâneo, essas desigualdades permanecem, porém, contam com novas dinâmicas que dificultam – mais do que anteriormente - a produção de uma tipologia dessas diferenciações, devendo considerar as características herdadas desde o processo de estruturação territorial brasileira, até a contemporaneidade.

Consideram, portanto, que apenas as características morfológicas do espaço não são suficientes para ser critério de diferenciação das parcelas do território. Santos e Silveira (2008) propõem uma nova regionalização, chamada de “quatro brasis”, já que a forma como as regiões brasileiras foram estruturadas, desde o período da colonização, até os dias atuais, demonstra a

existência de um modelo contraditório capitalista que reflete na agricultura e dificulta o desenvolvimento de uma sociedade menos violenta.

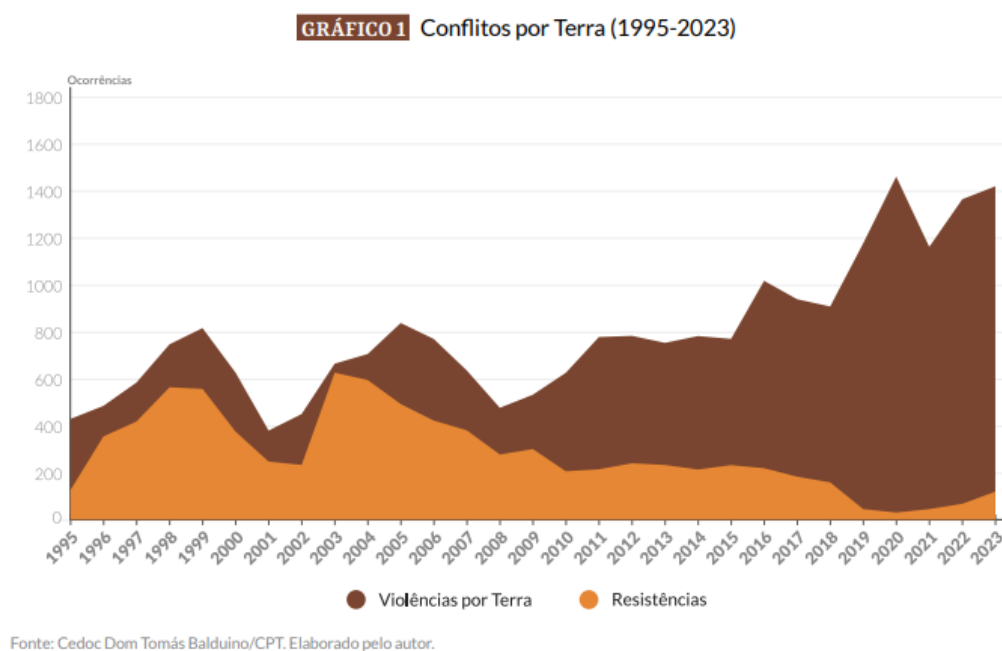
A literatura agrária mostra que a violência e a coerção foram empregadas no Brasil para conquistar territórios, deixando a marca de sangue na luta pela terra, sendo visível, no tempo presente, a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A partir da Tabela 4 – Conflitos por terra (2023), do caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra (2023), verifica-se, nesse ano, 105 ocorrências de conflitos por terra envolvendo 20.375 famílias em Mato Grosso do Sul, refletindo a gravidade da questão fundiária no estado.

A concentração de terras e a expansão do agronegócio face à esses conflitos afetam diretamente as comunidades indígenas, camponesas e remanescentes de quilombos, que possuem posse de terras tradicionais ou destinadas à reforma agrária. “Os conflitos no campo monitorados pela CPT demonstram que o processo de luta para a transformação da estrutura fundiária do país é carregado de violências. Mesmo após cinco séculos da chegada dos colonizadores vindos da Europa, essa realidade persiste, sem que ocorra a punição dos responsáveis” (CPT, 2024).

Na análise da escala nacional, o mesmo caderno de conflitos da CPT (2024) indica que:

A CPT, por meio dos agentes pastorais e dos documentalistas do Cedoc Dom Tomás Balduino, **registrou, em 2023, 2.203 ocorrências de conflitos no campo**, que envolveram 950.847 pessoas, disputando 59.442.784 hectares em todo o Brasil. É um número 7,5% maior que os 2.050 conflitos no campo ocorridos em 2022. O número é 2,8% maior que as 923.556 pessoas envolvidas em conflitos no campo daquele ano. Mas a área em disputa é 26,8% menor, já que em 2022 foram disputados 81.243.217 hectares. É também o maior número de ocorrências de conflitos de toda a série histórica, superando as 2.130 ocorrências de conflitos no campo registradas em 2020, ano inicial da pandemia. **Assim, a tendência de aumento dos conflitos que se verificou a partir de 2016, ano do Impeachment/Golpe, se manteve, mesmo que o novo governo eleito tenha aberto os canais de diálogo institucionais e criado**, por exemplo, um Ministério dos Povos Indígenas. [...] As ações de resistência (Ocupações/Retomadas e Acampamentos) estão presentes numa relação de disputa pelas áreas e territórios com as violências perpetradas contra os povos do campo, formando o que a CPT define como Conflitos por Terra. Nesse recorte metodológico dos conflitos no campo, percebe-se que das 1.724 ocorrências de Conflitos por Terra registradas em 2023, 1.588 são referentes às violências contra a ocupação e a posse e/ou contra a pessoa, somando- -se às 119 novas ocupações/retomadas e aos 17 novos acampamentos do ano. Assim, as ações de resistência representam 8,5% das ocorrências de conflitos por terra. Por outro lado, na comparação entre os dois últimos anos, percebe-se um crescimento de 7,6% no número das violências deste eixo de conflito, diante das 1.602 ocorrências de 2022. **Como as ocorrências de conflitos por terra compõem a maior parte das ocorrências de conflitos no campo, o número total de conflitos neste eixo em 2023 também é o maior da série histórica iniciada pela CPT em 1985** (Comissão Pastoral da Terra, 2024, p.105, grifo nosso).

Figura 1: Gráfico de conflitos por Terra (1995-2023) do caderno de conflitos no campo Brasil – 2023, da CPT (2024)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2024).

Conforme aponta a Comissão Pastoral da Terra (2024), a partir da reconfiguração das forças políticas e econômicas ocorrida em 2016, o avanço do agronegócio sobre os territórios rurais se intensificou, acompanhado de um aumento expressivo das violências no campo e da diminuição das ações de resistência. Dados do período indicam uma queda abrupta dessas ações, especialmente em 2019, com 52 ocorrências, e em 2020, que registrou o menor número, com apenas 38. A partir de 2021 observa-se uma lenta recuperação, ainda assim muito distante dos patamares registrados historicamente entre 1996 e 2017, quando os números de ocupações, retomadas e acampamentos superavam, de forma consistente, duas centenas anuais. Essa configuração revela como o controle ampliado do Estado, conquistado inicialmente pelo governo Temer, foi determinante para consolidar as condições que permitiram ao agronegócio operar sem restrições durante o governo Bolsonaro, sustentado por um discurso hegemônico que afirma que “o Agro é Tudo”. Nesse cenário, as ações de resistência que marcaram décadas anteriores foram significativamente reduzidas, não por ausência de demandas, mas devido ao contexto sociopolítico profundamente desfavorável após o golpe de 2016. Como consequência, além da intensificação da violência no campo, houve o aprofundamento da concentração de renda e do poder nas mãos da elite agrária, fortalecendo práticas autoritárias e até fascistas no país.

Esses fatos apresentados pela CPT são visíveis na tabela 3 – Violência Contra a Ocupação e a Posse (2023), do caderno de conflitos da CPT (2024). Essa tabela, inclusive, evidencia que o

MS é o segundo estado do centro-oeste que mais registrou violência contra a ocupação e a posse em 2023.

Figura 2: Tabela de Violência contra a ocupação e a posse (2023) do caderno de conflitos no campo Brasil – 2023, da CPT (2024)

TABELA 3 Violência Contra a Ocupação e a Posse (2023)												
UF	Ocorrências*	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Rochas Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem	Invasão
CENTRO-OESTE												
DF	4	384	-	-	-	-	-	-	-	3	-	150
GO	140	3.887	372.063	60	-	1.451	2.039	234	1.337	1.029	11.270	3.420
MS	116	20.730	802.642	75	-	180	57	116	22	56	5.250	7.253
MT	40	3.057	4.535.650	-	100	275	-	29	177	18	301	589
Subtotal	300	28.058	5.710.355	135	100	1.906	2.096	379	1.536	1.106	16.821	11.412

Fonte: Org.: Comissão Pastoral da Terra (2024).

Os processos analisados até aqui, alicerçados em outros fatores, desencadeou um aumento no preço da terra, transformando um bem natural, que deveria servir para a sobrevivência humana, em mais uma mercadoria sujeita à troca capitalista, sobretudo no Brasil, que desenvolveu um capitalismo atípico e rentista, fruto da monopolização das terras, que será trabalhado no decorrer do texto.

1.2 Gênero, raça e exploração: a divisão sexual e racial do trabalho no campo e na cidade

Compreende-se por meio do contexto histórico-geográfico que a ocupação do território brasileiro esteve vinculada a interesses externos, e essa lógica moldou uma estrutura social excludente que naturaliza a concentração da terra, a imposição da subordinação das classes populares e a marginalização das formas de vida não alinhadas ao modelo eurocentrista dominante. No entanto, embora a leitura pautada na estrutura da formação socioespacial brasileira vinculada a fatores econômicos, como as de Prado Júnior (1961), seja fundamental para entender a base material da formação do Brasil e ainda que a análise estrutural proposta por Prado Júnior (1961) seja relevante para elucidar as bases materiais da sociedade, reconhece-se que essa ênfase na lógica econômica pode reduzir a complexidade do processo histórico, deixando em segundo plano dimensões culturais, políticas e étnico-raciais igualmente fundamentais para a compreensão da formação socioespacial brasileira.

Essa limitação revela a necessidade de dialogar com abordagens que completem essa leitura estrutural, especialmente aquelas que consideram os efeitos do racismo, do patriarcado e das práticas coloniais de poder na formação socioespacial e das relações sociais. A compreensão da formação socioespacial brasileira exige então, uma perspectiva mais abrangente, que incorpore os múltiplos fatores, econômicos, sociais, históricos, culturais, raciais, de gênero e simbólicos, que moldaram e ainda moldam a construção de um país marcado por profundas desigualdades e pela exclusão sistemática de diversos corpos na sociedade.

Sinto, particularmente, uma ausência que me inquieta nas leituras clássicas sobre a formação social brasileira, especialmente nos debates que envolvem a estrutura fundiária, a consolidação da propriedade privada e as disputas pelo acesso à terra. Em grande medida, essas análises não incorporam de forma central a dimensão de gênero como elemento que também estrutura essas relações. Falar de terra, de propriedade privada e de concentração fundiária, sem considerar como essas dinâmicas também se articulam com a dominação dos corpos, sobretudo dos corpos negros e femininos, é de certo modo, limitar a compreensão da própria reprodução das desigualdades. Essa ausência não desqualifica as leituras clássicas, mas revela a necessidade de tensioná-las e ampliá-las.

Essa ausência de gênero nas análises clássicas, e na Geografia, não é um acaso, mas expressão de um apagamento estruturante que também se manifesta na própria produção científica, como aponta Silva (2009). A autora evidencia que a dificuldade de inserir as mulheres como sujeito nas análises geográficas e sociais está ligada ao fato de que as identidades de gênero não são fixas, mas construídas nas relações sociais e permanentemente reconfiguradas. Nesse sentido, compreender as dinâmicas de concentração fundiária, propriedade privada, expropriação e territorialização do capital, que são centrais para este trabalho, exige também reconhecer que tais processos estão profundamente atravessados pela construção social dos papéis de gênero. A dominação da terra e do território não se dissocia da dominação dos corpos, especialmente dos corpos femininos, negros e periféricos, cujas trajetórias foram historicamente invisibilizadas ou tratadas de forma secundária nas narrativas sobre a formação do território. Incorporar essa perspectiva não é apenas uma escolha teórica, mas uma decisão política e epistemológica que permite desvelar as múltiplas camadas de opressão que estruturam a luta pela terra e a resistência no campo.

Nesse sentido, a organização da sociedade brasileira pode ser compreendida dentro de um quadro mais amplo da expansão do império português e de sua organização social baseada nos princípios do Antigo Regime. Com base nas análises de Mattos (2001), a escravidão – profundamente enraizada na lógica colonial e na formação das desigualdades no Brasil – não

surgiu como um acidente histórico ou apenas uma solução econômica, mas foi legitimada e naturalizada no interior do império português, profundamente enraizada em concepções teológicas e jurídicas que ordenavam hierarquias sociais.

A autora argumenta como a sociedade era vista como um corpo naturalmente desigual e hierarquizado por vontade divina, o que permitia justificar e perpetuar a condição de cativo de determinados grupos, especialmente os africanos e seus descendentes. Essa base escravista foi condição fundante da ocupação territorial e da organização social no Brasil, moldando não apenas relações econômicas, mas também estruturas simbólicas, que deixam marca nos corpos e nas vivências dos sujeitos sociais marginalizados por parte da sociedade brasileira ainda hoje (Mattos, 2001).

Do mesmo modo que as relações raciais estruturaram a sociedade brasileira, as relações de gênero também se consolidaram como pilares centrais na conformação das desigualdades sociais e territoriais. A colonização não apenas racializou corpos, mas também visou naturalizar a subordinação das mulheres, especialmente das mulheres negras, indígenas e camponesas, atribuindo a elas funções vinculadas ao cuidado, à reprodução da vida e à manutenção do lar, enquanto os homens eram associados aos espaços da produção e do poder.

Nesse sentido, Milani (2024), apoiada em Massey (1984) e em Silva (2008), compreende que a organização do espaço é sexista, além de funcionar como um elemento de ordenamento das relações de gênero, e assim entende-se a organização espacial enquanto produto, ao mesmo passo que é a condição das relações de gênero, que são instituídas socialmente de maneira hierarquizada, onde se insere os homens acima das mulheres.

Assim sendo, para compreender as contradições do capitalismo no campo brasileiro, não basta olhar apenas para suas expressões contemporâneas, é necessário resgatar suas bases históricas, que remontam ao processo de colonização, pensar no passado, para que ele não se repita no futuro. Afinal, a formação socioespacial do Brasil já nasce profundamente marcada pela violência, vinculada à lógica da apropriação privada, da exploração dos recursos naturais, da subjugação de povos originários e populações escravizadas, e também pelo controle e domínio dos corpos, sobretudo feminino, especialmente de mulheres negras e indígenas, que foram (e são) constantemente submetidas à violência sexual, à exploração do trabalho e à negação de sua autonomia, como parte estrutural do projeto colonial e capitalista implantado no território sob os interesses do capital.

O racismo e o patriarcado se constituem como sistemas que fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Com a nossa formação social marcada pela ocupação colonial e os quase quatrocentos anos de regime escravista, presenciamos, até os dias atuais, a

continuidade de um intenso processo de exploração e opressão contra a população negra em geral, mas, em particular sobre as mulheres, que sofrem múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe (Cisne e Ianael, 2022, p.192)

A partir das investigações propostas em Oliveri (2022), compreende-se que a própria história da formação das sociedades revela que as mulheres desempenharam um papel central na transição dos grupos humanos nômades para formas de vida sedentárias, especialmente através do domínio das práticas agrícolas e do cuidado com a vida. Foram elas que, ao acumular conhecimentos sobre sementes, ciclos da natureza e técnicas de cultivo, possibilitaram a organização dos primeiros espaços produtivos, sendo, portanto, protagonistas na própria fixação do ser humano no território. No entanto, ao longo do desenvolvimento das estruturas sociais, especialmente com o avanço de modelos hierarquizados, patriarcais e racializados, essa centralidade feminina foi gradualmente subalternizada.

Esse processo se acentuou sob a influência da mesma moral eurocêntrica, burguesa e colonial, responsável pelas desigualdades raciais, que consolidou uma rígida divisão sexual do trabalho, relegando às mulheres, sobretudo as mulheres negras, funções ligadas ao cuidado, à reprodução social e ao trabalho invisibilizado. Essa hierarquia de gênero não apenas estruturou as relações sociais, mas também moldou a configuração socioespacial brasileira, marcando profundamente a organização do campo, onde o acesso à terra, aos meios de produção e ao reconhecimento social segue atravessado por desigualdades de gênero, raça e classe, profundamente enraizadas na formação histórica do país, onde o gênero “remete a um elemento constitutivo das relações sociais e a uma forma de significar relações de poder” (Milani, 2024, p.8).

Nesse sentido, Harari (2014) demonstra que o patriarcado tem sido uma norma em quase todas as sociedades agrícolas e industriais, resistindo às diversas transformações econômicas e sociais. Assim, Cisne e Ianael (2022) percebem que a colonização no Brasil estruturou-se a partir de uma lógica de poder que articulou, de forma indissociável, a hierarquização racial e a divisão sexual do trabalho como pilares fundamentais para a expansão do sistema capitalista.

Nesse processo, o controle sobre os corpos e o trabalho de populações negras e indígenas não se restringiu ao período da escravidão, mas consolidou bases que permanecem operando de forma estrutural na sociedade contemporânea. Essa dinâmica não deve ser interpretada apenas como herança histórica, mas como um mecanismo social ativo, que continua produzindo e reproduzindo desigualdades, relegando pessoas negras, indígenas e, especialmente, mulheres, a posições de subalternidade e marginalização nos espaços econômicos, sociais e simbólicos do país (Cisne e Ianael, 2022).

Logo, o racismo não pode ser compreendido apenas como construção ideológica, mas como elemento primordial da nossa formação social, indispensável para consolidação do capitalismo mundial emergente. No tocante a isso, como resultado da nossa formação sociohistórica assentada no modelo escravista patriarcal, encontramos o reflexo das desigualdades relacionadas também às vidas das mulheres. São elas as primeiras a sofrerem com a escravização, principalmente as negras e indígenas. Sob esta ótica, racismo e patriarcado são funcionais ao capitalismo, que serviram e ainda servem às formas de opressão, exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo (Cisne e Ianel, 2022, p.193).

A formação socioespacial brasileira carrega, de forma estruturante, uma lógica profundamente atravessada pela violência de gênero, que não é fruto de uma predisposição biológica, mas de um processo histórico e social de socialização dos corpos, das subjetividades e dos territórios. Aos homens, sobretudo no modelo patriarcal que organiza a sociedade desde a colonização, é atribuída a prerrogativa da violência como ferramenta legítima para afirmação de sua honra, virilidade e controle (Oliveri, 2022).

Essa autorização simbólica e social para o exercício da violência molda a forma como eles se relacionam não apenas com outros corpos, mas também com o espaço, tanto urbano quanto rural, ocupando-o, demarcando-o e produzindo-o conforme suas liberdades sociais historicamente construídas. Enquanto às mulheres é imposto o controle dos corpos, dos desejos e dos espaços, aos homens é dada a circulação no espaço público, o domínio da terra, dos corpos e dos territórios, muitas vezes sustentado pela força e pela imposição.

A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga. Em oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública (Bourdieu, 2020, p. 88 e 89).

O processo histórico da formação socioespacial brasileira (e de outras sociedades pautadas no sistema capitalista de produção) construiu uma divisão sexual do trabalho que não se restringe ao ambiente doméstico, mas se territorializa, organizando o espaço rural e urbano a partir de dinâmicas que invisibilizam e desvalorizam o trabalho feminino, especialmente aquele não remunerado ou vinculado à economia de familiar. No campo, essa lógica se expressa tanto na concentração fundiária que marginaliza as mulheres do acesso à terra, quanto na reprodução de papéis que as colocam à margem das tomadas de decisão, reforçando uma ordem patriarcal e racista que molda o território, as relações produtivas e a própria configuração da sociedade

brasileira. Ao mesmo tempo, através dos trabalhos de campo com entrevistas aos camponeses, nota-se a forte resistência feminina no campo. Essa condição de marginalização, profundamente enraizada na estrutura fundiária e nas dinâmicas patriarcais do campo, se refletiu historicamente não apenas na divisão social do trabalho, mas também na negação formal dos direitos das mulheres agricultoras, que até recentemente sequer eram reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais, como destaca Paula (2019):

Até a década de 1980 as agricultoras não eram reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais, estando excluídas do sistema previdenciário e dos espaços de representação social e política. A condição da mulher rural era definida como dependente de seu cônjuge. Essa situação mudou somente após a elaboração da Constituição de 1988, que garantiu direitos iguais para homens e mulheres, no campo e nas cidades, em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. (Paula, 2019, p.101).

A divisão sexual do trabalho, forjada no Brasil colonial, não foi neutra, muito menos igualitária, foi antes de qualquer coisa, um desenho cruel que entrelaça gênero e raça como alicerces da dominação. Enquanto às mulheres brancas reservava-se o papel simbólico de guardiãs do lar, protegidas do trabalho braçal, mas também aprisionadas às amarras da moralidade, às mulheres negras e indígenas coube carregar nos ombros não só o peso da terra, das lavouras, do trabalho braçal socialmente associado ao gênero masculino, do estigma, do racismo, mas também o fardo invisível do cuidado: cuidar dos filhos alheios, da casa dos senhores e ainda, quando possível, dos seus próprios, essa sobreposição de opressões revela que gênero e raça nunca caminharam separados na história deste território (Oliveri, 2022).

É nesse entrelaçar de violências que o racismo se firma não apenas como marca, mas como cicatriz aberta, estruturando os espaços, os corpos e as relações, e definindo quem ocupa o centro e quem é condenado a marginalização por parte da sociedade, se evidenciando enquanto uma ferida que, ainda hoje, segue desenhando o mapa das desigualdades no Brasil.

Importante compreender então que a opressão de gênero, tal como conhecemos nas sociedades contemporâneas, não é um fenômeno natural nem biológico, mas sim uma construção histórica profundamente vinculada ao surgimento da propriedade privada. A consolidação da propriedade privada como base das relações econômicas e sociais alterou radicalmente as dinâmicas de gênero, transformando as relações antes marcadas pela cooperação e complementaridade em relações hierárquicas nas quais o controle dos meios de produção passou a ser majoritariamente exercido pelos homens. Esse processo não só instaurou a divisão de classes, mas também deslocou as mulheres para o espaço doméstico, desvalorizando o trabalho reprodutivo e fortalecendo estruturas patriarcais que se perpetuam até hoje.

Como Friedrich Engels argumenta em sua obra clássica *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a desigualdade sexual, como a conhecemos hoje, não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica. Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade. Uma vez que, durante esses períodos, a comunidade era basicamente uma família estendida, o papel central das mulheres nas questões domésticas significava que elas eram adequadamente valorizadas e respeitadas como membros produtivos da comunidade (Davis, 2016, p.215)

Essa lógica de dominação, estruturada pela consolidação da propriedade privada e pela imposição de relações patriarcais, não pode ser dissociada dos processos de colonização e expansão do capitalismo. A transformação das mulheres em sujeitos subordinados dentro das dinâmicas domésticas e produtivas caminhou lado a lado com a racialização das relações sociais promovida pela colonização. No avanço dos impérios europeus, especialmente o português, as hierarquias de gênero se articularam às hierarquias raciais e de classe, formando um sistema de opressão múltipla e interdependente.

Assim, o controle dos corpos femininos, especialmente de mulheres negras e indígenas, esteve diretamente ligado à expansão da lógica da propriedade, da exploração da terra e da força de trabalho. Essa intersecção entre gênero, raça e classe foi essencial para consolidar não apenas a estrutura patriarcal, mas também o modelo colonial escravocrata, que moldou profundamente a organização social, econômica e territorial do Brasil.

A estrutura patriarcal herdada de Portugal origina uma série de imposições que incidem diretamente sobre as mulheres, a julgar pela exigência dos padrões que impõe o fortalecimento da supremacia masculina em todas as esferas sociais. Essa substância unida ao racismo estrutural constitui uma hierarquia de poder expressa por meio das relações desiguais entre sexos e também, na dimensão étnico-racial (Cisne e Ianael, 2022, p.195)

Conforme Mattos (2001), a expansão do império português na África e nas Américas foi acompanhada por uma concepção corporativa da sociedade, que articulava o poder e as posições sociais, conferindo legitimidade às desigualdades. Assim, a escravidão (e o patriarcado) nesse contexto se desenvolve como um sistema da organização social, mesmo sem uma legislação específica que a instituisse formalmente.

No caso brasileiro, isso significou que a terra, o trabalho e a autoridade foram distribuídos segundo essas hierarquias herdadas do Antigo Regime, condicionando os afrodescendentes à servidão, subalternidade e exclusão – mazelas sociais que marcam e moldam a estrutura brasileira no seu princípio e na atualidade. As noções de “guerra justa” e “cativeiro justo” foram amplamente

utilizadas para justificar exploração de populações indígenas, revelando o papel central da escravidão na construção do território e do Estado colonial (Mattos, 2001) e, consequentemente, na formação da estrutura socioespacial e territorial brasileira.

Com base nessa análise, é possível afirmar que essa herança patriarcal se mantém como base estruturante da sociedade ainda hoje e a mentalidade escravista não desapareceu com o fim formal da escravidão, mas se reconfigurou em novas formas de exclusão, que ainda hoje estruturam o espaço brasileiro, esse que ainda hoje é marcado por situações de trabalho análogas à escravidão, sobretudo, no campo, e com forte inclinação para o gênero feminino, uma vez que a exploração desses corpos é naturalizada, logo, pode ser que seja menos investigada.

Esse fato se evidencia a partir de um trabalho investigativo desenvolvido no âmbito do projeto de combate ao trabalho análogo à escravidão organizado pela Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) - organização na qual atuo como agente voluntária -, com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e U.S. Department of Labor - Projeto Ampliare, em parceria ao Conselho Indigenista Missionário – CIMI, entre 2024 e 2025. Durante uma das atividades do projeto, realizada em 2025, em parceria com Mieczslau Kudlavicz, conduzimos um diálogo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, com o objetivo de compartilhar conhecimentos, investigar possíveis casos e promover a conscientização sobre as práticas de trabalho análogo à escravidão no Mato Grosso do Sul.

No decorrer do diálogo, a funcionária que nos atendeu, moradora recente da cidade de Três Lagoas/MS, com trajetória enraizada no campo, ao escutar e dialogar conosco sobre os elementos que caracterizam o trabalho análogo à escravidão, conforme expostos pela apostila “De olho aberto para não virar escravo” (2024) proposta pelo projeto em questão, com base no entendimento atual artigo 149 do Código Penal Brasileiro, quais sejam:

1. Trabalho forçado: exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou com restrição da liberdade pessoal; OU 2. Restrição da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto; ou do isolamento geográfico ou do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, a fim de retê-lo; ou pela manutenção de vigilância ostensiva ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais OU 3. Sujeição a condições degradantes: todas as formas de desrespeito à dignidade humana pelo descumprimento aos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, especialmente em matéria de segurança e de saúde, e que leve essa pessoa a ser tratada como coisa e não como pessoa; OU 4. Submissão à jornada exaustiva, aquela que por sua extensão ou intensidade, cause esgotamento das capacidades da pessoa do trabalhador, ainda que transitoriamente, provocando riscos a sua segurança e/ou a sua saúde.

À luz dessa explicação, a mulher em questão, visivelmente comovida, reconheceu que boa parte de sua trajetória de vida se encaixava em pelo menos uma dessas condições, revelando que, por longos anos, esteve submetida a relações de trabalho vinculadas à jornada excessiva de trabalho, que não lhe era remunerada, experiência compartilhada, segundo ela, por muitas outras mulheres de seu convívio. Tal realidade persistiu até o momento em que seus filhos cresceram e ingressaram na universidade, permitindo-lhe um rompimento gradual com esse ciclo de opressão. Seu relato pode evidenciar, de forma como o trabalho análogo à escravidão segue sendo uma vivência silenciada, cuja resistência cotidiana ainda é pouco reconhecida ou visibilizada nos debates públicos e institucionais sobre o mundo do trabalho.

Ela relatou que, ao longo de sua trajetória, acompanhava seu marido que atuava como caseiro de fazenda, onde ambos desempenhavam as mesmas atividades no cultivo, no cuidado (pesado) com a propriedade, além dos trabalhos domésticos que ficavam sob responsabilidade somente dela, tanto em sua própria casa quanto na casa do fazendeiro/patrão. No entanto, o salário e o registro em carteira eram destinados exclusivamente ao marido, enquanto ela permanecia invisibilizada nas relações formais de trabalho, isenta de seus direitos trabalhistas e de sua independência financeira, ao mesmo passo que mantinha jornadas exaustivas de trabalho, conciliando o trabalho com os cultivos, com a limpeza e organização da fazenda, da casa da fazenda e da casa em que viviam.

Como expressou, não havia, naquele momento, a compreensão de que tal condição configurava uma violação de direitos trabalhistas e humanos, sustentada por jornadas exaustivas e até pela ausência de remuneração direta e acúmulo de tarefas, características que hoje ela reconhece como pilares do trabalho análogo à escravidão, talvez sobretudo para as mulheres do campo no Brasil, pois para ela e para outras mulheres de seu convívio, essa situação é normal, ou melhor, “natural”, uma vez que o trabalho não pago é socialmente atribuído às mulheres. Essa percepção, naturalizada por gerações, de que o trabalho feminino, sobretudo aquele realizado no ambiente doméstico ou familiar, não constitui trabalho ‘real’ ou digno de remuneração, não é um fenômeno isolado do campo brasileiro Como Observa Davis (p.216)

Nas sociedades capitalistas avançadas, por outro lado, o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa, que raramente produzem algo tangível com seu trabalho, diminui o prestígio social das mulheres em geral. No fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido para a vida toda (Davis, p.216).

Esse relato evidencia uma faceta estrutural e, muitas vezes, invisibilizada do mundo do trabalho: a naturalização histórica e social do não pagamento do trabalho realizado pelas mulheres. No meio rural, essa lógica talvez se expresse de forma ainda mais brutal. As mulheres ao serem

socialmente associadas ao cuidado, à reprodução da vida e às atividades domésticas, vistas quase que como “extensões naturais” de suas responsabilidades, característica e condição intrínseca à sua existência, são constantemente excluídas do reconhecimento formal e econômico de seu trabalho.

A luz da análise histórica apresentada por Davis (2016) compreende-se que a marginalização do trabalho feminino não é um fenômeno natural, tampouco restrito ao âmbito doméstico, mas uma construção social e econômica profundamente associada às transformações do espaço e das relações produtivas no desenvolvimento do capitalismo. Ao destacar como, nas sociedades coloniais, o trabalho das mulheres era central para a reprodução da vida e da própria economia doméstica, seja na produção de alimentos, na manufatura, nos cuidados com a saúde ou na administração de pequenos negócios, a autora revela que a separação entre produção e reprodução, posteriormente consolidada pela industrialização, foi um processo violento de desterritorialização das mulheres do espaço produtivo. A transição do trabalho da casa para a fábrica não apenas deslocou os centros produtivos geograficamente, mas também instituiu um novo ordenamento socioespacial que invisibilizou e desvalorizou o trabalho feminino, reduzindo-o ao espaço privado, sem reconhecimento econômico e social.

Assim, o que se observa a partir da análise proposta pelos referenciais teóricos acerca do tema, é que a divisão sexual do trabalho não opera apenas nas relações interpessoais, mas se materializa no território, estruturando as dinâmicas urbanas e rurais, as hierarquias do mercado de trabalho e, conseqüentemente, a própria lógica de ocupação do espaço. Tal leitura permite compreender que os processos contemporâneos de exploração no campo, inclusive no contexto da monocultura e da concentração fundiária, não podem ser dissociados dessa longa trajetória de apagamento, subordinação e desvalorização do trabalho das mulheres, cuja centralidade econômica foi historicamente deslocada, mas jamais deixou de ser fundamental para a reprodução da vida

Essa ausência de valorização não se restringe ao campo, mas reflete uma construção social mais ampla, na qual o trabalho doméstico e de cuidado é sistematicamente desconsiderado, mesmo sendo fundamental para a sustentação da vida e da própria economia. Essa lógica de apagamento do trabalho das mulheres é antiga e estrutural, e se expressa de maneira muito explícita na análise que evidencia como, dentro da própria família, as tarefas domésticas seguem sendo invisibilizadas, fato evidenciado pelas análises de Angela Davis.

Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: “Ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita,

não o chão esfregado e lustrado”. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas (Davis, 2016, p.214).

Assim, quando realizam as mesmas atividades produtivas que os homens, seja na cidade ou no campo, além das tarefas reprodutivas e domésticas, muitas vezes não têm sua força de trabalho reconhecida nem remunerada. É possível que esse processo crie um terreno fértil para que práticas de trabalho análogo à escravidão incidam de forma mais severa sobre as mulheres. Afinal, se historicamente lhes foi imposto trabalhar em jornadas exaustivas de trabalho, sem receber, dentro de suas casas, no campo, no cuidado com filhos e até nos espaços dos patrões, essa lógica se perpetua e se institucionaliza, tornando o trabalho não pago uma prática socialmente naturalizada e, portanto, mais difícil de ser percebida, denunciada e combatida quando atinge as mulheres no campo.

Nesse sentido, a naturalização do trabalho não remunerado das mulheres no campo, especialmente das mulheres negras, não é um fenômeno isolado, mas parte integrante de uma lógica estrutural forjada historicamente na formação do território brasileiro. Tal como destaca Mendonça (2021), essa lógica está enraizada no racismo institucionalizado e na herança de uma ordem colonial, patriarcal e elitista que moldou a organização do espaço e das relações sociais no país.

A sobreposição das opressões, ou melhor, a interseccionalidade, entre classe, raça e gênero produz uma territorialização das desigualdades, visível na marginalização sistemática das populações negras, indígenas e das mulheres, que seguem ocupando os espaços da precarização, da invisibilidade e da negação de direitos. Portanto, compreender como essas dinâmicas operam é essencial para analisar os atuais conflitos sociais e territoriais, sobretudo em regiões como o Território Rural do Bolsão sul-mato-grossense que é área foco de análise deste estudo, onde a expansão do capital, representada pela monocultura e pelo agronegócio, segue aprofundando as contradições de um território historicamente desenhado para servir aos interesses dos poucos que detêm poder, terra e riqueza.

Essa lógica de expropriação e negação, que atravessa tanto os povos originários quanto a população negra, pobre e as mulheres, evidencia que a formação territorial brasileira está profundamente ancorada em um projeto de colonização, no qual a terra é apropriada como mercadoria e instrumento de poder. A marginalização dessas populações não se limita à retirada física dos territórios, mas se prolonga na estruturação de uma ordem social, econômica e cultural que normaliza sua exclusão e subalternização.

A partir da leitura de Martins (2010), compreende-se que o processo de formação do Brasil se estruturou historicamente sobre diferentes formas de cativeiro, inicialmente centrado na escravidão de pessoas e, posteriormente, na própria terra. Contudo, é preciso reconhecer que há um cativeiro antigo e persistente, que atravessa diferentes formações sociais: o cativeiro dos corpos, especialmente os corpos femininos. Esse tipo de dominação antecede e atravessa os outros cativeiros, pois, ao longo do tempo e do espaço, as sociedades desenvolveram mecanismos de controle, exploração e subjugação dos corpos das mulheres, associando-os à reprodução biológica, ao trabalho invisibilizado e à manutenção das estruturas patriarcais.

Essa lógica não é dissociada do modelo colonial e capitalista, ela o antecede, o conforma e é parte constitutiva dele, na medida em que articula opressões de classe, raça e gênero para sustentar tanto a acumulação de capital quanto a reprodução das desigualdades. Esse processo, como analisam Oliveri e Milani (2022), a partir das leituras de Scott (1988) e Bourdieu (2020), está profundamente vinculado à socialização dos corpos, que condiciona também as espacialidades de cada sujeito social, operando desde antes do nascimento e se prolongando ao longo de toda a vida, nas diversas dimensões da experiência em sociedade, logo, as relações sociais territorializam o espaço, produzindo territórios de reprodução das performances de gênero.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "têrntorializa" o espaço. (Raffestin, 1993, p.143).

Desse modo, o gênero atua como um marcador estrutural das relações de dominação, naturalizando hierarquias e desigualdades, o que Bourdieu (2020) também evidencia ao mostrar como essas construções simbólicas tornam-se práticas incorporadas, reproduzindo e legitimando os sistemas de opressão que sustentam as estruturas capitalistas e patriarcais.

Não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, do ponto de honra caracteristicamente masculino, e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido dos gêneros construídos com duas essências sociais hierarquizadas. (Bourdieu, 2020, p.44).

Para Bourdieu (2020) a dominação masculina não se sustenta apenas pela força material, mas sobretudo, por um sofisticado processo simbólico que naturaliza construções sociais, as convertendo em evidências biológicas. Como reflete o autor, a divisão entre os sexos é fruto de

um longo trabalho coletivo de socialização dos corpos e de biologização das relações, que imprime nos corpos e nas subjetividades aquilo que passa a ser percebido como natural. Assim, os gêneros operam como *habitus*, reproduzindo uma lógica que inverte causas e efeitos na medida em que transforma construções sociais arbitrárias, como a divisão sexual do trabalho e dos espaços, em fundamentos supostamente naturais e, portanto, incontestáveis. Esse processo é tão eficaz que não apenas molda a realidade vivida, mas também condiciona a forma como ela é representada e até como é interpretada pela própria ciência.

Não se pode, portanto, pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária livre, deliberada, ou até mesmo calculada. O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradições, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe. (Bourdieu, 2020, p.50).

Nesse sentido, a divisão sexual do mundo se faz presente tanto em estado objetivado, inscrita nos espaços, nas práticas e nas instituições, quanto em estado incorporado, operando nos corpos e nos esquemas de percepção e ação dos sujeitos. Bourdieu (2020) evidencia que a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, na qual se ratifica continuamente a dominação masculina, por meio de uma rígida divisão social do trabalho, da distribuição dos espaços, dos tempos e dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Essa lógica estrutura não apenas o cotidiano, mas também ciclos inteiros de vida, onde os momentos de ruptura, de protagonismo e de produção são, constantemente associados ao masculino, enquanto às mulheres são reservados os tempos longos da gestação, do cuidado e da reprodução, tanto biológica quanto social. Trata-se, portanto, de um sistema que ao naturalizar essas relações hierárquicas, sustenta e legitima a reprodução das desigualdades de gênero como parte constitutiva da própria organização social.

Considerando que a “submissão e resistência sempre fizeram parte da vida das mulheres” (Strey, 2000, p.9 apud Narvaz, 2005, p.55) e que o objetivo deste trabalho é analisar a resistência, permanência e r-existência, ou seja, as práticas dos camponeses de resistir diante do avanço da territorialização de monopólio sobre o campo, é de suma importância compreender o papel das relações de gênero, e da opressão das mulheres na formação socioespacial brasileira, pois essas mulheres se mostram capazes de resistir.

Partindo da compreensão de que a submissão e a resistência sempre coexistiram na trajetória das mulheres, como expressa Strey (2000, apud Narvaz, 2005, p. 55), é impossível pensar os processos de territorialização do capital no campo brasileiro sem dar centralidade às relações de gênero que os atravessam. Este trabalho, ao se debruçar sobre as formas de resistência, permanência e r-existência camponesa diante do avanço da territorialização do monopólio no campo no Território do Bolsão Sul-Mato-Grossense, reconhece que as mulheres não são apenas afetadas por esses processos: elas os enfrentam, os denunciam e os reinventam com práticas que muitas vezes escapam às leituras tradicionais da luta política.

A opressão das mulheres, especialmente negras, pobres e camponesas, é parte estrutural da formação socioespacial brasileira. No entanto, essa condição, marcada pela exclusão das decisões e do acesso à terra, também gerou força e potência. São as mulheres que, mesmo nas margens, resistiram. Escrevo, portanto, não apenas como pesquisadora, mas como corpo generificado que sente, resiste e insiste. Como mulher, ainda que socializada e vivendo na cidade, compreendo sobretudo através das experiências de trabalho de campo, que as formas de se manter no campo, de produzir alimentos, de cuidar da vida e de narrar o mundo são, por si só, atos políticos. São práticas de existência insurgente diante de uma ordem que tentou, e ainda tenta, calar vozes e apagar histórias. E é por isso que compreender as relações de gênero na formação do território não é um desvio de foco, mas condição essencial para desvelar as múltiplas camadas da resistência que florescem no chão da luta.

1.3 – A Estrutura Fundiária ontem e hoje: capitalismo rentista, modernização da agricultura e desigualdade territorial

No Brasil, ao longo de sua história, desenvolveu-se um peculiar modelo de capitalismo com características rentistas, conforme aponta Oliveira (2001). Esse processo foi marcado pela fusão entre o capitalista urbano/industrial e o proprietário de terras, frequentemente reunidos na mesma figura social. Para Oliveira (2010, p.6) “quando ambos estão unificados em uma mesma pessoa, ele embolsa não só o lucro médio como também a renda da terra”, o que resultou na concentração de vastas extensões de terra nas mãos de poucos, em uma lógica tão funcional ao sistema que persiste, ainda hoje, sob novas dinâmicas.

Assim a propriedade fundiária não pode ser entendida como um entrave à expansão das relações capitalista de produção no campo, mas como contradição fundamental do modo capitalista de produção; é o tributo que o capital tem que pagar, sem o qual não poderá se expandir na agricultura e dominar o trabalho no campo (Oliveira, 2010, p.7).

É justamente sob a ótica desse contexto que ganha força o processo de modernização da agricultura que foi intensificado principalmente a partir do século XX. Longe de romper com a estrutura concentradora herdada da colonização, essa modernização, na verdade, a fortalece. A adoção de novas tecnologias, práticas e inovações científicas, que são voltadas ao aumento da produtividade e à produção em larga escala para exportação, aprofundou a lógica de acumulação e expropriação. Esse movimento não apenas consolidou a aliança entre capital industrial e propriedade privada da terra como também deu uma certa nova racionalidade econômica ao latifúndio que agora é redesenhado sob a lógica do agronegócio e do capitalismo mundial.

Balsan (2006) expõe que é a partir da década de 1960, a agricultura brasileira passa a ser marcada pelo avanço da modernização, impulsionada pela chamada Revolução Verde, e assim esse processo provocou profundas transformações nas práticas agrícolas e pecuárias, redefinindo os objetivos produtivos e as formas de exploração da terra. Como consequência, além do aumento da concorrência produtiva, surgiram impactos sociais e econômicos significativos sobre as populações rurais, que passaram a vivenciar processos de exclusão, concentração fundiária e precarização. Apesar de intencionar desenvolvimento econômico, essa modernização não desfez a desigualdade na estrutura fundiária brasileira.

Apesar de ter ocorrido uma redução do tamanho dos grandes latifúndios no último Censo agropecuário do IBGE (2017) - situação que é importante - em termos quantitativos a redução foi muito pequena, portanto verifica-se que a concentração de terras ainda é significativa, ou seja, esta redução não demonstra uma desconcentração fundiária, “o Brasil desconcentrou *grãos de areia* ante a política fundiária e a luta pela terra,” (Mitidiero Junior et al., 2017, p.11).

Os dados mais recentes do Censo Agropecuário do IBGE (2017) indicam que a concentração fundiária exacerbada continua a ser uma realidade marcante no Brasil. De acordo com o censo, 94,93% dos estabelecimentos do país possuem até 200 hectares. Essa elevada porcentagem mostra que a maior parte dos estabelecimentos rurais no país é composta por pequenas unidades. No entanto, esses pequenos estabelecimentos representam apenas 28,80% da área total. Isso sugere que, apesar de sua quantidade significativa, essas unidades ocupam uma fração relativamente pequena da terra, evidenciando uma distribuição desigual do território.

Em um país onde muitas pessoas desejam trabalhar na terra e viver o modo de vida camponês, a falta de acesso à terra é um problema de democracia. A terra, por ser um bem essencial para a vida, tornou-se uma mercadoria de alto valor, e o acesso a ela é restrito a quem pode pagar. Oliveira (2003, p.127) afirmou que o Brasil “caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”.

A alta concentração de terras sugere a necessidade de políticas que promovam uma distribuição justa da terra. A reforma agrária é um caminho fundamental para redistribuir terras de forma justa e apoiar os camponeses, promovendo maior justiça socioeconômica, assim, para Mercadante e Almeida (2019, p.113) a reforma agrária “representa justiça social por meio da distribuição da terra e oportunidade de reprodução social, ao permitir que os sujeitos contemplados disponham de um dos elementos fundamentais à recriação do modo vida camponês, a terra”.

É válido mencionar que o debate sobre a reforma agrária não deve ser compreendido de forma isolada ou descontextualizada, como se fosse um fim em si mesma. Na verdade, ela está inserida em um campo mais amplo e complexo, que é a própria questão agrária. Discutir reforma agrária significa, portanto, abordar as estruturas fundiárias, as relações de posse, de uso e de propriedade da terra, bem como os conflitos e as desigualdades que decorrem desse modelo de concentração fundiária historicamente construído no Brasil. Nesse sentido, como afirmam Mercadante e Almeida (2019, p. 114).

A reforma não é, em si, o começo, o meio ou o fim da discussão, mas integra uma temática mais ampla: a questão agrária. Assim, a reforma agrária apresenta-se não como a questão maior, mas como uma proposta de solução para os problemas dessa temática que, segundo Stedile, abrange todos os estudos relacionados à posse, ao uso e à propriedade da terra.

Compreender a reforma agrária dentro da questão agrária permite perceber que a concentração fundiária não é apenas um problema social, mas parte da lógica de expansão do capital no campo. A terra se torna cada vez mais um bem material disputado por grandes grupos econômicos. Essa realidade se expressa claramente no Mato Grosso do Sul, onde a concentração fundiária é uma das marcas da questão agrária no estado (Nardoque; Kudlavicz, 2019).

A estrutura fundiária concentrada se tornou cada vez mais atrativa para a expansão capitalista no campo, sobretudo devido aos incentivos creditícios do governo, e pela quantidade de terras ociosas. O MS é parte desta lógica territorial do capital, além da pecuária, soja, cana-de-açúcar, ganhou destaque a partir de 2006 com as agroindústrias de celulose.

A concentração fundiária que marca a estrutura agrária brasileira está diretamente associada ao avanço do capital no campo e às transformações impostas pelos processos de modernização da agricultura. Essa modernização, no entanto, não ocorre de forma uniforme, mas de maneira seletiva, priorizando os interesses dos grandes proprietários e das cadeias produtivas voltadas ao mercado externo. O processo de modernização, assim como diversas outras dinâmicas espaciais ocorridas no território brasileiro, não se deu de forma homogênea, trata-se de uma modernização com manchas (Santos; Silveira, 2008) que favoreceu sempre o grande proprietário, sendo assim “houve uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e da tradição nacional

[...] isso se dá com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos” (Santos; Silveira, 2008, p.120).

O capitalismo brasileiro é articulado mundialmente, tendo especificidades, sobretudo com o modelo agroexportador: monocultura e terra cativa, porém, sendo desde o início um capitalismo rentista, e o Estado teve grande participação no processo de estruturação desse tipo de capitalismo, logo, “uma das características da formação da propriedade da terra no Brasil é que a propriedade territorial se constituiu fundamentalmente a partir do patrimônio público” (Silva, 2008, p.18, apud Medeiros, 2021, p.27). Nesse contexto, Fabrini (2008) analisa criticamente a ideologia que sustenta as políticas estatais de apoio ao agronegócio, revelando como se constrói um discurso que justifica tais benefícios com base na promessa de vantagens coletivas. Segundo o autor,

(...) o conjunto de “benefícios” trazidos a toda a nação justificaria as compensações e socorro feito pelo Estado em nome da sociedade. O agronegócio, inserido no mercado capitalista global, vive ciclos de expansão e retração pelo fato de ficar sujeito ao humor do comércio internacional e variação do dólar. Neste sentido, para que o agronegócio não fique sujeito a momentos de euforia e depressão, as intervenções do Estado são defendidas como necessárias para garantir estabilidade ao setor (Fabrini, 2008, p.38).

Para Kudlavicz (2011) o modo de produção capitalista, estruturado na lógica da produção de mercadorias e na busca incessante pela valorização do capital, exerce crescente pressão sobre os recursos naturais, que passam a ser vistos apenas como reservas de valor a serem exploradas. No Brasil, esse processo se intensifica especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando o avanço do capitalismo no campo consolida a chamada modernização conservadora, aprofundando as dinâmicas de acumulação por meio da extração de renda e de lucro.

Como analisa Kudlavicz (2011), esse modelo produtivo impulsiona não só a concentração fundiária e a subordinação dos territórios às lógicas do mercado, mas também acentua a degradação ambiental. Isso se expressa no avanço dos desmatamentos, na exploração desenfreada dos minérios, no uso crescente de maquinários, no emprego massivo de agrotóxicos e, mais recentemente, na disseminação de sementes transgênicas, cuja adoção se sustenta na promessa de maior produtividade, mas que, na prática, aprofunda a dependência dos agricultores às grandes corporações e agrava os impactos socioambientais.

Essa análise revela como o agronegócio, apesar de se apresentar como setor altamente moderno, competitivo e eficiente, depende diretamente da intervenção do Estado para garantir sua estabilidade e lucratividade. Na prática, os riscos inerentes ao mercado global são socializados enquanto os lucros permanecem concentrados nas mãos dos grandes proprietários e das empresas que controlam a produção e circulação de commodities.

Esse modelo que é amplamente sustentado por políticas públicas (mesmo em governos mais democráticos), créditos subsidiados e incentivos fiscais, reforça as desigualdades territoriais, uma vez que prioriza a reprodução do grande capital no campo, em detrimento da agricultura camponesa, da democratização do acesso à terra, e sobretudo, da alimentação da população brasileira.

Logo, o agronegócio, que é a agricultura transformada em negócio, age de forma produtiva apenas quando o produto possibilita renda alta e lucro, neste caso: cana de açúcar, soja, algodão, milho, laranja e o eucalipto. Nosso entendimento é de que no Brasil existe uma questão agrária não resolvida. Isto significa dizer que o território brasileiro está atualmente em disputa pelo agronegócio e pelo campesinato (Kudlavicz, 2011, p.29)

Em outros países, como os Estados Unidos, o capitalismo clássico democratizou a terra concentrada pela via distributiva conhecida como reforma agrária (Almeida, 2003). Esse modelo buscava assegurar a ampliação dos mercados internos, favorecer a concorrência e reduzir os entraves impostos pelos monopólios fundiários. No entanto, no Brasil, a conformação histórica da estrutura agrária seguiu uma lógica distinta, marcada pela aliança entre o latifúndio e o capitalismo industrial emergente. Para Martins (1989, p.80) trata-se de “um modelo de capitalismo diverso do capitalismo clássico europeu ou americano: aqui, a reprodução ampliada do capital passa pela extração e realização da renda fundiária”. Almeida também discorre sobre essa questão, ao observar que:

O capital expande a produção capitalista no campo, mas gera também o latifúndio e a reprodução dos camponeses. Esta lógica de desenvolvimento é explicada por uma característica que o capitalismo assumiu no Brasil: o predomínio dos latifúndios não representa, em momento algum, entrave para o capital. É sim, a possibilidade, através da especulação, de se produzir capital fora dos circuitos produtivos, o que nos revela a face rentista deste capitalismo (Almeida, 2003, p.92)

Essa associação resultou na consolidação de um capitalismo de caráter atípico, no qual a concentração fundiária não é percebida como obstáculo, mas como um dos próprios pilares do processo de acumulação. Ao contrário do que se observa no capitalismo clássico, onde a concentração de terras é vista como entrave por gerar monopólios e limitar a concorrência, no Brasil essa concentração se articula diretamente aos interesses do capital, fortalecendo dinâmicas de exploração dos recursos naturais, subordinação do trabalho e aprofundamento das desigualdades territoriais.

Assim, a exploração da renda da terra justifica a concentração de terras no Brasil. Conforme demonstrou Martins (1990) o capital rentista é uma característica da

acumulação capitalista no campo brasileiro. [...] Portanto, agronegócio e latifúndio estão unidos pela acumulação capitalista rentista e a produção agropecuária (mercadorias) não está colocada no centro do processo para ambos os segmentos. Enfim, o Brasil é mais latifundiário do que se pensa (Fabrini, 2008, p.47 e 48)

Conforme os debates propostos por Martins (1989), compreende-se que trata-se de um capitalismo de caráter atípico, estruturado desde suas origens coloniais sob a égide da escravidão e da extrema concentração fundiária. Este modelo não rompeu com as formas pré-capitalistas, mas as incorporou funcionalmente à lógica de acumulação, articulando-se às dinâmicas do capitalismo mundial de maneira dependente e subordinada, especialmente através do modelo agroexportador baseado na monocultura e na terra cativa.

Ainda segundo Martins (1989), a particularidade desse capitalismo rentista é que ele não se estruturava exclusivamente na mais-valia extraída do trabalho livre, como no capitalismo industrial clássico, mas também na apropriação da renda fundiária e na reprodução de capitais fictícios, muito semelhantes aos mecanismos contemporâneos das especulações financeiras, cuja contrapartida é socializada e recai sobre toda a sociedade. Para o autor (1989, p.82) “o lugar da renda fundiária na acumulação depende de um jogo pendular de desconcentração fundiária e de colonização privada. É o meio de transformar renda em capital, de realizar a renda territorial no mercado imobiliário”.

A reflexão de Martins (1989) evidencia como a renda fundiária, na dinâmica do capitalismo brasileiro, não atua apenas como resultado da posse da terra, mas como um mecanismo estratégico de acumulação de capital. Ao apontar que a realização da renda depende de um movimento pendular entre a desconcentração relativa e a colonização privada, o autor revela que, no Brasil, o latifúndio é fundamental na engrenagem da especulação imobiliária, da financeirização da terra e da conservação da terra cativa.

O mesmo autor reforça o capitalismo rentista como um sistema econômico no qual a acumulação de riqueza não se dá diretamente pela produção, mas pela apropriação de rendas, como a exploração da terra e de recursos financeiros. Ele explora como essa forma de capitalismo, sustentada por uma aliança entre os interesses agrários e urbanos, se consolidou no Brasil, perpetuando desigualdades e concentrando a riqueza nas mãos de poucos.

A base desse capitalismo rentista não se circunscreve à Amazônia nem se explica pelo fato de que na Amazônia a abundância de terras livres, supostamente, obriga a formas coercitivas de exploração da força de trabalho, conseqüente base do clientelismo e do autoritarismo. A inviabilidade de um modelo político liberal, no caso brasileiro, repousa antes na renda territorial, no seu caráter tributário e antiliberal, que gera e impõe um Estado cartorial e clientelístico. A base desse

capitalismo rentista é o país inteiro e ele está firmemente presente nas várias regiões. (Martins, 1989, p.79).

Quando os grandes proprietários controlam vastas áreas de terra, há uma limitação do acesso a esse recurso, o que reduz a eficiência econômica que o capitalismo tanto preza, pois os grandes proprietários nem sempre utilizam as terras da maneira mais produtiva, o que vai na contramão da industrialização, que precisava de vastas áreas para a instalação das indústrias e para a produção. No Brasil, o latifúndio improdutivo ao invés de tornar-se um impasse ao capitalismo, pelo contrário, o favoreceu pela especulação gerando capital fora do processo produtivo, uma vez que não importa quanto tempo passa, a terra só se valoriza. Para Baratelli (2022, p.17) “consolidou-se no país, como espinha dorsal da economia e do poder, a aliança terra-capital, permitindo a convivência entre capitalistas industriais e grupos oligárquicos, relação mediada pelos subsídios do Estado”.

Diferentemente das formas clássicas do capitalismo europeu, que se consolidaram com base no desenvolvimento industrial e na mobilidade da terra como mercadoria, o capitalismo brasileiro consolidou-se sustentado pela grande propriedade fundiária. “No caso brasileiro, o capital não tem atuado na direção da separação entre capitalista e proprietário da terra. O que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital” (Oliveira, 2010, p.8).

A posse extensiva da terra passou a representar, além de um símbolo de poder, uma fonte estável e crescente de enriquecimento. Essa concentração territorial viabiliza não apenas lucros financeiros, mas também um tipo de controle social baseado na exclusão. Esse controle, se expressa nas relações desiguais que se impõem no campo: os grandes proprietários controlam o acesso à terra, determinam os usos do território e impõem formas de trabalho e de produção que desconsideram os saberes e os modos de vida das populações locais. Trata-se de um domínio que ultrapassa o econômico e se estende ao cotidiano, restringindo direitos, silenciando resistências e moldando o território de acordo com interesses privados.

[...] esse modelo [agronegócio] produz muito no campo, mas, com certeza produz muitos famintos porque concentra a terra de tal forma que ela produz não só grãos, mas também muitos sem-terra. O sem-terra é produto do agronegócio, foi o agrobusiness quem os desterritorializou. Esse modelo inventou uma agricultura sem terras. Só não esperava que os sem terras se organizassem para lutar contra o agronegócio. (Porto Gonçalves, 2011, p. 52 apud Silva, 2014, p.58).

O capitalismo brasileiro é profundamente voraz e integrado ao mercado global, mas de maneira submissa. Nossa burguesia está mundializada, articulada com os interesses internacionais, mas extremamente dependente. Esse capitalismo globalizado não prioriza a produção para o

mercado interno, o que agrava a situação. Nesse cenário, a agricultura familiar camponesa assume um papel essencial para a produção de alimentos destinados ao mercado interno.

A concentração da propriedade da terra não leva necessariamente a um aumento de capacidade de produção mas sim aumenta o poder dos proprietários de se apoderarem de parte cada vez maior da massa de mais-valia global, que é distribuída entre eles pelo simples fato de serem proprietários privados da terra. (Oliveira, 2010, p.6 e 7).

A análise de Oliveira (2010) evidencia que no contexto do capitalismo dependente brasileiro, a terra não se configura apenas como meio de produção, mas sobretudo como ativo estratégico na lógica da acumulação. A concentração fundiária não responde necessariamente a uma demanda por aumento da produtividade agrícola, mas sim a uma dinâmica de apropriação da mais-valia socialmente produzida, convertida em renda da terra. Nesse sentido, os grandes proprietários ampliam seu poder econômico não pela produção direta, mas pelo monopólio do território, extraindo assim o valor do simples fato de deterem a propriedade privada da terra, independentemente de sua efetiva utilização produtiva. Isso reforça a natureza rentista e especulativa do capitalismo agrário brasileiro, aprofundando as desigualdades territoriais e econômicas, ao mesmo tempo em que desloca a função social da terra, subordinando-a às lógicas do mercado financeiro e da circulação global de capitais.

É assim que a riqueza criada pelos pequenos agricultores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos reduzidos, barateiam a reprodução da força de trabalho industrial e urbana, permitindo que os salários sejam comprimidos, o que possibilita diretamente o incremento da taxa de lucro dos monopólios capitalistas na cidade. (Oliveira, 2010, p.11).

O mesmo autor reforça que o avanço do capitalismo no campo brasileiro ocorre de forma desigual e seletiva, sem romper com a concentração fundiária ou com as relações de dependência. Como afirma Oliveira (2010), a chamada modernização conservadora introduz tecnologias e amplia o consumo produtivo no meio rural, mas esse processo não é sinônimo de desenvolvimento amplo. Ao contrário, reforça a lógica do capitalismo monopolista, subordinando o campo às dinâmicas do mercado e mantendo os pequenos produtores e camponeses em condições de permanente desigualdade e subordinação econômica.

O problema central não reside na capacidade de produção, mas na distribuição. O Brasil, com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul, embora se consolide como grande produtor de commodities agrícolas no mundo, a exemplo da soja, milho, cana-de-açúcar e celulose, não assegura soberania alimentar para sua população.

No conjunto da produção agropecuária, quando comparado à produção agrícola nacional, os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2018), apresentam Mato Grosso do Sul como 10o maior produtor de feijão em grãos, 6o maior de trigo, 5o maior produtor de soja em grãos, 4o maior produtor de milho em grãos, cana-de-açúcar e mandioca e 3º maior rebanho bovino, atrás de Mato Grosso e Minas Gerais e a carne bovina é, também, o terceiro produto mais exportado, após celulose e soja. (Lamoso, 2020, p.249 e 250).

Ao priorizar a lógica da exportação e subordinar sua produção às dinâmicas do mercado internacional, o país permanece estruturalmente dependente, econômica e politicamente, dos interesses externos. Essa dependência não pode ser vista como um desequilíbrio acidental, mas como um projeto historicamente construído, que aprofunda as desigualdades, concentra a terra e compromete a autonomia nacional no que diz respeito tanto à alimentação quanto ao desenvolvimento social.

A tabela a seguir traz os dados fornecidos pela CONAB referentes à área total correspondente à soma das áreas plantadas com cada cultura (cana-de-açúcar, milho e soja) em todo o território brasileiro para a respectiva safra. A área é expressa em hectares (ha) e indica a extensão do território utilizado para o cultivo dessas culturas. Já a produção total representa a quantidade total colhida dessas culturas no Brasil durante a safra, expressa em toneladas (t). Esse indicador reflete o volume real produzido sendo fundamental para avaliar a capacidade produtiva do país. A combinação dessas duas variáveis permite compreender não apenas a dimensão da agricultura nacional, mas também a eficiência produtiva, quando relacionada à produtividade (produção por hectare).

Tabela 1: Série histórica decenal (1976 a 2025) de área total plantada de cana, soja e milho

Safra	Área Cana (ha)	Produção Cana (t)	Área soja (ha)	Produção Soja (t)	Área Milho (ha)	Produção Milho (t)
1976/77			6.949,0	12.145,0	11.797, 3	19.256
1986/87			9.221,7	13.207,5	14.610, 4	26.759
1996/97			11.381, 3	23.189,7	13.798, 8	35.715,6
2006/07	6.163	474.800	20.686, 8	55.027,1	12.963, 9	42.514,9
2016/17	9.049,2 0	665.586,20	33.909, 4	115.026,7	17.591, 7	97.842,8

2024/25(proj.)	8.695,5 0	678.668,20	47.619, 8	169.605,80	21.435, 7	128.252,7
----------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------	-----------

Fonte: Conab (2024) Org: Oliveri (2025)

A análise da série histórica revela como o Brasil se consolidou como um dos grandes produtores de commodities agrícolas, especialmente soja, milho e cana-de-açúcar. A soja, que em 1976 ocupava cerca de 6,9 mil hectares, salta para uma projeção de 47,6 mil hectares em 2024, acompanhada de um aumento na produção de 12,1 mil para 169,6 mil toneladas no mesmo período. O milho segue trajetória semelhante, saindo de 11,7 mil hectares para mais de 21,4 mil, com crescimento na produção de 19,2 mil para 128,2 mil toneladas. A cana-de-açúcar, embora apareça nos dados a partir dos anos 2000, também reflete essa expansão, saltando de 6,1 mil hectares para quase 8,7 mil hectares, com a produção passando de 474,8 mil para 678,6 mil toneladas.

Esses números evidenciam não apenas ganhos de produção e avanço tecnológico, mas também a consolidação de um modelo produtivo profundamente vinculado à lógica do agronegócio. Trata-se de um padrão que, ao mesmo tempo, em que impulsiona o Brasil no comércio internacional, reforça a concentração fundiária, pressiona o meio ambiente e fragiliza a produção de alimentos para o consumo interno, aprofundando contradições socioeconômicas e territoriais.

A expansão da agricultura industrial nos moldes da revolução verde, também conhecida como “modernização do campo” e, atualmente, este modelo recebe o nome de agronegócio, que nada mais é do que um nome novo de mercado para designar velhas relações sociais e econômicas, cuja essência remonta ao sistema colonial implantado como modelo agropecuário sob a tríade: latifúndio/monocultura de exportação/exploração dos trabalhadores. (Silva, 2014, p.116).

O padrão de inserção do Brasil na economia globalizada tem privilegiado a lógica exportadora em detrimento das necessidades internas de abastecimento alimentar e desenvolvimento social. Esse modelo, orientado por interesses do capital transnacional, estrutura-se em torno de grandes cadeias produtivas voltadas ao mercado externo, o que acaba por subordinar o uso do território aos interesses do comércio internacional. Nesse contexto, as formas de produção camponesa, ainda que frequentemente marginalizadas pelas políticas públicas, exercem um papel estratégico ao garantir a diversidade alimentar, preservar práticas sustentáveis e manter redes locais de abastecimento.

Assim a agricultura brasileira está subordinada à indústria, de um lado, como consumidora potencial de produtos de origem industrial, mediada pelo Estado, e

de outro, subordinada aos proprietários de terras que têm cobrado também o seu tributo para permitir a produção necessária. (Oliveira, 2010, p.19 e 20).

Isso significa que a lógica produtiva no campo não se organiza prioritariamente em torno da produção de alimentos para atender às necessidades da população, mas sim sob a ótica da geração de mercadorias, orientada pela busca incessante do lucro. A terra, os insumos e até mesmo o próprio alimento são tratados como meras mercadorias, submetidos às dinâmicas do mercado e à lógica do capital, no qual produzir significa atender à demanda das cadeias industriais e financeiras, e não garantir segurança alimentar ou desenvolvimento social no território.

Na análise de Oliveira (2010), a expansão do capitalismo sobre o campo se dá de forma desigual e contraditória, preservando, inclusive, determinadas relações não capitalistas quando estas são funcionais à reprodução do próprio capital. Isso explica porque, mesmo com os avanços tecnológicos e a modernização da agricultura, foi um processo que ficou conhecido como “modernização conservadora”, uma vez que não houve ruptura com a concentração fundiária nem com as desigualdades estruturais.

Pelo entendimento da análise do autor, nota-se que o avanço do capital sobre o campo não significa apenas mecanização ou uso intensivo de insumos, mas também a intensificação de relações desiguais de produção e de apropriação da terra e dos recursos. A produção, nesse contexto, não pode ser dissociada do consumo, especialmente do consumo produtivo, que cresce nas cadeias do agronegócio, impulsionando não só a demanda por máquinas, fertilizantes e agrotóxicos, mas também aprofundando a dependência dos agricultores às grandes corporações. Contudo, Oliveira (2010) alerta que essa dinâmica deve ser lida dentro do processo mais amplo de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, que reorganiza o território, redefine as relações sociais e subordina os usos da terra às dinâmicas globais do capital.

Essa configuração está diretamente vinculada ao capitalismo mundializado, priorizando a lucratividade e a expansão do capital em escala internacional. A produção agrícola brasileira deixa então de ser um meio para garantir a soberania alimentar nacional e torna-se parte de um sistema que subordina a produção de alimentos (ou que deveria ser) a interesses econômicos globais, aprofundando a financeirização do campo, a concentração fundiária e as desigualdades sociais e territoriais.

O verdadeiro impasse, portanto, não está na insuficiência produtiva, mas sim, na desigualdade profunda da apropriação e na redistribuição dessa riqueza gerada. Mesmo tendo lucro com as vendas externas, o país ainda enfrenta problemas internos graves, como a fome e a dependência de mercados e instituições financeiras internacionais, e não assegura o direito à alimentação de forma plena para toda a sua população. Essa contradição revela não uma falha

acidental, mas a expressão de uma racionalidade política deliberada, que organiza o território para beneficiar determinados grupos econômicos, mantendo amplos setores sociais em condições de vulnerabilidade e exclusão.

A partir dessas análises, torna-se evidente que a estrutura do território brasileiro foi organizada através de um modelo que concentrou terras e colocou a população enquanto mão de obra barata, resultando em uma sociedade excludente, com má distribuição de renda, e com desigualdades regionais e intrarregionais.

A estruturação territorial marcada pelas atividades econômicas inseriu o território brasileiro na economia-mundo, marcando uma divisão territorial em grandes setores, de acordo com Becker e Egler (1994). Justamente por ser um processo pautado na exploração demonstra que a consolidação do território brasileiro pós exploração colonial está pautada nas desigualdades territoriais que favoreceram a elite brasileira estritamente associada à renda da terra. Ou seja, o espaço agrário brasileiro já se inicia com a formação de latifúndios, direcionando extensas frações do território a poucos grupos de indivíduos, mais especificamente a elite agrária que por séculos se mantém pela renda da terra.

Nesse sistema onde quase tudo vira mercadoria, a terra, que é um bem natural finito, de suma importância para a sobrevivência humana, deveria ser um direito a todos, mas passou a ser uma mercadoria praticamente inacessível a boa parte da população brasileira, inserida em uma cultura monopolista, que concentrou a terra na mão de poucos e desenvolveu estratégias políticas, econômicas e sociais para a permanência dessa estrutura. “Dessa maneira, considerando a terra como indispensável para a vida, é de onde se produz alimento, moradia e trabalho, entende-se a concentração fundiária a raiz da desigualdade no país” (Medeiros, 2021, p.24).

A terra é a base de nossa existência, logo, quem detém muita terra, controla a sociedade, situação que gera uma sociedade autoritária, como a brasileira, em que, geralmente, os pobres vivem de favores, bem por isso uma sociedade violenta em todos os segmentos, como foi possível verificar pelos dados disponibilizados pela CPT, analisados anteriormente em nosso texto. A terra enquanto sinônimo de poder, logo quem detém muita terra controla a sociedade ao mesmo passo que obtém grande lucro e renda, pois favorece a super-exploração do sistema de produção, onde quem paga são todos, mas quem recebe é uma parcela seleta da sociedade.

Essa lógica de concentração fundiária como instrumento de poder, controle social e aprofundamento das desigualdades, que persiste na sociedade brasileira, não é fruto do acaso, mas herança de um processo histórico de ocupação e apropriação dos territórios. No caso da região Centro-Oeste, especialmente de Mato Grosso e, posteriormente, de Mato Grosso do Sul, esse processo se estruturou desde a colonização. A terra, desde então, foi convertida em mercadoria e

instrumento de dominação. Assim, compreender essa trajetória histórica é fundamental para entender as bases estruturantes das desigualdades atuais, que se expressam tanto na violência no campo quanto na reprodução de uma sociedade marcada pela dependência, pelo autoritarismo e pela negação sistemática dos direitos à terra e à dignidade para a maioria da população, na área foco deste trabalho.

Conforme as ideias de Reis (2010), ao longo do tempo e do espaço, sabe-se que a região centro-oeste, especialmente Mato Grosso, passou a ser ocupada pelo não indígena desde os séculos XVI e XVII, por meio da criação de gado, cavalos e as reduções jesuítas, nos campos pantaneiros. Já por volta das primeiras décadas do século XVIII a ocupação não indígena se dá pelos monçoeiros que encontraram minérios em alguns pontos do território. Ganha expressividade a criação de gado durante os séculos XVIII e XIX. Esta opção de ocupação capitalista do território perdura ao longo dos anos como expressão econômica no processo de apropriação das terras do interior do país.

Podemos destacar ainda que entre as décadas de 1930 e 1940 colônias agrícolas foram criadas no Centro-Oeste ⁵.

A partir do governo de Getúlio Vargas em 1930, o Estado passa a atuar no espaço matogrossense por meio de projetos e programas, objetivando “integrar” as regiões Norte e Centro-Oeste na economia nacional e amenizar tensões sociais nas áreas de maior densidade demográfica do país. Nesse contexto, a "Marcha para o Oeste" foi lançada em 1938, resultando na criação da Fundação Brasil Central e das Colônias Nacionais Agrícolas de Goiás, localizada em Ceres (GO) e Dourados (MT) no Sul do antigo Mato Grosso em 1948 (ABREU, 2001) (Melo, 2015, p.31)

Posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, a região foi marcada pela construção de uma nova capital, Brasília-DF, e a implantação de rodovias que interligam a nova capital a múltiplos pontos do país, promovendo uma melhor articulação entre a região centro-oeste e as demais regiões do país.

Neste sentido, destacamos o Plano de Metas (1957-60) do governo Juscelino Kubistchek, de modo particular em dois aspectos: a construção de Brasília e a construção de rodovias (COSTA, 1988). No tocante ao projeto de integração do interior do país, esse foi essencial para o período de forte industrialização vivido nos anos 1960-70. Assim, através dos transportes, principalmente com a construção de rodovias, o Centro-Oeste liga-se com a região sudeste industrializada. Esta estratégia tinha por objetivo tornar o Centro-Oeste produtor de matérias primas para as indústrias que se estabeleciam na região Sul e, ao mesmo tempo, torná-lo um mercado consumidor dos produtos industrializados.

⁵ Que posteriormente serão abordadas de forma mais aprofundada na pesquisa.

Destacamos de modo particular a década de 1970, após o golpe militar de 1964, quando a estratégia de integração passa a ser perseguida como objetivo principal do Estado brasileiro, para tanto foram elaboradas políticas públicas direcionadas para a ocupação econômica da região Amazônica e do Centro-Oeste, de modo específico com a elaboração e execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (Kudlavic, 2011, p.42).

Essa integração da nova capital a múltiplos pontos do país se fortaleceu por volta dos anos 1970/80 pela implementação de projetos de desenvolvimento regional e de programas especiais que criaram melhores condições para expansão da agricultura moderna. É nessa mesma época que se desenvolve a agricultura moderna promovida por políticas públicas que adotam o padrão tecnológico chamado de “Revolução Verde”, ao mesmo tempo em que se mantém uma agricultura de subsistência dos pequenos agricultores rurais que são excluídos das políticas públicas, mas que mesmo assim seguem (re) existindo, demonstrando a resistência dessa população camponesa, que mantém relações não tipicamente capitalistas dentro do sistema capitalista.

Martins (1989) examina as dinâmicas sociais que fogem dos padrões capitalistas convencionais, destacando como práticas comunitárias, a exemplo da economia familiar (encontrada no campesinato), muitas vezes invisíveis na economia capitalista, que desempenha um papel crucial na reprodução camponesa. Essas relações não são tipicamente capitalistas, pois não seguem a lógica do lucro e do valor de mercado, já que se substanciam em uma produção mais voltada para o autoconsumo, para a reprodução familiar.

As relações tipicamente capitalistas são aquelas que precisam ter lucro, que estão dentro da mais valia. Produz cada vez mais para lucrar cada vez mais, tendo a figura do salário. Um proprietário de um sítio, por exemplo, onde os filhos trabalham, mas não há salário, não visa o lucro. Com base no entendimento das leituras propostas por Martins (1989), a agricultura camponesa não é tipicamente capitalista, pois o dinheiro não visa o capital, não é investido para isso. Não produz para o lucro, mas sim para a sobrevivência.

Em nossas entrevistas o que vemos se repetir nos assentamentos são as produções para o autoconsumo e para a criação dos animais, que vem sendo cada vez mais prejudicados pelas monoculturas implementadas pela agricultura capitalista – leia-se agronegócio - na região, sobretudo a de eucalipto, que não deixa espaço para a morada e alimentação desses animais, afetando a fauna local. O trecho da entrevista a seguir revela uma camponesa que planta araçá, mesmo sem, pessoalmente, ser uma fruta da qual gosta, porque os passarinhos gostam. “Em cima eu plantei para os passarinhos, eu não como ele porque ele é meio azedo. Sabe? Mas os passarinhos gosta muito. Olha o pé de goiaba, ó, novinho, ó!” (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A 20 de Março, 2024).

A Revolução Verde, que atingiu seu auge nas décadas de 1960 e 1970, consistiu em um conjunto de inovações tecnológicas destinadas a aumentar a produtividade agrícola. Essa revolução se caracteriza pelo uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, devastando domínio morfoclimático local, promovendo uma série de desequilíbrios, tanto na fauna, quanto na flora, além de desenvolver problemáticas sociais, sobretudo no campo, como a expulsão dos povos do campo (Dubos-Rauol, Almeida, 2022). Embora tenha se apropriado do discurso de combate à fome, na prática, esse modelo introduziu a modificação genética de sementes e o uso intensivo de agrotóxicos para a produção de monoculturas.

A dominação da natureza pela técnica com o uso intensivo de insumos modernos, como sementes selecionadas cientificamente, maquinários, combustíveis, agrotóxicos, irrigação, dentre outros, como destacado anteriormente, foi justificada por uma causa nobre: o aumento da produtividade agrícola para alimentar as pessoas e solucionar a fome no mundo (Fabrini, 2018, p. 66).

Oliveri et al (2023) apontam que a Revolução Verde não serviu para matar a fome, já que a produção do agronegócio não se volta para a produção de alimentos para este fim, mas sim para a produção de mercadorias para exportação. Essas práticas alteraram o tempo da natureza para atender ao tempo de giro do capital, ou seja, modificaram geneticamente as sementes e utilizaram agrotóxicos para reduzir o tempo necessário para a colheita. Contudo, ao transformar o tempo da natureza, geraram grandes impactos ambientais e, mesmo após décadas de implementação, a fome mundial continua a aumentar.

2 - MODERNIZAÇÃO, CAMPESINATO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E RECORTE SUL-MATO-GROSSENSE

O estado de Mato Grosso do Sul, desde sua formação, apresentou uma intensa concentração de terras. Fabrini (2019) destaca que o estado já nasce com um caráter concentrado. Vale ressaltar que a separação entre Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT) ocorreu em 1977, com a aprovação da Lei Complementar nº 31, que dispôs sobre a criação do novo estado: "Fica criado, no território nacional, o Estado de Mato Grosso do Sul, com a capital em Campo Grande, e com a divisão territorial que lhe é conferida pela presente Lei" (Brasil, 1977).⁶

⁶ BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.** Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm. Acesso em: 29 mai. 2025

Com a separação o estado torna-se atrativo para grandes proprietários capitalistas e empresários agroindustriais, objetivando suas alianças de classe.

Neste contexto de expansão do capitalismo no campo sul-mato-grossense é importante esclarecer o conceito de agroindústria. A partir da análise de Oliveira (2010), compreende-se que a agroindústria não se limita à simples articulação entre os setores agrícola e industrial, mas configura uma expressão sofisticada da dinâmica capitalista no espaço rural. Trata-se de um modelo no qual a produção agrícola é subordinada às exigências, ritmos e lógicas do capital industrial. Nesse arranjo, o setor industrial não apenas realiza a transformação dos produtos agrícolas, mas avança no controle direto sobre o processo produtivo no campo, desde a definição dos insumos, das técnicas produtivas e dos padrões de cultivo até a apropriação da circulação e da comercialização. Dessa forma, a agroindústria consolida-se como uma forma de aprofundamento da dominação do capital sobre o trabalho e sobre o campo.

Inicialmente, o MS esteve muito voltado à agropecuária, com sua formação socioespacial diretamente associada ao processo de colônia de exploração, similar a outras regiões do país. Embora a agropecuária continue a ser uma das principais atividades produtivas, nos últimos anos essa dinâmica tem mudado, conforme as necessidades do capital, que agora se interessa pelos agrocombustíveis provenientes de grãos como a soja e pela celulose produzida pelo eucalipto.

O Estado de Mato Grosso do Sul tem sua dinâmica produtiva historicamente formada pela pecuária e lavoura de grãos, tendo se integrado ao capitalismo industrial pelas exportações de commodities a partir dos anos sessenta. **A pecuária bovina sempre esteve distribuída pelo território**, embora ainda concentrada no Pantanal, onde recursos naturais lhe reservam exclusividade no uso do espaço rural. (Lamoso, 2020, p.249 e 250, grifo nosso).

De acordo com Mendonça (2021) até as primeiras décadas do século XX, esse espaço (atual Mato Grosso do Sul, sobretudo a região de Três Lagoas) ainda era caracterizado por uma dinâmica marcada pela rusticidade, pelo predomínio da natureza e por uma ocupação extremamente dispersa, como ocorria em boa parte do Oeste brasileiro.

Segundo Mendonça (2021) foi a partir da expansão da malha ferroviária, especialmente com a construção dos trilhos que cortavam o território, que surgiram as primeiras vilas e, posteriormente, cidades que buscavam se desvencilhar da condição de sertão, superando lentamente o isolamento e a precariedade de infraestrutura. Esse processo foi impulsionado por intensos fluxos migratórios, com a chegada de nordestinos, paulistas, mineiros, portugueses e sírio-libaneses, que, em marcha constante, alteraram profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais da região.

Kudlavicz (2011, p.42) afirma que o “Estado brasileiro teve papel muito importante como agente indutor do desenvolvimento do capitalismo no campo e na produção do território”. Assim, por meio das investigações do autor compreende-se que a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1957-1960), observa-se uma atuação incisiva do Estado brasileiro como agente central na promoção e expansão do capitalismo sobre o território, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Amazônica. O projeto de interiorização do desenvolvimento, materializado na construção de Brasília e na intensa expansão da malha rodoviária, teve como função estratégica integrar o interior do país às regiões industrializadas, sobretudo ao Sudeste.

Mendonça (2021) complementa que as primeiras referências sobre a penetração nesse território podem ser encontradas nas narrativas de expedicionários como o bandeirante Antônio Pires de Campos e o sertanista Joaquim Francisco Lopes, que, no início do século XVIII, descreveram suas incursões pelos sertões do então Mato Grosso. Relatos desses exploradores, segundo a autora, evidenciam tanto os desafios impostos pela geografia do cerrado quanto os conflitos com os povos originários, como os Kayapó, que resistiam à invasão de seus territórios. Esses registros históricos revelam que, desde seus primórdios, o processo de ocupação do território sul mato-grossense esteve profundamente associado às dinâmicas de exploração econômica, expansão territorial e dominação dos povos indígenas, elementos que ajudaram a moldar a configuração socioespacial do estado.

A vinda dos mineiros para esta região acelerou-se após as revoltas liberais de 1842, especialmente a partir de 1850. Alguns fixaram-se a noroeste de São Paulo, outros entraram em Mato Grosso. Seus hábitos de criadores se orientaram para grandes áreas propícias ao criatório, encontradas ao nordeste do atual Mato Grosso do Sul – campos para pastagens privilegiados por uma rica rede hidrográfica. (Mendonça, 2021, p.62).

No processo de ocupação e conformação do Mato Grosso do Sul, a atividade pecuária desempenhou papel central, funcionando como um vetor de expansão e consolidação das fronteiras econômicas e sociais no estado. Segundo análise de Mendonça (2021), a pecuária não se restringia à produção econômica, mas também operava como instrumento de “civilização”, no sentido colonial do termo, promovendo a efetiva ocupação do território e aprofundando a violência contra os povos indígenas.

Com base nas análises da mesma autora, entende-se que a instalação de grandes propriedades, moldou uma dinâmica fundiária marcada pela concentração da terra e pela formação de estruturas sociais hierarquizadas, em que os fazendeiros se cercavam de trabalhadores subordinados, capatazes, vaqueiros, roceiros e jagunços, além de fortalecerem o poder político e

econômico de suas famílias. Esse modelo não só garantiu o domínio sobre vastas extensões territoriais, como também consolidou a figura dos coronéis sertanistas, que passaram a exercer forte influência na organização do espaço, nas relações de poder e nos rumos da ocupação do território sul-mato-grossense.

Por conseguir se deslocar, o gado adentrou o interior da colônia e império e se estabeleceu de forma marcante onde hoje se encontra o estado de Mato Grosso do Sul, cuja combinação do cerrado, das condições climáticas, e da vasta extensão de área, é favorável a essa atividade econômica. No entanto, havia a crença de que o cerrado não era produtivo, o que levou à destruição (e continua a levar) de grande parte desse domínio morfoclimático, que é predominante no estado de Mato Grosso do Sul, sem a realização de estudos adequados sobre sua totalidade.

O Cerrado em suas características originais possuía uma área de mais de 2 milhões de km² que se estendia por vários estados brasileiros, dentre eles: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí. O Cerrado é considerado o segundo grande bioma brasileiro, ficando atrás apenas da Floresta Amazônica. O Cerrado possui rica variedade de flora com mais de 7.000 mil espécies, sendo a mais rica das savanas da qual o Cerrado faz parte. No entanto, esse bioma passa por profundas transformações. Isso implica em discursos que versam sobre o processo de destruição rápido e intenso que supera ao da Floresta Amazônica. Nesse processo de destruição, o **Cerrado já tem mais da metade de sua área original destruída e/ou altamente modificada**. Só no Estado de Goiás a estimativa é que restem apenas 38% de áreas de Cerrado. Destaca-se a recente onda de “destruição” dos Cerrados brasileiros haja vista abranger as quatro últimas décadas do século XX e exacerba-se na primeira década do século presente. Os motivos para essa destruição podem ser encontrados na forma como se tem desenvolvido e apropriação do espaço rural brasileiro (Ataídes, Silva, 2018, p.4, grifo nosso).

Kudlavicz (2011) complementa que essa integração não foi neutra, tampouco pensada para atender às populações locais, mas orientada à consolidação de um modelo econômico dependente e subordinado, no qual o Centro-Oeste se consolidava como fornecedor de matérias-primas, especialmente produtos agropecuários, para a indústria nacional e, simultaneamente, como mercado consumidor dos bens industrializados produzidos nos centros urbanos.

Assim, com base nas formulações de Kudlavicz (2011), nota-se que essa lógica se intensifica após o golpe civil-militar de 1964, quando o Estado aprofunda seu papel de indutor da ocupação econômica, utilizando políticas públicas, incentivos fiscais e grandes projetos de infraestrutura como ferramentas para viabilizar a expansão do capital no campo. Nesse processo, o território passa a ser funcionalizado às necessidades do agronegócio, consolidando a mercantilização da terra, dos recursos naturais e dos próprios territórios rurais, aprofundando as

desigualdades sociais, a concentração fundiária e a destruição ambiental, traços que marcam até hoje a configuração socioespacial dessas regiões.

2.1 – Desenvolvimento para quem? A lógica seletiva da modernização

A partir da década de 1970, empresas privadas começaram a desempenhar um papel significativo nesse processo de reorganização produtiva e funcionalização do território aos interesses do capital agroindustrial, especialmente em estados como Mato Grosso do Sul. Anteriormente, uma região com terras disponíveis a preços acessíveis, o cerrado tornou-se atrativo para grandes proprietários rurais e empresários do setor agroindustrial (realidade do território do Borsão-MS). A partir da década de 1970, segundo análise de Kudlavicz (2011), o Estado brasileiro intensifica seu papel como indutor da expansão capitalista sobre o território nacional, aprofundando as estratégias de integração econômica das regiões até então consideradas periféricas, como o Centro-Oeste e a Amazônia.

Esse movimento ganha centralidade com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), orientado pela aplicação da Teoria dos Polos de Desenvolvimento, que visava concentrar investimentos em áreas específicas para gerar efeitos multiplicadores sobre a economia nacional. Na prática, essa política se traduziu em maciços investimentos na modernização da agricultura, na construção de infraestrutura logística, especialmente rodovias e hidrovias, e na expansão voltada à consolidação de mercados consumidores (Kudlavicz, 2011).

Para Silva (2014) é importante destacar que o processo de ocupação do atual estado de Mato Grosso do Sul, especialmente no período pós-Guerra do Paraguai, foi profundamente marcado pela atuação da Companhia Matte Larangeira, cuja trajetória ilustra de forma emblemática como os interesses privados se articularam com os projetos estatais de colonização e controle territorial. Conforme analisa Silva (2014), a concessão de vastas extensões de terras devolutas à iniciativa privada, não teve como objetivo principal a democratização do acesso à terra ou o fortalecimento da pequena produção, mas sim atender aos interesses econômicos de exploração dos ervais nativos e consolidar o domínio territorial estratégico da região.

Dessa forma, percebe-se que a integração nacional nunca se apresentou como um processo neutro ou espontâneo, mas como um projeto geopolítico profundamente condicionado pelas exigências do capital, que moldou o território à sua lógica de exploração e acumulação. Nesse sentido, como bem analisa Almeida (1997), o próprio discurso do desenvolvimento atuou como uma ferramenta de dominação simbólica. Assim, torna-se evidente como a noção de

desenvolvimento se consolidou como um discurso de poder capaz de uniformizar práticas e modelos econômicos, sociais e territoriais, especialmente sobre os países periféricos.

No contexto do Mato Grosso do Sul, essa lógica ganha materialidade, por exemplo, na expansão do agronegócio e particularmente na produção da celulose, que incorpora, de forma recorrente, o discurso do “desenvolvimento sustentável” como estratégia de legitimação de seus projetos.

No entanto, tal como problematiza Almeida (1997), essa concepção de desenvolvimento não é neutra nem universal, mas uma imposição construída sob os parâmetros ocidentais, onde “de um modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo)liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo” (Almeida, 1997, p.36). Assim, tende-se a desconsiderar as especificidades socioterritoriais, culturais e ambientais dos espaços nos quais se instala.

Graças a seu caráter fluido e a seus objetivos humanistas, o termo desenvolvimento assimilou uma conotação positiva, de prejulgamento favorável: ele seria em si um bem, pois desenvolver-se seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor. Aqui, a analogia com o desenvolvimento dos organismos biológicos aparece claramente: se desenvolver é crescer, difundir potencialidades para atingir a maturidade. Esta analogia, no entanto, é falsa e enganosa pois, como bem sinaliza Morin (1977), cada desenvolvimento biológico é a repetição de um desenvolvimento precedente inscrito geneticamente. É, portanto, o retorno cíclico de um passado, e não a construção inédita do futuro. Sob essas bases há uma ruptura com a noção “oficial” de desenvolvimento, aquela que vê o desenvolvimento socioeconômico voltado necessariamente para a construção do futuro. (Almeida, 1997, p.36 e 37).

Nesse processo, o próprio conceito de sustentabilidade é capturado e ressignificado para atender aos interesses do mercado, enquanto os impactos sociais, ambientais e territoriais recaem sobre comunidades camponesas, indígenas e populações tradicionais, que seguem invisibilizadas pela lógica desenvolvimentista dominante.

Leff (2006) propõe uma crítica contundente às formas hegemônicas de se pensar a sustentabilidade dentro do modelo capitalista globalizado. Para o autor, a chamada “sustentabilidade” promovida por políticas de desenvolvimento sustentável busca internalizar os custos ecológicos do sistema produtivo, sem romper com sua lógica destrutiva, baseada na mercantilização da natureza.

Almeida (1997) observa ainda que a ideia de desenvolvimento, especialmente nos países periféricos, foi frequentemente reduzida à noção de modernização. Essa relação impôs um modelo de transformação baseado nos padrões dos países industrializados, onde modernizar significava adotar práticas, tecnologias e estruturas sociais que replicam a lógica do capitalismo ocidental.

Nesse contexto, a modernização é tratada como um processo técnico e econômico, enquanto o desenvolvimento aparece como uma política orientada à transformação social. Contudo, essa distinção torna-se difusa resultando na aplicação de modelos homogêneos que ignoram as especificidades territoriais e reforçam a visão dos países periféricos como espaços em permanente atraso.

Seguidamente a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”. A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um processo e o desenvolvimento uma política. (Almeida, 1997, p.37).

Almeida (1997) aponta que no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento foi aplicada diretamente à agricultura como parte do processo de expansão do capitalismo global. Nesse período, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, a agricultura, antes vista como um setor tradicional e “atrasado”, passa a ser incorporada de forma intensa à lógica do mercado e da industrialização, num movimento impulsionado pela ação articulada do Estado, das indústrias agroalimentares e de um segmento de grandes produtores rurais, que assumem perfil empresarial. A modernização agrícola, portanto, não se limitou à adoção de tecnologias mas consistiu em um projeto econômico e político que transformou o campo em uma extensão do processo industrial que o subordinou às exigências do mercado capitalista, ampliando a produtividade ao mesmo passo que também aprofundou as desigualdades e a exclusão dos modelos tradicionais de produção.

A expansão da agricultura “moderna” ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios. (Balsan, 2006, p.125).

Essa modernização da agricultura, que beneficiou principalmente os grandes proprietários de terras, gerou consequências sociais negativas e agravou problemas ambientais. Ela concentrou ainda mais riquezas, deteriorou a qualidade ambiental tanto no campo quanto nas cidades, e aprofundou a marginalização de parcelas da população. Tudo isso ocorre sob o manto de um discurso de desenvolvimento e modernidade, que promove a imagem do agronegócio como

símbolo de avanço tecnológico, valorizando o uso de máquinas e técnicas modernas, enquanto associa os camponeses à ideia de atraso e arcaísmo, desconsiderando o valor dos saberes tradicionais que são transmitidos de geração em geração e a existência de latifúndios improdutivos. Ademais,

(...) é necessário observar que na medida em que a modernização do campo avança com a monocultura e o uso de maquinários na agricultura, paralelamente gera outro processo como consequência: o êxodo rural. Situação que pode ser verificada nos municípios de Brasilândia e Três Lagoas onde estão instaladas agroindústrias canavieiras e celulose/papel, respectivamente. (Kudlavicz, 2011, p.56).

No período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970, a agricultura passou por uma profunda reestruturação orientada prioritariamente para a maximização rápida e intensiva da produção independentemente das condições e dos impactos ambientais locais. Esse processo implicou a adoção de um modelo agrícola fortemente dependente de capital externo e tecnologias industriais, que incluíam máquinas, sementes híbridas, fertilizantes e defensivos agrícolas. A dinâmica desse sistema foi sustentada por um aparato financeiro que facilitou o acesso ao crédito rural mas que, ao mesmo tempo, impôs uma crescente vulnerabilidade econômica. Tal configuração evidenciou a inserção da agricultura no âmbito do capitalismo globalizado, marcada pela especialização e pela dependência, gerando tanto ganhos de produtividade quanto a intensificação das desigualdades e fragilidades estruturais no campo. (Balsan, 2006).

Com base no entendimento da modernização da agricultura, nota-se que ao invés de políticas públicas que favoreçam a agricultura familiar camponesa no Mato Grosso do Sul, a produção de alimentos de qualidade e com baixos custos para a população, opta-se pela importação de alimentos em um estado com terra e capacidade produtiva, encarecendo os preços dos alimentos e mantendo o país dentro da realidade do mapa da fome. No entanto, Ferreira (2022, p.21 e 22) afirma que “mesmo que a maior porcentagem dos alimentos é resultante da importação de alimentos, os pequenos agricultores têm forte participação na entrega dos produtos no estado do Mato Grosso do Sul”.

No estado do MS, como em todo o país, em que os valores e as prioridades estão invertidos, e a acumulação e reprodução de capital sobressai face às necessidades básicas humanas, as condições de reprodução da vida, como um todo, correm riscos. Existe então uma contradição capitalista no campo, somos um país que é considerado como grande produtor de grãos, carne, celulose, mas o povo tem fome.

Ferreira (2022) busca aprofundar a análise sobre os regimes alimentares, entendendo-os como expressões históricas das diferentes hegemonias globais que, ao longo do tempo, moldaram a produção, circulação e consumo de alimentos conforme os interesses do capital internacional, e não conforme a fome do povo. A autora, sustentada nas abordagens de Ploeg (2008), utiliza o conceito de “Impérios Alimentares” para ilustrar como grandes corporações multinacionais passaram a controlar não apenas os recursos naturais, mas também os territórios e as economias locais. A crítica, portanto, aponta para a centralidade da alimentação como instrumento de dominação e acumulação no sistema capitalista contemporâneo.

Deve-se entender a fome a partir dos interesses dos grandes Impérios Alimentares que transformou a base da existência humana em mercadoria. Os alimentos tinham como principal função alimentar a população, mas transformaram-se em mercadorias, sendo possível, mediante acesso às políticas agrícolas e, sobretudo, pela apropriação dos recursos naturais. Posto isso, a apropriação dos recursos naturais permitiu que os grandes Impérios Alimentares controlassem quem produz e para quem se produz. (Ferreira, 2022, p.77).

Considerando que no Brasil há muita gente com pouca terra e pouca gente com muita terra, isto dá muito poder para os que possuem muita terra, poder suficiente para a manipulação política em massa, a fim de implementar a ideia da generalização da modernização do campo com a ideia de que o “Agro é pop”, por exemplo, sendo uma estratégia de marketing com o intuito de modernizar e suavizar a imagem do setor agropecuário, criar a ideia de que o latifúndio improdutivo desapareceu, associando ao agronegócio elementos da cultura popular contemporânea e ao entretenimento.

A ideia é transformar a imagem rural tradicionalmente considerada arcaica e conservadora do agro em algo mais moderno e atrativo, sobretudo aos jovens, usando influenciadores digitais, cantores relacionados ao agro (como os sertanejos universitários), eventos culturais e campanhas publicitárias, entre outros, visando inserir na mente da população a ideia de que o agro representa a modernidade, o avanço, o desenvolvimento. Porém, esse discurso cria uma desconexão da realidade do campo e uma “monocultura da mente” (Almeida e Fabrini, 2023).

A glamourização do setor através desse discurso esconde os problemas reais enfrentados pelos camponeses, como as desigualdades sociais, as dificuldades econômicas e as questões ambientais, além de associar o grande produtor ao moderno e o pequeno ao arcaico, desviando a atenção dos problemas e dos impactos gerados pelo agronegócio, apresentando uma visão idealizada e superficial da realidade.

Muito provavelmente não há um brasileiro ou brasileira residente em território nacional que não tenha escutado, repetidas vezes, a expressão “Agro é tech, agro

é pop, agro é tudo”, como professa a campanha de marketing veiculada pelo maior conglomerado de mídia e comunicação desse país, o sistema Rede Globo. Trata-se diretamente da campanha publicitária “Agro - A Indústria - A Riqueza do Brasil”, uma das peças publicitárias com maior número de incursões da TV brasileira, o que, evidentemente, envolve recursos milionários. O objetivo é claro, o de conquistar o consenso na sociedade brasileira de que o setor da economia recentemente intitulado de Agro é que assegura a economia nacional, sendo ele a “riqueza do Brasil”. Isso quer dizer que a publicidade, somada ao poder político do Agro nas esferas públicas, sobretudo no Legislativo e Executivo, e sua presença dentro das universidades e institutos de pesquisa tenta, a qualquer custo, posicionar o grande agronegócio como salvador da economia brasileira, proporcionando superávits comerciais e gerando renda e emprego como resultado dos milhões de toneladas de produção agrícola e pecuária. (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p.2).

Nesse contexto, além dos impactos sociais e ambientais, consolida-se também uma construção simbólica em torno do agronegócio, que passa a ser representado como sinônimo de progresso, inovação e desenvolvimento econômico. Esse discurso não surge de forma espontânea, mas é cuidadosamente elaborado e difundido por meio de estratégias midiáticas, campanhas institucionais e ações culturais, que reforçam a imagem de um campo tecnologizado, próspero e alinhado às exigências do mercado global. Assim, é nesse sentido que Mitidiero Junior e Goldfarb (2021, p.2) afirmam “conquistar corações e mentes para assumir esse discurso e construir essa convicção é o foco da campanha publicitária patrocinada pela JBS, maior empresa de carnes do mundo”.

Tal narrativa, no entanto cumpre um papel central na legitimação do modelo hegemônico, pois assim mascara as contradições estruturais presentes no campo, como a concentração fundiária, a expropriação de comunidades tradicionais e os crescentes impactos socioambientais. Assim, a disputa não é apenas pelo território físico, material, mas também pela construção simbólica sobre o que é o campo, quem o representa e quem dele se beneficia.

Dessa forma, o discurso que exalta o agronegócio como símbolo de modernidade e desenvolvimento não apenas oculta os impactos sociais e ambientais do modelo, mas também cumpre a função de naturalizar e legitimar a histórica concentração fundiária no Brasil. Ao associar o grande produtor à imagem de empreendedor moderno e eficiente, reforça-se a ideia de que a posse de grandes extensões de terra seria não só legítima, mas necessária para o progresso econômico, esvaziando o uso do termo “latifúndio”. Esse processo esvazia o debate sobre a desigualdade no campo, invisibilizando as lutas por reforma agrária, o modo de vida camponês e a diversidade produtiva que resiste fora da lógica do capital.

O latifúndio, assim denominado até a década de 1970, passou a ser chamado de agrobusiness na década de 1980, ganhando novas roupagens como agronegócio

entre a década de 1990 e 2016. Agora, transmuta-se, estrategicamente, em Agro e se reproduz com um imenso poder em suas mãos. A mais marcante força do agronegócio é o seu poder político, espalhado, principalmente, nos poderes Legislativo e Executivo de municípios, estados e da federação. A velha Bancada Ruralista, repaginada na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), constitui a mais duradoura e efetiva força política no parlamento. (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p.3).

Assim, a concentração da terra deixa de ser percebida como um problema social e passa a ser apresentada como uma condição produtiva e até moral, aprofundando as assimetrias históricas e estruturais que moldam o território brasileiro. A concentração de terra gerou problemas muito além da questão da terra, pois o latifúndio tornou-se uma instituição que comanda a sociedade, e é preciso confrontar-se com a naturalização dessa instituição.

O elemento central para Guimarães em 1963 não é um mero redistributivismo das terras do latifúndio enquanto extensão territorial, mas do latifúndio enquanto instituição. Portanto, não é uma pura e simples questão social, mas o rompimento com uma estrutura de dominação. (Gonçalves, 1993, p.3).

A generalização do agronegócio é uma tragédia que se não for questionada não permite enxergar outras formas de produção, como a agricultura familiar camponesa. Apesar das campanhas de apagamento, os camponeses continuam a produzir, mesmo sem grandes porções de terra, enquanto os donos de grandes áreas visam ao lucro e exportam para fora a fim de atender os que paguem mais, produzindo para exportação com isenções de impostos.

O Brasil vem privilegiando as exportações do grão, desde a implantação da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mais conhecida como Lei Kandir, que desonerou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) as exportações de produtos *in natura* (Coronel; Machado; Carvalho, 2009, p.283).

O direcionamento das políticas públicas e dos incentivos estatais no Brasil tem privilegiado majoritariamente o agronegócio voltado à exportação, o que evidencia uma priorização das dinâmicas de mercado e da reprodução do capital em escala global, em detrimento do fortalecimento da produção de alimentos para o mercado interno. Nesse cenário, é a agricultura camponesa que se mantém como responsável por boa parte da oferta de alimentos que abastecem o prato do trabalhador brasileiro, desempenhando um papel estratégico na garantia da segurança alimentar.

Conforme aponta a Cartilha da Agricultura Familiar (2006), isso é fundamental para assegurar a diversidade de alimentos, a geração de empregos no campo e a preservação de práticas produtivas tradicionais e adaptadas às realidades locais. Portanto, a manutenção e o fortalecimento

da agricultura camponesa são elementos centrais para enfrentar os desafios relacionados ao abastecimento alimentar e à redução das desigualdades no meio rural.

Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção gerada. [...] Apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de ha) a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira). (Cartilha da agricultura familiar, 2006).

Se fosse o contrário, o Estado dando prioridade à alimentação do próprio povo como sinônimo de soberania, poderíamos estar mais próximos da soberania alimentar, conseqüentemente, de uma sociedade menos desigual e menos violenta. Para isso, é preciso considerar a importância das relações não tipicamente capitalistas já existentes, como da classe camponesa, voltada ao trabalho familiar no campo, que a partir do seu modo de vida abre essa possibilidade de resistência, como destaca Shanin:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para os problemas de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa. (Shanin, 2008, apud Paulino; Almeida, 2010, p. 25-26).

Nesse sentido, compreender quem são os camponeses e como resistem às dinâmicas exploratórias e expulsivas é uma questão pertinente aos destinos da agricultura brasileira. Os camponeses são, em sua essência, aqueles que vivem no campo e promovem a agricultura familiar. Ao considerarmos a sociedade de classes, onde estão incluídos os proprietários de terra, é necessário incluir também os camponeses como uma classe. Contudo, sua terra não é capitalista, pois não serve à exploração da mais-valia, o que coloca os camponeses em uma posição mais próxima da classe trabalhadora do que dos capitalistas.

2.2 – Modo de vida camponês: trabalho, relação com a terra e reprodução social

Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão
Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares de mãe
Paraíso se mudou para lá.
Por cima das casas, cal
Frutos em qualquer quintal
Peitos fartos, filhos fortes
Sonho semeando o mundo real
(Monte, 2005)



É nesse chão, onde o horizonte parece repousar, que o modo de vida camponês persiste e resiste, feito herança viva entre gerações, guardado nos lares de mães, sonho semeando o mundo real - traduz o sonho de tantos trabalhadores rurais: o sonho da terra.

Para compreender quem são os camponeses no contexto espaço-temporal e territorial brasileiro, é válido se apropriar das ideias de Martins (1981) no trabalho intitulado “Os camponeses e a política no Brasil”. É importante compreender, sobretudo, que a introdução recente das palavras “camponês” e “campesinato” no vocabulário brasileiro não representa apenas uma atualização terminológica, mas a tentativa de atribuir um novo significado social e político a sujeitos do campo historicamente designados por outros nomes, conforme a região e as tradições locais. Conforme aponta Martins (1981), tais expressões foram incorporadas definitivamente pelas esquerdas nas décadas anteriores, com o objetivo de nomear e interpretar as lutas rurais emergentes no país nos anos 1950.

Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à posição ou cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (Martins, 1981, p.22 e 23).

Portando, para Martins (1981), ao fazer isso não se limitavam a nomear uma figura já existente, mas buscavam situá-la em uma posição estrutural dentro da sociedade, atribuindo-lhe um “destino histórico” com base em uma concepção externa, importada de outras realidades, “uma coisa, porém, é esse destino. Outra coisa é a concepção desse destino” (Martins, 1981, p.23). Esse processo evidencia uma tensão entre o que o autor chama de destino real, enraizado nas contradições vividas pelo trabalhador rural brasileiro, e a ideia de destino projetada a partir de experiências históricas alheias, como a do campesinato russo. Assim, a categoria “camponês”, ao ser transplantada para a realidade brasileira, revela tanto uma intenção política quanto um desencontro com a singularidade das formas sociais do campo no Brasil.

O destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro de destino do camponês (como estranha é a própria palavra nova que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições que vive, ao destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política. (Martins, 1981, p.23).

Entretanto, para Marques (2008, p.60)

Não se pode afirmar um destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da

questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados.

Com base na análise de Marques (2008), o conceito de camponês tem origem na realidade europeia medieval, mas sua configuração no Brasil se estabelece de maneira distinta, moldada pelas especificidades de uma sociedade periférica do capitalismo e profundamente marcada pelo latifúndio escravista. Diferente do camponês europeu, que possui forte enraizamento territorial, o campesinato brasileiro é caracterizado por elevada mobilidade espacial, fruto da posse precária da terra e da instabilidade estrutural. Assim, a constante busca por novas terras torna-se uma estratégia fundamental de reprodução social, sendo o modo de vida, e não necessariamente a propriedade da terra, o principal legado transmitido entre gerações.

De acordo com Marques (2008) é a partir da década de 1950 que o conceito de camponês ganha relevância nas ciências sociais brasileiras, ao mesmo tempo em que se fortalece enquanto identidade política, especialmente no contexto das Ligas Camponesas. Nesse período, a grande concentração fundiária e a desigualdade social tornam-se ainda mais evidentes com as transformações nas relações de trabalho, configurando os fundamentos da questão agrária nacional. A autora afirma que, até então, o camponês era nomeado conforme sua região e história local, como caipira, caiçara, colono ou caboclo, assim como os grandes proprietários, que recebiam designações como senhores de engenho ou estancieiros. Dessa mesma dinâmica social, que definiu o conceito de camponês, emergiu também o de latifundiário, seu par contraditório.

Martins (1981) reflete que antes de o termo “camponês” ser incorporado ao debate político nacional, os trabalhadores do campo brasileiro eram frequentemente nomeados por expressões carregadas de sentidos depreciativos, como “caipira”. Para Martins (1981), essas palavras, de uso antigo, não apenas designavam a localização rural desses sujeitos, mas também projetavam (e projetam) sobre eles uma carga simbólica negativa, associando-os à rusticidade, ao atraso, à ignorância ou até à preguiça. Tratava-se, portanto, de categorias sociais marcadas por um forte estigma, que os colocavam à margem da representação do urbano e moderno.

De modo semelhante, mas invertendo a direção simbólica, a atual campanha em torno do “agro”, sintetizada na fórmula “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, vista anteriormente, constrói uma imagem idealizada e futurista da produção agrícola, vinculando-a à inovação tecnológica, à geração de riqueza e ao progresso. A partir das análises bibliográficas feitas até aqui, percebe-se que as formas discursivas não são inocentes nem casuais, tratam-se de construções simbólicas interessadas, que operam dentro de um projeto político mais amplo. No passado, o estigma servia para justificar a exclusão dos camponeses do debate político e do reconhecimento social; no presente, a glamourização do “agro” reitera essa exclusão ao reforçar a ideia de que o campo

moderno não comporta mais sujeitos “arcaicos” como o camponês. Assim, a nova simbologia midiática contribui para excluir as formas tradicionais e populares de produção, apresentando o agronegócio como o único modelo legítimo de desenvolvimento rural. Na propaganda amplamente difundida pela mídia, afirmam:

O agro está em tudo, nas máquinas que colhem os grãos e se transformam em ração, que alimentam animais, que geram leite, carne e lã. Lã e algodão geram roupa, roupa tá na moda, moda gera lucro, que gera emprego e investimento, que volta para o campo, aumentando a produção de trigo, milho e cana, cana faz etanol, que movimenta carros, carro tá na propaganda, que anuncia tudo. Pneu de borracha, que veio das árvores, o sapato de couro que veio do gado. **Tudo vem do agro.** Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Agro, a indústria riqueza do Brasil (Globo, 2017, grifo nosso).⁷

A operação simbólica que hoje exalta o agronegócio como expressão máxima do progresso rural não pode ser dissociada de processos anteriores de disputa pelo sentido do campo e de seus sujeitos. Antes da glamourização, operou-se um longo período de estigmatização, em que o campo e os camponeses foram tratados como resquícios do atraso, incompatíveis com os ideais de modernização. Essa mudança discursiva, da negação ao apagamento por sobreposição simbólica, vangloriando o agro, reflete a continuidade de um mesmo projeto: excluir os sujeitos pobres do campo da centralidade política e da representação social. Nesse sentido, as observações de Martins (1981) permanecem atuais para compreender o papel da linguagem na luta de classes e na construção das identidades políticas do campo.

Assim, é significativo que, justamente quando os camponeses passaram a se afirmar politicamente, termos como camponês e latifundiário tenham ganhado força como palavras políticas, no momento em que os sujeitos rurais passaram a emergir como protagonistas das lutas sociais, inserindo sua realidade na agenda política, como observa Martins (1981).

Essas novas palavras - camponês e latifundiário - são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. (Martins, 1981, p.22).

Compreende-se que os termos “camponês” e “latifundiário” transcendem seu uso meramente descritivo, assumindo um caráter político fundamental. Esses conceitos são construções sociais que buscam captar a unidade das experiências e posições de classe no campo,

⁷**GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** Entenda a campanha “Agro é tech; Agro é pop; Agro é tudo”. G1 – Economia & Agronegócios, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/video/entenda-a-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-5343997.ghtml>. Acesso em: 24/05/2025.

articulando não apenas identidades, mas também a convergência das lutas camponesas. Assim, essas palavras refletem uma visão histórica que entende a dinâmica rural em termos de conflitos e antagonismos sociais, configurando-se como instrumentos essenciais para a compreensão e a mobilização política dos sujeitos envolvidos.

Martins (1981) ainda destaca que as diferentes palavras usadas para designar o camponês carregavam um duplo sentido espacial e social, posicionando-o como um sujeito excluído, situado entre o dentro e o fora da sociedade. Segundo o autor, essa condição de exclusão faz com que o camponês seja percebido como um estranho no debate político, chegando tardiamente e sendo tratado de forma ambígua, ora como ameaça, ora como incapaz de atuar historicamente. Essa ambivalência determina que sua inserção política ocorra por meio da “conscientização” ou da “aliança subordinada” às diretrizes da classe operária. Essas estratégias evidenciam o modo como o campesinato é visto e posicionado dentro das lutas sociais, ainda que permaneça numa condição subordinada ou dependente em relação aos grupos políticos organizados (Martins, 1981).

Compreende-se pelas análises de Martins (1981) que a exclusão do camponês do pacto político não deve ser entendida apenas como uma simples exclusão política, mas sim como um fenômeno complexo que envolve mecanismos econômicos, sociais e políticos. Essa exclusão histórica define o lugar do camponês no processo histórico, caracterizando sua participação como periférica e ambígua. A inexistência de um conceito ou categoria que o defina de maneira completa e uniforme revela que sua presença no processo é marcada pela condição de alguém que participa como se não fosse essencial. Para o autor, esse escamoteamento conceitual é uma expressão clara e necessária da forma como o camponês tem atuado no contexto brasileiro, como um excluído, ausente tanto na apropriação dos frutos do seu trabalho quanto no reconhecimento social e político.

Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais. (Martins, 1981, p.25).

Por isso, é importante retomar a história da formação socioespacial do Brasil para compreender os camponeses brasileiros. Martins (1981) enfatiza que a história tradicional do país, mesmo aquela produzida por setores de esquerda, é predominantemente urbana e focada nas classes dominantes, como senhores e generais, excluindo a experiência dos trabalhadores e rebeldes. Essa narrativa hegemônica invisibiliza a trajetória dos camponeses e suas lutas, apagando do imaginário coletivo os conflitos sociais que marcaram a presença desses sujeitos na história nacional.

Nesse sentido, o autor destaca a relevância das grandes revoltas camponesas, como a Guerra do Contestado (1912-1916) e a Guerra de Canudos (1896-1897), que envolveram milhares de combatentes e mobilizaram expressivos contingentes do Exército brasileiro, onde embora esses episódios representem as maiores guerras populares do país, sua memória é marginalizada nas análises históricas e políticas, em contraste com a atenção dedicada às greves operárias urbanas. O autor também ressalta outras insurgências camponesas, como a Revolta do Formoso e conflitos no Araguaia-Tocantins, que evidenciam o campesinato brasileiro como uma classe social com experiência repetida de confrontos militares diretos com o Estado, destacando sua centralidade nas disputas socioespaciais e políticas do país. Assim, faz sentido quando Oliveira (2001, p.185) afirma que “a história que marca a Longa Marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social”.

A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil "vaqueanos", combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos Três mil mortos. Pouco antes, em 1896-1897, a Guerra de canudos, nos sertões da Bahia, que durou cerca de um ano, também envolvera metade do Exército e milhares de camponeses, tivera uns cinco mil mortos entre estes, impondo severas derrotas às forças militares. Enquanto uma greve na região industrial de São Paulo estimula dúzias de artigos, teses e livros sobre a classe operaria e os rumos históricos do país, a revolta do formoso, que por mais de uma década, nos anos cinquenta e sessenta, implantou um território livre dominado por camponeses no centro do país, o Estado de Goiás, permanece como assunto esquecido e sem importância. (Martins, 1961, p.26).

As reflexões de Oliveira (2001) reforçam a compreensão de que a violência no campo brasileiro é estruturante do processo histórico de territorialização capitalista e de exclusão social. O autor evidencia que os conflitos agrários, longe de constituírem uma anomalia recente, são elementos constitutivos da formação territorial brasileira desde o início da colonização. A ocupação do território, segundo ele, deu-se mediante a destruição dos territórios indígenas e a negação de suas formas autônomas de existência. A constituição do espaço nacional, portanto, não se deu por integração pacífica, mas por um processo contínuo de conquista, etnocídio e desterritorialização. As "reservas", vistas pelo autor como frações aprisionadoras do território indígena, simbolizam esse processo de contenção do que escapava à lógica do capital. Assim como em Martins (1981), há aqui a denúncia da marginalização forçada de sujeitos historicamente ativos, mas relegados à invisibilidade e à subalternidade pelo pacto fundiário dominante.

Oliveira (2001) amplia esse debate ao mostrar que as lutas dos negros escravizados, dos povos indígenas e dos camponeses pobres fazem parte de um mesmo processo histórico de

expropriação e resistência. A fundação dos quilombos e dos movimentos de posseiros representa, para o autor, formas concretas de reinvenção de territórios livres no interior da ordem capitalista colonial, estabelecendo espaços de trabalho coletivo e liberdade política. A luz da interpretação das informações mediadas pelo autor, as insurreições camponesas, como Canudos, Contestado e Trombas-Formoso, aparecem como expressões de um campesinato ativo, cuja memória de luta é constantemente silenciada pela violência estatal e pela ação dos agentes do latifúndio.

Segundo Oliveira (2001) mesmo quando institucionalizadas, como no caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ou da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), essas lutas sofreram bloqueios estruturais, sobretudo durante o regime militar, que ao mesmo tempo em que promulgava o Estatuto da Terra, impedia sua efetivação. A síntese histórica construída pelo autor fortalece, assim, a leitura de Martins (1981) ao inscrever o campesinato brasileiro como classe historicamente subjugada, mas dotada de práticas e projetos autônomos de território e liberdade, em constante confronto com as formas de dominação fundiária e estatal.

Quem seriam, então, ou como se comportam o que hoje se entende por camponês brasileiro? Para Marques (2008) o conceito de camponês permite interpretar a complexidade desse sujeito histórico, diferentemente de outros conceitos como pequena produção e agricultura familiar, pois possui uma história significativa no âmago das ciências sociais, se relacionando às disputas políticas e teóricas na interpretação da questão agrária brasileira, bem como nas direções efetuadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo.

O conceito “camponês”, conforme analisado por Grynszpan (2023), carrega uma dupla natureza, é ao mesmo tempo familiar e conceitualmente instável. Seu uso cotidiano sugere uma figura facilmente reconhecível, o trabalhador do campo, mas o tratamento sociológico exige precisão e cuidado. O autor aponta que, embora o termo seja amplamente utilizado, ele pressupõe uma forma específica de inserção na vida rural, o acesso direto à terra, o uso predominante da força de trabalho familiar e a sobreposição entre produção e consumo dentro da unidade doméstica. Esses elementos estruturantes são consensuais em grande parte da literatura, embora distintos autores atribuam pesos diferentes a cada um, gerando interpretações variadas a partir de um mesmo núcleo conceitual.

Grynszpan (2023) demonstra que o debate em torno do campesinato ultrapassa as fronteiras do conceito e adentra o terreno da disputa política. De acordo com o autor, no interior do marxismo, o camponês foi por vezes relegado a um papel secundário, frente à centralidade do proletariado. No entanto, as revoluções do século XX revelaram a potência política do campesinato, exigindo uma revisão das categorias analíticas. O autor valoriza, então, uma abordagem que rompe com o

essencialismo e entende o campesinato como uma identidade historicamente construída, moldada por lutas, representações e processos sociais concretos. Essa perspectiva permite compreender como, no Brasil, a partir da década de 1950, diferentes segmentos rurais passaram a se reconhecer como camponeses, mesmo quando não se encaixavam nos modelos clássicos, revelando a complexidade da realidade social e a necessidade de conceitos analiticamente flexíveis para apreendê-la.

Oliveira (2001, p.188) ao pensar nas nuances do campesinato brasileiro, sendo o camponês um sujeito que não está de fora do capitalismo, inserido no contexto histórico de uma estrutura marcada pela concentração fundiária, conflito e violência, afirma que “movendo-se pelo país numa verdadeira aventura retirante, como tem afirmado D. Pedro Casaldagla, os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo”. Assim, Oliveira (2001, p.185, grifo nosso) afirma:

Penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que **o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.**

Para compreender os camponeses é essencial o resgate histórico do contexto colonial do país. Martins (1981) aponta que, no período colonial, a exclusão da posse da terra e da herança era marcada por critérios rigorosos de “sangue limpo”. Aqueles considerados bastardos, “mestiços” de branco e indígena – como dito pelo autor - eram sistematicamente excluídos do direito à propriedade.

Essa interdição afetava não apenas os indígenas, que foram reduzidos à condição de peças ou escravos nas fazendas, mas também os filhos “mestiços”, nascidos da união entre brancos e indígenas, que por não possuírem a chamada pureza de sangue, eram muitas vezes arrolados como escravizados ou mantidos em condição de dependência, mesmo quando alforriados. Com a cassação da legalidade da escravidão indígena no início do século XVII, indígenas e, sobretudo “mestiços” passaram à condição de agregados das fazendas, permanecendo excluídos do direito de propriedade e submetidos a variados tributos e serviços conforme as condições impostas pelos fazendeiros (Martins, 1981).

Martins (1981) aponta que, durante o período colonial, um terceiro grupo veio a diferenciar o campesinato, os excluídos e empobrecidos pelo regime do morgadio⁸, que estabelecia o primogênito como herdeiro legal dos bens do fazendeiro. Os demais herdeiros, assim, tornavam-se agregados do patrimônio herdado, sem direitos plenos de propriedade. Enquanto a posse do fazendeiro era legitimada por títulos de sesmaria, a posse dos camponeses estava subordinada e efetivada em nome do fazendeiro. Essa situação configurava uma desigualdade jurídica entre fazendeiros e camponeses, definindo os que tinham direitos plenos e os que eram excluídos, sendo estes últimos comparáveis a servos da sociedade feudal. Para o autor, o código que regulava a relação entre senhor e escravo era distinto daquele que disciplinava as relações entre fazendeiro e agregado: no primeiro, havia uma relação de dominação, negando a humanidade do escravizado, enquanto no segundo, a relação era de troca, em que o agregado mantinha certa autonomia, podendo retribuir defendendo os direitos do fazendeiro, como na ampliação de terras ou disputas com vizinhos.

A posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente, tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês - desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos. Com isso, os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro, um servo, como os servos da sociedade feudal. O código que regulava as relações do senhor com o escravo era um; o que regulava as relações do fazendeiro com o agregado era outro. (Martins, 1981, p.35).

Assim, a massa dos excluídos formada durante o período colonial não era homogênea. Um branco deserdado pelo morgadio podia abrir sua própria posse e obter uma sesmaria, enquanto um “mestiço” pobre enfrentava maiores dificuldades para se tornar sesmeiro, devido aos mecanismos tradicionais de exclusão ligados à “impureza” do sangue. Nesse contexto, o agregado defendia seu direito de permanecer na terra do fazendeiro, mas não podia reivindicar a terra como sua propriedade, sendo sua luta, em última análise, a luta do fazendeiro. Martins (1981) destaca que a natureza dessa relação de troca, inicialmente baseada na concepção de favor, evoluiu com o desenvolvimento econômico brasileiro, passando a se configurar mais concretamente como uma relação de arrendamento. Essa relação podia envolver pagamento em trabalho, em espécie ou em dinheiro, variando conforme as regiões, mas essa evolução ocorria de maneira distinta para o fazendeiro e para o agregado. (Martins, 1981).

⁸ Regime de herança que tornava o primogênito o único herdeiro dos bens do fazendeiro, excluindo os demais filhos, que se tornavam agregados do patrimônio herdado (Martins, 1981).

Apesar da exclusão legal e social que marcou a condição do campesinato colonial brasileiro, esse segmento desempenhou papel fundamental na produção agrícola voltada ao consumo interno. A partir da compreensão da análise de Martins (1981), entende-se que o campesinato era constituído por categorias diversas, como agregados, posseiros e sitiantes, cujos direitos sobre a terra eram limitados e dependentes, mas que, ao longo do tempo, configuraram-se como os principais sujeitos rurais responsáveis pela sustentação da agricultura familiar no país. Essa pluralidade social evidencia a complexidade do campesinato brasileiro, marcado pela ambiguidade entre a dependência estrutural e a luta por autonomia, configurando-se como uma classe historicamente excluída, mas fundamental para a reprodução agrária e social.

No período colonial, a distinção entre posseiros e sitiantes evidencia as diferentes formas de relação dos camponeses com a terra, sendo o posseiro aquele que detinha a posse sem o domínio legal, enquanto o sitiante era um pequeno agricultor proprietário do seu espaço. Assim, o fazendeiro colonial não se assemelhava a um senhor feudal, mas a um negociante que buscava retorno econômico rápido, delegando ao camponês tarefas que não exigiam grande investimento de capital ou trabalho assalariado. Nesse contexto, cabia ao camponês a abertura de novas áreas e a implantação de culturas como o café, em troca do direito de cultivar entre os pés já estabelecidos, configurando uma relação marcada pela busca de subsistência e pouca formalização da posse. As primeiras grandes lutas camponesas brasileiras surgiram justamente no final do Império e início da República, refletindo as tensões acumuladas nesse modelo de exploração e exclusão. (Martins, 1981).

Para o fazendeiro colonial, o poder sobre a terra não se restringia aos limites formais estabelecidos pela legislação, mas se fundamentava no direito à posse conferido pelas Ordenações, que o qualificavam como “Senhor e Possuidor de terras”, na verdade, essa designação legitimava não apenas a posse legal, mas também as expansões ilegais sobre áreas de matas virgens, as quais os fazendeiros incorporavam como parte natural de seus domínios, evidenciando a dinâmica de ampliação territorial para além dos limites originalmente estabelecidos. (Silva, 2014).

Compreende-se, pelas ideias de Martins (1981), que no final do Império e início da República, o campesinato brasileiro foi reconfigurado por transformações como a abolição da escravidão e a Lei de Terras de 1850, que proibiu novas posses e exigiu compra formal. Isso limitou o acesso dos posseiros à terra e consolidou a divisão entre camponeses e grandes proprietários. Ao mesmo tempo, formou-se um campesinato moderno, de pequenos proprietários dependentes do mercado. No entanto, o acesso à terra passava pelo trabalho compulsório para os fazendeiros, submetendo o camponês mesmo em sua suposta autonomia.

O esquema era claro: mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e, em consequência, transformar-se em pequenos proprietários de terra. O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro. Com essa mudança, a questão do campesinato é colocada em novos termos. Em primeiro lugar, porque liberta o camponês da grande propriedade, ao mesmo tempo que subjuga a ela. (Martins, 1981, p.42).

Martins (1981) mostra que o camponês brasileiro é uma classe marcada pela exclusão econômica, social e política, vivendo numa posição ambígua entre a dependência e a luta por autonomia. Fragmentado em diferentes formas de relação com a terra, seus membros foram historicamente impedidos do pleno direito à propriedade e marginalizados do pacto político dominante, configurando-se como sujeitos subalternos que sustentam a agricultura de subsistência e resistem às estruturas de dominação. Essa condição histórica singular torna complexa a definição do campesinato como classe social, o que abre espaço para novas interpretações.

Silva (2014) destaca que, ao contrário de outros países onde o campesinato permanece estabelecido na terra, o brasileiro se formou no contexto da expansão capitalista liderada por grandes proprietários, que, por meio de práticas legais e ilegais, monopolizaram vastas extensões territoriais, impedindo o acesso dos camponeses à posse efetiva. Essa dinâmica estrutural gerou um campesinato marcado pela expulsão, itinerância e pela precariedade nas relações com a terra, que, mesmo expropriado, desenvolve estratégias contínuas para reassumir sua presença no espaço rural, assegurando a reprodução social e a legitimidade de seu modo de vida como classe.

Nesta mesma direção, Marques (2008) assevera:

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. (Marques, 2008, p.58 e 59).

A partir da compreensão das análises de Silva (2014), nota-se que nesse cenário conflituoso, os movimentos sociais pela terra assumem papel central na resistência e na tentativa de restabelecer o vínculo do campesinato com a terra, ainda que em condições frequentemente precárias. Essa condição de exclusão não demonstra apenas a presença de um campesinato familiar, mas sobretudo sua luta por reconhecimento social e territorial. Tal realidade de expropriação e luta por reconhecimento, nos remete à necessidade de compreender o campesinato a partir de um olhar mais amplo sobre sua condição de classe social. É nesse sentido que as

formulações de Santos (2016) contribuem para o debate, ao problematizar como o marxismo interpretou o lugar do campesinato nas relações de classe.

A discussão sobre classes sociais no interior do marxismo é marcada por lacunas teóricas e disputas interpretativas, especialmente no que se refere ao campesinato. Como aponta Santos (2016), na vasta e seminal obra de Marx, não se encontra uma teoria sistemática e acabada das classes sociais, o que contribuiu para a diversidade de interpretações posteriores entre os marxistas sobre o tema. O autor mostra que embora conceitos como “classe social” e “luta de classes” apareçam reiteradamente nos escritos marxianos, a ausência de uma definição rigorosa e conclusiva gerou diferentes leituras posteriores. Nesse contexto, a posição do campesinato tornou-se objeto de grande controvérsia, ora tratado como um resquício do passado, sem coesão ou consciência de classe, ora como um grupo com potencial revolucionário, ora ainda como uma categoria subordinada ao capital, funcional à acumulação. Essa instabilidade teórica contribuiu para a complexidade do debate e abriu margem para formulações diversas sobre a possibilidade (ou não) de se reconhecer o campesinato como uma classe social em sentido pleno.

Essa ambiguidade conceitual torna-se ainda mais visível quando se analisa o lugar do camponês no modo de produção capitalista. É nesse ponto que os aportes de Almeida (2003) ganham força, ao compreender que o campesinato constitui uma classe *sui generis*, no interior do modo de produção capitalista, justamente por não se enquadrar nos modelos clássicos fundados na dicotomia entre propriedade dos meios de produção e venda da força de trabalho, ou seja, não corresponder aos critérios clássicos de definição de classes fundamentais formuladas por Marx, nos quais há uma correlação direta entre a origem da renda e a posição do sujeito no processo produtivo.

Segundo Shanin (1979:228), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise. (Marques, 2008, p.59).

Assim, compreende-se que a condição camponesa envolve uma sobreposição de papéis, o trabalhador é também proprietário e seu trabalho não é mediado pela forma salarial, o que desafia as categorias tradicionais da teoria marxista das classes. Assim, as considerações de Almeida (2003) contribuí para à lacuna teórica apontada por Santos (2016), ao oferecer um modelo conceitual mais ajustado à realidade histórica e estrutural dos camponeses no capitalismo brasileiro.

No caso do camponês, há um imbricamento de posição no processo produtivo, ou seja, ele é, ao mesmo tempo, proprietário de terra e trabalhador e, sobretudo, um trabalhador que não vive de salário porque o trabalho a ele pertence. Daí a consideração dele como classe sui generis do capitalismo. (Almeida, 2003, p.94 e 95).

Enquanto os assalariados vivem do salário, os capitalistas do lucro e os proprietários da terra da renda fundiária, os camponeses não se encaixam nessas categorias, pois acumulam em um mesmo agente social a posse da terra e a força de trabalho. Tal especificidade torna o campesinato uma relação social marcada por práticas produtivas que não se subordinam inteiramente ao capital, ainda que estejam inseridas em suas contradições, ou seja, não estão de fora do sistema capitalista de produção, mas reproduzem relações que não são relações tipicamente capitalistas. “O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória” (Marques, 2008, p.69).

Oliveira traz uma definição elucidadora dessa especificidade do campesinato brasileiro:

Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência (Oliveira, 2001, p.189).

A análise apresentada por Almeida (2003) evidencia a complexidade das relações econômicas no campesinato, mostrando que sua dinâmica produtiva não se encaixa nos modelos tradicionais que separam rigidamente os meios de produção da força de trabalho. Diferentemente das classes que vivem exclusivamente da renda fundiária ou do capital, o campesinato combina produção para reprodução da vida, com uma limitada inserção mercantil e “possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor” (Marques, 2008, p.59). Entende-se, por base no exposto, que isso significa que o excedente produzido não é integralmente convertido em mercadoria, dificultando a apropriação plena de renda na forma capitalista.

No caso do campesinato, essa separação dos instrumentos de produção não é pura como o das outras três classes. O campesinato não vive exclusivamente da renda fundiária, porque a produção é seu meio de subsistência imediato, logo, apenas uma parte do produto de seu trabalho (excedente) assume a forma de mercadoria. Primeiro, para que houvesse apropriação da renda por parte do campesinato, este teria que produzir para o mercado e, sobretudo, conseguir escapar da sujeição da renda. Contudo, neste caso, temos dois problemas: parte do que o camponês produz fica para o consumo interno e, quando consegue, em conjunturas favoráveis, produzir para o mercado, o capitalista intermediário fica com a renda. Depreendemos, portanto, como já advertia Marx, que o camponês, só em

situações excepcionais, consegue auferir renda. Mesmo assim, nesses casos, é renda não-capitalista, ou melhor, renda camponesa. (Almeida, 2003, p.95).

Santos (2016) argumenta que o campesinato não se enquadra de forma precisa nas três grandes classes sociais previstas na tradição marxista. Embora sejam trabalhadores, os camponeses não recebem salário e não estão completamente desprovidos dos meios de produção, uma vez que possuem ou controlam a terra e os instrumentos necessários à produção. Essa condição lhes garante uma certa autonomia econômica, mas não os torna burgueses, já que não exploram o trabalho alheio nem se apropriam de mais-valia. Tampouco podem ser identificados plenamente com a classe dos proprietários de terra, pois essa posição também implica contradições importantes.

Isto porque a classe dos proprietários de terra incluiria, necessariamente, grandes latifundiários com os quais, historicamente, os camponeses estabelecem uma relação de subordinação econômica e de antagonismo no campo político, obscurecendo-se, assim, em nome de critérios classificatórios “objetivos”, os limites que definem os conflitos expressos no campo da superestrutura. Por esta razão, uma operação analítica de classificação baseada, unicamente, “no rendimento e suas fontes” posicionaria o campesinato como uma categoria social necessariamente deslocada ou, na melhor das hipóteses, de identificação imprecisa. (Santos, 2016, p.54).

Dessa forma, é possível compreender, com base nas reflexões de Santos (2016) que, numa perspectiva materialista-dialética, o campesinato deve ser compreendido como uma classe social que se constitui no entrelaçamento entre condições objetivas e ações subjetivas. Ou seja, sua existência enquanto classe emerge na medida em que atravessa o processo que vai da imposição das determinações econômicas para a construção consciente de projetos políticos e éticos, revelando-se na articulação entre a necessidade e a liberdade.

Para entender o campesinato como uma classe social, é preciso olhar tanto para as condições que vêm de fora (como a pobreza, a falta de terra, a exploração) quanto para as atitudes que os próprios camponeses tomam (como se organizar, lutar, criar alternativas). Isso quer dizer que eles se tornam uma classe não só por estarem em determinada situação econômica, mas também porque constroem coletivamente formas de resistir, buscar mudanças e afirmar seu modo de vida. É nessa combinação entre a realidade que os pressiona e as ações que escolhem fazer que o campesinato se revela como uma classe com identidade própria.

Na percepção de Santos (2016) um importante avanço na compreensão do campesinato ocorreu no século XX com as contribuições de Theodor Shanin, cuja obra combinou influências da teoria de Chayanov, com elementos do pensamento marxista. Santos (2016) explica que para Shanin as chamadas sociedades camponesas compartilham características estruturais comuns, independentemente do contexto histórico ou geográfico: o cultivo direto da terra, a predominância

da unidade familiar como base produtiva, a comunidade rural como núcleo organizacional e sua posição subordinada na hierarquia social.

Por base nos debates propostos por Almeida (2003), nota-se que o camponês, ao mesmo tempo em que detém a terra e nela trabalha, não se encaixa na lógica capitalista clássica, pois sua relação com a terra não é prioritariamente mercantil, mas sim orientada pela reprodução da vida, encontram na terra não apenas uma fonte de lucro, mas a encaram enquanto terra de vida e de trabalho. Assim, entende-se que essa condição contraditória, em que é simultaneamente proprietário e trabalhador, desafia as categorias da teoria marxista e permite identificar uma lógica própria de organização da vida no campo, marcada sobretudo pelo trabalho familiar. No território do Bolsão sul-mato-grossense, essa realidade é evidente nos trabalhos de campo dos assentamentos pesquisados, nos quais os camponeses mantêm práticas de cultivo agroecológico, preocupação e solidariedade com os animais que invadem seus lotes em busca de refúgio e alimentos, troca de sementes e experiências coletivas que se contrapõem à lógica da monocultura e do capital, que serão melhor exploradas mais adiante.

No estudo sobre a realidade russa, Shanin (1979) observa que a família constitui o núcleo central da sociedade camponesa, destacando-se pela integração quase total entre a vida doméstica e a atividade agrícola. Essa unidade familiar não apenas organiza o trabalho produtivo, mas direciona seus esforços principalmente à produção de bens voltados à própria subsistência, ainda que submetida a exigências externas impostas pelos detentores do poder político e econômico. Embora essa análise se refira ao campesinato russo do início do século XX, ela oferece importantes elementos para a compreensão do campesinato brasileiro. Ao evidenciar como o modo de vida camponês se estrutura na articulação entre família e trabalho, o autor convida à reflexão sobre as formas de resistência e reprodução social que persistem mesmo em contextos de dominação. Pensar esse modelo no Brasil permite reconhecer que, apesar das diferenças históricas e geográficas, a centralidade da família camponesa e sua relação direta com a terra continuam a ser dimensões fundamentais na luta pela permanência e autonomia no campo.

Las familias campesinas forman el núcleo básico de la sociedad campesina. La naturaleza específica de las familias campesinas parece constituir la característica singular más importante del campesinado como fenómeno social específico y originar los rasgos genéricos manifestados por los campesinos en todo el mundo. Una familia campesina se caracteriza por una integración casi total de la vida familiar y su actividad agrícola. La familia aporta la mano de obra para la granja, mientras que las actividades de la granja se ligan sobre todo a la producción de los

bienes de consumo básico de la familia más los impuestos debidos a los poseedores de poder político y económico (Shanin, 1979, p.25)⁹.

Ao analisar o campesinato russo, Shanin (1979) evidencia a centralidade da família como unidade estrutural do modo de vida camponês, não apenas no trabalho agrícola, mas também nas esferas de consumo, autoridade, pertencimento e construção da identidade social. Por isso o autor destaca que o trabalho familiar está essencialmente voltado à reprodução da vida, ou seja, à alimentação da família e ao cumprimento das obrigações externas como impostos e taxas.

A entrevista a seguir reflete o trabalho familiar fortalecendo a relação com a teoria de Shanin.

Trabalha eu, trabalha a minha esposa, meu filho já começou a trabalhar, me ajudar, do jeito dele, você entendeu? Nos horários de sol, ele vai fazer 14, entendeu? Mas é tipo assim, no momento dele a hora que dá para estar fazendo, mas auxilia. Minha menina, tem 14, vai fazer 15 e ela auxilia a gente na parte administrativa, entendeu? O fechamento de nota, ajudando a parte de vendas, entendeu? Recebimento e tudo mais (Trecho de entrevista cedida à autora no P.A Pontal do Faia – Três Lagoas/MS, 2025).

O relato do entrevistado expressa, de forma concreta, o que Shanin (1979) define como a centralidade da família na organização do modo de vida camponês. A divisão das tarefas entre os membros do núcleo familiar, o trabalho do pai e da mãe, a participação do filho nos horários disponíveis e o envolvimento da filha nas atividades administrativas, expressa a lógica em que produção e reprodução da vida se entrelaçam. Assim, a produção não se limita à dimensão econômica, ela se estrutura a partir de vínculos familiares, cooperação e responsabilidade compartilhada, em que cada integrante contribui conforme suas possibilidades e necessidades do lote. Tal dinâmica reforça o entendimento do trabalho familiar como voltado a permanência da vida e ao cumprimento de necessidades essenciais, reafirmando a família como núcleo vital da existência camponesa.

Porém, é válido ressaltar que o autor reflete sobre o fato de que essa organização interna fortemente hierarquizada, ancorada na autoridade do chefe de família e na propriedade coletiva familiar, revela como a coesão social camponesa se sustentava por meio de vínculos tradicionais que conciliavam proteção e subordinação, estruturalmente pautada no patriarcado. Assim, o autor

⁹ As famílias camponesas formam o núcleo básico da sociedade camponesa. A natureza específica dessas famílias parece representar a característica singular mais importante do campesinato como fenômeno social particular, sendo também a origem dos traços gerais manifestados pelos camponeses em todo o mundo. Uma família camponesa se caracteriza por uma integração quase total entre a vida familiar e sua atividade agrícola. É a própria família que fornece a força de trabalho para a unidade produtiva, ao passo que as atividades agrícolas estão voltadas principalmente para a produção dos bens de consumo básico da própria família, somados aos tributos devidos aos detentores do poder político e econômico. (Shanin, 1979, p. 25)

informa que apesar do trabalho pesado das mulheres, tanto doméstico, quanto no campo, as mulheres eram (e são) subjugadas a uma posição subalterna. Dito isso, nota-se que o campesinato é também palco de contradições e complexidades.

A pesar de su pesada carga de trabajo (en la casa y el campo) y de su importancia funcional en una familia campesina, las mujeres eran consideradas ciudadanas de segunda clase y casi siempre colocadas bajo la autoridad de un hombre. Sin embargo, aun la esencialmente aceptada igualdad de los miembros masculinos debe verse en el marco de una estructura patriarcal que implica amplios derechos del jefe sobre su familia. La gran cohesión de la familia y la propiedad familiar significaban sumisión y falta de toda propiedad tangible para los varones más jóvenes (Shanin, 1979, p.26).

Ainda que Shanin (1979) esteja tratando da realidade russa, sua análise oferece subsídios importantes para refletir sobre dinâmicas semelhantes observadas em comunidades camponesas brasileiras, especialmente no que diz respeito às relações de gênero e geração, bem como à construção da identidade camponesa a partir da inserção na família e não como indivíduo isolado. Isso permite uma compreensão mais sensível da organização social no campo brasileiro, superando abordagens puramente econômicas e destacando a importância das estruturas familiares nas formas de resistência e reprodução da vida camponesa.

Shanin (2005) complexifica a compreensão do campesinato dentro da realidade das transformações capitalistas ao reconhecer que ele não é apenas uma herança histórica em declínio, mas uma categoria em constante movimento, tensionada entre processos de marginalização e surgimento. Essa leitura permite compreender que o campesinato, longe de ser um resquício arcaico fadado ao desaparecimento, é atravessado por contradições estruturais que o posicionam em constante interferências no interior da lógica capitalista. Tal complexidade é reconhecida por Shanin (2005), ao afirmar que:

No caso da transformação capitalista da agricultura parece ocorrer não uma, mas três tendências principais, simultaneamente em diferentes regiões e partes do mundo e, às vezes, dentro da mesma sociedade. Chamaremos essas tendências de processos de diferenciação, pauperização e marginalização (Shanin, 2005, p.8).

Essas tendências não apenas desafiam a permanência camponesa, mas também reafirmam sua capacidade de resistência e adaptação frente à expansão do capital. A partir da identificação dessas três tendências, diferenciação, pauperização e marginalização, Shanin (2005) evidencia que o campesinato não desaparece sob o capitalismo, mas é constantemente tensionado e transformado por ele. Esses processos não ocorrem isoladamente, mas de forma simultânea e desigual, o que revela a complexidade da reprodução camponesa. Essas dinâmicas implicam também em

mudanças sociais e políticas, marcando o campesinato como composto por sujeitos vulneráveis, mas persistentes, em constante reinvenção diante das pressões externas.

Assim, a definição de camponês, segundo Shanin (2005), deve partir da crítica ao uso simplificador, homogêneo e muitas vezes ideológico do conceito. Para ele, o termo “camponês” é frequentemente tratado como uma mistificação que esconde a diversidade interna e as contradições que marcam o mundo rural. No entanto, o autor afirma que essa crítica não invalida o conceito, mas sim exige um novo enquadramento teórico, capaz de apreender as formas concretas como os camponeses se reproduzem historicamente. Nesse sentido, a figura do camponês não pode ser entendida apenas como uma abstração ou como um resquício do passado, mas como uma categoria empírica e analítica que expressa modo específico de vida, produção e resistência no interior das formações sociais capitalistas e pré-capitalistas (Shanin, 2005).

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Conseqüentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. A repetição mundialmente abrangente de traços econômicos, políticos e culturais, assim como dos típicos padrões de sua dinâmica, teria a ver com o *modus operandi* dos estabelecimentos rurais familiares camponeses e com as formas específicas em que se vinculam e se transformam. Quando (e se) fosse utilizada uma navalha Ocam, seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês, salvo se houver razões definitivas para se proceder de outra maneira (Shanin, 2005, p.5 e 6).

Entende-se, a partir das reflexões de Shanin (2005), que a concepção do camponês como uma unidade social que transcende modos específicos de produção permite reconhecer sua autonomia relativa frente às formações sociais dominantes. Embora o campesinato não constitua, nos termos clássicos do marxismo, um modo de produção autossuficiente, ele não pode ser dissolvido como mera expressão de outras estruturas. Ao contrário, os camponeses em suas práticas e lutas se constituem como classe social, portadora de identidade, consciência e história. Assim, entender o que é ser camponês exige considerar sua inserção contraditória na sociedade, sua capacidade de resistência e suas formas próprias de organização social e econômica.

Nesse sentido, ao compararmos o que foi dito no século XIX por vários especialistas e muitos teóricos marxistas e não-marxistas a respeito do campesinato com o que está acontecendo, fica evidente que os recursos de sobrevivência do campesinato têm provado ser mais fortes do que o que se poderia esperar naquele período. A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (Shanin, 2005, p.25).

Marques (2008) contribui ao compreender o campesinato como uma classe social dotada de um modo de vida específico, cuja lógica produtiva está fundamentada na satisfação das necessidades familiares e não apenas na maximização do lucro. Essa perspectiva, ancorada na tradição marxista e nos debates clássicos sobre o desenvolvimento do capitalismo agrário, ressalta a capacidade de adaptação do campesinato frente às adversidades, bem como sua flexibilidade diante de conjunturas econômicas desfavoráveis. Segundo a autora, ainda que inserido em dinâmicas globais marcadas pela reestruturação produtiva, financeirização da terra e transformações nas relações de trabalho, o camponês continua a desenvolver estratégias de sobrevivência próprias, articulando-se por meio do trabalho familiar, da pluriatividade e da construção de redes sociopolíticas. Nesse sentido, a autora indica que o campesinato não deve ser compreendido como resíduo de um passado em extinção, mas como sujeito ativo, que ressignifica seu papel dentro das estruturas contemporâneas do capitalismo.

Nota-se, pelas bibliografias exploradas até aqui, que apesar das múltiplas adversidades impostas pela modernização conservadora do campo e pela expansão de novas formas de exploração do território, o campesinato segue se afirmando como sujeito social dotado de identidade própria, historicamente enraizado e politicamente ativo. No entanto, a persistência camponesa não se dá sem tensões, o modo tradicional de produzir e viver no campo enfrenta um conjunto cada vez mais amplo de pressões que desafiam sua reprodução social.

A partir da análise de Almeida (2003), compreende-se que a especificidade do campesinato reside no fato de ele não se encaixar plenamente nas categorias tradicionais do modo de produção capitalista. Os camponeses são, ao mesmo tempo, trabalhadores e proprietários de suas terras, o que configura uma relação social distinta da lógica capitalista típica, marcada pela separação entre capital e trabalho. Essa condição, no entanto, não os coloca fora do alcance das dinâmicas do capital. Ao contrário, sua reprodução social se dá em meio às contradições do desenvolvimento desigual do capitalismo. Portanto, o campesinato não deve ser interpretado como uma simples articulação de modos de produção, mas como uma contradição interna ao próprio processo de

acumulação capitalista, sendo atravessado por tensões e disputas que revelam os limites do modelo capitalista dominante.

Esse dualismo de posição do camponês, são proprietários de terra e trabalhadores, gera uma questão de consciência de classe híbrida do campesinato. Isso demonstra que são uma classe *sui generi*, “uma classe cuja natureza econômica e social encontra-se alicerçada na contradição” (Almeida, 2003, p.84) vivendo uma posição dupla dentro do processo produtivo social, deste modo, são proprietários de terra e trabalhadores rurais. No entanto, não se baseiam na exploração, na mais-valia, ou seja, “a vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, como é a unidade capitalista, é um modo de existência social viabilizado por um modo de produzir” (Almeida, 2010, p.10).

Embora o Brasil não tenha uma reforma agrária massiva e conclusa, os camponeses sabem que a terra é morada da sua família, que se reproduzem por meio de relações não tipicamente capitalistas, ou seja, produzem sem exploração do trabalho alheio. Se os camponeses fossem capitalistas que visam apenas o lucro, a classe trabalhadora no Brasil seria muito mais prejudicada, sobretudo na compra de alimentos.

O capitalismo brasileiro acentua as desigualdades de forma expressiva, ao mesmo tempo em que está inserido em um país com extensão territorial tão abrangente de terras agricultáveis, que deveria ser um país autossuficiente, sem fome e sem miséria, mas na prática não é o que acontece, pois, sua produção está baseada no lucro e não no projeto de pôr comida na mesa do povo. O que se percebe é “a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional” (Bombardi, 2012, p.11).

Isso evidencia que o que existe, de fato, é o modelo de “economia monocultora-exportadora do que estão chamando de agronegócio” (Paulino; Almeida, 2010, p.10) sob domínio e controle da sociedade pela monopolização do território, agindo como uma arma ideológica¹⁰ da elite brasileira. Perante o exposto, percebe-se que quem domina a agricultura brasileira, inadequadamente, não é a necessidade do trabalhador, mas sim, do lucro. É a própria comida virando commodities:

Nesse sentido o modelo do chamado “agronegócio” tem aprofundado essa desigualdade, na medida em que seu vetor de crescimento é acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, do espaço, etc.), além de uma brutal ocupação de áreas de preservação e/ou comunidades nativas

¹⁰ Eagleton (1997) define ideologia como um sistema de ideias e crenças que serve para explicar, justificar e legitimar a realidade social. É um conjunto de visões de mundo que orienta e molda a forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao seu redor, desempenhando funções sociais e podendo ser usada como instrumento de dominação e poder.

(pequenos produtores, índios, extrativistas, etc.) com a expansão das monoculturas (particularmente da soja) (Leite, 2006, p.147 e 148).

Silva (2014) sustentada por Almeida (2006), analisa que o campesinato brasileiro enfrenta uma estrutura fundiária marcada pela alta concentração, que impede o acesso efetivo à posse da terra por grande parte dos camponeses. Isso gera um campesinato despossuído, caracterizado pela persistente busca por reentrar no espaço rural, configurando-se como camponeses sem-terra que resistem à expropriação e lutam para recuperar parcelas do território capitalista essenciais à sua reprodução social.

Grynszpan (2023) destaca que parte da tradição teórica considerou o campesinato como uma formação historicamente datada, destinada ao desaparecimento com o avanço do capitalismo. Nessa visão, ele seria uma classe intermediária, a ser dissolvida entre burguesia agrária e proletariado rural. No entanto, essa expectativa não se confirmou empiricamente, os camponeses persistem, mesmo em sociedades capitalistas avançadas. O autor sugere que essa permanência se deve, em parte, à autonomia relativa proporcionada pela organização familiar do trabalho e pelo autoconsumo, que permitem a essas unidades resistirem a pressões externas, como as do mercado, mesmo em condições de subordinação fundiária.

Isto posto, urge a necessidade de pensar formas mais democráticas de constituir as relações socioespaciais pensando desde o processo de regionalização/divisão do país, que já aconteceu, desde o princípio, de forma desigual, onde concentrou grandes quantidades de terras na mão de poucas famílias, criando uma sociedade controlada pelos interesses capitalistas. Para isso, um dos caminhos de análise se encontra no estudo da concentração de terras, sobretudo num estado como o Mato Grosso do Sul, reconhecidamente latifundiário, violento, e os processos que se desencadeiam a partir disso, a exemplo da territorialização de monopólios, monocultura, desigualdade, coerção e violência, impactos sociambientais, entre outros.

As ameaças à reprodução do campesinato no território do Borsão/MS, embora multifacetadas, encontram um denominador comum, a imposição de uma lógica territorial hostil à diversidade, ao trabalho familiar e aos vínculos socioculturais construídos historicamente pelas famílias camponesas. No entanto, mesmo diante de cenários adversos, os camponeses não se silenciam. Compreender as particularidades desse modo de vida, portanto, é condição fundamental para analisar os impactos que incidem sobre ele, sejam de ordem ambiental, social, econômica ou cultural, como ocorre com os camponeses do Borsão sul-mato-grossense, marcados por intensos processos de transformação territorial. Por isso, o próximo tópico será construído nesse sentido.

2.3 – Dinâmica territorial da posse e do uso da terra no MS na última década censitária

O estado de Mato Grosso do Sul, concentrado desde o princípio, conta com uma formação diretamente relacionada ao processo de colônia de exploração, assim como as outras regiões do país. Por muito tempo, esse estado esteve voltado à pecuária. No entanto, essa dinâmica vem sendo modificada nos últimos anos devido a territorialização do agronegócio do setor dos agrocombustíveis obtidos pelos grãos, a exemplo da soja, e também da celulose, por meio do monocultivo de eucalipto, como observam Dubos-Raoul e Almeida:

A intensificação do agronegócio do eucalipto-celulose-papel no município de Três Lagoas – situado ao Leste do Estado de Mato Grosso do Sul – se deu pela importante mudança do padrão produtivo e do uso e ocupação do solo. A região onde dominava a pecuária extensiva e outros modos de vida (comunidades e assentamentos rurais) viu sua paisagem mudar drasticamente com a plantação de eucalipto a partir de 2007 (ALMEIDA, 2018). Com base nisso, acreditamos que, além de uma simples mudança de uso e ocupação do solo, existe uma grande transformação socioespacial, a qual pode ser captada com os próprios moradores dessas áreas rurais. (Dubos-Raoul; Almeida, 2022, p.45 e 46).

Estamos enquanto sociedade inseridos em um contexto espaço temporal em que a produção de energia está em uma nova fase no país, sendo produzida através de agrocombustíveis, gerando energia através de plantas (como a cana, o milho e a soja), nas quais o agronegócio desenvolve monocultura dessas plantas para obter um lucro sob essa nova necessidade produtiva. Nessa nova dinâmica, o Brasil se destaca enquanto um dos maiores produtores mundiais, principalmente da cana de açúcar, por exemplo, e agora, da celulose. Dá-se então um cenário em que, com uma vasta extensão territorial e com condições morfoclimáticas favoráveis em diversas regiões, o país volta sua produção para grãos (soja, milho) visando a exportação e não a produção de alimentos para matar a fome do próprio povo, num processo no qual o lucro para a elite é mais atrativo do que matar a fome da população. Todo esse processo é causador de impactos ambientais e do encarecimento dos alimentos. (Camacho, 2010).

O Estado de Mato Grosso do Sul consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais símbolos da expansão do agronegócio no país, caracterizando-se por uma economia fortemente orientada à produção de commodities agrícolas para o mercado internacional (Paulino; Almeida, 2010). De acordo com Oliveira (2007), o agronegócio não deve ser entendido como um conceito teórico, mas sim como uma expressão da dinâmica produtiva capitalista contemporânea, voltada à acumulação e à integração subordinada às cadeias globais.

Esse modelo econômico, predominante no estado de Mato Grosso do Sul, é sustentado com base na concentração fundiária, beneficiando grandes grupos empresariais e o agronegócio exportador, em detrimento das populações camponesas, dos pequenos agricultores e de outras formas tradicionais de uso da terra. Além disso, a própria formação territorial do Mato Grosso do Sul foi historicamente marcada por processos de ocupação baseados na expropriação, na exploração e na violência, elementos que continuam, em certa medida, estruturando as dinâmicas socioespaciais do estado.

Neste modelo a produção não está voltada para a reprodução social e o desenvolvimento econômico dos camponeses, mas sim para a sobrevivência e reprodução do capital, sobretudo do capitalismo brasileiro, que é um capitalismo tardio e atípico, pois é rentista, tendo sua base de acumulação na terra como reserva de valor (Martins, 2010).

Importante destacar como referencial deste debate a análise que Paulino e Almeida (2010) fazem comparando o estado de Mato Grosso do Sul e do Paraná, estados com extensão territorial diferentes, o primeiro com concentração exorbitante da terra. Todavia, o estudo aponta que o Paraná tem uma produção agropecuária muito superior ao Mato Grosso do Sul, demonstrando que a quantidade de hectares não é um fator correspondente a quantidade de produção, além de evidenciar ainda mais a concentração fundiária no MS, uma vez que apesar de ter vastas extensões de área agricultável, não tem produzido alimentos em larga escala para a população, fora a presença de latifúndios improdutivos. Está evidenciada nas bibliografias sobre a temática a existência de uma grande concentração de terras no estado de Mato Grosso do Sul.

Os dados do Censo agropecuário de 2006 registram um aumento significativo quanto ao número de estabelecimentos nas classes de área de até menos 10 hectares (46,09%) e de até menos 50 hectares (84,60%), enquanto que para as demais classificações de área ocorreu uma pequena redução comparada com os dados coletados pelo Censo de 1995/96. (Almeida; Kudlavicz, 2011, p.46).

Neste sentido, vejamos a tabela do Censo Agropecuário comparando os censos 1975/96 a 2017

Tabela 2: Número de estabelecimentos por área total: série histórica (1975 – 2017) – Mato Grosso do Sul

Grupos de área total	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	22.279	13.182	14.916	9.170	13.398	18.628
10 a menos de 100 ha	20.823	16.796	18.750	17.753	29.277	30.617
100 a menos de 1000 ha	9.726	12.034	14.674	15.423	15.228	14.874
1000 ha e mais	5.017	5.822	6.215	6.902	6.661	6.843

Total	57.845	47.834	54.555	49.248	64.564	70962
-------	--------	--------	--------	--------	--------	-------

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário. Org: Oliveri (2024).

A análise da série histórica de estabelecimentos agropecuários entre 1975 e 2017 expõe uma tendência evidente de concentração fundiária. Entre 1975 e 1995, o número de estabelecimentos com menos de 10 hectares despencou de 22.279 para 9.170, sinalizando a dificuldade de sobrevivência dos pequenos agricultores camponeses em meio ao avanço da modernização agrícola desenvolvida pelo modelo do agronegócio. Esse fenômeno reflete a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à agricultura familiar camponesa, que se vê pressionada pelo agronegócio.

Embora o crescimento de pequenos estabelecimentos até 2017 (18.628) possa parecer positivo, isso pode estar mais relacionado à criação de novos assentamentos rurais e políticas pontuais de reforma agrária do que a uma real mudança estrutural. Mesmo com esse aumento, o poder econômico e produtivo ainda está concentrado nas grandes propriedades, que continuaram a crescer no período, impulsionadas por incentivos ao agronegócio, expansão de monoculturas e facilidades de crédito e isenções do Estado.

A concentração fundiária acentuada promove um modelo agrícola baseado na monocultura em larga escala, com grandes impactos socioambientais, em detrimento da diversidade produtiva e da agricultura familiar camponesa. Assim, a retomada de pequenos estabelecimentos não indica, necessariamente, uma reversão da tendência de concentração que está calcada na estrutura fundiária brasileira, mas sim, um cenário no qual os pequenos agricultores camponeses ainda enfrentam desafios estruturais, agravados, por exemplo, pela falta de políticas públicas e má distribuição de terra.

Tabela 3: Estrutura Fundiária do Brasil – IBGE - 2017

Classe de área (há)	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média (há)
0 a menos 200	4.743.123	94,93%	101.185.251	28,80%	21,33
200 a menos de 1000	201.961	4,04%	82.877.056	23,59%	410,36
Acima de 1000	51.293	1,03%	167.227.511	47,60%	3260,24
Total	4.996.377	100%	351.289.818	100%	3691,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário- 2017. Org: Oliveri (2024).

Os dados mais recentes do Censo Agropecuário do IBGE (2017) indicam que a concentração fundiária exacerbada continua a ser uma realidade marcante no Brasil. De acordo

com o censo, 94,93% dos estabelecimentos possuem até 200 hectares. Essa elevada porcentagem mostra que a maior parte dos estabelecimentos rurais no país não é composta pelas grandes unidades. No entanto, estes estabelecimentos representam apenas 28,80% da área total. Isso sugere que, apesar de sua quantidade significativa, essas unidades ocupam uma fração relativamente pequena da terra, evidenciando uma distribuição desigual do território.

Os estabelecimentos que variam entre 200 e 1000 hectares correspondem a 4,04% dos estabelecimentos e ocupam 23,59% da área total. Embora o número de estabelecimentos nesta classe seja pequeno em comparação com as menores, elas possuem uma área total considerável, indicando que estabelecimentos de médio porte também desempenham um papel relevante na ocupação da terra, embora não seja tão predominante quanto os grandes.

Os pequenos agricultores camponeses representam boa parte dos estabelecimentos, mas precisam resistir com diminutas porções de terra, lutando para conseguir acesso a ela e para nela permanecer. Em um país onde muitas pessoas desejam trabalhar na terra e viver o modo de vida camponês, a falta de acesso à terra é um problema de democracia. A terra, por ser um bem essencial para a vida, tornou-se uma mercadoria de alto valor, e o acesso a ela é restrito a quem pode pagar.

Essa realidade de concentração fundiária é hegemônica no estado de Mato Grosso do Sul, como pode ser verificado nas tabelas a seguir. Observa-se que, em Mato Grosso do Sul, 74,92% dos estabelecimentos existentes são pequenos, ocupando apenas 4,95% da área total. Em contraste, os grandes estabelecimentos representam apenas 9,64% do total, mas ocupam uma imensa área que corresponde a 77,32% do território. Esse cenário está voltado, sobretudo, para a monocultura e especulação, refletindo a reprodução do capital no estado em vez da produção de alimentos.

Tabela 4: Estrutura Fundiária do MS – IBGE - 2017

Classe de área (ha)	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média (há)
0 a menos 200	53169	74,92%	1514687	4,9%	28,48816039
200 a menos de 1000	10950	15,43%	5412368	17,71%	494,2801826
Acima de 1000	6843	9,64%	23622125	77,32%	3452,013006
Total	70962	100%	30549180	100%	3974,781349

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário- 2017. Org: Oliveri (2024).

A estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul, segundo dados do IBGE (2017), revela um quadro profundamente concentrador de terras. Estabelecimentos com até 200 hectares correspondem a 74,9% do total, mas ocupam apenas 4,9% da área, com uma área média de apenas 28 hectares. Por outro lado, os estabelecimentos acima de 1000 hectares, que representam 9,6%,

controlam 77,3% de toda a área rural, com médias superiores a 3.400 hectares por unidade, demonstrando uma apropriação altamente desigual do território.

Esse padrão revela uma subordinação à lógica do latifúndio-agronegócio, onde poucos controlam a maior parte da terra, enquanto a maioria dos estabelecimentos ocupa parcelas extremamente reduzidas. Mesmo com uma metodologia que considera estabelecimentos produtivos, dividindo propriedades que estão arrendadas, dando a impressão que a terra está mais dividida, o IBGE evidencia uma concentração tão elevada que nem essa abordagem é capaz de ocultar, refletindo a permanência de um modelo de desenvolvimento excludente e desigual no campo sul-mato-grossense.

Analisando mais especificamente os dados do IBGE (2017) referente ao Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, verifica-se uma concentração avassaladora de terras. Menos de 14% dos proprietários controlam mais de 70% da área total, demonstrando a forte concentração de terras em poucas mãos. Esse padrão é característico em regiões com histórico de latifúndios e desigualdade social, como o estado de MS.

Tabela 5: Estrutura Fundiária do Território do Bolsão/MS – IBGE - 2017

Classe de área (há)	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média (há)
0 a menos 200	3458	55,17%	190222	4,8%	55,0092539
200 a menos de 1000	1933	30,84%	945666	23,9%	489,2219348
Acima de 1000	876	13,97%	2820699	71,3%	3219,976027
Total	6267	100%	3956587	100%	3764,207216

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário- 2017. Org: Oliveri (2024).

A tabela da estrutura fundiária do IBGE do Território Rural do Bolsão no Mato Grosso do Sul evidencia, novamente, uma grave concentração de terras, dessa vez especificamente no recorte territorial de pesquisa. Enquanto 55,17% dos estabelecimentos são menores, com áreas de até 200 hectares, eles ocupam apenas 4,8% da área total, contrastando com os grandes estabelecimentos que, embora representem apenas 13,97% do total, controlam significativos 71,3% das terras. A área média dos grandes estabelecimentos é de praticamente 3.220 hectares, muito superior à dos pequenos, que é de apenas 55 hectares, refletindo a histórica desigualdade no campo. Essa concentração fundiária favorece o latifúndio e perpetua a exclusão de pequenos agricultores familiares camponeses, agravando a pobreza no campo e valorizando o desenvolvimento econômico acima do social. É gritante a necessidade de implementação de políticas de reforma

agrária que promovam uma distribuição justa da terra com incentivo à agricultura familiar camponesa.

A análise comparativa entre os dados do IBGE e do INCRA é fundamental para compreender, de forma mais precisa, a dinâmica fundiária do território, sobretudo em razão das diferenças metodológicas entre os dois órgãos. Enquanto o IBGE trabalha com a categoria de “estabelecimentos agropecuários”, que considera também áreas arrendadas, meeiras e outras formas de posse produtiva, o INCRA adota como base os “imóveis rurais”, ou seja, analisa as propriedades, assim esses imóveis se encontram vinculados diretamente ao domínio da terra, ou seja, à propriedade formal, sem desconsiderar os arrendamentos no levantamento da área total do imóvel. Essa distinção é crucial, pois permite que a análise revele com maior nitidez o grau real de concentração fundiária, muitas vezes atenuado na abordagem do IBGE.

De acordo com as informações do site oficial do IBGE, o ¹¹Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com abrangência nacional, tem periodicidade quinquenal, embora essa nem sempre seja cumprida devido a cortes orçamentários, e tem sido aprimorado com inovações metodológicas e tecnológicas, como o uso de dispositivos eletrônicos e georreferenciamento via GPS, permitindo uma cobertura mais precisa do território rural brasileiro.

Segundo o site oficial do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que disponibiliza o SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural, gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o SNCR representa o cadastro de imóveis rurais, cadastro de proprietários e detentores de imóveis rurais, cadastro de arrendatários e parceiros rurais, cadastro de terras públicas e cadastro nacional de florestas públicas, além de disponibilizar a consulta de informações sobre imóvel rural e a verificação de propriedade/posse de pessoa física ou jurídica.¹²

Sendo assim, o Censo Agropecuário do IBGE e o Cadastro do INCRA apresentam diferenças metodológicas na análise da estrutura fundiária. O IBGE investiga o uso da terra a partir da atividade agropecuária, independentemente da situação jurídica do imóvel, considerando toda unidade produtiva em funcionamento, mesmo que informal. Já o INCRA, por meio do SNCR,

¹¹ **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.* Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 25/03/2025

¹² **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).** SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural. Versão 2.1. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 06 out. 2021. Disponível em: gov.br/conecta/catalogo/apis/sncr-sistema-nacional-de-cadastro-rural. Acesso em: 25/03/2025

organiza dados com base na titularidade legal da terra, priorizando propriedades formalmente registradas para fins de controle e regularização fundiária. Assim, enquanto o IBGE revela a dinâmica do uso e da produção, o INCRA reflete a estrutura legal da propriedade, o que pode gerar divergências importantes na leitura do campo brasileiro.

Ou seja, enquanto o IBGE investiga o uso da terra com base na atividade agropecuária, considerando como unidade de coleta qualquer estabelecimento produtivo, ainda que arrendado ou utilizado por terceiros, o INCRA registra os imóveis rurais com foco na titularidade legal da terra. Isso significa que, no IBGE, áreas arrendadas são contabilizadas como estabelecimentos distintos, o que pode dar a impressão de uma maior fragmentação fundiária e uma melhor distribuição da terra. Já no INCRA, a propriedade continua vinculada ao titular legal, mesmo que a terra esteja sendo explorada por outro agente. Assim, enquanto o IBGE revela quem está produzindo, o INCRA informa quem é, formalmente, o proprietário, logo, expõe melhor os latifúndios.

Além da compreensão metodológica dos dados analisados, é preciso repensar o que foi considerado como pequena propriedade nas classes de área definida na tabela anterior, considerando que a maioria dos pequenos estabelecimentos no contexto regional não ocupa áreas próximas a 200 hectares, como foi visível nos trabalhos de campo realizados no âmbito desta pesquisa. Logo, torna-se metodologicamente necessário refinar a distribuição das classes de área, especialmente nas faixas menores, a fim de evidenciar com mais precisão as desigualdades internas e a verdadeira configuração da estrutura fundiária.

Tabela 6: Estrutura Fundiária do MS – INCRA - 2018

Classe de área (há)	Quantidade de imóveis	%	Área (ha)	%	Área média (há)
0 a menos 10	16.603	17%	87709,91	0,2%	5,2827748
10 a menos de 25	16.988	18%	285.123,88	1%	16,78384013
25 a menos de 100	24.260	25%	1.195.083,18	3%	49,26146661
100 a menos de 250	12.727	13%	2.063.418,70	5%	162,1292293
250 a menos de 1000	16.315	17%	8.398.358,54	21%	514,763012
Acima de 1000	8.841	9%	27.576.572,49	70%	3119,168928
Total	95734	100%	39606266,7	100%	3867,38925

Fonte: INCRA- 2018. Org: Oliveri (2025).

A estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul, com base nos dados do INCRA, evidencia um cenário ainda mais acentuado na concentração de terras. As pequenas propriedades, com menos

de 10 ha, representam 17% da quantidade de imóveis, mas ocupam baixíssimos 0,2% do território. Embora os imóveis com até 100 hectares representem 60% do total, eles ocupam apenas 4% da área do estado, o que revela a expressiva presença de pequenos imóveis em quantidade, mas com participação territorial extremamente reduzida. Na outra ponta, os imóveis com área acima de 1000 hectares, ou seja, latifúndios, correspondem a apenas 9% dos registros, mas controlam impressionantes 70% da área total, com uma média superior a 3.100 hectares por imóvel, reforçando a hegemonia dos grandes proprietários na configuração do território sul-mato-grossense.

As faixas de 250 a 1000 hectares, que somam 17% dos imóveis e concentram 21% da área, também refletem a força dos médios e grandes estabelecimentos, ligados, em sua maioria, às dinâmicas do agronegócio. Esse padrão fundiário evidencia que apesar da presença numérica significativa de pequenos imóveis, a lógica territorial do estado segue profundamente subordinada à concentração de terras, revelando um modelo que privilegia grandes unidades produtivas voltadas à exportação, em detrimento da diversidade produtiva, da soberania alimentar e da reprodução social dos camponeses.

Esse padrão fundiário não é uma mera herança histórica, mas sim um elemento funcional à dinâmica econômica contemporânea, sobretudo às exigências dos mercados internacionais por commodities agrícolas, como foi possível verificar no referencial teórico exposto até aqui.

Com relação à concentração fundiária, Reclus (1985) enuncia que o latifúndio traz a privação da terra para muitos homens e mulheres, porque enquanto alguns possuem enormes porções de solo, a maioria da população é desprovida de meios de produção. Ainda sobre este mote, o autor afirma que a pequena propriedade – a qual concebe como a área de trabalho incessante das famílias de agricultores – está mais próxima da igualdade natural, a qual deveria prevalecer na divisão fundiária. (Boas, 2018, p.41)

A configuração territorial observada reflete um processo de subordinação do território à lógica do capital, intensificado pelos processos de rentismo combinado com modernização conservadora e pela persistência de políticas públicas que priorizam o agronegócio em detrimento dos sistemas produtivos camponeses e da agricultura familiar. Esse quadro gera implicações diretas na fragilização da soberania alimentar, na restrição do acesso à terra e na reprodução social das populações camponesas, além de aprofundar as desigualdades socioespaciais no território sul-mato-grossense.

Kudlavic (2011), ao analisar a estrutura fundiária de 2006, afirma que a agricultura empresarial vinha se expandindo no campo sul-mato-grossense em detrimento da agricultura de consumo popular. Ao examinarmos os dados mais recentes do IBGE e do INCRA referentes a

2017 e 2018, mantemos essa mesma conclusão, evidenciando a continuidade desse processo ao longo do tempo. A tabela a seguir, indica a estrutura fundiária do bolsão sul-mato-grossense, cuja realidade, novamente, é de alta concentração e desigualdade fundiária.

Tabela 7: Estrutura Fundiária do Território do Bolsão/MS – INCRA - 2018

Classe de área (ha)	Quantidade de imóveis	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 10	1196	9%	6104,1989	0,1%	5,103845234
10 a menos de 25	1.182	9%	22.425,17	0%	18,97222673
25 a menos de 100	3.205	24%	207.867,74	3%	64,85732989
100 a menos de 250	2.614	20%	440.333,77	7%	168,4520919
250 a menos de 1000	3.643	27%	1.861.214,09	29%	510,9014787
Acima de 1000	1.547	12%	3.863.565,00	60%	2497,456367
Total	13.387	100%	6401509,968	100%	3265,74334

Fonte: INCRA- 2018. Org: Oliveri (2025).

A estrutura fundiária do Bolsão sul-mato-grossense, conforme revelada pelos dados do INCRA, expõe de forma ainda mais contundente a elevada concentração de terras na região em estudo. Enquanto análises anteriores, como as do IBGE, já apontavam para essa desigualdade, os dados do INCRA aprofundam nossa compreensão, evidenciando a persistência e o agravamento da lógica de apropriação desigual da terra na região.

Embora os imóveis com até 100 hectares representem 42% do total de estabelecimentos rurais, eles ocupam apenas 3,1% da área total, o que, novamente, evidencia a existência de milhares de pequenas propriedades territorialmente muito limitadas. Por outro lado, os imóveis com área superior a 1000 hectares, que correspondem a apenas 12% dos imóveis cadastrados, concentram 60% da área total, com uma média de aproximadamente 2.500 hectares por unidade. As propriedades na faixa entre 250 e 1000 hectares, que representam 27% dos imóveis, detêm 29% do território, reforçando a expressiva presença de médios e grandes proprietários, majoritariamente associados ao agronegócio.

Importante destacar que o último Censo Agropecuário do IBGE passou por diversos cortes na produção dos dados e atrasos na sua realização, ocorridos não por neutralidade política, mas sim por interesses do agronegócio. Sendo assim, “sem meias palavras, a melhor base de dados sobre o campo brasileiro esconde os dados dos latifúndios e mega-latifúndios” (Mitidiero Junior et al., 2017, p.12).

As revelações obtidas com os Censos Agropecuários não são de interesse do grande agronegócio, podendo se constituir até em uma ameaça a esse setor. Por isso, é de interesse da grande agropecuária que o censo 2016 seja uma base de dados dilacerada e obscura, com intenções bem definidas pelo setor do grande capital agronegócio. Não é por menos que o novo censo será o **censo do golpe**. (Mitidiero Junior et al., 2017, p.10).

Em razão disso, a análise comparativa dos Censos realizada por Almeida e Kudlavic (2011), somada aos dados mais atuais coletados para esta pesquisa, reforça o entendimento de que pouca coisa mudou. Essa análise também evidencia a necessidade de novos estudos sobre a concentração de terras. É importante verificar a dinâmica dessa questão agrária no MS e seus resultados, entre eles, o avanço do agronegócio na região, que se reflete em monocultivos com grande escala territorial, a exemplo do eucalipto no Território Rural do Bolsão do MS.

O agronegócio é a agricultura capitalista que vem para justificar a permanência do latifúndio produtivo e improdutivo impondo um discurso de avanço, desenvolvimento, melhoria na produção agrícola, geração de renda e emprego, entre outros benefícios. Segundo Fabrini (2008, p.36), além disso, “no discurso de defesa do agronegócio ainda, os benefícios econômicos se traduziriam em benefícios sociais e de “vilões” que eram no passado, os grandes proprietários rurais tornaram-se “heróis” da nação”.

Esse é o discurso hegemônico que os capitalistas encontraram para justificar o avanço da agricultura capitalista no país, sobretudo sob o viés do desenvolvimento econômico que faz “brilhar os olhos” dos brasileiros, com a classe baixa assolada pela pobreza e desigualdade, que tem esperanças de uma sociedade melhor que altere as condições objetivas impostas a ela.

Porém, na realidade, esse desenvolvimento econômico não chega até a classe trabalhadora, nem camponesa, aliás, muito pelo contrário, trata-se de um modelo de agricultura que se favorece pela desigualdade e pela hierarquia das classes, além de não se preocupar com as demandas alimentícias da população, mas sim com as necessidades de crescimento do capital, de favorecimento da burguesia nacional e internacional, assim, o tal desenvolvimento econômico é para poucos. É nesse sentido que Fabrini (2008, p.36) afirma: “o agronegócio é entendido como grande propriedade rural produtiva, por outro, é responsável pela pobreza, miséria, degradação ambiental, violências, dentre outras mazelas e barbáries”:

Alguns autores entendem que o agronegócio tornou-se sinônimo de produtividade, mas uma produção/produtividade excludente, promotora da miséria, degradação ambiental, violências e tantas outras mazelas e barbáries. Partindo desse pressuposto, o agronegócio se fortaleceu e os latifúndios, improdutivos, foram perdendo importância no campo brasileiro (Fabrini, 2008, p.43).

A estrutura fundiária do país segue sendo concentrada, e favorecida pela aliança terra-capital. Para entender essa questão, Paulino e Almeida (2010) asseveram que é necessário uma análise mais profunda da propriedade da terra e do papel do Estado nesta aliança:

É essa singularidade do Estado brasileiro que o distingue dos países centrais, a qual se expressaria na atualidade pelo que Martins (1994) denomina de aliança terra-capital. Desta aliança resulta um deslocamento da potência dinamizadora da economia, da produção para a propriedade privada da terra, o que, como já demonstrado anteriormente, diverge do modelo clássico do capitalismo, em que os mecanismos de acumulação fundaram-se justamente na negação da renda como elemento primordial do processo de acumulação. Em outras palavras, a burguesia ascendeu à condição de classe dominante no momento em que conseguiu minar o poder dos proprietários fundiários, tidos como obstáculos aos propósitos de acumulação do capitalismo industrial. Isso porque a fórmula de acumulação original pressupõe a apropriação de mais valia a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho, sendo os alimentos um fator nada desprezível na composição destes custos (Paulino; Almeida, 2010, p.82).

Diante desse cenário, a dinâmica territorial do Mato Grosso do Sul, e particularmente do território do Bolsão, revela como essa aliança entre terra e capital segue estruturando a lógica fundiária e moldando o território. As tabelas analisadas, que expõem a estrutura fundiária regional, evidenciam que grandes propriedades seguem predominantes, reforçando processos de exclusão social, desigualdade na distribuição de terras e avanço de atividades ligadas ao agronegócio, como a monocultura de eucalipto, por exemplo, que será analisada mais adiante e que intensifica ainda mais esse modelo excludente.

Dessa forma, a análise da estrutura fundiária tanto do Mato Grosso do Sul quanto do Bolsão Sul-Mato-Grossense revela um padrão territorial profundamente marcado pela concentração da terra e pela expansão do agronegócio. No entanto, para compreender de forma mais ampla e contextualizada como essa configuração se estabelece no território do Bolsão, é necessário retomar seu processo histórico de formação, as dinâmicas populacionais e os movimentos de transformação do espaço rural, particularmente aqueles associados à expansão do capital e à reconfiguração do modo de vida camponês. Esse será, portanto, o objetivo do próximo capítulo, no qual serão discutidos a contextualização histórica, as dinâmicas demográficas e os processos recentes de territorialização de monopólio eucalipto-celulose no território rural do Bolsão.

3 – A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO EUCALIPTO-CELULOSE NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE

Este capítulo tem como objetivo analisar o processo de territorialização do monopólio eucalipto-celulose no território rural do Bolsão sul-mato-grossense. Trata-se de compreender como a expansão da monocultura de eucalipto, articulada aos interesses das grandes empresas do setor eucalipto-celulose, tem reconfigurado profundamente a organização socioespacial da região, impondo uma lógica territorial excludente e homogeneizante. A consolidação desse monopólio produtivo não se dá apenas pela concentração fundiária, mas também por meio de dispositivos políticos, financeiros e logísticos que asseguram o controle do uso da terra, dos fluxos econômicos e das formas de reprodução da vida no campo.

A territorialização do monopólio eucalipto-celulose no Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul representa um dos processos de reconfiguração produtiva da região, com profundas implicações e impactos socioambientais. A expansão da monocultura de eucalipto, impulsionada pela demanda global por celulose e pela busca intensa de lucro, típica do modo de produção capitalista, tem transformado a paisagem local, consolidando um modelo de monocultura intensiva que favorece latifúndios, em detrimento aos pequenos agricultores e comunidades camponesas.

Esse avanço monopolista se reflete na concentração de terras, no esgotamento dos recursos naturais inerentes a vida, como a água e a terra, e na modificação dos ecossistemas locais, resultando em uma perda significativa da biodiversidade. Além dos impactos ambientais, o modo de vida camponês tem sido diretamente afetado, com as poucas áreas destinadas para os camponeses ainda que haja muita área disponível na região, onde por exemplo o município de Três Lagoas, conta com 10.217,07km² de área, de acordo com o IBGE (2024).¹³ Observa-se ainda um prejuízo das condições de trabalho e a crescente dificuldade de subsistência para as famílias camponesas que, diante desses fatos, se colocaram à disposição de denunciar os impactos socioambientais que estão ocorrendo no espaço da região da capital mundial da celulose.

A partir da compreensão da territorialização do monopólio celulósico, este capítulo busca analisar as dinâmicas de apropriação do espaço pelo setor, suas estratégias de expansão e os impactos gerados sobre os camponeses e o meio ambiente. Em um estado como o Mato Grosso do Sul, essencialmente latifundiário, com a população do campo anteriormente afetada pela pecuária, marcado pela baixa expressão de movimentos sociais organizados e pela abundância de isenções fiscais, a territorialização da celulose se deu de forma acelerada e concentrada. A análise desse processo é fundamental para o objetivo central desta pesquisa: compreender as formas de resistência, r-existência e recriação camponesa que emergem em meio às contradições geradas por

¹³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Três Lagoas (MS)*. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/tres-lagoas.html> . Acesso em: 25/06/2024.

esse avanço, evidenciando como os camponeses enfrentam, contestam e reagem à imposição desse novo ordenamento territorial. Dito isso,

É preciso explicar que o capital se territorializa quando a atividade agrícola é muito lucrativa, compensando a compra da terra e a instalação do trabalho assalariado. Estas atividades agrícolas são aquelas cujos preços são definidos pelas bolsas de valores, portanto transformadas em commodities como é o caso da soja, da cana, da laranja, do eucalipto. Por exemplo, depois do plantio a produção da laranja e a do eucalipto dá resultado produtivo após cinco e sete anos, respectivamente. (Kudlavicz, 2011, p.38 e 39).

A observação de Kudlavicz (2011) evidencia como a lógica de territorialização do capital se orienta por critérios de rentabilidade de longo prazo, mesmo em cultivos com ciclos produtivos extensos, como o eucalipto. Isso demonstra que a terra, nessas condições, deixa de ser apenas meio para produção e passa a operar como ativo estratégico, controlado por grandes grupos econômicos que moldam o território de acordo com as exigências do mercado global. Esse movimento aprofunda as desigualdades no campo, inviabilizando o modo de vida camponês ao impor um modelo de uso e ocupação da terra voltado à homogeneização produtiva e à concentração fundiária. É nesse contexto que a resistência camponesa adquire centralidade analítica, pois ela expressa a contradição do modelo e evidencia que, mesmo diante da pressão dos monopólios e da mercantilização da terra, persistem sujeitos que disputam o território com base em outras intencionalidades. Compreender como esse processo se constituiu historicamente na região do Bolsão é o que se propõe na próxima seção.

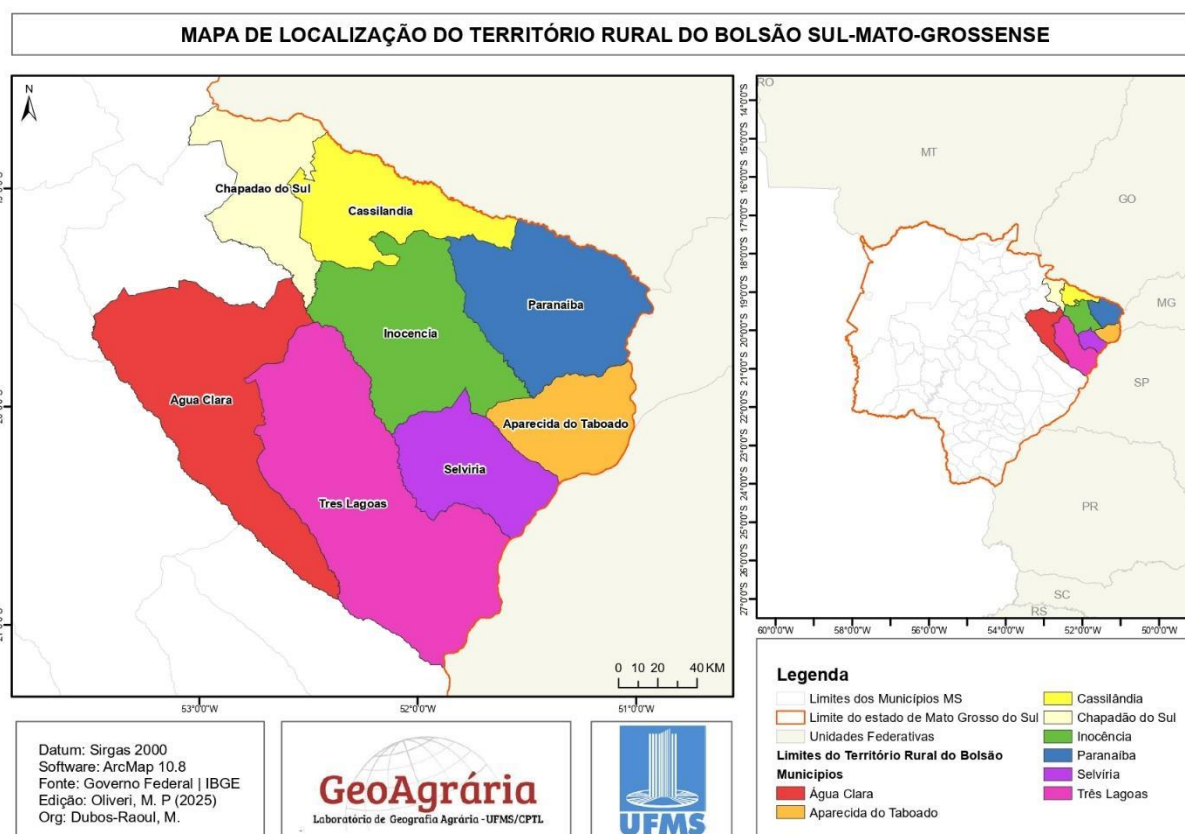
3.1 Contextualização geográfica e histórica do Território Rural do Bolsão

O Território Rural do Bolsão, especialmente nas regiões de Três Lagoas e Selvíria, passou por transformações profundas nas últimas décadas, marcadas pela expansão das agroindústrias de celulose. O autor Kudlavicz (2011), que na época de seu estudo vivenciava a expansão das agroindústrias de celulose no Território Rural do Bolsão de MS, já abordava as possíveis consequências dessa expansão, que hoje são possíveis de verificar de forma concreta na realidade socioespacial e ambiental da região. Kudlavicz (2011) descreve os desafios associados à produção de papel, como o desmatamento, a poluição e o uso intensivo de recursos naturais, fora a superexploração do trabalho.

Em consonância com as análises do referido autor, compreende-se que o território rural do Bolsão sul-mato-grossense, especialmente os municípios de Três Lagoas e Selvíria, apresenta relevância histórica no cenário agropecuário regional e, nas últimas décadas, passou a se destacar também como área estratégica para a produção de eucalipto. Mesmo que o mapa da localização do

território rural do bolsão sul-mato-grossense tenha sido exposto previamente na metodologia desta pesquisa, vale revisitá-lo a fim de contextualizar a localização junto ao processo do qual estamos abordando aqui, dessa forma, segue o mapa de localização.

Mapa 1: Mapa de Localização do Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense



Fonte: Edição: Oliveri (2025); Org: Dubos-Raoul.

Essa dupla “vocação”, pecuária extensiva e monocultura, reflete as dinâmicas de concentração fundiária e de territorialização do capital, que vêm redesenhando profundamente as formas de uso e apropriação da terra na região, e possibilitando a miserabilidade da população.

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (Oliveira, 2001, p.187).

A consolidação do Território Rural do Bolsão enquanto unidade de planejamento e intervenção estatal no campo insere-se em um processo mais amplo de reformulação das políticas

públicas voltadas ao meio rural. Como indicam Nardoque e Almeida (2015), a criação desses territórios não se deu de forma simples ou espontânea, mas esteve marcada por tensões e desafios que refletem a complexidade de sua constituição socioespacial. A proposta territorial visa abarcar múltiplas dimensões, ambientais, econômicas, socioculturais e políticas, mas encontra limitações na persistência de políticas setoriais fragmentadas, enraizadas em mentalidades históricas que resistem à concepção integrada do território. Foi justamente diante desses impasses que o Estado passou a articular novas modalidades de intervenção, como os Territórios da Cidadania e os Territórios Rurais, com o intuito de fomentar um desenvolvimento rural de base territorial.

De acordo com as análises de Melo e Silva (2016) compreende-se que a conformação do Território Rural do Bolsão, instituído oficialmente em 2013 como parte das políticas públicas de desenvolvimento territorial do Estado brasileiro, deve ser compreendida à luz de uma reorientação estratégica da ação estatal no campo. Os autores analisam como nas últimas décadas, o Estado adotou novas estratégias para implantar políticas de combate à pobreza, sobretudo no campo, visando uma inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar, descentralizando decisões na formulação e execução das políticas. Essa descentralização, contudo, carrega ambiguidades: embora represente um avanço em termos de participação, também pode significar a transferência da responsabilidade pelo combate à pobreza e à desigualdade aos próprios camponeses. Os autores citam como resultado da política pública brasileira de desenvolvimento territorial, o Território Rural do Bolsão (MS).

Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com área de 45.929,9 Km², o Território Rural do Bolsão, localizado na porção leste de Mato Grosso do Sul, é composto por oito municípios: Três Lagoas, Selvíria, Água Clara, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul (Nardoque e Almeida, 2015) e reflete essas tensões. Tradicionalmente marcado por uma economia baseada na pecuária de corte e por elevados índices de concentração fundiária, esse território vem, desde meados dos anos 2000, passando por um novo ciclo de reconcentração da terra, processo esse vinculado à expansão da monocultura de eucalipto e à territorialização do capital celulósico (Melo e Silva, 2016), que encontrou em Três Lagoas condições logísticas, institucionais e territoriais ideais para a implantação de um polo industrial. A escolha do município como sede da maior fábrica de celulose do país, o Projeto Horizonte, da Fibria (hoje Suzano), em 2007, reconfigurou profundamente a dinâmica regional, consolidando uma nova fronteira de expansão do agronegócio celulósico em detrimento das formas tradicionais de uso da terra.

Considerando as informações fornecidas por Kudlavicz (2016), entende-se que a consolidação do Território Rural do Bolsão como área de domínio do agronegócio monocultor é

inseparável das políticas estatais implementadas a partir da década de 1970, que reorientaram radicalmente o uso e a ocupação da terra na região. Com a intensificação das políticas de incentivo à agricultura capitalista durante o regime militar, o Estado passou a promover deliberadamente a reorganização do território conforme as exigências do capital, oferecendo benefícios fiscais e creditícios aos grandes empreendimentos. Essa lógica, orientada pela acumulação e pela eficiência produtiva em larga escala, redesenhou o destino territorial do Bolsão, impondo a expansão acelerada da pecuária e do eucalipto em detrimento da permanência camponesa. A terra, então percebida pelos órgãos públicos como de baixa fertilidade, foi desvalorizada como espaço de produção camponesa e, ao mesmo tempo, revalorizada como fronteira estratégica para o avanço da monocultura, contribuindo para o esvaziamento das práticas tradicionais.

Kudlavicz (2011) reflete ainda que nesse processo, políticas como o Programa de Desenvolvimento de Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) desempenharam papel decisivo na legitimação da grilagem e na concentração fundiária, ao institucionalizar a ocupação de grandes extensões de terra por agentes capitalizados, muitas vezes em detrimento de camponeses já estabelecidos no território, e assim o impacto direto dessas políticas foi a expulsão sistemática de pequenos produtores camponeses, sejam eles proprietários, meeiros ou posseiros, não apenas pela força material do capital, mas também pela omissão estatal na construção de políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Ainda que nos anos 1970 e 1980 houvesse significativa presença camponesa no cultivo de alimentos básicos como milho, arroz e feijão, a ausência de respaldo técnico, financeiro e institucional inviabilizou sua permanência, mas eles permanecem teimosamente, como diz o autor. O processo de substituição dessas práticas pelo agronegócio, portanto, não foi apenas econômico, mas profundamente político e territorial, moldando as bases das contradições que hoje emergem no Bolsão, onde a concentração fundiária e o absenteísmo permanecem como marcas estruturais.

A conformação histórica do território do Bolsão como espaço de expansão da pecuária está diretamente ligada às concessões de terras promovidas pelo Estado em contextos marcados por interesses geopolíticos e econômicos. Conforme analisa Silva (2014), essas concessões muitas vezes realizadas em extensões superiores ao permitido por lei e negociadas por valores inferiores aos de mercado, despertaram o interesse de produtores oriundos de outras regiões do país. Essa dinâmica favoreceu o surgimento e a consolidação de grandes fazendas de gado, baseadas na apropriação privada de extensos latifúndios, frequentemente vinculadas a empresas de colonização privada.

A ideia de uma “vocação pecuária” atribuída ao Mato Grosso do Sul, particularmente ao território do Bolsão, deve, portanto, ser compreendida como resultado de uma construção histórica sustentada pelo agronegócio, que encontrou respaldo no Estado e se beneficiou da implantação de infraestrutura estratégica, como a Ferrovia Noroeste do Brasil, que cumpriu papel fundamental no escoamento da produção e na integração da região aos fluxos econômicos nacionais, reforçando sua funcionalidade dentro do projeto desenvolvimentista agropecuário e intensificando as desigualdades no acesso e uso da terra (Silva, 2014).

Conforme as ideias de Almeida e Nardoque (2015), compreende-se que embora a industrialização seja um fenômeno relativamente recente no Território Rural do Bolsão, sua presença tem alterado significativamente a base econômica da região, sobretudo em municípios como Três Lagoas, onde a agropecuária historicamente predominava. Os autores analisam ainda que a pecuária de corte, marcada por forte concentração fundiária, permaneceu por anos como principal atividade econômica dos municípios integrantes do território, revelando uma estrutura produtiva ancorada no setor primário e uma profunda dependência das dinâmicas urbanas.

No entanto, a partir de uma série de incentivos fiscais e creditícios, associados à posição estratégica da região que é próxima ao Estado de São Paulo e com acesso a infraestrutura hidroenergética, fluvial, rodoviária e ferroviária, observou-se a diversificação das atividades econômicas e a chegada de empreendimentos industriais. Destacam-se, nesse processo, a instalação de grandes complexos metal-mecânicos, sucroalcooleiros e, sobretudo, do setor de celulose, cuja implantação em Três Lagoas impulsionou a conversão de extensas áreas de uso agropecuário em monocultivos de eucalipto, alterando profundamente o perfil agrário de municípios como Selvíria, Água Clara e a própria Três Lagoas (Nardoque e Almeida, 2015). De acordo com Silva (2014),

A escolha dos municípios de Três Lagoas e de Selvíria como áreas prioritárias para o plantio de eucalipto, deu-se em razão da garantia de incentivos fiscais pelo Estado; das condições hidrográficas: Aquífero Guarani; das águas da bacia hidrográfica do Rio Paraná; das condições climáticas (tropical); da vegetação de cerrado, do relevo suavemente ondulado (Silva, 2014, p.122).

A intensificação desse processo de transformação territorial está diretamente relacionada à posição geográfica estratégica do Bolsão sul-mato-grossense, cujos municípios, sobretudo Três Lagoas, Selvíria e Água Clara, estão articulados a importantes pontos logísticos que ligam a região ao Estado de São Paulo e ao mercado externo. Como apontam Nardoque e Almeida (2015), a malha de rodovias (SP-300, SP-320, BR-262 e BR-158), as ferrovias Ferronorte e Novoeste, além da hidrovía Tietê-Paraná, conformam um sistema integrado de transporte que viabiliza o

escoamento de commodities em larga escala, especialmente as ligadas às produções do eucalipto e da cana-de-açúcar.

Os autores analisam que essa infraestrutura tem sido fundamental para a consolidação do território como polo industrial e logístico. Contudo, os autores também evidenciam o lado perverso desse crescimento: ao mesmo tempo em que promove expansão empresarial e valorização fundiária, o avanço do capital sobre a terra tem gerado expulsões de famílias camponesas, antes presentes nas antigas fazendas de gado, e inviabilizado projetos de reforma agrária, à medida que o aumento especulativo dos preços da terra afasta possibilidades de democratização do acesso à terra na região.

Assim, nota-se que apesar da pecuária por muito tempo ter tido papel de destaque em Mato Grosso do Sul, nas últimas décadas, sobretudo no Território Rural do Bolsão do MS, o padrão produtivo vem se alterando. A conversão de pastagens em plantações de eucalipto alterou o padrão produtivo da região e o uso e ocupação da terra vem ganhando destaque para a produção de celulose por meio do monocultivo de eucalipto, esse que vem acarretando diversos impactos socioambientais, e afeta substancialmente a população do campo. Esse complexo processo de mudança do padrão produtivo de pecuária para monocultura de eucalipto no Território Rural do Bolsão é um exemplo significativo das transformações ocorridas na agricultura.

Apesar de todo o contexto histórico e das transformações socioespaciais vivenciadas no Território Rural do Bolsão, é importante destacar que as políticas públicas de desenvolvimento territorial, que buscavam fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento integrado da região, foram extintas em 2016 com a edição da Medida Provisória nº 726. Essa MP, promulgada durante o governo de Michel Temer, resultou na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e na suspensão de programas fundamentais, como os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania. Embora a Medida Provisória nº 726/2016 ¹⁴não tenha sido convertida em lei e, portanto, tenha perdido sua validade formal, seus efeitos práticos foram imediatos, expressando uma mudança administrativa marcada por um projeto político alinhado à lógica neoliberal, que priorizou o agronegócio e o capital transnacional em detrimento das pautas da agricultura familiar camponesa, da soberania alimentar e da democracia fundiária.

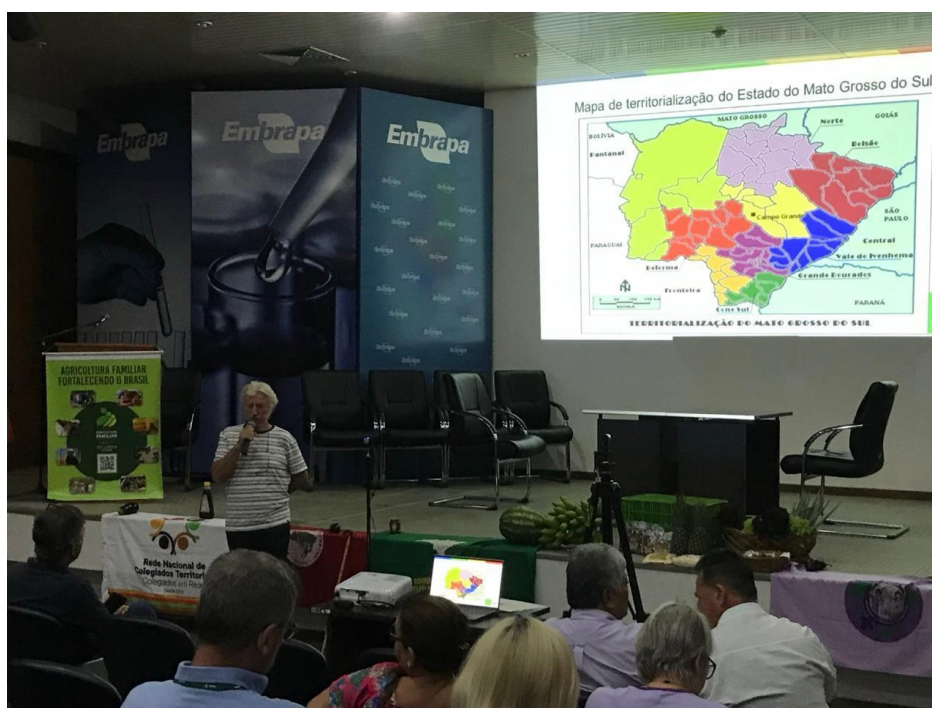
Essas informações puderam ser mais bem compreendidas durante o “Seminário Estadual de Desenvolvimento Territorial de Mato Grosso do Sul”, do qual participei, junto ao Mieczysław Kudlavič, como representantes da CPT, cujo objetivo foi debater a retomada da Política

¹⁴ Brasil. Presidência da República. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União: Seção 1, Edição Extra, Brasília, DF, 12 maio 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm. Acesso em: 30/04/2025.

Territorial no estado, a partir da reestruturação dos 08 Territórios oficialmente reconhecidos: Grande Dourados, Conesul, Vale do Ivinhema, Reforma, Fronteira, Bolsão, Norte e Pantanal. A partir desse processo de reconstrução, iniciado em 2023, busca-se fortalecer novamente os espaços de articulação e diálogo com a sociedade civil, reconhecendo a importância estratégica da política territorial para enfrentar a desigualdade no campo e ampliar a participação social nos processos de planejamento do desenvolvimento rural.

A imagem a seguir registra o momento em que o pesquisador, agente da CPT e militante Mieceslau Kudlavicz realizou sua participação como convidado no Seminário Estadual de Desenvolvimento Territorial de Mato Grosso do Sul. Em sua fala, Kudlavicz destacou a relevância da retomada da Política de Desenvolvimento Territorial, com ênfase no papel significativo do Território Rural do Bolsão frente aos impactos da monocultura de eucalipto e da concentração fundiária. Sua contribuição ressaltou a urgência de fortalecer as políticas voltadas à agricultura camponesa, à reforma agrária e à gestão democrática dos territórios.

Figura 3: Mieceslau Kudlavicz em discurso sobre a retomada da Política Territorial no Seminário Estadual de Desenvolvimento Territorial do MS, 2024.



Fonte: autora (2024).

A retomada da Política Territorial pelo Governo Federal, a partir de 2023, representa um marco importante na reestruturação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Após anos de descontinuidade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) homologou o reconhecimento de 152 Territórios Rurais. Conforme

divulgado no site oficial do MDA,¹⁵ essa política visa promover maior integração entre as políticas públicas e garantir que as famílias do campo tenham acesso a um conjunto ampliado de oportunidades, de acordo com as especificidades e demandas de cada região. A nova fase da política também valoriza a participação social: mais de 4.500 organizações que compõem os Colegiados Territoriais, que é resultado da realização de 24 seminários estaduais que prepararam o Seminário Nacional de Política Territorial, organizado em 2024 – um dos quais participei, como mencionado acima. Como destacam os assessores da Secretaria de Política de Territórios, Ademir Cazella e Gustavo Méyer, os territórios não se constituem apenas por suas delimitações geográficas, mas também por elementos culturais, sociais e econômicos que conferem identidade às populações locais, possibilitando a otimização das políticas públicas e a qualificação de sua execução (Brasil, MDA, 2025).

Dessa forma, ao analisarmos o histórico do Território Rural do Bolsão, especialmente em Três Lagoas e Selvíria, evidencia-se que a conformação socioespacial da região está intrinsecamente ligada às políticas estatais e às estratégias de expansão do capital, que moldaram o uso da terra e reconfiguraram profundamente a dinâmica produtiva. A pecuária extensiva, antes dominante, cedeu espaço para a monocultura de eucalipto, impulsionada por interesses empresariais e incentivos governamentais. Com isso, tornou-se evidente a atuação de ações que territorializam o capital e consolidam um modelo de desenvolvimento centrado na lógica da produtividade e da exportação, em detrimento da diversidade produtiva e da permanência camponesa. É nesse contexto que se insere o próximo subitem que tratará da territorialização do capital eucalipto-celulose no Bolsão sul-mato-grossense.

3.2 Territorialização do monopólio eucalipto-celulose

A consolidação de Três Lagoas como um dos principais centros da indústria de celulose no Brasil teve seu início no final dos anos 2000, desencadeando uma transformação profunda na organização territorial e nas dinâmicas socioespaciais e econômicas locais. Esse processo acarretou uma reconfiguração expressiva do uso da terra, onde práticas tradicionais como a pecuária extensiva e as formas convencionais de vida rural, incluindo comunidades e assentamentos, foram progressivamente substituídas por vastas monoculturas de eucalipto, que

¹⁵ **Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).** O que mudou desde a última política territorial? *Acesso à Informação – Política de Territórios*, 25 nov. 2024. Atualizado em 26 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/politica-de-territorios/o-que-mudou-desde-a-ultima-politica-territorial>. Acesso em: 30/04/2025.

passaram a se estabelecer como o elemento dominante na paisagem regional. (Dubos-Raoul e Almeida, 2022).

As investigações de Kudlavicz (2011) destacam que a consolidação do monocultivo de eucalipto em Três Lagoas e municípios vizinhos, como Selvíria, é fruto de um processo histórico marcado pela intervenção estatal na conformação do espaço agrário. Desde a década de 1960, especialmente com a instauração do regime militar e suas políticas de desenvolvimento, o território do Cerrado passou a ser concebido como uma fronteira agrícola a ser incorporada, transformando-se em um ativo produtivo dentro da lógica capitalista. Nesse contexto, programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) promoveram tanto avanços na infraestrutura econômica regional, como também provocaram uma profunda reconfiguração no uso da terra e na atribuição de seu valor.

Kudlavicz (2011) analisa o processo de expansão do complexo celulose/papel e contextualiza a evolução histórica do setor de celulose e papel no estado de Mato Grosso do Sul. Ele destaca que desde o início da Revolução Industrial houve uma crescente demanda por produtos de papel e celulose, impulsionada pela expansão do comércio e da comunicação. O autor explora as dinâmicas de mercado que têm alimentado a expansão desse complexo e destaca o papel do consumismo na expansão do setor.

O autor citado discorre como a crescente cultura de consumo desencadeada pelo sistema capitalista de produção, que influencia diretamente no modo de vida social por praticamente todo o globo, e é impulsionada por fatores como a publicidade e a necessidade de produtos descartáveis, tem contribuído para o aumento da demanda por papel e celulose. Argumenta ainda que o consumismo não apenas estimula a produção, mas também influencia as estratégias das empresas.

Por volta dos anos 1990, o Brasil passa a expressar um crescimento no setor de celulose e papel, impulsionado por políticas de incentivo ao investimento e pela crescente demanda global por produtos de papel. O Brasil torna-se atrativo para empresas multinacionais e nacionais devido à vasta disponibilidade de terras e recursos naturais. O Território Rural do Bolsão é uma expressão desse fato, uma vez que há uma exacerbada concentração fundiária, recursos hídricos em abundância e fatores morfoclimáticos favoráveis ao cultivo do eucalipto, e assim por volta dos anos 2000, de forma específica em 2007, passa a ser visto enquanto uma região estratégica para a expansão do complexo celulose-papel:

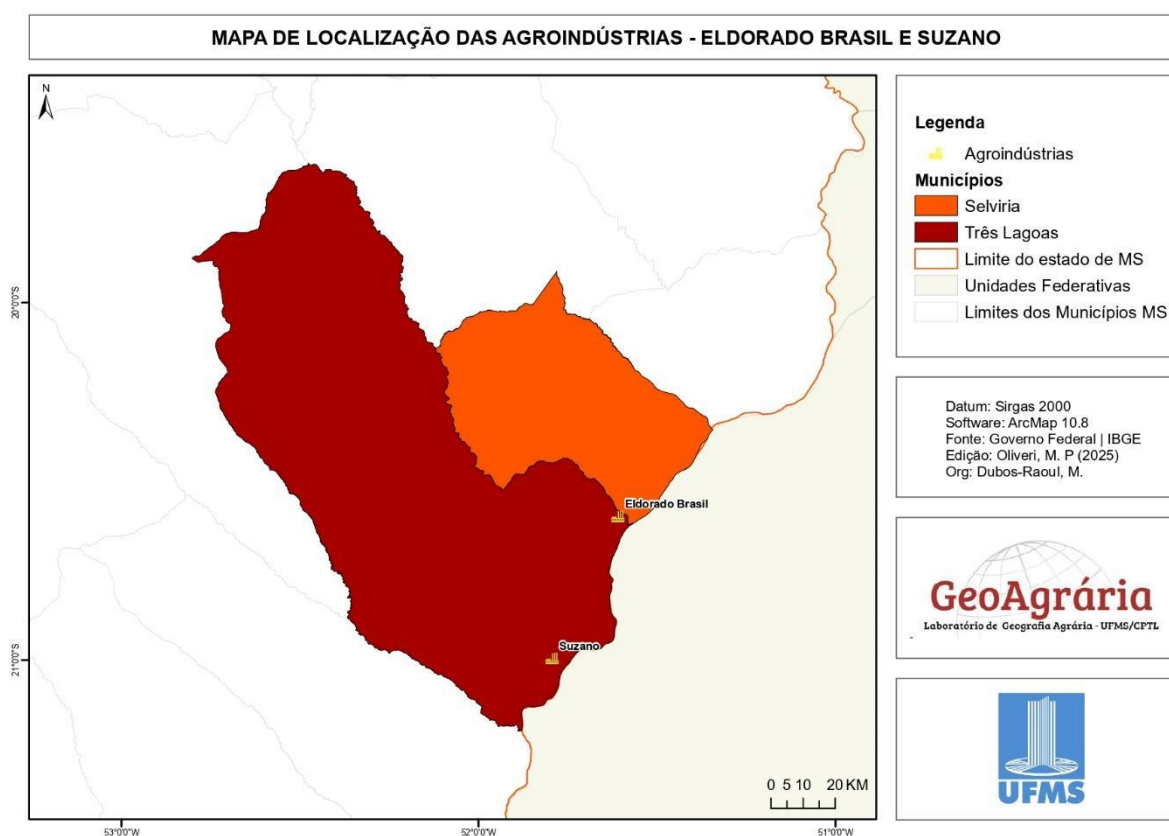
Três Lagoas, recebendo esses megaempreendimentos, se torna a “capital mundial da celulose”, expressão frequentemente destacada pelo setor, pela mídia e pelos políticos locais. A atuação do setor do eucalipto na região se deu, do ponto de

vista da organização da produção agrícola das árvores, pelo arrendamento ou pela compra de grandes fazendas. (Dubos-Raoul; Almeida, 2022, p.46 e 47).

Em 2009, a inauguração da primeira fábrica de celulose da Fibria em Três Lagoas simbolizou a concretização territorial do capital eucalipto-celulose na região. Conforme já destacado por Kudlavicz (2011), naquela fase a formação desse complexo produtivo esteve estreitamente vinculada às fusões estratégicas entre grandes empresas do setor, como a união entre Aracruz e Votorantim Celulose e Papel (VCP), que deu origem à Fibria, até então considerada a maior produtora mundial de celulose mercantil. A participação ativa de instituições estatais, em especial o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi fundamental para impulsionar o fortalecimento desse arranjo produtivo, incentivando investimentos e consolidando a presença do capital nacional e internacional articulado ao Estado. Embora novas reconfigurações tenham ocorrido, como a incorporação da Fibria pela Suzano, que reforçou ainda mais o monopólio do setor, a análise de Kudlavicz (2011) permanece essencial para compreender a dinâmica desse processo no território de Três Lagoas/MS e região.

De acordo com Lemes (2014), a produção brasileira de celulose de mercado, aquela que se dedica exclusivamente ao processamento de celulose, é dominada por seis empresas principais, entre elas a Fibria Celulose S/A (atual Suzano) e a Eldorado Brasil. Essas empresas configuram um Grande Projeto de Investimento (GPI) que tem provocado profundas transformações territoriais na microrregião de Três Lagoas/MS. O desenvolvimento do agronegócio da celulose, com suas características típicas de projetos de investimento em larga escala, foi decisivo para que Três Lagoas se consolidasse como a capital mundial da celulose. O mapa a seguir indica a localização das agroindústrias Eldorado Brasil e Suzano, no município de Três Lagoas/MS.

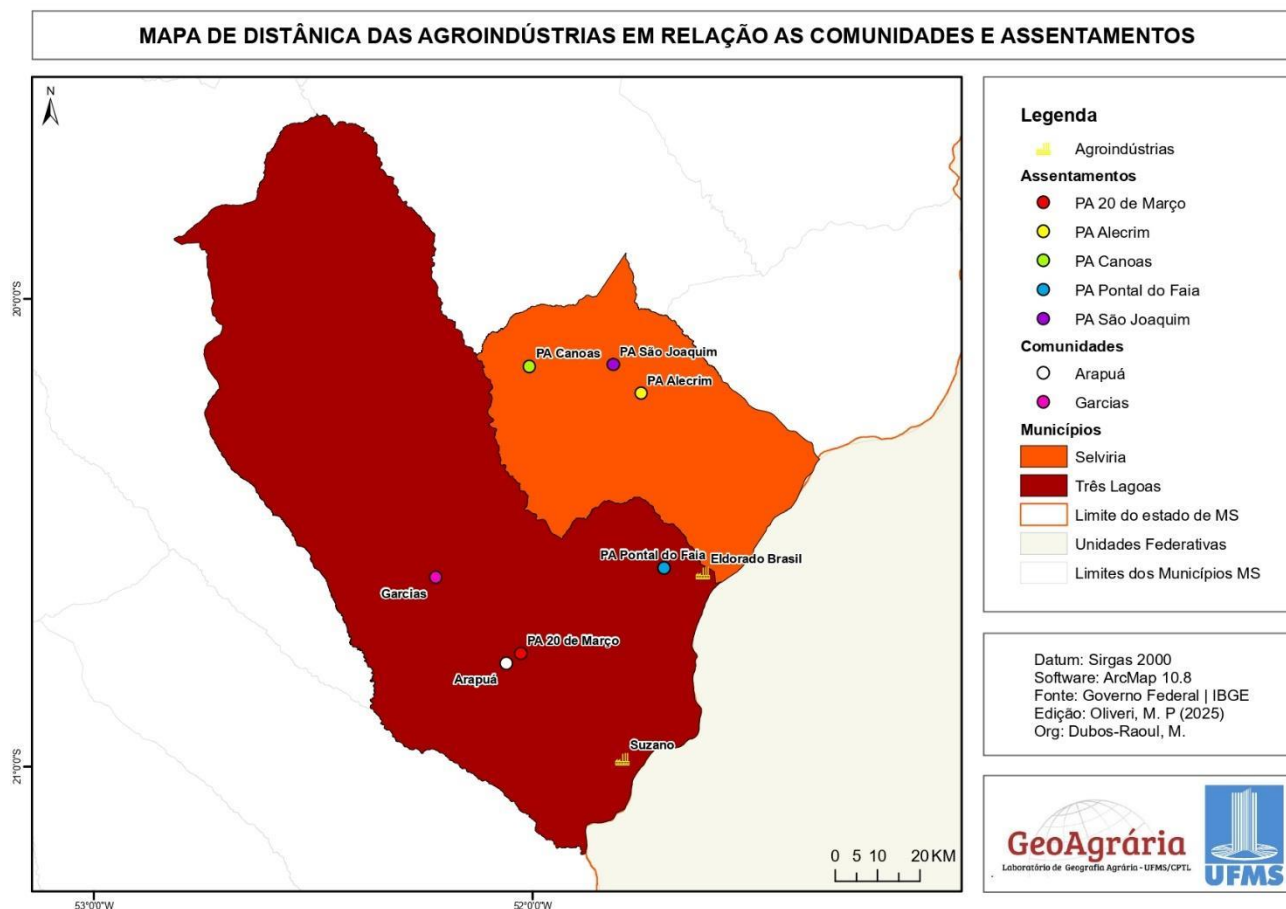
Mapa 4: Mapa de localização das agroindústrias Eldorado e Suzano



Fonte: Edição: Oliveri (2025). Org: Dubos-Raoul.

A implantação do complexo celulósico exigiu a construção de uma infraestrutura robusta, com rodovias, ferrovias e portos, para viabilizar o escoamento da madeira e do produto final. Contudo, essa expansão não ocorreu sem consequências significativas para a estrutura socioeconômica local. A população rural, historicamente dependente da pecuária extensiva, passou a enfrentar uma série de desafios, entre eles o cerceamento dos assentamentos pelo avanço das monoculturas de eucalipto, como evidenciado no caso do Projeto de Assentamento (P.A) Pontal do Faia, em Três Lagoas/MS. Evidência desse fato é o mapa de localização que demonstra a distância, ou melhor, a proximidade, entre as agroindústrias e os assentamentos e as comunidades rurais dos distritos analisados.

Mapa 5: Mapa de distância das agroindústrias em relação às comunidades rurais e assentamentos



Fonte: Edição: Oliveri (2025). Org: Dubos-Raoul.

O mapa em questão revela a proximidade espacial entre as agroindústrias de celulose e os assentamentos e comunidades rurais, evidenciando especialmente a relação entre a agroindústria Eldorado Brasil e o P.A. Pontal do Faia. Essa distância reduzida por si só já indica o grau potencial de interferência que essas agroindustriais exercem sobre os territórios camponeses. No entanto, o mapa em questão não contempla a extensão da monocultura de eucalipto, que ao ser observada diretamente no território torna ainda mais explícita a gravidade da situação. A presença física das agroindústrias operando a todo vapor, leia-se 24 horas, para obtenção da celulose, já representa um problema relevante, mas não se compara ao impacto na paisagem causado pela expansão da monocultura de eucalipto, que avança sobre os assentamentos, os cercando e, por vezes, os invadindo, o que compromete diretamente o modo de vida das famílias camponesas.

O Leste de Mato Grosso do Sul está localizado em pleno Cerrado, que era predominante no território do Bolsão sul-mato-grossense, reconhecido por sua importância ecológica e sociocultural: trata-se da savana mais biodiversa do planeta, ocupando cerca de 36% do território nacional, com uma formação geológica estimada em 65 milhões de anos e abrigando 5% da

biodiversidade global, além de aquíferos estratégicos como o Guarani, o Urucuia e o Bambuí (Morais, Oliveira e Santos, 2024).

Conhecido como berço das águas do Brasil, o cerrado também é território de vida e resistência para povos tradicionais, cujas práticas são baseadas na convivência com os ciclos naturais. Assim, a sua substituição por monocultura, compromete os elementos que compõem o domínio morfoclimático (do cerrado), dominação descrita por Aziz Ab'Sáber (2003), como as grandes unidades espaciais relativamente homogêneas e articuladas, onde há coerência entre relevo, solos, vegetação e condições climáticas e hidrológicas. A monocultura de eucalipto quando homogeniza a paisagem acaba rompendo com essa articulação ecológica e descaracteriza as chamadas “áreas core” ou “áreas nucleares”, que são as zonas mais típicas e contínuas desses domínios naturais. Dessa forma, essas transformações territoriais provocadas pelas agroindústrias de celulose afetam a organização socioprodutiva dos camponeses e comprometem também os fundamentos físicos e biogeográficos do Cerrado, revelando um processo de dominação do capital que interfere nas bases ecológicas locais.

Entendemos por domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grande grandeza territorial - de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área - onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas *integradas*, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo. a essa área mais típica e contínua - via de regra, de arranjo poligonal - aplicamos o nome de área core, logo traduzida por área nuclear - termos indiferentemente empregados, segundo o gosto e as preferências de cada pesquisador. (Ab'saber, 2003, p.12).

Ao compreender os domínios morfoclimáticos expostos pelo autor, nota-se que a expansão do monocultivo de eucalipto pode provocar uma profunda transformação no domínio morfoclimático do Cerrado. Isso, pois essa formação que se caracteriza por uma paisagem originalmente heterogênea em suas fisionomias vegetais, solo, hidrografia e formas de relevo, vem sendo substituída por grandes extensões de áreas artificialmente homogêneas. Trata-se de uma homogeneização empobrecedora, que rompe com a complexa articulação ecológica típica dos domínios naturais descritos por Ab'Sáber (2003). Para o autor tais domínios correspondem a grandes unidades espaciais relativamente homogêneas, mas isso não quer dizer que sejam uniformes, como na monocultura, mas sim que integram de forma coerente os elementos do relevo, solo, vegetação e clima e assim se organizam em áreas principais, como as denominadas "áreas core", formando um conjunto paisagístico articulado. Nesse sentido, a substituição da diversidade

natural por uma monocultura extensiva pode acabar desencadeando uma ruptura nos processos ecológicos e territoriais que sustentavam a organização do Cerrado.

Considerando sua posição estratégica entre grandes domínios (biomas para o autor citado) e sua crescente apropriação pelo agronegócio, o Cerrado acaba por tornar-se um território de intensos conflitos (Morais, Oliveira e Santos. 2024). Longe de preservar ou valorizar a recuperação do Cerrado, o avanço da silvicultura sobre essa região impõe um outro padrão de paisagem, comprometendo a biodiversidade e fragilizando o modo de vida camponês que depende desta natureza para se recriar.

Kudlavicz (2011) destaca a estreita articulação entre o Estado e os interesses do agronegócio, que desempenha papel fundamental na expansão do monocultivo de eucalipto e na consolidação da predominância da indústria da celulose sobre territórios historicamente ocupados por comunidades camponesas.

Pouco depois da instalação da fábrica da Fibria, foi inaugurada em Três Lagoas (MS) a unidade da Eldorado Brasil, em 2012, cuja produção é majoritariamente destinada à exportação. De acordo com o site oficial, a empresa exporta para mais de 40 países nos diversos continentes e possui cerca de 285 mil hectares de “florestas” de eucalipto plantadas. Contudo, a utilização desse termo demanda um olhar crítico, pois o que se constata na prática são extensos monocultivos homogêneos, desprovidos da diversidade de espécies vegetais e animais típicas das florestas nativas. Essa escolha vocabular estratégica alimenta um discurso voltado à sustentabilidade e à conservação ambiental, que busca ocultar os impactos socioambientais negativos dessas plantações, tema que será aprofundado posteriormente. Assim,

Oficialmente, o período de expansão do agronegócio eucalipto-celulose no Bólsão se inicia em 2007, quando ocorre a troca de ativos entre a *international paper/IP* e a Votorantim Papel e Celulose/VCP. Em 2009, este processo se consolidou com entrada em operação da fábrica "horizonte 1" em Três Lagoas - que articulou plantio de eucalipto e o processamento da celulose, neste momento sob controle da ex-Fibria (atual Suzano). Em 2012 entrou em operação também no município de Três Lagoas outra agroindústria de celulose, controlada pela empresa Eldorado Brasil. Em 2017, ocorreu nova expansão da produção de celulose, com a entrada em operação do projeto "Horizonte 2", da ex-Fibria. (Almeida, 2024, p.2310 e 2311).

Assim, a partir de 2007, destaca-se a intensificação do agronegócio voltado ao complexo eucalipto-celulose, evidenciado tanto pela ampliação acelerada da área plantada quanto pela rapidez da instalação do setor na região. Segundo as contribuições de Kudlavicz (2011), retomadas por Almeida (2024), esse processo não é algo recente: já na década de 1970, a microrregião de Três Lagoas foi inserida nas estratégias do regime militar por meio do projeto conhecido como

"Maciço Florestal", que tinha como objetivo a ocupação econômica do Cerrado sul-mato-grossense, visando suprir a demanda por madeira das regiões Sul e Sudeste do país. Trata-se, portanto, de uma territorialização do capital que remonta a políticas estatais do período autoritário e que encontra continuidade nas dinâmicas atuais de expansão do setor florestal-industrial.

A região leste de Mato Grosso do Sul, onde se encontra o Território Rural do Bolsão, tem vivenciado, nos últimos anos, uma nova fase de intensificação da territorialização do capital eucalipto-celulose. Conforme observa Almeida (2024), esse movimento se evidencia com a ampliação recente dos investimentos no setor eucalipto-celulose, especialmente com a instalação de uma nova unidade da Suzano no município de Ribas do Rio Pardo/MS, inaugurada em julho de 2024, no âmbito do chamado projeto "Cerrado". O nome atribuído "Projeto Cerrado" se reveste de ironia diante dos impactos concretos que a instalação desse empreendimento impõe ao próprio domínio morfoclimático que nomeia.

Sob a aparência de valorização regional e de identidade territorial, o título do projeto contrasta fortemente com a realidade dos possíveis impactos ambientais provocados pela monocultura de eucalipto, que homogeneíza a paisagem e compromete profundamente a biodiversidade característica do Cerrado. A apropriação do nome do domínio, nesse caso, funciona como uma espécie de camuflagem discursiva, na qual o capital se apresenta como agente de desenvolvimento. Mas esse é um debate que faremos em outro momento da escrita.

Como analisa Almeida (2024), essa expansão integra um processo mais amplo de consolidação do chamado "vale da celulose", que projeta a região como um dos principais polos globais desse setor. Como continuidade dessa dinâmica, está prevista ainda a implantação de uma nova fábrica de papel no município de Inocência/MS, a ser construída pelo grupo transnacional Arauco. A autora revela que estima-se que os investimentos totais na região Leste do estado já ultrapassem os R\$ 50 bilhões, revelando a magnitude do processo de financeirização e internacionalização da base produtiva local, com implicações profundas sobre o uso do território, as dinâmicas socioeconômicas e as relações entre terra e capital.

Nesse contexto, a transformação territorial observada em Três Lagoas, Selvíria e demais municípios do Território Rural do Bolsão, insere-se em uma dinâmica própria do capitalismo contemporâneo globalizado. Para Oliveira (2016, p. 5), essa nova etapa do sistema capitalista tem como destaque três fenômenos fundamentais, sendo: internacionalização, multinacionalização e mundialização, que refletem a transição do capitalismo industrial e financeiro, tradicionalmente centrado nas economias nacionais, para um capitalismo global, cuja base é a economia mundial. A expansão acelerada do agronegócio eucalipto-celulose no território do Bolsão sul-mato-

grossense não pode ser compreendida sem uma análise das condições estruturais que permitiram a mobilidade do capital nessa região.

O avanço avassalador do agronegócio eucalipto-celulose instiga à reflexão em relação as causas desta mobilidade do capital para o território do Bolsão sul-mato-grossense. Como apontamos em outros trabalhos, a exemplo de Almeida (2022), muitas são as variáveis que criaram as condições fundamentais a acumulação do capital e que articuladas, superaram o obstáculo da imobilidade do capital exigida pelo tempo de espera, em média de seis anos, que o cultivo do eucalipto demanda. Nesse sentido, destaca-se incentivos fiscais, flexibilização ambiental, ausência de conflitos fundiários, meio técnico-científico favorável ao escoamento da celulose, excelente reserva hídrica. Todavia, apesar da importância destas variáveis no Bolsão para a mobilidade do agronegócio eucalipto-celulose, entendemos que o centro desta acumulação é a terra – aqui abundante e relativamente barata. Em outras palavras, a presença de uma estrutura fundiária concentrada que resultou num campo rarefeito de camponeses, isolados numa área de 4 milhões/ha, aproximadamente. (Almeida, 2004, p.2312).

Conforme analisa Almeida (2024), diversos fatores atuaram de forma articulada para viabilizar essa lógica de acumulação. Assim, foi superando inclusive as barreiras temporais impostas pelo ciclo produtivo do eucalipto, que exige, ou deveria exigir, um tempo médio de seis a sete anos entre o plantio e a colheita, porém, conforme o tempo vai passando, as técnicas das empresas vão se aperfeiçoando no intuito de diminuir ainda mais esse tempo entre plantio e colheita, ou seja, de alterar o tempo da natureza.

Em uma visita técnica/trabalho de campo, na fábrica da Eldorado Brasil, localizada no município de Três Lagoas/MS, em abril de 2023, proposta pela disciplina de Seminários Mestrado e Doutorado em Análise Geoambiental e Produção do Território pelo Programa de Pós-graduação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), fomos acompanhados por funcionários por um *tour* pela empresa, passando por diversos setores da mesma, obtendo informações sobre o processo produtivo. Primeiramente, nota-se um particular orgulho dos funcionários com os feitos da empresa - como se a distribuição da riqueza fosse dividida igualmente entre todos, em um dos setores, o do painel de controle, várias informações nos foram passadas, dentre elas, nos foi informado, “com orgulho”, que antes a colheita era em sete anos e que atualmente é em cinco. E, mais, que os pesquisadores da empresa agora estavam desenvolvendo pesquisas para que se reduzisse a três anos. Dentro da empresa isso é visto como evolução e progresso, desenvolvimento, tecnologia, mas para nós fica o questionamento: qual o curso socioambiental desta alteração da natureza? Enfim, um debate que cabe melhor as(os) colegas pedólogas(os).

Entre os fatores que atuaram articuladamente para viabilizar a lógica de acumulação por essas agroindústrias, como expostos por Almeida (2024), destacam-se a oferta de incentivos

fiscais, a flexibilização da legislação ambiental, a disponibilidade de infraestrutura logística e tecnológica para o escoamento da produção, a ampla oferta de recursos hídricos e a ausência significativa de conflitos fundiários. No entanto, como observa a autora, o elemento central que sustenta esse processo de territorialização do capital é a terra, abundante, relativamente barata e marcada por uma estrutura fundiária historicamente concentrada. Isto posto, é dentro da lógica do capitalismo mundializado que o monopólio da celulose expande sua atuação na região do bolsão, especialmente em Três Lagoas.

Assim, torna-se fundamental a compreensão do conceito de territorialização de monopólios, no qual o mesmo se refere ao modo pelo qual grandes corporações impõem seu controle sobre o território, alinhando-os aos seus interesses econômicos e, frequentemente, subordinando o modo de vida camponês, onde ocorre a expulsão dos camponeses, e por isso torna-se significativo analisar como resistem nesta região. Nesse sentido, “o processo de territorialização do monopólio nasce simultaneamente do controle da produção imediata e da circulação” (Oliveira, 2016). Assim, o monopólio ultrapassa a esfera comercial e financeira, assumindo uma dimensão espacial que domina fisicamente amplas áreas territoriais.

Segundo Oliveira (2016), essa dinâmica é particularmente evidente em setores como o sucroenergético e o de celulose, nos quais os elevados custos logísticos impõem às empresas a necessidade de concentrar o cultivo próximo às unidades industriais, realidade particularmente evidente no município de Três Lagoas, onde a concentração espacial das plantações reflete diretamente essa lógica produtiva. Esse controle territorial resulta na mercantilização da terra, reduzindo drasticamente a diversidade de usos e impondo uma lógica produtiva única, orientada prioritariamente pelo lucro, em detrimento da soberania alimentar. Além disso, esse modelo contribui para a expulsão de camponeses e a manutenção de condições laborais precárias. Para o autor, tal processo é parte de uma aliança estratégica entre capital e Estado, que favorece a concentração fundiária e concentra poder nas mãos de poucos grupos empresariais, promovendo uma profunda reconfiguração do espaço brasileiro.

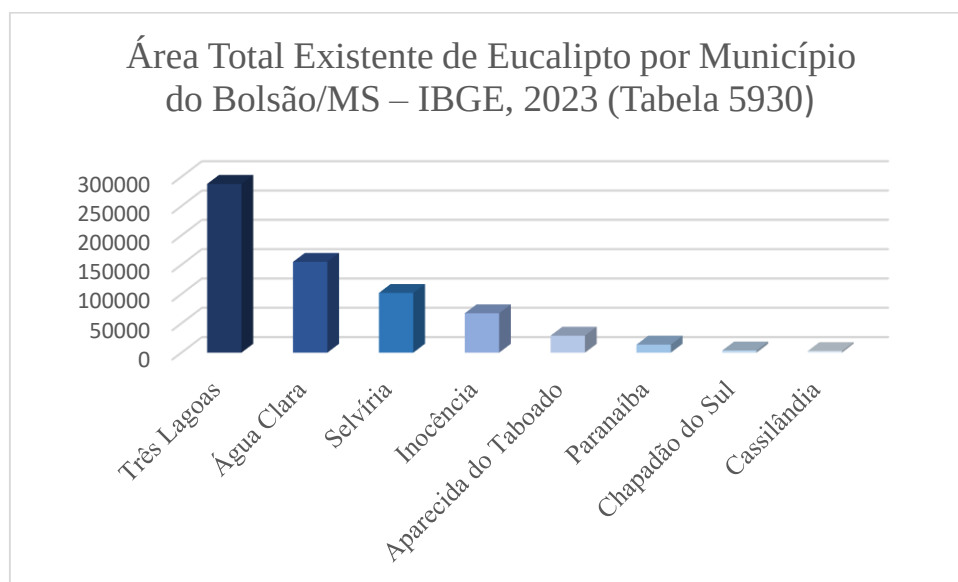
Essa transformação extrapola a mera apropriação física do território, configurando-se também como a imposição de uma lógica territorial que prioriza o capital e a produção em larga escala, em detrimento da diversidade socioambiental e da segurança alimentar das populações locais. No município de Três Lagoas/MS, assim como em Selvíria/MS, observa-se explicitamente esse processo de territorialização do monopólio eucalipto-celulósico, manifestado pela rápida expansão dos monocultivos de eucalipto na região.

Para a análise da expansão da silvicultura no território do Bolsão sul-mato-grossense, optou-se por utilizar os dados da Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) do IBGE,

especificamente a variável denominada “área total existente em 31 de dezembro”, extraída da Tabela 5930 da base SIDRA.¹⁶ Tal variável representa a soma das áreas com “florestas” plantadas que se mantinham em pé na data de referência, incluindo tanto os plantios realizados no próprio ano quanto aqueles de anos anteriores ainda não colhidos. Embora não indique diretamente a área plantada em um único ano, esse dado é metodologicamente adequado para avaliar a ocupação territorial efetiva pelo monocultivo de eucalipto, uma vez que expressa a dimensão espacial atual da atividade e permite identificar os municípios mais impactados pela lógica da monocultura em larga escala.

Assim, a “área total existente” foi adotada como principal indicador por oferecer um retrato amplo da presença consolidada do setor florestal no espaço geográfico, o que é particularmente relevante para a análise crítica da territorialização do complexo eucalipto-celulose e seus efeitos sobre o modo de vida camponês e os ecossistemas do Cerrado. Esse indicador, portanto, permite avaliar a ocupação territorial do eucalipto e sua consolidação como monocultura em larga escala, sobretudo quando comparado entre diferentes municípios ou ao longo do tempo. O gráfico a seguir foi elaborado com base nesses dados e revela o grau de concentração territorial do monocultivo de eucalipto no território do Bósão.

Gráfico 1: Área Total Existente de Eucalipto por Município do Bósão/MS

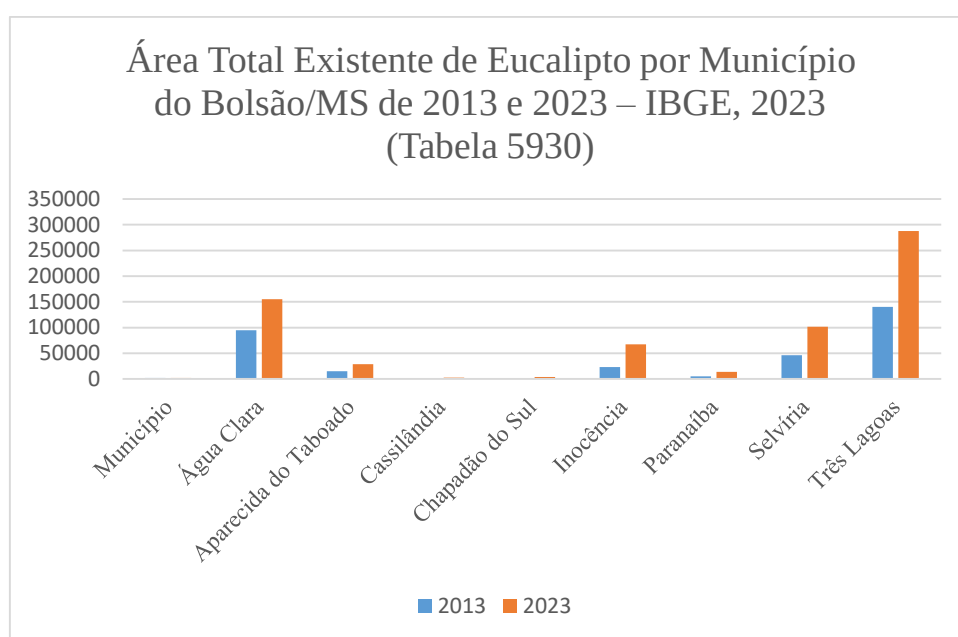


Fonte: IBGE (2023) Org: Oliveri (2024).

¹⁶ **BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Tabela 5930: Área total existente em 31/12 dos efetivos da silvicultura, por espécie florestal. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5930>. Acesso em: 10/11/2024.

O município de Três Lagoas se destaca de forma expressiva, com quase 288 mil hectares de eucalipto em pé, representando mais que o dobro da área existente no segundo colocado, Água Clara (154.930 ha), e quase o triplo da registrada em Selvíria (101.870 ha), que aparece na terceira posição. Na sequência, vêm os municípios de Inocência (67.119 ha), Aparecida do Taboado (29.027 ha) e Paranaíba (13.748 ha), enquanto os menores valores são observados em Chapadão do Sul (3.719 ha) e Cassilândia (2.691 ha). Afim de evidenciar ainda melhor a evolução do plantio, o gráfico a seguir apresenta um comparativo de 10 anos, entre 2013 e 2023.

Gráfico 2: Análise comparativa de área total existente de eucalipto por município do Bolsão/MS entre 2013 e 2023



Fonte: IBGE (2023). Org: Oliveri (2025).

A configuração espacial da monocultura de eucalipto no território do Bolsão evidencia um padrão de concentração da atividade em determinados municípios, sobretudo em Três Lagoas, que se consolida como centro da produção eucalipto-celulose, sendo a com maior número em área plantada há mais de 10 anos, seguida de Água Clara, Selvíria, e ganhando destaque em Inocência nos últimos anos, resultado direto das estratégias de territorialização do monopólio eucalipto-celulósico, das condições estruturais favoráveis e das políticas públicas de fomento ao setor. Esse dado reafirma o avanço da monocultura sobre a área de estudo analisada.

Apesar de Água Clara apresentar, segundo os dados da PEVS/IBGE (2023), uma área total existente de eucalipto superior à de Selvíria, a escolha dos municípios de Três Lagoas e Selvíria para a presente pesquisa se justifica por critérios qualitativos, territoriais e estratégicos, que extrapolam os números absolutos de hectares plantados. Três Lagoas é o principal polo da indústria de celulose no estado e conhecida como capital mundial da celulose, abrigando as duas maiores

agroindústrias da região, a Eldorado Brasil e a Suzano Papel e Celulose, além de ser o município que concentra a maior área plantada do estado, com exatos 287.926 mil hectares, o que o torna central na territorialização do complexo eucalipto-celulose.

Selvíria, por sua vez, embora com uma área plantada inferior à de Água Clara, foi incluída na pesquisa devido à sua proximidade geográfica com Três Lagoas, por sua proximidade com o estado de São Paulo, essencial para escoamento, mas sobretudo devido à presença de assentamentos rurais diretamente impactados pela expansão da monocultura de eucalipto, e ao fato de apresentar conflitos fundiários e socioambientais mais visíveis, com denúncias dos camponeses, o que possibilita uma análise mais aprofundada da relação entre capital celulósico e campesinato. Além disso, Selvíria integra a lógica de expansão do setor a partir do centro industrial de Três Lagoas, funcionando, de certa forma, como território de suporte produtivo e de avanço do modelo monocultor, o que permite observar de forma articulada os efeitos da centralização industrial em um município e sua difusão territorial nos municípios vizinhos.

Portanto, a escolha de Três Lagoas e Selvíria permite uma abordagem escalar e relacional, articulando o centro da produção industrial com áreas de expansão do plantio e de resistência camponesa, o que aprofunda a compreensão crítica sobre os processos de transformação territorial no Bolsão sul-mato-grossense.

Sendo assim, faz total sentido quando Lemes (2014) indica que o setor celulósico-papeleiro se configura como um grande projeto de investimento inserido na lógica da territorialização do capital. Através da dinâmica de produção e reprodução do espaço, que se manifesta historicamente nos contextos urbanos e rurais, onde é possível compreender as relações contraditórias entre o complexo eucalipto-celulose e projetos educacionais, os quais demandam uma análise crítica e aprofundada.

Por isso, é válido compreender que para Oliveira (2010) a agricultura capitalista brasileira apresenta especificidades que decorrem de sua inserção subordinada na lógica de reprodução do capital. Para o autor, a dinâmica produtiva no campo não ocorre de forma autônoma, mas está profundamente condicionada pela articulação com setores como a indústria e o mercado fundiário. Essa interdependência evidencia as contradições estruturais do capitalismo agrário no Brasil, em que tanto a terra quanto os insumos são apropriados como mercadorias, sendo a produção agrícola reorganizada sob os imperativos da acumulação industrial. Tal configuração revela um modelo de desenvolvimento rural marcado pela subordinação dos circuitos agrícolas aos interesses e ritmos da indústria capitalista.

A agricultura brasileira está subordinada à indústria, de um lado, como consumidora potencial de produtos de origem industrial, mediada pelo Estado, e

de outro, subordinada aos proprietários de terras que têm cobrado também o seu tributo para permitir a produção necessária. (Oliveira, 2010, p.19).

Essa forma de dominação se manifesta no processo de territorialização do monopólio, que se legitima por meio de discursos empresariais centrados na ideia de “desenvolvimento sustentável”. Tais narrativas, amplamente utilizadas por corporações ligadas à monocultura, buscam construir uma imagem de responsabilidade social e ambiental por meio de ações pontuais no território, como projetos socioambientais e compensações legais, enquanto ocultam as contradições do modelo. Como aponta Bersani (2022), essa retórica funciona como uma estratégia para neutralizar críticas, minimizar conflitos territoriais e inviabilizar a resistência camponesa, promovendo a exclusão dos camponeses da aliança entre terra e capital industrial. Nesse contexto, torna-se necessário compreender como a dimensão educativa é mobilizada pelas corporações como parte estratégica da reprodução ideológica da monocultura, operando sobre o imaginário social e os processos de formação no território atingido.

3.3 Educação sob hegemonia do capital: a função ideológica da pedagogia empresarial na territorialização do monopólio eucalipto-celulose

A consolidação do monopólio eucalipto-celulose não se deu apenas por meios econômicos e produtivos, mas também por meio de uma intervenção político-ideológica que buscou produzir consenso nos territórios atingidos, assim como evidenciou Lemes (2014) quando demonstra relações contraditórias entre o complexo eucalipto-celulose e projetos educacionais. Como argumenta Bersani (2022), trata-se de uma pedagogia ideológica voltada à legitimação do agronegócio florestal perante as classes subalternas, que mesmo diante de conflitos concretos, veem suas formas de resistência esvaziadas pela normalização do discurso empresarial. Essa estratégia discursiva se materializa em ações institucionais como o Programa de Educação Socioambiental (PES), promovido pela Eldorado Brasil, que atua em escolas públicas e comunidades locais disseminando noções de responsabilidade ambiental centradas na mudança de comportamento individual, deslocando o foco dos impactos estruturais do modelo monocultor.

Educação de qualidade: Contribuímos ativamente para ampliar o acesso à educação nas regiões onde atuamos, por acreditarmos que o conhecimento é parte crucial para o desenvolvimento sustentável. O Programa Eldorado de Sustentabilidade (PES) leva educação ambiental para mais de 3 mil pessoas por ano, dentre estudantes, comunidades, colaboradores da Companhia e seus familiares. O PES trabalha a conscientização – esclarecendo a correlação entre o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico –, além de promover ações sociais. Em Mato Grosso do Sul, desenvolvemos o Programa Valores Eldorado nas Escolas, no qual colaboradores de diversas áreas da empresa dão aulas sobre temas relacionados ao meio ambiente em colégios municipais. Em 2024, 19 aulas

foram ministradas em duas escolas nos municípios de Três Lagoas e Paranaíba, onde também promovemos o concurso Desenhando um Futuro Sustentável. **Os benefícios do eucalipto para a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas, ações de prevenção a incêndios florestais e nossa produção de energia renovável estão entre os temas abordados no programa.** (Relatório de Sustentabilidade – Eldorado, 2024, p.48, grifo nosso).

Essa tentativa de atribuir ao indivíduo o papel de “coautor” de uma suposta transformação positiva do território foi observada na visita técnica na Eldorado, anteriormente mencionada, na forma de slogans como *“você é co-criador desta realidade”* e *“atitude de dono”*, presentes em murais e torres da empresa, que mobilizam afetos e identidades para possivelmente encobrir as contradições da lógica do capital.

Ao longo da visita foi possível perceber um forte sentimento de orgulho institucional por parte dos funcionários, revelado na forma como apresentavam os avanços tecnológicos e os números de produtividade, quase que como se os benefícios da empresa fossem igualmente compartilhados entre todos os envolvidos. As imagens a seguir ilustra isso, a iniciativa intitulada “Projeto Intenção”, expressões como “História de Sucesso” e “Atitude de Dono”, apresentam o trabalhador como coautor do projeto empresarial, revelando aspectos do discurso corporativo que busca aproximar os sujeitos do processo produtivo, ao mesmo tempo em que visa ocultar as contradições socioambientais envolvidas.

Figura 4: Placa exposta nas instalações da empresa Eldorado Brasil, em Três Lagoas/MS.



Fonte: autora (2023).

Figura 5: Entrada da Eldorado Brasil, Três Lagoas/MS, com destaque para os slogans institucionais.



Fonte: autora (2023).

Kudlavicz (2011) já chamava atenção para esse tipo de poder simbólico ao analisar frases estampadas nos vagões da então Fibria (atual Suzano). Eram as seguintes mensagens: “Pratique o consumo consciente”; “Bicicleta é um meio de transporte, utilize”; “Preserve os recursos naturais”; “Água, tenha sede de economia”; “Economize energia, acenda esta ideia”; “Não jogue lixo nos rios”; “Não faça queimadas”; “Não polua o ar e respire aliviado”; “Pessoas conscientes contribuem para a preservação do meio ambiente”; que sob o verniz educativo, atuavam para deslocar a responsabilidade socioambiental para o conjunto da sociedade. Em ambos os casos, o que se observa é uma política ativa de naturalização da presença empresarial no campo, que despolitiza os conflitos territoriais, esvazia a crítica social e altera, de certa forma, os discursos do que é aceitável ou desejável no território dominado pela monocultura.

À primeira vista estas mensagens podem parecer conselhos dados por pais aos seus filhos no intuito de educá-los para cuidar da natureza, enfim do ambiente como patrimônio de todos no presente e daqueles que virão no futuro. Ou então de cidadãos preocupados com a natureza maltratada que geme e grita por socorro porque não agüenta mais a agressão praticada pela ganância sem limite do homem. Mas não são. Como também não são conselhos dados por quem está preocupado com a saúde do planeta. Os que elaboraram e veiculam essas frases não pertencem a nenhum grupo organizado em defesa da natureza, preocupados

em por freio ao insaciável consumismo capitalista que a tudo transforma em mercadoria. (Kudlavicz, 2011, p.129).

As corporações do setor de celulose têm investido sistematicamente na criação de uma imagem pública vinculada à responsabilidade socioambiental, mobilizando recursos visuais e discursivos que associam suas práticas à preservação da natureza. A estética do verde, presente em campanhas institucionais, materiais promocionais e nos próprios espaços produtivos, atua simbolicamente para consolidar essa associação. Expressões como o slogan “plantamos o futuro”, amplamente utilizado pela Suzano, funcionam como dispositivos retóricos que projetam uma imagem de comprometimento com o bem-estar das futuras gerações, ao mesmo tempo em que relativizam os possíveis impactos negativos da monocultura de eucalipto sobre o território e modo de vida camponês.

Para além dos investimentos em publicidade institucional, as empresas do setor celulósico têm operado também uma disputa pedagógica no território onde atuam, influenciando práticas escolares por meio de programas de educação ambiental que difundem sua visão de mundo. Essas ações, inseridas diretamente no cotidiano de escolas públicas, contribuem para naturalizar a presença e o avanço das agroindústrias, dificultando a problematização, por parte das comunidades locais, sobre os impactos socioambientais. Assim, em análise da realidade educacional de Três Lagoas e região, Lemes (2014) observa que a formação escolar vem sendo direcionada à qualificação de mão de obra para atender às exigências do setor celulose-papeleiro, reforçando a lógica do capital ao incentivar a migração do campo para os centros urbanos e consolidar o modelo de concentração fundiária vigente.

Essa pedagogia ancorada nos interesses capitalistas, não apenas antecipa conflitos, mas também os neutraliza ao alinhar o processo educativo às exigências da acumulação. Como destacam Camacho e Almeida (2008 apud Lemes, 2014), trata-se de uma característica da educação institucionalizada sob o capitalismo, que se estrutura como um instrumento de reprodução ideológica da ordem dominante. Com base nessa lógica, observa-se a atuação de empresas com programas de educação socioambiental nas redes escolares de municípios como Três Lagoas e Selvíria, como a própria Suzano alega desenvolver projetos, contribuindo para a construção de um consenso em torno da monocultura do eucalipto e da presença do capital industrial no campo. Nesse contexto, a educação cumpre um papel central na reprodução do modelo de desenvolvimento fundado na lógica do capital, ao dificultar a formação de sujeitos críticos diante das transformações territoriais impostas pela monocultura eucalipto-celulose.

3.4 – Monocultura no campo e nas mentes

Diante do exposto, é necessário compreender o debate em torno do conceito de “monocultura”. De acordo com as análises de Almeida e Fabrini (2023), a monocultura provoca severos impactos socioambientais, especialmente sobre a biodiversidade do solo ao eliminar a diversidade biológica necessária para o equilíbrio ecológico. Um dos desdobramentos mais graves desse processo é a intensificação do uso de agrotóxicos, reforçando a insustentabilidade ambiental e os riscos à saúde humana.

Nesse sentido, é possível compreender a monocultura não apenas como uma prática produtiva, mas como parte de um processo histórico mais amplo, expresso no sistema colonial e na aliança de classe dos proprietários de terra e burguesia industrial, e consolidado principalmente desde a segunda metade do século XX. A monocultura se torna, então, expressão territorial da hegemonia de um modelo de desenvolvimento centrado na homogeneização do espaço e dos saberes. Os mesmos autores se baseiam nas análises de Shiva (2003), ao formular a noção de “monoculturas da mente”, referindo-se à hegemonia dos conhecimentos científicos institucionalizados, controlados por grupos que detêm os meios de produção, visando eliminar diversos saberes como os dos povos indígenas, camponeses e comunidades tradicionais.

Almeida e Fabrini (2023), ao dialogarem com a noção de “monoculturas da mente”, evidenciam que os impactos da monocultura no campo brasileiro ultrapassam a dimensão ecológica, alcançando também a esfera do conhecimento. A homogeneização territorial promovida pela lógica do agronegócio se desdobra na produção de uma hegemonia epistemológica que apaga formas diversas de saberes e práticas, especialmente aquelas vinculadas aos camponeses. Essa exclusão epistemológica se articula diretamente com o que Bersani (2022) identifica como uma pedagogia político-ideológica conduzida pelas empresas do setor e que Lemes (2014), por sua vez, contribui ao demonstrar que o processo educativo hegemônico na região está fortemente vinculado à formação de mão de obra técnica para as agroindústrias, ao mesmo tempo em que silencia saberes e perspectivas que se contrapõem à lógica da monocultura. Portanto, Almeida e Fabrini (2023, p.456) afirmam que é possível “apreender monocultura numa perspectiva ideológica produzida para naturalizar processos materiais de espoliação”.

Contrapondo-se à diversidade da vida, a monocultura sustentada pelo agronegócio se constitui em pensamento dominante e se comunica com um pensamento único. É como se não fosse possível a existência de outro mundo, ou de outra agricultura, a não ser a monocultura. Aliás, a monocultura enquanto ideologia tem como aliada as mídias, bem como os aparelhos ideológicos em geral, que são eficientes no discurso para a sociedade da produção de alimentos para todos como resultado da especialização e padronização de lavouras, em

detrimento da diversidade de cultivos. Assim a monocultura se constitui numa superestrutura dominante, aceita e reproduzida socialmente, inclusive por segmentos sociais dominados. (Almeida e Fabrini, 2023, p.456).

Diante desse cenário, compreende-se que o avanço da monocultura, tanto objetiva quanto subjetivamente, não apenas transforma o uso da terra e da paisagem, mas também reorganiza o imaginário coletivo sobre o que é progresso, desenvolvimento e até mesmo o conhecimento válido. Essa lógica dominante, legitimada por discursos institucionalizados e amplamente disseminada por meios educacionais e midiáticos, contribui para a desvalorização de formas alternativas de vida e de produção, especialmente aquelas enraizadas no território camponês. Contudo, é nesse mesmo território que emergem outras racionalidades, modos de existir e resistir que confrontam as imposições do capital. Da mesma forma, Kudlavicz (2011) já apontava que se trata de um território em disputa, assim sendo, hoje os camponeses denunciam os impactos socioambientais provocados por essa prática monocultora. Por isso, antes de adentrarmos nas formas de resistência encontradas no território do Bolsão, nos propomos a apresentar estes impactos socioambientais, com base em evidências empíricas, a partir de bibliografias sobre a temática a percepção dos sujeitos impactados, quais sejam: os camponeses.

4 – OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO

Nos últimos anos, a região do Bolsão sul-mato-grossense tem sido palco de transformações intensas em decorrência do avanço de uma racionalidade territorial baseada na lógica do capital que modifica profundamente o modo de vida camponês, as formas de uso da terra e as dinâmicas sociais existentes no território. Iremos então, nesta pesquisa, nos debruçar sobre os processos que vêm tencionando a reprodução social das famílias camponesas observando como as mudanças produtivas, a pressão sobre os recursos naturais e as transformações culturais e geracionais impactam o equilíbrio necessário à continuidade desse modo de vida camponês, para assim compreender suas práticas de resistência diante de um cenário controverso.

O olhar geográfico aqui construído procura integrar múltiplas dimensões dos impactos socioambientais do avanço da monocultura de eucalipto e, assim, busca-se compreender como o modo de vida camponês vem sendo prejudicado por elementos externos. Enquanto se naturaliza a presença das empresas e a expansão do eucalipto por meio de estratégias pedagógicas e discursos institucionais, conforme evidenciado pelas análises bibliográficas mobilizadas nesta pesquisa, multiplicam-se os impactos socioambientais sobre o território camponês do Bolsão sul-mato-grossense, que contrasta com a realidade concreta vivida pelos camponeses.

Assim como fizeram em suas investigações Dubos-Raoul e Almeida (2022), esta pesquisa também se propõe a compreender as transformações territoriais a partir das vivências dos sujeitos que resistem no território impactado pela monocultura. As autoras apontam que o avanço do complexo eucalipto-celulose-papel não afeta apenas as dimensões econômicas ou produtivas, mas impõe rupturas profundas no modo de vida das comunidades, comprometendo suas práticas cotidianas, seus vínculos com a terra e suas formas de pertencimento. Compreender esse processo exige mais do que uma leitura estrutural das mudanças: implica ouvir os sujeitos, compreender suas narrativas e decifrar os sentidos que atribuem à nova configuração do território. “Os sujeitos são testemunhas do seu cotidiano e, conseqüentemente, de seus territórios e, por isso, os mais aptos a falarem sobre as suas mudanças e a respeito dos processos de legitimação e apropriação do espaço que estão em jogo” (Dubos-Raoul e Almeida, 2022, p.53).

4.1 Reordenamento do território sob a lógica da monocultura

Baseando-nos nas análises de Dubos-Raoul e Almeida (2002), nota-se que a paisagem se torna o espelho de uma desterritorialização que se opera de modo contínuo e muitas vezes invisível, mas que mina as bases culturais e identitárias que sustentavam o cotidiano camponês. Assim, ao pensar nos impactos socioambientais provocados pela monocultura de eucalipto, essa dissertação seguirá essa perspectiva metodológica e analítica, priorizando os relatos, memórias e representações das camponesas e camponeses do Bolsão sul-mato-grossense, a fim de interpretar os impactos objetivos e subjetivos da territorialização do monocultivo de eucalipto.

Além dos relatos colhidos em entrevistas de campo, estudos empíricos reforçam a gravidade da situação e serão analisados. Um dos impactos mais recorrentes nas falas dos camponeses diz respeito à água, em especial à degradação de nascentes, lagoas e à diminuição da disponibilidade hídrica. Essa percepção local encontra respaldo em uma pesquisa conduzida por Valticinez Santiago (2025), atual secretário adjunto de Meio Ambiente de Selvíria, publicada no site oficial da Prefeitura, que apontou a existência de ao menos 350 nascentes degradadas no município, consequência direta da compactação do solo e da pressão sobre os lençóis freáticos provocadas pela silvicultura intensiva. Contudo, os impactos não se restringem à dimensão ecológica.¹⁷

¹⁷ **PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. Estudo revela impacto ambiental do eucalipto em assentamentos. Selvíria, 2025. Disponível em: <https://www.selviria.ms.gov.br/noticias/366/estudo-revela-impacto-ambiental-do-eucalipto-em-assentamentos.html>. Acesso em: 24/06/2025.

O levantamento de Valticinez Santiago ainda revelou que a substituição de áreas antes destinadas à agricultura e à pecuária pela monocultura de eucalipto provocou a redução da produção de alimentos e da pecuária, migração forçada de trabalhadores rurais e desvalorização das atividades tradicionais, afetando de forma estrutural a economia local. Seu estudo aponta que municípios que abastecem o setor celulósico com matéria-prima, como Três Lagoas, Selvíria, Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Brasilândia, foram atingidos por essa dinâmica, com queda no número de animais de produção, degradação de áreas agrícolas e redução da arrecadação fiscal, inclusive com perdas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS Ecológico) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, o estudo destaca a desigualdade na distribuição dos benefícios econômicos, uma vez que a concentração industrial em Três Lagoas não se reverte em investimentos proporcionais nos demais municípios produtores de eucalipto, aprofundando a assimetria regional e comprometendo a sustentabilidade econômica da região.

Assim, plantios padronizados, como a silvicultura, por exemplo são responsáveis pelo solapamento e eliminação da diversidade de saberes, conhecimentos, espécies animais e vegetais, nutrientes do solo etc. a monocultura subordina e elimina outras culturas, negando-lhes a existência. (Almeida e Fabrini, 2023, p.456).

A partir das ideias de Almeida (2012) compreende-se que dentre os diversos efeitos negativos da expansão do eucalipto incluem-se a perda de autonomia social e econômica, especialmente para os camponeses que enfrentam uma crise devido ao arrendamento de terras para o plantio de eucalipto. Na época da análise da autora, a empresa Fibria (atual Suzano) em menos de 10 anos já controlava uma área de 317.026 ha no MS, quase metade da área que a Reforma Agrária conseguiu em 26 anos (686.261 ha). Essa diferença é atribuída pelo apoio do Estado às grandes empresas, incluindo a criação de infraestrutura, concessão de créditos e flexibilização de leis ambientais.

Vejamos outros discursos proferidos pelos slogans da Suzano no site oficial da empresa:¹⁸ “Aprendemos com as árvores que a vida sempre se renova e que, a partir delas, é possível criar produtos e soluções sustentáveis para um futuro melhor”. Afinal, qual o problema em plantar árvores? Não seria essa uma monocultura necessária, uma vez que alegam que plantam florestas, árvores, enfim, o futuro. São justamente estes os questionamentos propostos no caderno intitulado: “O que há de errado com plantar árvores?” escrito por Winfridus Overbeek, com a colaboração da

¹⁸ SUZANO. Suzano apresenta a campanha “Nós Plantamos o Futuro”. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-apresenta-a-campanha-nos-plantamos-o-futuro>. Acesso em: 16/05/2025.

equipe do Secretariado Internacional do WRM, pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2020).

De início, questiona-se o que poderia haver de errado em plantar árvores, uma vez que comunidades do mundo todo plantam árvores em grandes quantidades desde o início da civilização. No entanto, Overbeek (2020) demonstra que, recentemente, as empresas também começaram a plantar árvores, sobretudo na África e na América Latina, porém de uma maneira demasiada diferente das comunidades, uma vez que cobrem áreas imensas com árvores de uma mesma espécie, ou seja, monoculturas sem biodiversidade.

À primeira vista, o plantio de eucalipto pode parecer apenas uma atividade de cultivo de árvores. No entanto, trata-se de uma prática que se insere na lógica da monocultura. De acordo com Zimmermann (2009), a monocultura caracteriza-se pelo cultivo de uma única espécie agrícola em uma determinada área ou região, sendo predominante em grandes propriedades rurais. No contexto brasileiro, essa prática está profundamente enraizada na história agrária, marcada pela especialização em culturas específicas voltadas à exportação, como a cana-de-açúcar, o café e, mais recentemente, a soja – e o eucalipto. Embora “eficientes” do ponto de vista comercial, especialmente para o abastecimento de mercados externos, essas lavouras extensivas não atendem à diversidade alimentar humana, então não servem para matar a fome da população, e provocam severos impactos ambientais. Entre os principais efeitos negativos estão o desgaste e o empobrecimento do solo, a contaminação por fertilizantes químicos e o uso intensivo de agrotóxicos. (Zimmermann, 2009).

No entanto, Almeida e Fabrini (2023) ressaltam que a monocultura não pode ser compreendida apenas como o simples cultivo de uma única espécie vegetal, pois está profundamente enraizada na história e na estrutura fundiária do Brasil. Para os autores, essa prática remonta ao período colonial, quando o modelo de exploração baseado no latifúndio, na escravidão e na produção voltada à exportação consolidou uma aliança entre os grandes proprietários de terra e a burguesia industrial, garantindo a continuidade da concentração fundiária e a exclusão sistemática dos camponeses.

A formação socioespacial brasileira foi profundamente marcada pela lógica da monocultura, que desde o período colonial se impôs como modelo dominante de uso e apropriação do solo. Culturas como a cana-de-açúcar, o cacau e o café, desenvolvidas em grandes extensões de terra com base no trabalho escravo, estabeleceram as bases estruturais do ordenamento territorial nos três primeiros séculos da colonização. Esse processo não resultou de transformações ambientais ou climáticas locais, mas sim de interesses econômicos externos e internos, inicialmente vinculados à metrópole portuguesa e, mais recentemente, às grandes corporações

nacionais e transnacionais que seguem direcionando a ocupação e o uso do território no século XXI. (Kudlavicz, 2011).

Assim, a partir da análise de Kudlavicz (2011), compreende-se que esse modelo de desenvolvimento brasileiro, estruturado historicamente para atender aos interesses do capital nacional e internacional, tem sido um dos principais responsáveis pelas transformações ambientais em diferentes escalas, local, regional e nacional. Desde a colonização, esse processo se manifesta por meio de processos econômicos voltados à exploração intensiva dos recursos naturais, como a extração do pau-brasil, a monocultura da cana-de-açúcar, a pecuária extensiva, a mineração e o cultivo do café. A partir das últimas décadas do século XX, com o aprofundamento da internacionalização do capital, intensificaram-se os monocultivos voltados à exportação, especialmente de soja, cana e eucalipto, aprofundando os impactos sobre o território (Kudlavicz, 2011).

De acordo com Silva (2014), a partir da década de 1970, o Estado brasileiro passou a adotar políticas públicas voltadas à ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste, intensificando o processo de modernização agrícola nessas regiões. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) teve papel decisivo nesse contexto, promovendo a expansão de monoculturas como a soja e a pecuária no sul do então Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. Essa estratégia beneficiou sobretudo grandes propriedades, enquanto pequenas unidades camponesas, muitas oriundas da “Marcha para o Oeste” nas décadas anteriores, foram sendo absorvidas pelo capital. A modernização agrícola, vinculada às monoculturas, alterou profundamente o uso e a ocupação da terra, intensificando a concentração fundiária e dificultando ainda mais a luta dos movimentos sociais por reforma agrária, ao mesmo tempo em que o Estado se manteve omissor frente a essa desigualdade estrutural. (Silva, 2014).

O avanço desse modelo, de acordo com Silva (2014,apud Almeida,2009), tem resultado na redução da produção de alimentos voltados ao consumo popular, contribuindo diretamente para o empobrecimento dos camponeses e para o bloqueio da função social da terra como reprodutora da vida. Essa tendência, como observa Silva (2014, apud Porto-Gonçalves,2006), não é recente, as atividades monocultoras, desde seu início nos países coloniais, foram orientadas à exportação, colocando em risco a biodiversidade e invadindo áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades que praticavam outras formas de produção e reprodução cultural.

Para Almeida e Fabrini (2023) a monocultura, portanto, expressa uma lógica territorial antidemocrática, que se intensificou com a modernização conservadora promovida pela Revolução Verde, ao incorporar tecnologias e insumos industriais sem alterar a estrutura agrária excludente. Além disso, os autores ressaltam os impactos socioambientais dessa forma de produção,

especialmente pela eliminação da biodiversidade e pela dependência crescente de agrotóxicos, elementos que agravam a insustentabilidade do território agrícola. Assim, para os autores, a monocultura se configura não apenas como uma técnica agrícola, mas como expressão de um modelo hegemônico de desenvolvimento rural que concentra poder e intensifica desigualdades.

Portanto, podemos compreender a silvicultura como uma prática de monocultura. Overbeek (2020) indica que mesmo em lugares distintos, do Brasil a Tanzânia, essas árvores são sempre muito parecidas, devido ao modelo de plantação, voltado a garantir grande produtividade e consequentemente maior lucro. O autor indica que são árvores plantadas em grande escala, enfileiradas, de uma única espécie para reduzir custos, quase sempre se apropriando de muitos fertilizantes e agrotóxicos. A escolha dos lugares, segundo o autor, segue uma lógica de terras férteis e majoritariamente planas, com recursos hídricos, além de serem lugares marcados por comunidades inseguras com relação aos títulos de propriedade ou escrituras ou não reconhecidos pelo Estado, onde o governo tenha a possibilidade de facilitar a retirada de comunidades ou a apropriação de suas terras se solicitado pelas empresas. Dito isso, compreende-se que a escolha dessas empresas por Três Lagoas e região não é por mera coincidência ou uma “vocação” da natureza.

De acordo com Overbeek (2020), o intuito da expansão dessas plantações se relaciona com o aumento do consumo de seus produtos, a exemplo do papel feito da pasta de celulose, esse que costumava ser mais baixo, que antes era usado sobretudo para fazer livros e outros materiais impressos, mas que a partir da década de 1960 a própria indústria papelreira passa a impulsionar uma demanda cada vez maior do produto, e hoje a maior parte do eucalipto plantado no sul global é usada para fabricação de produtos descartáveis como embalagens, papel fino para lenços, e papel higiênico, e servem para fornecer produtos aos mercados exportadores.

É nesse sentido que o autor passa a analisar as vozes das comunidades, sobretudo indígenas, para compreender então qual seria o problema de plantar árvores. Movimento parecido com o proposto nesta pesquisa, em que nos debruçamos em compreender as perspectivas dos camponeses prejudicados pela monocultura de árvores. Em uma das falas evidenciadas pelo autor, merece destaque o relato de um Ancião da Aldeia Camboja, em que afirma que “perder a floresta é como perder a vida”.

Assim, o Overbeek (2020) expõe que as empresas invadem terras agrícolas férteis e destroem a primeira camada de solos, savanas e campos; promovem desmatamento e substituem florestas e matas por plantações; prometem empregos mas cumprem com uma pequena parcela do prometido, além de oferecerem empregos aos membros da comunidade local com baixa remuneração, em condições precárias e com tarefas que os põe em risco, a exemplo da aplicação

de agrotóxicos; particularmente, as mulheres são atingidas ao interferirem em sua capacidade de produzir, além de assédios, abusos e violências sexuais; assim que se estabelece as plantações industriais, esgotam-se as fontes de água ou são contaminadas por agrotóxicos; e a presença de guardas de segurança costuma afetar a liberdade de circulação da comunidade local, tendo seus deslocamentos diários controlados e restritos.

No contexto sul-mato-grossense Kudlavicz (2011) observava o início do processo de territorialização do monopólio celulose-papel no Leste de Mato Grosso do Sul, momento em que o discurso oficial priorizava a dimensão econômica, enquanto os primeiros indícios de impactos socioambientais e territoriais já se faziam presentes. O autor destaca que tanto o governo estadual quanto o municipal apostaram na compensação dos possíveis efeitos negativos da monocultura de eucalipto com os ganhos econômicos trazidos pelas indústrias de celulose, utilizando indicadores como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) municipal e estadual para legitimar esse modelo. Paralelamente, a mídia desempenhava um papel estratégico na construção de um imaginário positivo, ao promover expressões como "Vale da Celulose" e apresentar empresas como benfeitoras por meio da divulgação de doações, ocultando o fato de que tais ações faziam parte dos compromissos exigidos por órgãos licenciadores ambientais.

Kudlavicz (2011) aponta que o avanço do eucalipto provocou graves reconfigurações nas comunidades rurais da Microrregião de Três Lagoas. O autor analisa que a implantação da monocultura afetou diretamente estruturas fundamentais da vida coletiva, como igrejas, espaços de lazer e até cemitérios, que passaram a ser cercados por plantações. Terras historicamente destinadas ao uso comunitário foram apropriadas pelas empresas, resultando em exclusão e revolta entre os moradores. A preocupação dos camponeses com o meio ambiente também se revelou nos relatos sobre a degradação de nascentes, córregos e açudes, observando práticas inadequadas como o plantio na beira d'água, em desacordo com os princípios básicos da conservação hídrica. Processo semelhante percebido em nossas entrevistas, como expresse no relato a seguir:

As árvore natural, tão destruindo muito elas, por exemplo tem a fazenda, e ai vai ser plantado eucalipto, e aquelas árvore tudo que tem são rancadas, e não tão repondo em outros lugar. Aí depois que no caso tem os rios que tinha que dar lateral, colocar, plantar em volta, deixar uma quantidade, não deixa, ranca tudo até na beira da água, tem lugar que eles que eles rancam, mas preservam certo pedaço, mas eu acho pouco aquele espaço que eles estão deixando é muito pouco, a sede da Fazenda destrói tudo. (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A São Joaquim, Selvíria, 2024).

A dimensão ambiental dos impactos é intensificada pela percepção dos camponeses sobre as transformações nos ecossistemas locais. Kudlavicz (2011) relata que a substituição das formações naturais pela monocultura de eucalipto alterou radicalmente a fauna e a flora da região,

a ponto de aves como papagaios, araras e tucanos migrarem para áreas urbanas em busca de alimento. A foto a seguir retrata uma cena comum no município de Três Lagoas/MS, araras em quintais urbanos ou em outros espaços da cidade que não correspondem ao seu habitat natural. Apesar da beleza e da satisfação de encontrar esses belos animais tão próximos, a situação revela um processo triste de perda de habitat, que as obriga a buscar refúgio e alimento nas áreas urbanas. Na imagem, observa-se que o tronco de uma árvore se tornou um local habitual de nidificação, onde as araras retornam para se reproduzir, a ponto de ao longo do tempo irem “lapidando” o tronco do coqueiro para adequar o ninho, e permanecendo ali até que os filhotes atinjam a idade adequada. O alimento também é obtido no mesmo quintal, graças aos coqueiros existentes. O quintal em questão é o de minha avó que já se acostumou com a presença das araras. Na primeira e na última foto, trata-se do mesmo tronco, as próprias araras moldaram ele conforme sua necessidade, para abrigar o filhote.

Figura 6: Quintal da minha avó: a beleza melancólica das araras



Fonte: Autora (2024).

Para Kudlavicz (2011) essa presença crescente de animais silvestres na área urbana, pomares e lavouras, revela não apenas o desequilíbrio ambiental, mas também os prejuízos concretos à produção camponesa, como no caso relatado pelo autor, da perda de uma experiência de resgate de sementes crioulas devido ao ataque de aves. O autor evidencia que, além das aves,

outros animais passaram a ameaçar a segurança das famílias rurais, demonstrando a complexidade dos efeitos socioecológicos provocados por esse modelo produtivo. A entrevista a seguir mostra como os animais, no caso em específico aves, como Kudlavicz (2011) aponta em sua pesquisa, estão invadindo pomares para se alimentar. Além disso, mostra como eles, apesar de serem, de certa forma, prejudicados por esses animais comerem suas produções, também reconhecem que os fazem por necessidade, por isso, deixam que comam para que possam se alimentar, e assim, viver.

Papagaio tem também, laranja principalmente eles vem comer, mas na verdade eles aproveitei a semente, esse limão comum no pé, ó, eles vai lá e come tudo as sementinhas. Aí eu fico eu fico brava, mas aí eu falo assim, não tem nada para eles comer, deixa eles comer, nós não vai conseguir comer isso tudo (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Canoas, Selvíria/MS, 2024).

Outra entrevistada, mas no P.A 20 de Março, reafirma essa problemática quando diz: “Os periquitos, os tucanos, vem tudo, os pássaros vem tudo se alimentar, porque eles não tem comida, eles não comem eucalipto” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, 2025).

Na entrevista a seguir, a entrevistada afirma que reconhece os benefícios das empresas, como geração de empregos, mas que deveria haver mais preservação e afirma que agora há mais presença de animais nos lotes dos assentamentos, pois vão em busca de comida, fato esse que afirma ser algo fora do habitual, pois antes os animais não apareciam com frequência, assim, afirma que antes eram animais ariscos, mas que hoje em dia estão mansos.

Tem muito bicho, anta, esses dia pra trás tinha uma aqui, veio de lá para cá e entrando no nosso quintal, né? Passeio tudo aqui. Começou a aparecer, não era desse jeito. Eles foge, né? Eles vai para o lugar onde tem coisa, eles vão comer fruta, alimento, então eles vem comer. Eles eram bem arisco, agora são até manso. (Trecho de entrevista cedida à autora no P.A São Joaquim, Selvíria/MS, 2024).

O processo de territorialização do capital eucalipto-celulose também provocou um colapso social nas comunidades rurais, resultando no êxodo das famílias camponesas. Kudlavicz (2011) aponta que a presença de famílias nas fazendas anteriormente aquecia o comércio e sustentava as dinâmicas locais, mas com o avanço do eucalipto e a substituição do trabalho permanente pelo emprego temporário de migrantes, o comércio local entrou em decadência e o tecido social comunitário se desfez.

Essa lógica de expulsão é intensificada pela valorização da terra, promovida pela chegada das agroindústrias. A compra e o arrendamento de grandes propriedades para o cultivo de eucalipto elevaram o preço da terra, dificultando o acesso de famílias camponesas e comprometendo os projetos de Reforma Agrária. Kudlavicz (2011) argumenta que essa valorização fundiária está

diretamente relacionada à concentração de terras e ao cerco aos assentamentos rurais, criando uma barreira concreta à redistribuição da terra e ao direito à permanência no campo.

Com base nas análises de Dubos-Raoul e Almeida (2022) é possível compreender que as transformações territoriais provocadas pela expansão do eucalipto em Três Lagoas repercutem de forma significativa no modo de vida das comunidades rurais dos distritos de Garcias e Arapuá, analisadas pelas autoras. Assim, observam que essas localidades, que somam centenas de habitantes, mantinham uma organização espacial e social fortemente ancorada na vida rural, em que as sedes dos distritos funcionavam como polos de referência e convivência para as populações do entorno, mas a substituição das áreas tradicionalmente ocupadas por pastagens e vegetação nativa pela monocultura do eucalipto alterou profundamente essa dinâmica, gerando impactos na demografia local e na estrutura de uso e ocupação da terra.

As autoras destacam que o êxodo rural intensificado pelo avanço do eucalipto contribuiu para a redução da população nas áreas rurais, afetando diretamente o cotidiano social desses territórios. A queda no número de famílias residentes nas fazendas e nos pequenos sítios repercutiu no enfraquecimento das atividades coletivas antes comuns nas sedes distritais, como festas religiosas, eventos esportivos e outras formas de sociabilidade. Além disso, a partir da análise das autoras, compreende-se que a homogeneização da paisagem, decorrente da monocultura, tem contribuído para um processo de descaracterização cultural e simbólica desses espaços, desfigurando elementos identitários que outrora marcavam a territorialização das comunidades. Nesse sentido, as mudanças observadas não são apenas ecológicas ou econômicas, mas dizem respeito a uma alteração profunda da vida social e do pertencimento territorial.

A partir da análise de Dubos-Raoul e Almeida (2022), observa-se que a história e a organização territorial das comunidades de Arapuá e Garcias, no município de Três Lagoas, estão intrinsecamente ligadas à estrutura fundiária herdada da pecuária extensiva e ao desenvolvimento da ferrovia. Essas comunidades não apenas surgiram como pontos de moradia de famílias que trabalhavam nas grandes fazendas, mas também se consolidaram como núcleos de prestação de serviços e de reprodução cultural. Contudo, essa dinâmica social e territorial passou a ser comprometida com a intensificação do arrendamento das terras para a monocultura do eucalipto, que provocou a saída de inúmeras famílias do campo e um esvaziamento populacional significativo. A paisagem, nesse contexto, deixa de ser apenas uma expressão física e passa a ser também o reflexo de um processo de desterritorialização progressiva.

Para Dubos-Raoul e Almeida (2022) a substituição da pecuária pela monocultura de eucalipto, além de representar uma mudança no uso da terra, foi percebida localmente como um processo violento, sobretudo pela destruição das moradias e pela eliminação de referências

simbólicas que sustentavam a memória social do território. O avanço das plantações, ao alterar a paisagem e provocar o desaparecimento de espécies da flora e da fauna, desarticulou práticas e vínculos significativos às comunidades.

Nesse sentido, as autoras ressaltam que os moradores relacionam diretamente a chegada do eucalipto à perda do dinamismo econômico e à retração das experiências recreativas e coletivas, revelando uma percepção de desterritorialização que compromete a identidade cultural e o sentimento de pertencimento. Há, assim, uma interdependência entre a mudança produtiva imposta pelas lógicas do capital e o esvaziamento objetivo e subjetivo das comunidades, cujos habitantes relembram, com nostalgia, uma sociabilidade marcada pelo encontro, pela festa e pelo uso comum dos espaços. Nota-se assim, que para além de impactos ambientais, há impactos nas culturas locais.

4.2 Entre o campo e a cidade: os reflexos urbanos da monocultura de eucalipto

Kudlavicz (2011), no período em que elabora sua pesquisa, destaca que, ao mesmo tempo em que se promove o esvaziamento populacional no campo, a cidade de Três Lagoas sofre com a superlotação urbana. A instalação das fábricas de celulose atraiu milhares de trabalhadores, muitas vezes sem estrutura adequada de acolhimento na cidade, o que causou especulação imobiliária, aumento dos aluguéis e sobrecarga dos serviços públicos. Segundo o autor, os impactos urbanos do complexo celulose-papel evidenciam uma reestruturação do espaço regional pautada na lógica da reprodução ampliada do capital, com sérias implicações sociais.

Kudlavicz (2011) pensou os impactos para além do campo, ou seja, analisou também o urbano. Para o autor, a urbanização acelerada de Três Lagoas, impulsionada pelas promessas de geração de emprego e renda, desencadeou uma série de transformações no ambiente urbano e em sua dinâmica social. A chegada massiva de trabalhadores migrantes gerou uma explosão dos preços dos aluguéis e agravou a precarização dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que trouxe à tona preconceitos regionais e o aumento da violência urbana. Esses efeitos, conforme mostra Kudlavicz (2011), não foram acompanhados por políticas públicas de planejamento urbano, sobrecarregando a infraestrutura da cidade e intensificando processos de segregação espacial.

Talvez os efeitos apontados pelo autor pareçam pertencer a um momento passado; no entanto, ao observarmos a atual configuração espaço-temporal da região do Bolsão sul-mato-grossense, percebemos que o avanço das agroindústrias não apenas persiste, como se intensifica, com novas territorializações em curso. Nesse contexto, as análises de Kudlavicz (2011) permanecem extremamente pertinentes, uma vez que os processos de urbanização desordenada, pressão sobre os serviços públicos, encarecimento do custo de vida e fragmentação socioespacial

podem seguir marcando a dinâmica urbana e rural da região, reafirmando a atualidade de sua reflexão crítica.

Com base na reportagem divulgada no site Oficial do MS GOV, pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul (Semadesc),¹⁹ é possível observar um novo e robusto ciclo de territorialização do setor de celulose no estado, desta vez protagonizado pela multinacional chilena Arauco. O recente anúncio do investimento de aproximadamente R\$ 25,1 bilhões na construção de uma fábrica no município de Inocência/MS marca a consolidação da empresa no território, onde já atua com manejo florestal desde 2009, e também a intensificação do processo de apropriação produtiva da região.

De acordo com as informações fornecidas pelo Site Oficial do MS Gov, a futura planta industrial, com capacidade prevista de 3,5 milhões de toneladas de celulose por ano, ultrapassa a já expressiva produção da unidade da Suzano em Ribas do Rio Pardo/MS, reafirmando o Mato Grosso do Sul como um dos principais focos da produção de celulose. Tal empreendimento se insere no projeto estratégico do “Vale da Celulose”, promovido pelo governo estadual, que articula a expansão da base florestal, a oferta energética e o crescimento industrial sob uma lógica de modernização produtiva altamente tecnológica.

Ainda que o discurso oficial, expresso na notícia do site, enfatize os ganhos em produtividade e energia limpa, como os 220 MW excedentes que serão ofertados ao sistema elétrico nacional, a magnitude do projeto revela a crescente dependência da região em relação ao monocultivo do eucalipto e à lógica extrativista das grandes corporações, além de levantar preocupações quanto aos impactos socioespaciais decorrentes dessa nova territorialização. Conforme destaca a própria comunicação da Semadesc, o planejamento considera a necessidade de avaliar impactos sociais e ambientais, o que evidencia que a expansão territorial da Arauco possa representar não apenas um marco industrial, mas também um reordenamento profundo das dinâmicas locais.

Ademais, Kudlavicz (2011) já alertou em sua pesquisa sobre Três Lagoas que as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores temporários nas obras das fábricas de celulose são graves violações aos direitos trabalhistas. O autor expõe que houve na época superlotação dos alojamentos, falta de higiene e de infraestrutura adequada, e jornadas exaustivas de trabalho, exemplos da precarização imposta aos operários. Esses fatos, de acordo com o autor, foram inclusive objeto de fiscalização e denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho, após

¹⁹ SIQUEIRA, Rosana. Conselho da Arauco aprova investimentos de R\$ 25,1 bilhões para a fábrica de celulose em Inocência. Comunicação Semadesc, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/noticias/conselho-da-arauco-aprova-investimentos-de-r-251-bilhoes-para-a-fabrica-de-celulose-em-inocencia>. Acesso em: 5 de junho de 2025.

mobilizações da Comissão Pastoral da Terra. Kudlavicz (2011) aponta que essas violações refletem a lógica de rebaixamento dos custos sociais como estratégia para maximizar os lucros das empresas, demonstrando que os benefícios sociais alardeados pelo agronegócio celulósico ocultam realidades de exploração e desrespeito à dignidade do trabalho.

Kudlavicz (2011) argumenta que a reestruturação comercial da cidade de Três Lagoas, com a concentração de demandas nas empresas do setor florestal, resultou na marginalização de antigos prestadores de serviço locais. Borracharias, comércios e outros empreendimentos tiveram que se adaptar à nova lógica imposta pelas agroindústrias, que passaram a definir os preços e as condições de contratação. Essa reorganização do mercado local aprofunda a dependência econômica em relação às grandes empresas e compromete a autonomia dos pequenos comerciantes, afetando diretamente a economia local.

Outro aspecto crítico mencionado pelo autor é o aumento da violência urbana, especialmente da violência doméstica, que acompanhou o crescimento populacional desordenado da cidade. Os estigmas atribuídos aos trabalhadores migrantes também alimentaram discursos xenofóbicos e preconceituosos, enquanto o poder público demonstrava dificuldade em lidar com as transformações aceleradas do território. Para Kudlavicz (2011), essa nova configuração da região expõe os efeitos perversos da monocultura da celulose, cujos impactos extrapolam o campo e atingem diretamente a organização da cidade.

4.3 O cerco da monocultura: agrotóxicos e suas implicações no território

A partir da análise de Silva (2014), evidencia-se que o monocultivo de eucalipto configura-se como um vetor expressivo de impactos socioambientais, cuja complexidade se desdobra tanto em dimensões ambientais quanto nas relações sociais.

Silva (2014) aponta para uma reconfiguração do espaço agrário, onde a expansão do eucalipto sobre grandes propriedades privadas não apenas dificulta políticas de Reforma Agrária, como também provoca a expulsão de trabalhadores rurais e camponeses que outrora dependiam das atividades pecuárias para sua subsistência. Ao tratar do deslocamento industrial, Silva (2014) reforça que essas transformações não ocorrem de maneira espontânea, mas articuladas a estratégias territoriais que demandam domínio geográfico específico, sustentado por interesses político-econômicos que moldam seletivamente o uso do território segundo os imperativos do capital.

Além disso, Silva (2014) chama atenção para a dinâmica imposta aos assentamentos já implantados, que passam a coexistir cercados por monoculturas, submetidos à lógica concentradora da terra e à fragilidade socioeconômica decorrente dessa forma de inserção

territorial subordinada. Essa realidade descrita pela autora é claramente perceptível nas falas dos camponeses entrevistados durante os trabalhos de campo no âmbito desta pesquisa.

Uma camponesa do Assentamento Pontal do Faia, ao ser entrevistada comenta os efeitos dos agrotóxicos utilizados nas plantações de eucalipto que cercam os lotes, expressando com clareza o sentimento de estarem cercados, quando afirma: “porque aqui a gente tá ilhado, né?” (Trecho de entrevista cedida à autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2024). A declaração sintetiza uma experiência cotidiana de isolamento territorial, de cercamento e de impotência diante da contaminação difusa, revelando como a presença do monocultivo transforma o assentamento em um espaço cercado física e simbolicamente, com sérias implicações para a reprodução da vida camponesa.

A imagem a seguir evidencia de forma visualmente expressiva o que Silva (2014) descreve como a condição imposta aos assentamentos cercados por monoculturas e traduz o sentimento da camponesa entrevistada no P.A Pontal do Faia que afirma estarem ilhados no assentamento. Observa-se, ao fundo, a formação contínua de eucaliptos que delimita o horizonte da paisagem, configurando um verdadeiro “cerco verde” ao redor da área cultivada por camponeses. A presença do monocultivo contrasta com a diversidade produtiva em primeiro plano, onde se vê o cultivo de hortaliças e mandioca, ressaltando a coexistência forçada entre dois modelos antagônicos de uso da terra, seja o da agricultura camponesa e o da lógica concentradora do agronegócio celulósico. Esta justaposição espacial representa um processo desigual, no qual os assentados se vêem sem horizonte em seus próprios lotes.

Figura 7: Cerco do monocultivo de eucalipto no entorno de área cultivada por assentados no P.A Pontal do Faia – Três Lagoas/MS



Fonte: Autora (2025).

Segundo Kudlavicz (2011), os impactos provocados pela monocultura de eucalipto não se restringem às alterações nos ecossistemas e ao uso intensivo de agroquímicos, mas alcançam dimensões sociais profundamente graves, porém, o autor analisa que a prática de pulverização aérea, embora não afirmado oficialmente pelas empresas, é alvo de denúncias recorrentes feitas por camponeses que relatam o sobrevoo de aviões sobre assentamentos e outras áreas rurais, podendo afetar a saúde e a produção local. Tais episódios revelam o abismo entre os discursos institucionais e as experiências vividas pelas comunidades afetadas, tornando visível a assimetria de poder que marca o avanço desse modelo de produção. Tal processo também é verificado em nossas entrevistas.

Você pode conversar com vários meliponicultores, que eles vão te dizer a mesma coisa. A cada vez que o aviãozinho passa aí por cima, você pode ter certeza que várias caixas (de abelha) vão morrer aí, entendeu? Por quê? Porque elas não aguentam o inseticida. E ele joga lá no eucalipto, mas ela vai lá pegar o néctar. Isso vem no ar. Né? Então tá difícil até você ter as abelhas. E sem as abelhas, como que a gente vai polinizar a comida? Né? Então assim, **se eles fossem lá e jogasse o adubinho no pé da planta, mas eles jogam de avião** (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025, grifo nosso).

O depoimento da moradora do assentamento 20 de Março ilustra, de forma clara, como o uso intensivo de pulverização aérea de agrotóxicos nas plantações de eucalipto impacta diretamente a suas práticas cotidianas, no seu caso em específico atinge sua produção de mel, pois há impacto na sobrevivência das abelhas. Os impactos causados pela cana-de-açúcar não são o foco deste trabalho, assim como o município de Brasilândia não integra o Território Rural do Bolsão, embora faça parte da região leste de Mato Grosso do Sul, onde se observa o avanço do capital do agronegócio, tanto da cana quanto do eucalipto. Nesse contexto, o Laboratório de Geografia desenvolve projetos voltados à análise desses processos. No reassentamento Santana, localizado em Brasilândia/MS, há uma denúncia semelhante relacionada à mortandade de abelhas, com meliponicultores relatando perdas causadas pelos agrotóxicos utilizados na cana-de-açúcar, sobretudo aqueles por vias aéreas, cujos efeitos atingem os lotes dos camponeses e suas produções. A imagem a seguir registra esse triste fato.

Figura 8: Mortandade de abelhas devido ao uso intensivo de agrotóxicos no cultivo de cana registrada no reassentamento Santana – Brasilândia/MS.



Fonte: autora (2024).

O “aviãozinho” que despeja veneno sobre as extensas monoculturas não respeita limites físicos nem espécies não alvo, atingindo polinizadores fundamentais para a reprodução de plantas cultivadas e nativas. Assim, percebe-se que o modelo de manejo adotado, que prioriza a aplicação aérea em larga escala, ameaça não apenas a atividade de meliponicultura, mas também a manutenção de ciclos de polinização indispensáveis à produção de alimentos. Nesse contexto, fica evidente que o eucalipto, ao demandar práticas químicas agressivas, torna-se vetor de desequilíbrio, fragilizando o território onde se insere e comprometendo as condições para a reprodução da vida. A prática de pulverização aérea é percebida por outros camponeses, de diferentes comunidades, a exemplo do relato a seguir.

Então aqui no caso tem muita gente, né? Que trabalha aqui na frente do assentamento, e que trabalha nessa parte aí dos eucalipto do trabalho mais no campo, plantio, e **tem avião que passa aqui soltando adubo, né, no terreno deles tudo, então passa por aqui tudo** (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A São Joaquim, Selvíria/MS, 2024).

Outra entrevistada, no P.A Pontal do Faia, relatou que a presença de aviões aplicando agrotóxicos nas plantações de eucalipto ao redor do assentamento compromete diretamente sua produção. Segundo ela, embora cultive sem o uso de agrotóxicos, não consegue obter o selo de produção orgânica, já que sua plantação acaba sendo contaminada pela deriva dos agrotóxicos

lançados por via aérea. Essa contaminação externa não apenas inviabiliza o reconhecimento formal da sua prática agroecológica, como também pode estar provocando impactos tanto na saúde dos moradores quanto nas plantações revelando mais uma dimensão da violência territorial imposta pelo monocultivo e pela pulverização aérea associada à sua lógica produtiva.

Mesmo se eu trabalhar 100% com calda, sem agrotóxico nenhum dentro da minha horta, eu não consigo selo de orgânico, porque eu tenho um quintal aqui com eucalipto, **fora o avião que eles.... A gente tava até comentando, né? Falando: "tá demorando para o avião passar, tá demorando para os aviões passarem aqui para jogar os defensivos". E eles fazem a curva do S deles aqui.** É o dia inteirinho (reproduziu barulho do avião). Quando começou, acho que a gente já tá até acostumado, porque quando começou, realmente ficava gripado com facilidade, problema respiratório. É, coceira. Quando eles jogam a coisa, o cheiro, entendeu? E assim, pela fábrica tá tão perto da gente, eles tem lá que a gente chama de cheira-cheira. Aí, gente, de madrugada, você levanta, é um cheiro de alho queimado. Insuportável. Insuportável. Durante o dia, tem hora que eles exageram na borrifada, eu falo que é a descarga, né? Quando eles dão a descarga lá. Hoje mesmo, se vocês forem na rodovia ou se vocês forem na casa da *****, na casa da ***** é o ponto mais alto do assentamento. Vocês conseguem ver a chaminé. Vocês vão ver que vai estar branco ali, porque eles usam o dia com nuvens para soltar, entendeu? (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A Pontal do Faia, 2025).

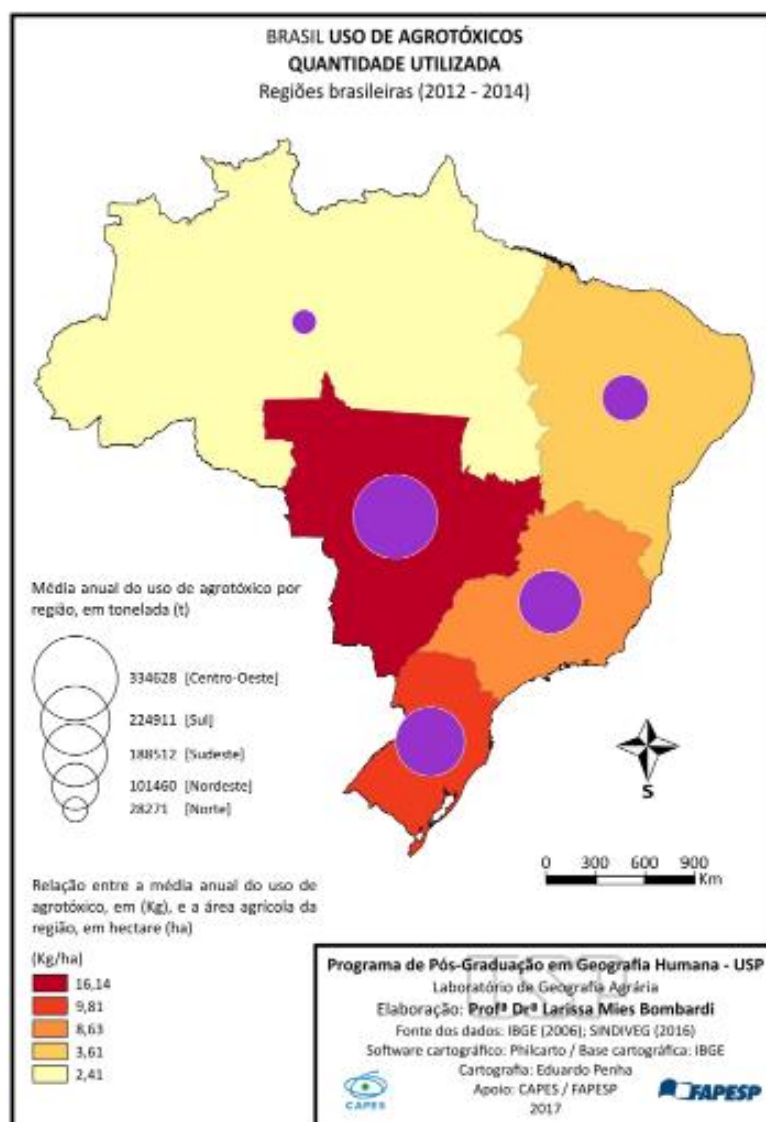
O relato revela de forma contundente os efeitos cotidianos e profundos da territorialização do monocultivo de eucalipto sobre os lotes camponeses. Ao afirmar que mesmo adotando uma produção totalmente livre de agrotóxicos, utilizando apenas caldas naturais, ainda assim é impedida de obter o selo de orgânico, ela evidencia o grau de interferência que a monocultura de eucalipto exerce sobre a autonomia produtiva das famílias assentadas. A declaração de que há “um quintal com eucalipto” escancara o quanto essa monocultura deixou de ser apenas uma presença externa, no entorno, para se tornar algo invasivo, que adentra os limites do lote familiar, comprometendo diretamente o modo de vida camponês. O eucalipto no quintal é, portanto, mais do que uma imagem física, é a expressão de um cerco produtivo, político e ambiental que nega inclusive o direito ao reconhecimento de práticas realmente sustentáveis.

Os efeitos sobre a saúde (gripes, coceiras, problemas respiratórios), somados ao forte odor industrial descrito como “cheiro de alho queimado”, é uma vivência corporal do conflito ambiental. O fato de a entrevistada usar termos como “descarga” e “cheira-cheira” para descrever os eventos da fábrica e dos aviões, mostra uma tentativa de dar sentido, com linguagem própria, a uma experiência constante de vulnerabilização.

Contaminação ambiental, intoxicações, tentativas de suicídio, malformações congênitas e doenças crônicas são a parte mais aparente de um problema que remonta a questão agrária brasileira e aos mecanismos do capital se reproduzir no campo (Bombardi, 2017, p.60).

O mapa a seguir, indica o uso de agrotóxicos por região no Brasil:

Mapa 6: Mapa Brasil – Uso de agrotóxicos por quantidade utilizada nas regiões brasileiras (2012-2014) – elaborado por Bombardi (2017)



Fonte: Bombardi (2017).

O mapa elaborado por Bombardi (2017) revela a alarmante concentração do uso de agrotóxicos na região Centro-Oeste, região onde se insere o Território rural do Bolsão/MS, evidenciando a centralidade desse território no modelo agroquímico brasileiro. Com uma média anual superior a 320 mil toneladas aplicadas entre 2012 e 2014, a região centro-oeste liderava o ranking nacional em volume absoluto de uso de agrotóxicos.

Questionamos a nossa entrevistada no P.A Pontal do Faia se os agrotóxicos de fora do assentamento afetam as plantações das famílias, e ela nos respondeu que não é só o problema de risco de deriva na aplicação de agrotóxicos, mas o que ocorre após a pulverização: uma invasão no assentamento de insetos fugindo dos agrotóxicos ou do controle biológico.

O meu sogro ele tinha uma plantação gigante de banana. Começou a borrifar esse negócio com coisa, com avião. E ele bateu na tecla. Toda reunião que tinha, ele parou de ir, porque toda reunião ele falava: "você acabaram com as minhas bananas, você acabaram com a minha mandioca", e acaba, acaba... o impacto não é só na gente. Lembra os insetos que vem que quase matam, chegou a ponto de matar alguns pé de goiaba, vem uns besourinho quando eles passam, de lá e eles correm para cá, cê entendeu? Lá está com veneno, vai sair de lá e vai correr. (Trecho de entrevista cedida à autora no Assentamento Pontal do Faia, 2025).

Na entrevista no assentamento 20 de março, antes mesmo de iniciarmos as questões, a entrevistada começou a apontar os problemas em suas plantas, por achar estar relacionado com o eucalipto, mas não ter como comprovar. A fala a seguir é um trecho a partir do momento em que comecei a gravar, com sua permissão, porém, ela já estava relatando isso, logo de início, mostrando como estavam as folhas de suas frutíferas.

Olha o pé de goiaba, ó, novinho, tá vendo? É um pé de goiaba novo. Mas as folhas toda fica cortada, amarela, ó, vai morrer também. Você não vê a brotação nova, ó. Todas as folhas assim. Ele vai ficando assim. Ele tenta se sobressair, mas dá duas, três goiabas às vezes e morre. Essa é uma das uma das interferências que a gente tem muito. Aí você vê, começa daquele jeito lá, aí, ó, o pé novo, ó, pequeno, tá vendo? Esse é novo. Ele chegou a dar algumas goiaba, mas ó, seca tudo. Esse já morreu, morreu, ó, tá vendo? Ó, a gente planta bastante. Então, assim, **um dos impacto que a gente mais sente aqui é nisso**. As laranjeiras eu não sei se eu posso eu falar que o impacto foi do eucalipto. (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A 20 de Março, 2025, grifo nosso).

Outro entrevistado, morador do assentamento Canoas, em Selvíria, afirma:

Falar em agrotóxico, eu vou falar a verdade para você, eu já tive uma conversa com a *****, ela fala que não, que tá ajudando, que é adubo foliar. Eu falei "tá sim, porque se não tivesse, não era aconselhado não comer essas frutas que tá beirando, porque no curso que eu fiz quando eu entrei na Eldorado, vocês aconselharam que não era para comer a fruta por causa do agrotóxico. Falei pra ela, tava nois dois aqui sentado, ela ficou quieta, **porque o avião passa jogando agrotóxico**. (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A Pontal do Faia, P.A Canoas, Selvíria, 2024, grifo nosso).

A mesma temática aparece no relato de uma assentada do P.A Pontal do Faia, quando ela expõe sobre impactos nas suas plantações.

Passa [veneno]. Aí até esses da última vez que eu conversei com as meninas da Eldorado, eu pedi um projeto assim, de formiga. Porque aqui a gente tá ilhado, né? Eles passam um produto bem forte, que eu esqueci até o nome, eles passam um produto bem forte. Então eles passa um produto forte. E a gente, a maioria não usa quase nada. Eu praticamente, a gente praticamente, não usa nada. Eles usam para temperar a salada aquilo lá, porque eles levam quando elas atacam assim, ó, a gente teve um plantio que a gente fez de limão, inclusive foi eles que doaram a muda. Elas (formigas) comeu tudo. E a gente tentou, a ***** tentou ajudar, a gente passava produto. A formiga vai para onde? Vai vir para o

assentamento. Nessa época a gente acabou passando veneno, que é uma coisa que a gente não gosta de passar (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas, 2025).

O relato revela, de forma contundente e triste, a desigualdade nas relações territoriais entre assentados e grandes agroindústrias da região. Ao afirmar que os vizinhos do agronegócio “usam para temperar a salada aquilo lá”, em referência ao uso intensivo de agrotóxicos, a fala denuncia a naturalização do veneno como prática cotidiana e banalizada, em contraste com a recusa das famílias camponesas em utilizá-lo. Metaforicamente, a entrevistada acaba por expressar o espanto e a crítica diante da quantidade absurda de insumos químicos empregados na agricultura capitalista.

A pressão exercida pelas práticas empresariais sobre os assentamentos incide diretamente na autonomia dos sujeitos. Como a camponesa do P.A Pontal do Faia relata, o uso de veneno foi adotado contra a vontade dos agricultores, diante do avanço descontrolado das formigas em suas roças, resultado direto do desequilíbrio provocado pelas plantações da empresa. Essa situação remete à crítica de Milton Santos (2006) sobre a racionalidade moderna, que impõe aos sujeitos ações que não correspondem a seus valores nem a seus projetos de vida. Trata-se de uma ação racional apenas em aparência, já que os fins que a sustentam pertencem a uma lógica alheia, convertendo o camponês em agente de uma prática que o fere e o contradiz.

Já no mundo de hoje, as ações chamadas racionais tomam com frequência esse nome a partir da racionalidade alheia. Essas ações racionais são cada vez mais numerosas. Sua racionalidade deve-se, em grande parte, à própria natureza dos objetos técnicos, cuja vocação original é, exatamente, servir a uma ação racional, ação que se quer precisa, graças às técnicas concretas (M. Humbert, 1991, p. 55). **As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio.** Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma razão técnica. Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não a do sujeito. (Santos, 2006, p.52, grifo nosso).

Aprovada em 2023, a Lei nº 14.785, conhecida como a nova Lei dos Agrotóxicos, reformulou o sistema jurídico de controle sobre agrotóxicos no Brasil. Segundo o texto legal, a norma:

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de

anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999 (BRASIL, 2023).²⁰

Apesar da ausência de restrição legal à pulverização aérea na lei, essa forma de aplicação tem sido associada a impactos socioambientais, especialmente onde há convivência (conflito) entre grandes agroindústrias e comunidades camponesas, como é possível entender a partir das análises de Kudlavicz (2011) associada aos relatos dos camponeses entrevistados para essa pesquisa. No caso dos assentamentos analisados nesta pesquisa, os relatos dos entrevistados evidenciam preocupações com a contaminação da água, da terra, dos alimentos e até dos próprios moradores, que estariam sendo atingidos por deriva de agrotóxicos lançados por aviões.

Essas percepções locais revelam que, embora não proibida, a prática de pulverização aérea pode estar implicando em riscos à saúde e ao meio ambiente, dificultando a reprodução do modo de vida camponês. Assim, a análise da lei sob a perspectiva dos camponeses permite problematizar o discurso oficial de modernização, revelando que, na prática, a flexibilização do controle dos agrotóxicos amplia as hierarquias de poder e aprofunda os conflitos no território rural, especialmente nas regiões afetadas pela expansão da monocultura de eucalipto.

Segundo Bombardi (2012), até o momento em que publica seu trabalho, o Brasil se consolidou como epicentro do consumo mundial de agrotóxicos, assumindo, desde 2009, a liderança global nesse mercado e concentrando sozinho um quinto de toda a produção planetária desses insumos. Tal posição não representa apenas um dado econômico, mas denuncia uma forma estrutural de violência difusa e silenciosa que atravessa o território nacional, atingindo especialmente camponeses, trabalhadores rurais, suas famílias e, cada vez mais, populações urbanas que vivem nas proximidades de grandes áreas de produção agrícola. A autora descreve esse processo como uma verdadeira epidemia química, cujos efeitos extrapolam os limites das lavouras e se espalham de forma desigual pelo espaço, revelando uma geografia do envenenamento que segue as linhas da concentração fundiária e da lógica da monocultura. Nesse sentido, “camponeses e trabalhadores rurais, bem como suas famílias, compõem o universo daqueles que se intoxicam diariamente com agrotóxicos de uso agrícola” (Bombardi, 2017, p.55).

Bombardi (2012) reforça que o crescimento de 43% no consumo médio de agrotóxicos por hectare entre 2005 e 2011, além de alarmante em termos quantitativos, revela a intensificação da dependência química do modelo agroexportador brasileiro. Os dados de intoxicações e tentativas

²⁰ BRASIL. Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14785.htm#art65. Acesso em: 7 jun. 2025.

de suicídio com uso de agrotóxicos no período de 1999 a 2009, mencionados por Bombardi (2012), evidenciam os impactos psicossociais da exposição contínua a essas substâncias.

A envergadura do problema é tal que no período de 1999 a 2009, segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde) houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no país; isto significa 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia ou uma a cada 90 minutos. Neste mesmo período houve 25 mil tentativas de suicídio com uso de agrotóxico, um dado extremamente alarmante, pois significa que tivemos 2300 tentativas de suicídio por ano, ou, uma média de 6 por dia, tendo por “arma” algum tipo de agrotóxico (Bombardi, 2012, p.1).

A subnotificação exposta por Bombardi (2012), estimada em uma razão de 1 para 50, somada à invisibilização dos casos crônicos, mostra o apagamento sistemático dos danos reais provocados por esse modelo. Ao vincular o crescimento do consumo de agrotóxicos à transformação de cultivos como a soja, a cana e o milho em combustível ou commodity, Bombardi (2012) revela como a dissociação entre produção agrícola e soberania alimentar é articulada ao binômio latifúndio-monocultura, perpetuando um padrão territorial excludente, predatório e colonizado pelas exigências do mercado global. Pode-se compreender que a lógica criticada por Bombardi (2012) no contexto das commodities agrícolas, também tende a se manifestar na silvicultura. A monocultura de eucalipto, ainda que apresentada sob a retórica da sustentabilidade, reproduz a mesma racionalidade: uso intensivo de agrotóxicos, concentração fundiária e subordinação a mercados externos, o que revela o risco de ampliação dos mesmos impactos socioambientais silenciados no agronegócio.

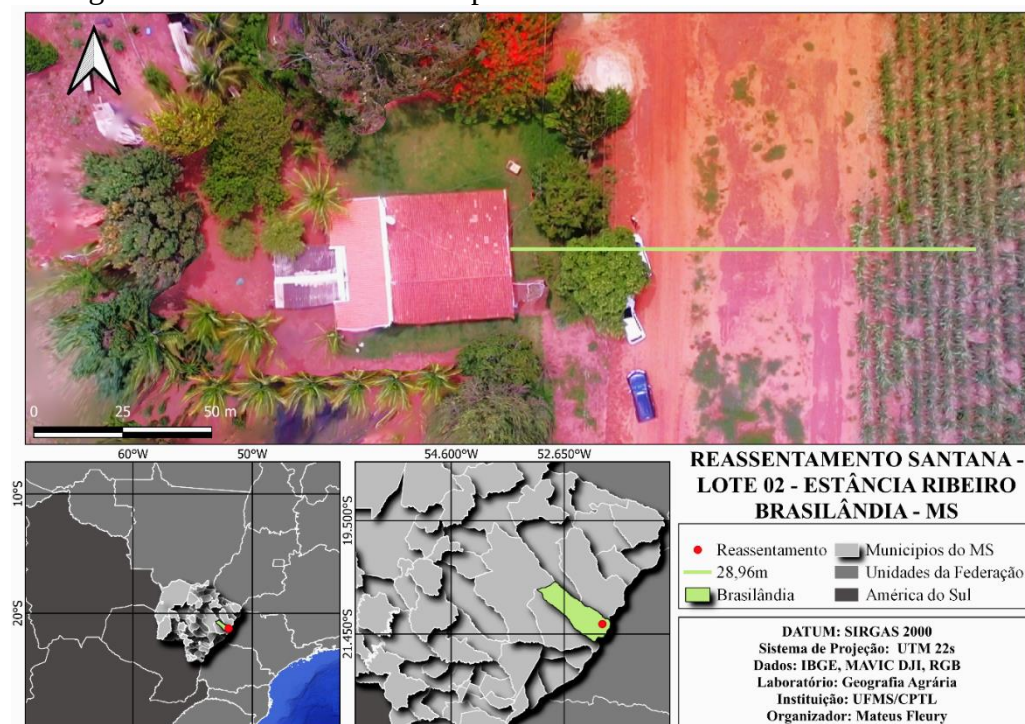
Bombardi (2012) evidencia com clareza que o tripé do agronegócio brasileiro (na época em que escreve), formado pela soja, milho e cana-de-açúcar (e hoje marcado pelo eucalipto), não apenas domina a ocupação do solo agrícola, como também concentra o maior consumo de agrotóxicos no país, respondendo por cerca de 70% de toda a aplicação desses insumos. Segundo a autora, no período em que desenvolve sua pesquisa, a soja, isoladamente, lidera esse cenário, sendo responsável por quase metade do total de agrotóxicos utilizados no Brasil, seguida pelo milho e pela cana, cultivos que também se destacam tanto em área plantada quanto em volume de produção.

Embora o monocultivo da cana-de-açúcar não seja o foco central desta pesquisa, denúncias realizadas por camponeses da região de Brasilândia, município localizado na região leste do Mato Grosso do Sul, onde também avança a monocultura de eucalipto, motivaram a realização de trabalho de campo no reassentamento Santana, como mencionado anteriormente ao se tratar da mortandade de abelhas. Nessa localidade, foi possível constatar o avanço da cana, cujas plantações passaram a fazer divisa direta com os lotes do assentamento, configurando um processo de

territorialização marcado pela violência estrutural. Os impactos do uso intensivo de agrotóxicos nesse cultivo têm comprometido sua capacidade produtiva. Muitos dos agricultores que produziam e comercializavam alimentos por meio de práticas agroecológicas relataram que, diante da contaminação proveniente da cana, não conseguem mais garantir a certificação de seus produtos como agroecológicos, nem comercializar como orgânicos.

A situação é tão grave que a rua do assentamento que faz divisa com a monocultura passou a ser conhecida como a “rua do veneno”, em alusão aos danos à saúde dos moradores, como relataram nos trabalhos de campo. Esse cenário tem levado ao abandono dos lotes por parte de diversas famílias que sem condições de continuar produzindo e temendo pelos riscos à própria vida, optam por deixar o assentamento. Trata-se, portanto, de um processo de expulsão indireta, e profundamente desigual, que evidencia os conflitos territoriais e ambientais impostos pelo avanço do agronegócio na região. As imagens a seguir revelam a proximidade da cana com os lotes camponeses.

Figura 9: Imagem de drone evidenciando a proximidade da cana com o reassentamento Santana.



Fonte: IBGE; MAVIC DJI, RGB. Org.: Fleury (2024).

A imagem apresentada demonstra uma vista aérea de um lote do Reassentamento Santana, localizado em Brasilândia/MS e evidencia de forma contundente a proximidade extrema entre os espaços de moradia camponesa e o monocultivo de cana-de-açúcar. A linha amarela traçada no mapa marca uma distância de apenas 28,96 metros entre a residência da família e a lavoura vizinha, revelando uma relação territorial marcada pela vulnerabilidade e pelo conflito ambiental. Essa disposição espacial materializa o que camponeses locais têm chamado de "rua do veneno",

referindo-se ao cotidiano de exposição involuntária aos agrotóxicos aplicados nas plantações, que podem estar impactando diretamente a saúde humana e a produção agroecológica dos assentados. A imagem revela, assim, de certa forma, um tipo de cercamento moderno, não feito por cercas, mas pela intensificação da lógica do agronegócio, que pressiona, contamina e empurra os camponeses para os limites de sua permanência no campo. Trata-se de um caso emblemático em que a permanência da agricultura camponesa é sistematicamente minada pela imposição do modelo monocultor do agronegócio.

Já a imagem a seguir enquadra, de forma quase poética, a tensão entre dois mundos que compartilham o mesmo espaço, do lado de dentro, o portão de madeira, as árvores que oferecem sombra e alimento, o chão marcado por pegadas e rastros de pneu, que indicam vida; do lado de fora, vizinha de cerca, a plantação homogênea de cana-de-açúcar avança até onde a vista alcança.

Figura 10: A monocultura de cana-de-açúcar vizinha de cerca do reassentamento Santana – Brasilândia/MS



Fonte: Autoras (2024).

O quintal camponês, com suas formas simples e uso múltiplo da terra, representa as marcas de um modo de vida e de trabalho socialmente diverso e historicamente anterior, que encontra formas de permanecer ao longo do tempo e do espaço, mas tensionado e ameaçado pela lógica da monocultura intensiva. Essa coexistência desigual entre tempos, técnicas e valores distintos faz da imagem uma paisagem rugosa, onde o modo de vida camponês não foi suprimido por completo, mas resiste, mesmo que sob ameaça constante de ser varrido pelo avanço do “moderno” capital

agroindustrial, esse que ainda que seja indicado como moderno, mantém relações arcaicas que o aproxima do latifúndio.

Da mesma forma, é possível visualizar esse processo com a monocultura de eucalipto no território rural do Bolsão. A imagem a seguir retrata um cenário semelhante, agora em outra fração do território: o Projeto de Assentamento Alecrim, no município de Selvíria/MS. Assim como no caso anterior, o quadro revela a convivência entre duas formas distintas de relação com a terra. No primeiro plano, o quintal camponês apresenta árvores frutíferas, vegetação diversa, solo coberto e indícios de cuidados cotidianos. Ao fundo, para além da cerca, ergue-se a monocultura de eucalipto, um plantio homogêneo que avança sobre o Cerrado. Mais uma vez, a justaposição entre o espaço de uso múltiplo e a plantação industrial revela os conflitos territoriais e a sobreposição de usos da terra.

Figura 11: A monocultura de eucalipto vizinha de cerca do Projeto de Assentamento Alecrim – Selvíria/MS.



Fonte: autora (2024).

A fotografia captura, portanto, a materialidade e a subjetividade de processos históricos distintos. De um lado, o uso tradicional da terra, ligado ao trabalho familiar, a permanência na terra, a vida; de outro, o capital agroindustrial que, por meio do eucalipto, impõe uma lógica de monocultura voltada à exportação e ao lucro, com possíveis impactos profundos sobre a terra, a água e a biodiversidade. A monocultura, mesmo quando "verde", como no caso do eucalipto, não compõe uma floresta, mas sim uma produção em escala que nega a diversidade ecológica e cultural do Cerrado, bem por isso que autores como Kudlavicz (2011) o chamam de “deserto verde”.

Esse tipo de imposição territorial, que transforma quintais diversos em fronteiras com monoculturas industriais, demonstra afinidade com a crítica desenvolvida por Scott (1998). Para o autor os projetos de ordenamento do território inspirados em uma lógica técnico-burocrática e de alto modernismo produzem simplificações frágeis da realidade social e ecológica. Ao ignorarem os saberes locais (o que ele chama de *métis*), esses modelos criam paisagens planejadas para maximizar controle, produtividade e visibilidade estatal, como os campos de eucalipto ou cana uniformes e geométricos, mas que são ecologicamente frágeis e socialmente destrutivos.

No caso dos assentamentos camponeses em Mato Grosso do Sul, o avanço da monocultura sobre os espaços de uso múltiplo reproduz esse padrão que transforma paisagens vivas em áreas administráveis ao agronegócio, promovendo o cercamento dos camponeses. A “rua do veneno” da cana e o cerco do eucalipto é, nesse sentido, um efeito colateral direto da busca por uma ordem racionalizada que despreza a complexidade territorial e os saberes cotidianos da vida no campo, que Scott (1998) critica. Pensando especificamente em árvores, o autor afirma: “The utilitarian commercial and fiscal logic that led to geometric, monocropped, same-age forests also led to severe ecological damage²¹” (Scott, 1998, p.309).

Scott (1998) aponta que, na silvicultura fiscal estatal, a “árvore real”, com sua vasta diversidade de usos e significados, é substituída por uma “árvore abstrata”, que representa apenas uma quantidade mensurável de madeira ou lenha. Essa transformação reflete um utilitarismo restrito às necessidades do Estado, que visa controlar e administrar a floresta por meio de categorias simplificadas e homogêneas. Assim, a complexidade ecológica e cultural das florestas é reduzida a um sistema técnico, cujo principal objetivo é a legibilidade e a extração econômica, em detrimento da diversidade natural e dos saberes tradicionais.

In state “fiscal forestry,” however, the actual tree with its vast number of possible uses was replaced by an abstract tree representing a volume of lumber or firewood. If the princely conception of the forest was still utilitarian, it was surely a utilitarianism confined to the direct needs of the state (Scott, 1998, p.12).²²

Assim, a análise de Bombardi (2012) revela a dimensão do enraizamento territorial do modelo agroexportador, cujos pilares não se sustentam apenas na ampliação física das lavouras, mas em uma dependência estrutural da química agrícola. A autora interpreta esse processo como uma expressão da coexistência contraditória entre arcaísmo e modernidade no campo brasileiro.

²¹ A lógica utilitarista, comercial e fiscal que levou à criação de florestas geométricas, monocultivadas e de mesma idade também resultou em graves danos ecológicos.

²² Na “silvicultura fiscal” estatal, contudo, a árvore real com sua vasta gama de usos possíveis, foi substituída por uma árvore abstrata que representava apenas um volume de madeira ou lenha. Se a concepção principesca da floresta ainda era utilitária, tratava-se, certamente, de um utilitarismo limitado às necessidades diretas do Estado.

De um lado, a permanência da forma histórica do latifúndio e da monocultura, que remete a uma estrutura agrária excludente; de outro, a modernização tecnológica baseada no uso intensivo de insumos industriais, especialmente agrotóxicos. Essa fusão entre o antigo e o moderno permite ao agronegócio expandir suas safras de forma massiva, como demonstram os números expressivos de produção da soja e da cana, mas às custas de severos impactos ambientais e sociais, tornando o território um campo tensionado entre produtividade e degradação.

Vê-se, portanto, o binômio arcaísmo e modernidade materializados no campo brasileiro. Arcaísmo, posto que a secular fórmula “latifúndio-monocultura” é justamente a que é utilizada pelo agronegócio no vultoso aumento da produção de soja e cana, por exemplo. Este modelo - que levou a safras da ordem de 648.970.000 toneladas de cana e 59.916.000 toneladas de soja em 2008 - só se reproduz com um “moderno” pacote agroquímico, necessário para as extensas monoculturas. Tal pacote agroquímico é ofertado por modernas empresas transnacionais que têm se organizado oligopolisticamente (Bombardi, 2011), a tal ponto que 92% dos agrotóxicos comercializados no Brasil em 2010 o foram por empresas de capital estrangeiro: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel) (Bombardi, 2012, p.3).

Além disso, Bombardi (2012) denuncia com contundência os efeitos letais do uso intensivo de agrotóxicos no Brasil, revelando uma realidade marcada por mortes, intoxicações e doenças crônicas, muitas vezes silenciadas ou invisibilizadas pelas estatísticas oficiais.

No nível da aparência, o uso massivo de agrotóxicos dá suporte a uma agricultura que, feita de forma intensiva e através de monoculturas, demanda um pacote agroquímico. Caberia a seguinte pergunta: a agricultura capitalista demanda o pacote agroquímico ou a indústria química demanda a agricultura? propomos que ambos. Há uma dialética, redonda-se aqui, de dupla-determinação (Bombardi, 2017, p.58).

O peso de expor essas verdades, no entanto, não se limita ao campo científico. A própria autora, geógrafa e professora da USP, se tornou alvo de perseguições e ameaças, sendo forçada ao exílio para proteger a si mesma e seus filhos. Sua trajetória evidencia como é violento o caminho de quem, sobretudo sendo mulher, ousa romper com os silêncios impostos pelo poder. A imposição da sua voz e da sua pesquisa, rigorosa, crítica e ética, gerou represálias brutais, demonstrando que, no Brasil, fazer ciência comprometida com a vida pode custar a própria segurança. A história de Bombardi revela a face sombria do negacionismo que assola nosso país e da tentativa de silenciar vozes que denunciam a lógica destrutiva do agronegócio.

As ameaças à pesquisadora brasileira Larissa Mies Bombardi, professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), intensificaram-se após a publicação, na Europa, em 2019, do atlas “Uma geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e suas relações com a União Europeia”, na versão em

inglês. O trabalho expôs a presença de resíduos agrotóxicos nos alimentos brasileiros. Após ter acesso às informações, uma das maiores redes de supermercados orgânicos da Escandinávia passou a boicotar os produtos brasileiros. A pesquisadora revela ter recebido intimidações, tanto no plano profissional, quanto pessoal, incluindo desqualificações às suas pesquisas, ameaças de morte e um assalto a sua residência. Bombardi decidiu sair do Brasil com os dois filhos em abril de 2021. Atualmente, ela vive em Paris, onde desenvolve pesquisas no Institut de Recherche pour le développement (IRD, na sigla em francês), sob um programa nacional para cientistas no exílio (Jornal da Unicamp, 2024).²³

A densa pesquisa de Bombardi (2012) aponta que, entre 1999 e 2009, mais de 62 mil casos de intoxicação aguda foram notificados no país, com 1.900 mortes confirmadas. Mesmo com a obrigatoriedade de notificação imposta em 2011, os números permanecem alarmantes, indicando que o uso de tais substâncias constitui uma política de envenenamento sistemático do território. Além do contato direto com os agrotóxicos nas lavouras, a autora destaca a contaminação invisível que atinge toda a população por meio do consumo cotidiano de alimentos com resíduos químicos acima do permitido ou com ingredientes ativos proibidos. De acordo com a pesquisa da autora, os dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), coordenado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), mostraram que mais de 30% das amostras coletadas nos estados avaliados apresentavam irregularidades, muitas delas envolvendo substâncias como o Metamidofós, um organofosforado que compromete diretamente o sistema nervoso humano.

Ao detalhar os distúrbios neurocomportamentais associados à exposição crônica a esse tipo de ingrediente ativo, como depressão, alucinações, neuropatias e comprometimentos motores, a autora escancara o custo humano da chamada “agricultura moderna”. Essa modernidade, no entanto, está ancorada em uma lógica oligopolizada, onde poucas empresas transnacionais controlam o mercado brasileiro e mundial de agrotóxicos. Bombardi (2012) revela que as dez maiores empresas detêm 75% do mercado nacional e operam sem concorrência real, mesmo após o vencimento de patentes, evidenciando o grau de subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional. Assim, o modelo agroquímico vigente promove uma modernização seletiva, cujo avanço tecnológico serve à reprodução do lucro de corporações estrangeiras, enquanto os impactos sanitários e territoriais recaem sobre os corpos camponeses e urbanos, compondo o outro lado silenciado dessa modernidade tóxica.

Notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional. Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, são o outro lado da moeda desta “moderna agricultura” que demanda toneladas de

²³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. A história da cientista que denunciou os agrotóxicos e teve que sair do Brasil. Jornal da Unicamp, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/video/2024/08/21/a-historia-da-cientista-que-denunciou-os-agrotoxicos-e-teve-que-sair-do-brasil/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

agrotóxicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial. (Bombardi, 2012, p.11).

Conforme aponta o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (WRM, 2022),²⁴ o uso de agrotóxicos nas plantações de eucalipto acarreta sérios impactos à biodiversidade e às comunidades locais. Entre os principais produtos utilizados estão o herbicida glifosato, empregado para eliminar a vegetação que cresce entre as árvores, e a sulfluramida, destinada ao extermínio de formigas. Esses compostos contaminam o solo, a água e o ar, afetando a saúde dos trabalhadores e das populações que vivem no entorno das plantações. A exposição a tais substâncias está associada a efeitos neurotóxicos, desenvolvimento de câncer e comprometimento dos sistemas respiratório e endócrino.

4.4 Impactos Socioambientais da Monocultura de Árvores: O Discurso Corporativo Versus a Realidade Local

Essa dinâmica de exploração e imposição de modelos produtivos se reflete no avanço das monoculturas de árvores que, conforme aponta o livro intitulado “12 respostas às 12 mentiras sobre plantações industriais de árvores”, produzido pelo WRM, em 2022, traz consequências socioambientais severas em diversas regiões do mundo. O documento destaca que, embora o plantio de árvores possa ser positivo ou negativo, isso depende fundamentalmente de quem e para que fim se realiza tal ação. Na América Latina, Ásia e África, o avanço dessas monoculturas provoca invasões de territórios comunitários, escassez e contaminação da água, além da fragilização da soberania alimentar, aprofundando os impactos negativos já evidenciados no contexto da agricultura industrial.

Os discursos promovidos pelos sites oficiais da Suzano²⁵ e da Eldorado²⁶, respectivamente, dão a entender uma situação completamente diferente: “Como líderes globais, assumimos o compromisso de plantar um futuro melhor para o planeta e para as pessoas oferecendo soluções para os desafios que enfrentamos como sociedade. Trabalhamos, hoje, na construção de um mundo que seja mais limpo, mais renovável e mais justo”, e “crescemos em equilíbrio com a natureza. Certificações nacionais e internacionais atestam nosso manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável bem como nossas práticas de prevenção e mitigação de impactos ambientais e sociais”.

²⁴ Tradução do nome original da organização: World Rainforest Movement.

²⁵ SUZANO. Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/sustentabilidade> Acesso em: 16/04/2025.

²⁶ ELDORADO BRASIL. Operação sustentável. Disponível em: <https://www.eldoradobrasil.com.br/pb/sustentabilidade/operacao-sustentavel/>. Acesso em: 16/04/2025.

Os relatos coletados junto a camponeses do território revelam impactos significativos decorrentes da implantação da monocultura de eucalipto, os quais afetam diretamente as condições socioambientais locais. Dentre os principais efeitos apontados estão a redução da disponibilidade hídrica, o empobrecimento dos solos, a presença de animais famintos invadindo os lotes em busca de alimento, a contaminação por agrotóxicos, a poluição sonora gerada pelas máquinas e, de maneira mais abrangente, o comprometimento da própria reprodução do modo de vida camponês.

Esses elementos indicam uma clara dissonância entre o discurso institucional das empresas do setor e a realidade enfrentada pelas comunidades. Como exemplo, destaca-se a contradição entre os efeitos materiais da silvicultura intensiva e a retórica corporativa apresentada pela empresa Eldorado Brasil, que, em seu relatório de sustentabilidade de 2024, afirma:

O desenvolvimento das comunidades do entorno das operações é um dos principais tópicos da nossa estratégia de sustentabilidade. Acreditamos na geração de valor compartilhado, no papel social das empresas e no estímulo à economia local. (Relatório de Sustentabilidade - Eldorado Brasil, 2024, p.46).

O primeiro esforço crítico proposto pelo estudo da WRM (2022) consiste em desconstruir a noção de que “plantações de árvores são florestas plantadas”, uma vez que tal afirmativa é amplamente utilizada pelas empresas do setor para legitimar seus empreendimentos. O estudo aponta que essas corporações, ao se referirem às suas áreas de monocultura, utilizam expressões como “florestas”, “florestas plantadas” ou “plantações florestais”, buscando atribuir às plantações um status ecológico e simbólico que não corresponde à realidade. Essa estratégia discursiva também está presente no Relatório de Sustentabilidade de 2024 da Eldorado Brasil, em que a empresa reforça essa narrativa ao tratar suas áreas de eucalipto como se fossem equivalentes a florestas.

O meio ambiente está na essência do negócio da Eldorado Brasil. A produção de celulose depende de recursos naturais ao mesmo tempo que devolve benefícios para a natureza, como a retirada de grandes volumes de CO₂ da atmosfera proporcionada pelas nossas florestas plantadas. (Relatório de Sustentabilidade – Eldorado, 2024, p.51).

Em seu site oficial a mesma empresa afirma:

Nossas florestas: Realizamos o manejo responsável, a Eldorado Brasil controla aproximadamente 436 mil hectares de área total, sendo 296 mil hectares de área produtiva, onde maneja plantações florestais e mantém 101 mil hectares de áreas

destinadas à conservação ambiental. Deste total, aproximadamente 425 mil ha são inclusos no escopo das certificações FSC® e PEFC.²⁷

No mesmo sentido, o relatório de sustentabilidade da Eldorado (2024, p.13) afirma os locais de suas plantações alegando que possuem “Florestas plantadas” em Água Clara; Aparecida do Taboado; Bataguassu; Brasilândia; Dois Irmãos do Buriti; Inocência; Paranaíba; Ribas do Rio Pardo; Santa Rita do Pardo; Selvíria e Três Lagoas (todas em MS).

O estudo da WRM (2022) destaca que as plantações industriais de árvores diferem profundamente das florestas naturais, embora as empresas insistam em utilizar o termo “floresta plantada” para se referir a essas monoculturas. Segundo a organização, esse uso estratégico da linguagem tem como objetivo suavizar a percepção pública, uma vez que o termo “floresta” remete, para a maioria das pessoas, à biodiversidade e à preservação ambiental, enquanto o desmatamento é amplamente reconhecido como um problema grave.

Segundo o estudo da WRM (2022), no entanto, essa associação é considerada uma distorção da realidade ecológica. A única semelhança entre as plantações industriais e as florestas naturais é a presença de árvores, o que, por si só, não é suficiente para caracterizar um ecossistema como uma floresta. Nessas plantações, predomina uma única espécie, e toda a diversidade biológica restante é sistematicamente eliminada. Por isso, o estudo afirma que “chamar uma plantação de árvores de ‘floresta plantada’ talvez seja a maior mentira que as empresas de plantações espalharam nas últimas décadas” (WRM, 2022, p. 9). Além disso, o estudo ressalta que esses espaços constituem ambientes hostis à vida, inviabilizando a presença de outras espécies, inclusive a dos próprios seres humanos. Para visualizar de forma concreta a diferença entre monocultura e floresta, vejamos as imagens a seguir.

A imagem abaixo apresenta dois trechos da Trilha do Macaco-Prego, localizada em Três Lagoas/MS, dentro de uma área de preservação de vegetação nativa remanescente do domínio morfoclimático do Cerrado. Esse ambiente natural caracteriza-se pela alta biodiversidade, reunindo uma grande variedade de espécies vegetais, incluindo árvores de diferentes portes, arbustos, cipós, gramíneas e plantas rasteiras, que convivem de forma interdependente.²⁸

²⁷ **ELDORADO BRASIL. Operação sustentável.** Disponível em: <https://www.eldoradobrasil.com.br/pb/sustentabilidade/operacao-sustentavel/>. Acesso em: 16/05/2025.

²⁸ Trilha e discussão propostas pela disciplina de Biogeografia, ministrada pelo Prof. Dr. Mauro Henrique Soares da Silva, durante o curso de Graduação em Geografia da UFMS/CPTL, no ano de 2022.

Figura 12: Trechos da Trilha do Macaco-Prego em Três Lagoas (MS), exemplificando a biodiversidade preservada do Cerrado.



Fonte: autora (2022).

Em contrapartida à diversidade encontrada na Trilha do Macaco-Prego, observa-se a expansão das monoculturas de eucalipto, amplamente utilizadas pela agroindústria da celulose no estado de Mato Grosso do Sul. Essas plantações ocupam grandes extensões de árvores uniformes, organizadas em fileiras regulares e com espaçamentos controlados, portanto, o oposto do cerrado que é a vegetação nativa da região. Embora muitas vezes chamadas de “florestas plantadas”, essas áreas não apresentam as características ecológicas de uma floresta, pois carecem de biodiversidade e de interação ecológica entre diferentes espécies de flora e fauna.

Figura 13: Plantios homogêneos de eucalipto de Três Lagoas a Selvíria (MS), evidenciando a uniformidade estrutural e a baixa diversidade ecológica típica das monoculturas



Fonte: autora (2024).

A imagem que reúne quatro trechos distintos de monoculturas de eucalipto evidencia de forma visual essa homogeneização do território. O solo exposto, a ausência de diversidade, a repetição das formas e o verde monótono contrastam fortemente com a complexidade da vegetação nativa do Cerrado. Trata-se de um sistema artificial, voltado à maximização da produtividade, que pouco ou nada contribui para os ciclos ecológicos locais.

Nota-se pelas imagens que a monocultura simplifica a paisagem, compromete a fauna nativa, que não encontra abrigo nem alimento. Até mesmo o tom de verde das imagens denuncia esse esvaziamento de vida, ao contrário da mata preservada, onde os verdes se misturam em diversos matizes vibrantes, a coloração das plantações de eucalipto é pálida, fria e homogênea, um reflexo da ausência de diversidade e expressão da lógica extrativista que rege esse tipo de ocupação territorial. De acordo com Lima et al. (2016), o monocultivo de eucalipto se opõe, em sua essência, à biodiversidade da fauna e da flora, sendo responsável por uma série de impactos ambientais que justificam o uso da expressão “deserto verde” para descrever essas paisagens homogeneizadas.

Nesse sentido, Lima et al. (2016) desenvolve um quadro explicativo, elucidando o porquê de ser um “deserto verde”. Conforme sistematizado pelos autores, com base em autores como Binkowski (2014), Ferreira (2009), o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (1999) e

Porto-Gonçalves (2015), “deserto verde” refere-se aos impactos amplos e estruturais causados pelo monocultivo de eucalipto. Tais impactos incluem vários fatores como: a drástica redução da biodiversidade, uma vez que poucas espécies de fauna e flora conseguem sobreviver nas áreas cultivadas; a escassez de alimento para espécies nativas, muitas vezes eliminadas como pragas; a expulsão de moradores e a baixa geração de empregos permanentes; além de prejuízos ao ciclo hidrológico, pela substituição da vegetação nativa por espécies exóticas com alto consumo hídrico.

Ao contrário do discurso empresarial de recuperação ambiental, essas plantações visam prioritariamente à eficiência produtiva e à redução de custos, em detrimento da sustentabilidade ecológica e social. Essa comparação com áreas de monoculturas de eucalipto, evidencia os contrastes entre um ecossistema vivo e equilibrado e a monocultura baseada na lógica do rendimento e da simplificação ecológica. Nesse sentido, a imagem da trilha atua como um registro visual da resistência do Cerrado, ressaltando a importância da preservação dos seus últimos redutos naturais.

4.5 Água: da Abundância à Escassez

O referido estudo da WRM (2022) aponta uma segunda mentira, qual seja: “as plantações de árvores melhoram o meio ambiente”. De acordo com o estudo, as empresas afirmam que suas plantações industriais ajudam a proteger o meio ambiente, beneficiando o solo, a água, os espaços habitados tanto pelas plantas como pelos animais, porém, a WRM (2022, p.11) afirma que as “as plantações industriais de árvores são um ambiente hostil para qualquer outra espécie que não seja das árvores que estão sendo plantadas, e isso inclui os seres humanos”. Essa afirmação da WRM se dá em vista do que o estudo aponta, ou seja, que essas plantações sempre substituem florestas, savanas, pastagens, áreas úmidas e vegetação agrícola, e assim se perdem as funções fundamentais e as conexões entre os seres vivos que habitam o território, além de que, com frequência, secam córregos, poços, reduzindo a disponibilidade geral de água na região.

Os relatos a seguir são de entrevistados desta pesquisa de Mestrado, são diferentes depoimentos com o intuito de mostrar a ligação com o estudo da WRM, pois no Bolsão o impacto mais recorrente, na visão dos camponeses, é o impacto na água.

De um total de 14 entrevistas realizadas em diferentes assentamentos e comunidades afetadas, 12 apontaram impactos negativos nos recursos hídricos como a principal consequência da chegada das plantações de eucalipto. Todos os depoimentos convergem na percepção de que a água, antes abundante em córregos, lagoas e nascentes, na região, vem desaparecendo. Abaixo estão os relatos, apresentados em sua íntegra, que exemplificam essa percepção coletiva:

Porque a fazenda já não tinha muita água, mas tinha um pouco, né? Aí depois que veio eucalipto, aí não tem mais nada, só a reserva e a reserva também é bem fraca bem degradada, cheia de erosão (Trecho de entrevista concedida à autora no P.A Alecrim, Selvíria/MS, 2024).

“Lá no varjão hoje tá seco, não corre mais nada, secou, tá sem nada” (Trecho de entrevista concedida a autora no P.A Canoas, Selvíria/MS, 2024).

Não chove porque o povo, o homem mexeu muito com a natureza, acabou com tudo, né? Vai desmatando as mata e vai indo, entendeu? Eucalipto, esse eucalipto também, é antigamente nessa região para cá, tinha muito córrego, essas coisas, né? Água e tal, e de repente depois sai esse tal de eucalipto aí, ele começou a secar, mina e tal. Essa Lagoinha mesmo daqui mesmo, já tinha bom de água era tudo dela era de água, entendeu? Depois que saiu esse tal de eucalipto aí acabou, né? (Trecho de entrevista concedida a autora no P.A Canoas, Selvíria/MS, 2024).

“Lagoas estão secando, não tem como os bichos beberem água, aí vem beber água na nossas caixas” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Canoas, Selvíria/MS 2024).

“Tem uma baixada ali, tinha água, tinha lagoa, secou. Tinha represas, tinha nascente, as nascentes acabaram. Abastecia as represas. Acabaram todas” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Canoas, Selvíria/MS, 2024).

Água não tem, você vai nas lagoinha, na onde que é aqui por perto, tá tudo secando, tudo secando. Então o povo fala assim “não, não seca, que aqui o Eucalipto só consome 11% dá a água da terra” né? não é, e diz que repõe por causa das folhas que manda para o chão, não é? Não é, não é não! (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A São Joaquim, Selvíria/MS, 2024).

“Arrenda pro eucalipto por 15 anos mais dois, daqui 17 anos companheiro, quanto tempo não passou, quantas águas não passou nessas lagoa aí, fora que seca tudo, né? não chove, olha pro cê vê como é que tá o chão aqui, ó, chupou tudo as água” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Canoas, Selvíria/MS, 2024).

No centro comunitário, naquela lagoinha é o outro ponto, ela secou, viu? Ela só tá com aquele espelhinho d'água ali, porque teve uma aquelas chuvas bem fortes no começo do ano e voltou a encher. Mas é só com esse espelhinho d'água. Ela era tão grande que ela transbordava a pista, ela passava de uma rua para outra, de um de um ponto para outro. Ela alagava aqui, eu cheguei a ver água beirando a escolinha ali, a lagoinha e ela passar por cima da estradinha de terra e cair no do outro lado na fazenda. Aquela parte ali onde tá aquela mata, era tudo alagado, virava um pântano. Ela sempre foi cheia. Aí faz, vou colocar aí uns 5 anos para cá que ela vem, ela seca de secar mesmo, de virar pasto (Trecho de Entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas, 2025, entrevista cedida à autora).

“A gente sentiu assim, a chuva diminuiu muito, chove em volta aí, chove ali em Três Lagoas, e aqui não chove” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS 2025).

Depois que veio o eucalipto, muitas pessoas falam que prejudica. Em partes, eu imagino que sim, porque nossos lagos estão secando, tá? Não só aqui, mas se você está andando aí, corgo do pinto, por lá tá tudo. Porque começou a chover que encheu. Aqui essa lagoa que beira o nosso centro comunitário ali, nunca tinha secado. Do momento que plantaram o eucalipto acabou. Nós temos outros lagos ali para baixo, indo para o rio, lá também nós tinha os lagos, tá tudo seco. Tem da outra fazenda onde eles plantaram também, que é a São Francisco, secou a lagoa, que era enorme. Tinha peixe, tinha tudo, secou (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2025).

“Eu já vi açude grande velho, eles plantam eucalipto em volta e seca, seca o açude, só que eles não fala para ninguém, mas quem trabalha ali dentro do eucalipto sabe” (Entrevista cedida a autora na comunidade rural de Garcias, Três Lagoas/MS, 2024).

Algumas fazendas ali na região, a gente teve a oportunidade de fazer algumas visitas e ver algumas lagoas que estavam bonitas né? Com água, com tudo mais, porém sem essa preservação, igual aí, essas fazendas hoje estão plantada em eucalipto e as lagoas não estão mais lá. Secaram. Eu não fui lá beber água dessa lagoa. O peixe que morava lá também, não, né? Então para onde foi essa água dessa lagoa? Né? Ela não pode simplesmente ter evaporado sozinha. Né? (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025).

Esses relatos reforçam o que a WRM (2022) argumenta: o impacto ambiental das plantações industriais de eucalipto ultrapassa os limites das áreas plantadas e interfere nos sistemas hídricos locais. A percepção dos moradores, fundamentada na vivência cotidiana, revela a interdependência entre vegetação nativa e disponibilidade de água, algo profundamente afetado com a substituição dessas áreas por monocultura. A recorrência da denúncia sobre nascentes e lagos secos aponta para uma degradação ambiental. A imagem a seguir, representa a lagoa próxima ao centro comunitário/antiga escola do Pontal do Faia, retratada em duas das entrevistas mencionadas acima, uma delas que inclusive relata a vastidão da lagoa, ao afirmar que ela cobria a pista, e agora esse espelho d'água encontrado é somente devido a chuva.

Figura 14: Lagoa secando no P.A Pontal do Faia



Fonte: Autora (2025).

A seguir, apresenta-se parte do quadro de temas definidos pela empresa Suzano em seu Relatório de Sustentabilidade de 2024. Esses temas foram identificados como centrais para a estratégia empresarial e refletem os assuntos considerados mais relevantes tanto pelos públicos de interesse quanto pela própria companhia, no que diz respeito aos seus impactos econômicos, ambientais e sociais. A figura abaixo sintetiza uma parte desse quadro.

Figura 15: Parte do quadro de temas materiais proposto no relatório de sustentabilidade (2024) da empresa Suzano.

NOSSOS TEMAS MATERIAIS		
GRI 3-2, 3-3		
Tema	Impactos negativos	Impactos positivos
Água e efluentes		
	_Consumo de água para fabricação de celulose e produtos de papel (real¹) _Descarte de efluentes líquidos do processo de fabricação de celulose e produtos de papel (real) _Impacto sobre as fontes de água doce vizinhas, pelo processo produtivo do eucalipto, podendo gerar conflitos com usuários locais (potencial¹)	_Aumento da disponibilidade hídrica por meio da adoção de ações de manejo florestal para preservação e restauração de corpos hídricos (real)
Biodiversidade		
Impacto na perda de biodiversidade	_Perda de qualidade do solo (potencial) _Emissões de poluentes tóxicos no solo e na água (potencial) _Emissões de nutrientes poluentes no solo e na água (potencial) _Emissões de poluentes atmosféricos (potencial)	_Proteção de espécies ameaçadas de fauna e flora (real)
Proteção ou restauração da biodiversidade	_Não há impactos negativos identificados	_Proteção e restauração de áreas de Alto Valor de Conservação (real) _Proteção e melhoria de serviços ecossistêmicos, incluindo a captura de carbono (real) _Geração de conhecimento por meio de pesquisas científicas nas áreas de conservação (real)

Fonte: Relatório de Sustentabilidade – Suzano (2024).

Ao analisar o quadro temático apresentado no Relatório de Sustentabilidade 2024 da Suzano, observa-se uma assimetria evidente entre os impactos negativos e os impactos positivos associados à atuação da empresa, especialmente no que se refere à água, aos efluentes e à biodiversidade. Enquanto os efeitos adversos incluem o consumo de recursos hídricos, o descarte de efluentes, impactos sobre as fontes de água doce vizinhas, podendo gerar conflito com os “usuários” locais, possível perda de qualidade de solo, emissão de poluentes, entre outros, os impactos positivos se limitam majoritariamente a ações compensatórias, como a restauração de áreas e a proteção de espécies ameaçadas (como visto anteriormente, estão ameaçadas pela própria prática de monocultura que se dá na região). Essa desproporção sugere que as coisas negativas da atividade industrial, sobretudo no contexto da monocultura de eucalipto, são mais expressivas do que os benefícios alegados. Assim, o discurso de sustentabilidade apresentado no relatório tende a suavizar os efeitos de um modelo produtivo intrinsecamente predatório, ocultando contradições sob uma linguagem de responsabilidade corporativa.

Ao decorrer dos trabalhos de campo, os relatos seguem reafirmando o impactos nos recursos hídricos; A fala a seguir evidencia uma ponte que havia água embaixo, na qual visitamos e constatamos que está secando, aliás, já está praticamente seca: “As duas pontes ali tá horrível, assoreamento ali acabou o Corguinho que tinha, subiu capim, normalmente capim sobe, mas quando olhava de longe cê via rio, agora você vê só a terra” (Trecho de entrevista cedida a autora

no P.A São Joaquim, Selvíria/MS, 2024). A imagem a seguir demonstra uma das pontes relatadas, na coordenada geográfica especificada: 20°11'40.8"S 51°44'26.9"W.

Figura 16; Ponte com indícios de esgotamento hídrico na região de Selvíria/MS.



Fonte: Autora (2024).

A entrevista segue denunciando a situação. Quando questionado sobre a perspectiva nos próximos anos, o entrevistado afirma que acredita que estará tudo seco, por isso estão tirando fotos desde agora para registrarem o impacto.

Vocês prestaram atenção na fazenda chamada Floresta depois do apoio ali? Então, ali vindo de lá de frente do apoio já é a fazenda, de frente ali tem uma fazenda também, que entra ali, ali tinha uma lagoinha boa. Secou a lagoinha, né? Aquela outra aqui, né perto aqui também, São Francisco ali, quase zerou, ainda tem a lagoa ainda, só que a vazão da lagoa que você não vê mais, era dois canos assim grosso que era da vazão, hoje não vaza mais nenhum, só dá a lagoa ainda, entendeu? Aí vai diminuindo cada vez mais, aí vai lá e ainda pega água lá para molhar o eucalipto ainda (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A São Joaquim, Selvíria/MS, 2024).

As imagens a seguir ilustram o trabalho de campo realizado nesta pesquisa, em que camponeses nos conduziram a diversos pontos da região do Assentamento São Joaquim, em Selvíria/MS. O objetivo foi mostrar a diminuição dos recursos hídricos que, segundo seus relatos,

eram muito mais abundantes no passado recente. Com o passar do tempo e o avanço da monocultura de eucalipto nas proximidades, esses recursos vêm sendo progressivamente reduzidos. Trata-se da denúncia de um problema grave, pois estamos diante da escassez de um bem natural essencial à vida no planeta: a água.

Figura 17: Trabalho de campo registrando a escassez dos recursos hídricos na região de Selvíria/MS, possivelmente causada pela monocultura de eucalipto nas proximidades.



Fonte: autora (2024).

Como dito anteriormente, Kudlavicz (2011) em seu trabalho de dissertação de mestrado já alertava para os possíveis impactos que poderiam ocorrer com o avanço da monocultura de eucalipto, que estava se iniciando nessa época. Em um de seus trabalhos de campo, o autor constatou que a plantação de eucalipto teria começado a atingir uma cachoeira no distrito rural Garcias, do município de Três Lagoas, onde a população local utilizava como área de lazer. Este espaço estava sendo afetado pelo cerco de eucalipto que se instaurou naquele momento e impedia que as pessoas continuassem a se divertir nessa cachoeira. A seguinte foto foi tirada pelo autor, em 2011, para sua dissertação. Percebe-se que, atrás da cachoeira, já era perceptível a plantação de eucalipto.

Figura 18: Cachoeira no distrito rural de Garcias – 2011.



Fonte: Kudlavicz (2011).

Onze anos depois, já em 2022, Dubos-Raoul e Almeida trazem relatos de moradores do mesmo distrito rural analisado por Kudlavicz, em 2011, o distrito de Garcias, que evidenciam os impactos nos recursos hídricos ocasionados pela monocultura de eucalipto. As autoras apresentam uma entrevista em que se afirma que o eucalipto “acabou com a cachoeira”.

Em Garcias, os entrevistados também apontam o fato de os recursos hídricos terem secado com a entrada do eucalipto e lembram a abundância da água e até a existência de uma cachoeira, lugar que a população costumava frequentar:

“Os rios secaram. **Acabou com a cachoeira.** Lá perto do pontilhão tinha quase uma lagoa, agora tem água nenhuma. Agora tem um pouquinho porque nos limpamos, juntou água e muita capivara, agora quem toma banho lá?” (em entrevista concedida à autora). (Dubos-Raoul; Almeida, 2022, p.59, grifo nosso).

Para este trabalho de pesquisa fomos em busca dessa mesma cachoeira, a fim de observar se ela ainda (re)existia, localizada na coordenada geográfica especificada: 20°35'57.7''S, 52°12'56.4''W. A seguinte imagem nos revela um triste acontecimento que vem se tornando recorrente na região: o esgotamento dos recursos hídricos.

Figura 19: Cachoeira no distrito rural de Garcias – 2024.



Fonte: autora (2024).

A transformação da cachoeira de Garcias, de 2011 a 2024, ilustra uma mudança ambiental que vai além da mera alteração visual da paisagem. Até 2011, a cachoeira, com seu fluxo constante de água, era um símbolo de vida para o lugar, pois não apenas embelezava a paisagem, mas também desempenhava um papel crucial no ecossistema local, sustentando a flora e a fauna e fornecendo um recurso essencial para a comunidade, além de ser uma área de lazer.

No entanto, a imagem de 2024 mostra a cachoeira seca, enlameada, evidenciando as consequências da expansão da monocultura de eucalipto na região. A natureza não parece mais viva, vibrante e pulsante, mas sim estéril e silenciosa. É preciso perguntar qual é a causa do desaparecimento desta cachoeira? É essencial ouvir os moradores da região, pois para eles não é hipótese que a monocultura de eucalipto transformou um ambiente de abundância em um cenário de escassez, é realidade. Essa mudança não é apenas uma questão de redução de água, é a perda da harmonia da natureza.

Este desaparecimento é um impacto negativo para a identidade cultural e ambiental de Garcias, e região de Três Lagoas/MS. A cachoeira não era apenas um recurso hídrico, era um local de encontro, um lugar afetivo, espaço de lazer, símbolo de conexão com a natureza. Sua secagem representa a perda de um patrimônio que alimentava não só o meio ambiente, mas também a cultura e identidade da comunidade.

O caso da cachoeira de Garcias serve como um lembrete sombrio das consequências de práticas insustentáveis promovidas pelo modo de produção capitalista. Não podemos ignorar que a seca da cachoeira é um sinal de que algo precioso foi perdido e que é urgente a necessidade de

ações para evitar que outros importantes recursos naturais sofram o mesmo destino. A cachoeira de Garcias, agora seca, nos convoca a preservar o que resta e a reconstruir o que foi perdido, para garantir um futuro pensando não somente em nossa sobrevivência hoje, mas em deixar um mundo com condições favoráveis à reprodução da vida para gerações futuras e nos lembrar que nós, seres humanos, também somos natureza. Em um contexto de alta concentração fundiária para acumular riqueza, cenas como a secagem dessa cachoeira tendem a se repetir.

Uma outra situação emblemática envolvendo impactos na água foi registrada durante o trabalho de campo também na região de Garcias (Distrito rural de Três Lagoas/MS), onde uma mina de água secou. Acompanhamos o proprietário da mina, que havia investido no local com o objetivo de comercializar a água. Alega o entrevistado que sua fonte deixou de produzir água em quantidade suficiente, inviabilizando a atividade, após a expansão dos eucaliptais nas proximidades. Durante a entrevista, o proprietário relatou também as dificuldades enfrentadas para obter o alvará junto à prefeitura, um processo burocrático e demorado, em contraste com outra empresa no município de Três Lagoas/MS que obteve a liberação com maior rapidez.

Como a (empresa) dele tá muito perto da cidade, e Três Lagoas por muito tempo não tinha nem saneamento, era só fossa, então tá puxando (nitrato), tá puxando, tá chegando, porque puxa muita água e vai indo. O nitrato é tão prejudicial, criança pequena até mata por uma doença que chama síndrome do bebe azul, porque o nitrato tira o oxigênio do corpo da criança. A criança não consegue tirar o nitrato do corpo, o adulto ainda consegue, ai acumula, acumula, acumula, e cê vê que toda água que tem muito nitrato, é morta, né?! Fica verde. [...] O meu era praticamente 0 (mg/L). [...] Infelizmente tem aquela lei que fala que até 50 mg/L pode, sendo que para a Organização Mundial da Saúde (OMS) é 10 (Trecho de entrevista cedida a autora no Distrito Rural de Garcias, Três Lagoas, 2024).

Figura 20: Indícios de esgotamento hídrico em nascente/mina d'água, localizada no distrito de Garcias, Três Lagoas (MS)



Fonte: autora (2024).

A imagem da nascente, associada ao relato de que o proprietário deixou de comercializar a água por insuficiência de volume, evidencia um processo de esgotamento da mina, que antes abastecia parte da população local. A lâmina d'água rasa, com sinais de estagnação e vegetação avançando sobre a área antes ocupada pelo fluxo hídrico, sugere uma redução significativa da vazão, confirmada pelo entrevistado. Esse esvaziamento pode ter vários fatores, como a possível interferência no ciclo hidrológico, especialmente na região Três Lagoas/MS, cujo avanço do eucalipto vem sendo percebido pelos camponeses da região como fator de impacto dos recursos hídricos. A perda dessa fonte representa a escassez de uma alternativa de água considerada de qualidade para consumo, e também um retrocesso no acesso a um recurso essencial.

Além do impacto nos recursos hídricos, o estudo da WRM (2022) aponta também para o fato que quando ocupa terras e polui o meio ambiente, as plantações de eucalipto passam a ter forte impacto no fornecimento de alimentos saudáveis, cultivados pelas comunidades para autoconsumo e para abastecer mercados locais, o que acaba atingindo a população de forma mais ampla. Outro fato apresentado é relativo aos caminhões que transportam madeira, que passam noite e dia, pondo em risco a segurança de crianças, e das pessoas no geral. Quem mora em Três Lagoas e região sabe o quanto os acidentes envolvendo caminhões de transporte de eucalipto vem sendo cada vez mais recorrentes. Ao dar um simples Google sobre o tema aparecem diversos relatos recentes envolvendo acidentes com pessoas e animais.

Figura 21: Caminhão de carregamento de toras de eucalipto



Fonte: Autora (2024).

Outro fato importante apresentado pela WRM (2022) a ser mencionado é o de que os animais ficam mais expostos a atropelamentos, pois passam a deixar as áreas que antes eram seus habitats, para ir em busca de um lugar com comida e para se reproduzir, uma vez que em uma monocultura de árvores, não há alimentos para esses animais.

Durante uma entrevista realizada em 2024, no Assentamento de Reforma Agrária Canoas, localizado em Selvíria (MS), um camponês descreveu de maneira enfática as mudanças ocorridas tanto em sua vida familiar quanto na relação com o ambiente ao seu redor, a partir do avanço do plantio de eucalipto na região.

Tá acabando com tudo e os bichos estão entrando dentro do assentamento. Até onça aparece no assentamento, porque não tem mais como eles se alimentarem. Lagoas estão secando, não tem como os bichos beberem água, vêm beber água nas nossas caixas. Quero que me mostre onde que os bichos estão comendo no meio dos eucaliptos (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Canoas, Selvíria/MS, 2024).

O depoimento revela com clareza os efeitos provocados pela expansão da monocultura de eucalipto sobre a fauna local e as condições de vida das famílias camponesas. Essas comunidades passam a conviver com o esgotamento dos recursos naturais e com o agravamento dos impactos socioambientais, expressos tanto nos frequentes ataques de animais silvestres às lavouras quanto nos riscos à segurança, como os encontros com onças nas proximidades das áreas cultivadas.

4.6 O Discurso de Sustentabilidade e a Lógica do Capital

O estudo da WRM (2022) investiga mais uma mentira apontada pelas empresas que praticam monocultura de árvores, em que afirmam que “as plantações protegem as florestas nativas”. Para o estudo, as empresas tentam difundir a ideia de que existem dois tipos de florestas, as nativas e as não nativas. Para a WRM (2022), não existem florestas nativas, e a visão que a maioria das pessoas tem sobre florestas, nada tem a ver com plantações de árvores, uma vez que florestas abrigam diversidade de árvores, plantas, animais e insetos além de abrigarem povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Assim, as empresas dividem essas duas categorias com o intuito de sustentar suas afirmações de que as plantações industriais são importantes para proteger as florestas e reduzir a pressão que elas sofrem, quando, na verdade, as plantações de árvores representam uma ameaça para as florestas.

Esse processo é visível nos relatórios de sustentabilidade da Suzano e da Eldorado, uma vez que tentam demonstrar o quanto são sustentáveis e protegem as florestas. No relatório de sustentabilidade da Eldorado (2024, p.13) afirmam: “Mantemos 296 mil hectares de áreas produtivas para produção de celulose e 101 mil hectares de florestas destinados à conservação”. Já no relatório de sustentabilidade da Suzano (2024, p.67) afirmam:

Nossa gestão ambiental é composta por um sistema múltiplo que tem como objetivo sustentar a produção de matéria-prima renovável, garantindo a preservação do meio ambiente, a eficiência operacional e o desenvolvimento socioeconômico nas áreas de atuação. Esse sistema busca integrar práticas sustentáveis e inovadoras para equilibrar o uso dos recursos naturais com a conservação dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades. [...]No campo ambiental, o plano introduziu um novo modelo de governança, abrangendo diversas frentes com foco na preservação e recuperação de ecossistemas, além da promoção de práticas sustentáveis de manejo florestal.

Entretanto, essas declarações institucionais entram em contraste direto com as percepções de famílias camponesas que convivem diariamente com os impactos do avanço do eucalipto sobre o território. A fala a seguir, de uma assentada da região, ilustra essa dissonância entre o discurso corporativo e a experiência concreta vivida no campo:

Essa fazenda aqui é na onde a gente mora hoje, eu acho uma fazenda bastante interessante porque assim, foi muito preservadas as APP's (Áreas de Preservação Ambiental). As beira dos corgos são todas preservadas, os corguinhos que tem vários aqui, a APP é bem larga, sabe? Bonita. Mas você vê muitas aí que não tem a área de preservação. E culpa foi também da pecuária. E isso que uma das coisas que a Fibria e agora a Suzano diz que eles recuperaram, sabe? As áreas, essas áreas. Não é verdade. Aqui quando nós chegamos ela já existia e eles não estavam

aqui recuperando nada. E as outras áreas onde a gente vê, eles às vezes até plantam algumas mudas. Sabe? Mas tem uma área tão degradada que aquilo vai fazer diferença talvez daqui 10 anos, 50 anos, mas às vezes algumas árvores nem vai se desenvolver, né, por causa do próprio eucalipto. Assim, você vê mais que aqui, ó, eu tenho os pés de coco você não consegue colher quase coco, por quê? Porque os periquitos, os periquitos, os tucanos, vem tudo, os pássaros vem tudo se alimentar, porque eles não tem, eles não comem eucalipto. “Ah, mas a gente deixa lá no meio as árvores frutíferas”. O pequi não aguenta gradagem, a manutenção envolta dele por muito tempo, ele morre. Pequi é uma árvore que gosta do cerrado, ele gosta de estar protegido. Entendeu? O eucalipto não, vai lá, mexe a terra, planta, corta, então, se você andar numa área aí que hoje foi plantada, uma fazenda hoje, e eles deixam realmente vários, mas volta lá daqui 4 anos e vê se ele tá vivo. Ele não tá mais vivo, **eles deixaram ele vivo, mas ele morreu, por quê? Porque o habitat dele não é mais aquele.** Isso é uma coisa que assim, eu vejo, né? (Trecho de Entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025, grifo nosso).

A fala da entrevistada desvela o abismo existente entre o discurso dos modelos de sustentabilidade promovidos pelas empresas e a realidade observada pelos moradores locais. Ao relatar a morte de espécies nativas, como o pequi, e a escassez de alimentos para os animais, ela aponta os limites das ações de “recuperação ambiental” alegadas pelas empresas. Sua experiência evidencia que, embora haja plantio de mudas e manutenção de algumas APPs, o ambiente degradado pela monocultura do eucalipto continua inóspito para a biodiversidade local. A permanência de árvores frutíferas isoladas, segundo ela, não é suficiente para restituir as condições ecológicas necessárias para que espécies nativas sobrevivam e se reproduzam. A fala, portanto, revela a fragilidade das iniciativas empresariais baseadas em indicadores quantitativos e discursos de governança ambiental, ao passo que a vivência camponesa denuncia a perda de habitat, a alteração do equilíbrio ecológico e a invisibilização dos saberes tradicionais sobre o Cerrado.

A WRM (2022) denuncia a falsa ideia de que “as plantações contribuem para o desenvolvimento social e econômico, por exemplo, gerando empregos”. Assim, a organização argumenta que as plantações industriais geram menos postos de trabalho do que a maioria das outras atividades rurais, especialmente a pequena agricultura diversificada. Isso se deve ao fato de que há pouco trabalho nas plantações de árvores, exceto no início, quando é necessário preparar a terra para o plantio. Nos anos seguintes, a demanda por trabalhadores é ainda menor, mesmo durante a colheita, que é majoritariamente mecanizada.

A entrevista a seguir revela dois problemas: a escassez de empregos qualificados nas empresas da região, e a dificuldade de permanência dos jovens no campo, o que compromete a reprodução do modo de vida camponês. O entrevistado destaca a frustração de jovens formados, que, mesmo com qualificação técnica, não encontram oportunidades fora do trabalho braçal. Além disso, as vagas oferecidas pelas grandes empresas estão concentradas nas cidades, como Três Lagoas/MS, o que inviabiliza a permanência nos assentamentos mais distantes, como Selvíria/MS.

Ao questionar o entrevistado sobre o que faz os jovens saírem do campo, ele afirma que são as oportunidades de emprego.

Por que a empresa vem aqui, na verdade a empresa nem vem, né? Hoje tem LinkedIn, WhatsApp, aí o pessoal, geralmente o pessoal que tá aqui tem muita amizade com as pessoas lá de cima e tal aí fala “ah, eu queria um emprego lá, você não arranja emprego para mim?”, aí a gente vai embora, porque a empresa hoje ela, ela tipo assim, **ela não dá oportunidade para quem mora no campo**, porque tipo assim, eu sou técnico, eu vou trabalhar como técnico, aí eu vou andar de carro, na Eldorado, por exemplo, eu tenho que pegar o carro lá em Três Lagoas, vim trabalhar, levar o carro lá, então não tem como eu trabalhar, só se for de braçal, aí eu me formei, eu estudei para caramba, vou trabalhar na foice aí complicado, né? Aí eu comecei a trabalhar aqui (no lote da família). Aí fico aqui mesmo, aí ajuda a tirar leite, mexer com a abelha, aí vende o mel, um pouco meu, um pouco do meu pai. Leite um pouco dele, um pouco meu. Não tenho pretensão nenhuma de sair não, meu irmão já saiu, o outro tá fazendo Engenharia Mecânica então não vai ficar aqui (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Alecrim, Selviria/MS, 2024).

A fala evidencia como o modelo de desenvolvimento baseado nas plantações industriais não necessariamente contribui para gerar empregos de qualidade ou garantir a permanência da juventude no campo. A ausência de políticas que promovam o acesso a empregos técnicos nas próprias comunidades, aliada à centralização das oportunidades nas cidades-polo, reforça o êxodo rural e a desvalorização do saber e do trabalho local. O jovem entrevistado revela o dilema de quem se qualifica, mas é empurrado para trabalhos braçais, enquanto as funções condizentes com sua formação estão geograficamente e socialmente inacessíveis. Ao mesmo tempo, sua permanência no campo se dá por meio do vínculo familiar e da economia camponesa, sustentada por atividades como a apicultura e a produção de leite, práticas que seguem garantindo vida e renda para muitas famílias.

Além disso, a WRM (2022) indica que:

Às vezes, quando há uma forte resistência por parte das comunidades, as empresas investem mais em projetos sociais. A promoção desses projetos tem sido usada como tática para dividir as comunidades. **Romper a resistência é extremamente importante porque as empresas sabem que as comunidades são muito poderosas quando unidas.** (WRM, 2022, p.33, grifo nosso).

Desta maneira, a WRM (2022) indica que quando há essas construções de escolas, postos de saúde, etc não quer dizer que as empresas sejam responsáveis pela educação ou pela saúde, mas sim, responsabilidade do governo que oferece esses serviços públicos a partir de impostos pagos por pessoas e empresas. Enquanto as pessoas comuns são obrigadas a pagar impostos, as empresas de plantações industriais nem sempre precisam, devido as isenções fiscais fornecidas

pelo próprio governo. Assim, no geral, onde quer que se expandam, as plantações de árvores são responsáveis por afetar negativamente os menos favorecidos e empobrecer ainda mais os camponeses (WRM, 2022), o que foi percebido anteriormente pelas análises de Dubos-Raoul e Almeida (2022) ao analisar as comunidades rurais de Arapuá e Garcias, e nas análises de Kudlavicz (2011).

Muitos desses investimentos são perceptíveis na cidade de Três Lagoas, como, por exemplo, na reforma da clínica pública de ortopedia, promovida pela Fibria (atual Suzano), como indicado na imagem a seguir. Além dessa ação, as empresas também realizam doações de equipamentos, patrocinam eventos comunitários e apoiam projetos sociais, como exposto por Kudlavicz (2011) reforçando sua imagem de responsabilidade social e fortalecendo laços com a população local.

Figura 22: Placa de Reforma realizada pela Fibria, na Clínica de Ortopedia “Dr. Paulo Baccaro Filho” em Três Lagoas-MS



Fonte: Autora (2025).

Considerando que coexistem no território rural do Bolsão diferentes lógicas de produção, de um lado, empresas que operam sob o modo de produção capitalista, e de outro, comunidades camponesas que mantêm relações econômicas não tipicamente capitalistas, é possível afirmar que há uma permanente conflitualidade nesse processo. Nesse contexto, a fala de uma camponesa do assentamento 20 de Março expressa com precisão a natureza dessa tensão: “existe o conflito ambiental, o nome dele é esse mesmo, conflito ambiental” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025).

No campo brasileiro, os conflitos agrários caminham lado a lado com os projetos de desenvolvimento, expressando as contradições estruturais do capitalismo. À medida que o capital avança sobre os territórios, seja pela expansão industrial nas cidades ou pelo avanço do agronegócio nas áreas rurais, intensificam-se também as desigualdades e os processos de exclusão,

sobretudo no acesso à terra. Essas dinâmicas não são aleatórias: fazem parte do próprio funcionamento do sistema capitalista, que se sustenta na concentração de recursos e na marginalização de determinados grupos sociais, em especial, os trabalhadores rurais e os camponeses. Nesse sentido, Fernandes (2004) destaca que o processo de produção do território é intrinsecamente conflituoso, e que os conflitos expressam a disputa entre projetos antagônicos que se territorializam simultaneamente. A territorialização, assim, carrega em si a tensão constante entre formas distintas de uso e significado da terra, fazendo dos conflitos agrários elementos constitutivos da construção territorial.

No território do Bolsão, observa-se uma realidade marcada por contradições, onde o uso capitalista da terra tende a se impor sobre outras formas de uso. Ainda assim, persiste uma correlação de forças profundamente desigual entre o capital agroindustrial e os camponeses, o que contribui para a manutenção de uma conflitualidade de baixa intensidade, apesar das diferenças estruturais entre as lógicas que disputam o território. Essa assimetria pode ajudar a compreender o motivo pelo qual alguns camponeses se recusam a autorizar a gravação quando tecem críticas às empresas de celulose. Como observa Scott (2013), nem toda indignação se expressa publicamente, ela pode assumir formas indiretas, como gestos, práticas cotidianas e discursos ambíguos, que revelam as tensões vividas por aqueles que estão submetidos aos impactos do capital.

O discurso oculto representa, por definição, a linguagem – gestos, discurso, práticas – que é normalmente excluída do discurso público dos subordinados pelo exercício do poder. Desta forma, a prática da dominação cria o discurso oculto. Se a dominação for particularmente rigorosa, tenderá a produzir um discurso oculto particularmente rico. O discurso oculto dos grupos subordinados, por sua vez, reage ao discurso público criando uma subcultura e contrapondo a sua própria versão da dominação social exercida pela elite dominante. (Scott, 2013, p. 60).

Nesse sentido, Paulino e Almeida (2010) contribuem para a compreensão do significado da terra para os camponeses, trata-se de uma terra voltada ao trabalho, e não à mercantilização. Seu modo de vida está profundamente enraizado na natureza e, por isso, associado à sua preservação. Os camponeses do Bolsão demonstram preocupação com os remanescentes do Cerrado, diante das mudanças significativas na paisagem provocadas pela monocultura de eucalipto. Suas falas questionam os discursos ambientais das empresas, ao apontarem impactos que ameaçam diretamente os ecossistemas locais. A seguir, observa-se um exemplo dessa narrativa contra-hegemônica:

Aqui a gente tá sofrendo muito com esses impactos ambientais, né? Que anda acontecendo, principalmente a seca, mudou o clima. (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A São Joaquim, Selvíria/MS, 2024).

Em entrevista realizada em 2025, no assentamento de reforma agrária Pontal do Faia, uma moradora com mais de uma década de vivência no local relatou que sua família percebe os impactos causados pelas plantações de eucalipto, mas evita qualquer confronto direto por receio de represálias e de isolamento das demais famílias. Isso se deve, segundo ela, ao fato de que participar de projetos e eventos promovidos pelas agroindústrias é importante para o assentamento, especialmente em um contexto de escassez de políticas públicas voltadas à reforma agrária.

A entrevistada também afirmou que outros assentados reconhecem os efeitos negativos, sobretudo após as pulverizações de agrotóxicos na monocultura, mas ainda assim evitam questionar os representantes das empresas. Segundo sua percepção, esse comportamento está relacionado à dependência que se estabelece a partir das ações promovidas pelas próprias agroindústrias, como eventos, projetos e doações, que acabam por consolidar uma relação de subordinação entre os camponeses e as empresas.

A seguir, apresenta-se um trecho da entrevista que ilustra esse cenário:

São pessoas mais humildes, que não têm acesso à informação, que não têm acesso a outro mundo. Então vem pessoas de fora, né? Vem os grandão, chega aqui, faz festa, doa isso, doa aquilo. Fala bonito e fala que vai fazer e não sei o que...Enche os olhos, te dá presente. É a mesma coisa que os português chegando aqui e dando espelho pros índios. Você entendeu? Tem uns que ainda tá com o espelho na mão. Aí tem uns que chega que tem essa noção, mas aí chega cesta básica, cesta de natal, dia da mulher, presente, coisa de não sei o quê, investe, projeto, que não sei o quê, e vem e vai e leva para passear. Quando dá m**** com os agrotóxicos, eles vêm e faz um evento. Isso, deu ruim, deu merda. Aí eles vem, enchem os olhos, todo mundo “ai como eles são bonzinhos”. Eles são sempre os parceiros, eles sempre estão envolvidos (Trecho de Entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2025).

A partir da fala da entrevistada é possível entender que a manutenção de uma boa relação com os camponeses constitui uma das estratégias adotadas pelas empresas do agronegócio eucalipto-celulose para garantir sua consolidação e expansão territorial sem enfrentar conflitos abertos, processo que se assemelha ao exposto pelo estudo divulgado pela WRM (2022).

Todavia, nem todos os entrevistados atribuem os problemas que enfrentam diretamente à atuação das agroindústrias de celulose. Muitos acabam incorporando a presença das empresas em seu cotidiano no assentamento, seja por meio dos projetos produtivos e de assistência técnica implementados nos assentamentos, seja por meio da venda de sua força de trabalho às próprias empresas ou às suas terceirizadas. A fala de uma moradora do Assentamento Pontal do Faia ilustra bem essa percepção das empresas como “benfeitoras”.

Ó, ajuda nossa aqui pra falar a verdade para você quem sempre veio foi mais a antiga Fibria. A antiga Fibria foi uma mãezona para nós. O que nós temos hoje,

foi graças a eles. Primeiro a Deus, depois eles (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas-MS, 2025).

Apesar do reconhecimento dos supostos benefícios econômicos trazidos pela presença da agroindústria do eucalipto no assentamento, a mesma entrevistada, residente há muitos anos no local, também menciona impactos ambientais perceptíveis após a intensificação da monocultura. Ela relata a redução da disponibilidade de água, a mudança no clima local e o aumento significativo da incidência de “pragas” nos lotes das famílias, associando essas alterações ao uso de agrotóxicos nas plantações vizinhas de eucalipto:

Esse calor não tinha tanto como a gente está vivendo nesse clima nosso. Tá horrível, complicado, né? [...] depois que veio o eucalipto, muitas pessoas falam que prejudica. [...] nossos lagos estão secando. [...] limões se você não ficar em cima, é praga. Os pés de abacate quando eles passam veneno nos vizinhos aí, né, lá do eucalipto deles, os bichos vêm tudo para cá. [...] nosso clima mudou, super calor, tá quente demais [...] eucalipto lá, eucalipto aqui no fundo, eucalipto ali. E a água ajuda, né? A melhorar o clima, aí sem a água... Então eu acho que um pouco, né? Não 100%, mas impactou sim” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2025).

A dependência gerada pela atuação pontual das empresas junto às famílias camponesas, somada ao receio de perder esse apoio, contribui para o silenciamento mesmo quando há consciência dos impactos ambientais vivenciados, dando a falsa impressão de ausência de conflitos. No caso da entrevistada cuja produção se restringe à criação de animais e a algumas árvores frutíferas, a renda familiar é insuficiente, o que leva seu companheiro a trabalhar fora do lote, justamente em uma das indústrias de celulose que ela aponta como causadora dos problemas ambientais. Mesmo assim, o próprio marido teria incentivado que ela mencionasse os efeitos da atividade sobre os recursos hídricos durante a entrevista.

Essa dinâmica de dependência, silenciamento e resistência atravessa os depoimentos dos camponeses assentados, sujeitos que lutaram pela terra e ainda enfrentam a negligência do Estado em termos de políticas públicas. O temor de retaliações por parte das empresas, como a suspensão de apoios técnicos ou materiais, aparece em diferentes relatos. Mesmo reconhecendo que tais “ajudas” não são espontâneas, mas fazem parte de exigências vinculadas ao recebimento de financiamentos públicos, como os do BNDES, muitos preferem não se posicionar abertamente. Esse movimento ambíguo entre aceitação e denúncia reflete o peso das relações desiguais de poder e da concentração fundiária e econômica no território do Bolsão sul-mato-grossense, resultando em profundas transformações socioambientais, como a degradação dos recursos hídricos e a fragilização do modo de vida camponês.

Essa prática parece expressar uma política de “boa vizinhança” que predomina no território, e que foi apontada pela WRM (2022), mesmo diante da coexistência de lógicas reprodutivas distintas. Trata-se do uso de investimentos pontuais em comunidades rurais como forma de amenizar tensões e garantir certificações de sustentabilidade que legitimam o empreendimento. A fala do camponês “agride um pouco, só que agora a gente tem uma estufa aqui que foi doada por eles, entendeu?” (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Alecrim, Selvíria/MS, 2024) evidencia como pequenas compensações são utilizadas para suavizar conflitos e mascarar os impactos mais profundos sobre o território e o modo de vida local.

Apesar de promoverem esses investimentos, que em teoria servem para auxiliar os camponeses, alguns projetos são abandonados pelas empresas. A exemplo do viveiro promovido para a Fibria (atual Suzano). Em entrevista com uma camponesa do assentamento 20 de março, em Três Lagoas, ela explica como esse projeto era benéfico e gerava renda, mas que sua maior fonte de comercialização era a própria Fibria, investidora do projeto, e que não conseguiram criar um mercado externo a Fibria antes de precisar fechar, pois fechou devido a problemas na administração e sobretudo devido a compra da Fibria pela Suzano, que não quis dar continuidade ao projeto e o viveiro hoje segue abandonado. O que antes era fonte de renda dos camponeses locais, hoje é um espaço abandonado. Inclusive uma das queixas de alguns entrevistados é o fato de que a Fibria era mais solidária às comunidades, enquanto a Suzano não promove muitos projetos.

Já teve muitos projetos. Iniciou com um projeto de hortas, né? Que foram feitos 600 m de horta para algumas pessoas que se interessaram, que nem todos se interessaram. Da Fibria, no início aqui, foi o primeiro projeto. Foi a Foi de horta, 600 m quadrado, onde os deles deram na madeira, a tela, o adubo, o as muda, eles deram tudo. Nós fiz inclusive fizemos uma plantação de ervilha que eu nunca tinha visto falar, mas plantamos e colhemos muito bem. Eh, Aí depois eles deram eles vieram com um projeto de cerca, eles vieram com um projeto do viveiro, aí depois foi com um conjunto com a Cargil, aquele entreposto que foi o pessoal da Fibria que fez o projeto, a gente ganhou, né? E onde foi construído o entreposto aqui, que foi parceria com a Cargil e o BNDES. É, então assim, além da de alguns projetos deles, eles também nos ajudavam nos escrevendo em outros projetos. Entendeu? Então, agora hoje eu eu que eu saiba não há nenhum projeto em andamento aqui no assentamento. O viveiro chegou a ser o dentre os projetos apoiado pela Fibria e o BNDES, chegou a ficar em primeiro lugar, de todos os projetos. Porque estava indo muito bem e é uma área que para eles era boa e para nós melhor ainda, porque produzia renda inclusive para os jovens que moravam aqui, as mulheres, a gente trabalhava lá no vivero, né? Não dava para todo mundo, mas assim, era tinha uma escala, então tinha pelo menos uma rendazinha, tinha algum alguns jovens daqui que chegou a ser o viverista lá, sabe? [...] devido a mudança de gestão, a Suzano resolveu não querer mais essas mudas [...] foram pagas as licenças e abandonaram o viveiro [Trecho de entrevista cedida a autora no P.A, 20 de Março, 2025].

Outra entrevistada, do assentamento 20 de março, no município de Três Lagoas/MS, também menciona o fechamento do viveiro.

Foi (iniciativa) da Fibria. Porque eles tinham interesse de repor, comprar as mudas da gente para repor, que eles tem que fazer reflorestamento, né? Nas áreas que eles se mexe. E depois eles desistiram disso aí. Não comprou as muda. Né? Comprou um pouco. (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS).

Nessa entrevista em questão, havia dois camponeses, a primeira entrevistada deu uma explicação breve e, o outro, complementou com mais detalhes o processo do viveiro. O entrevistado relata que o viveiro foi implantado com apoio da Fibria, como parte de um programa de compensação ambiental, e surgiu como alternativa à proposta de uma cozinha comunitária por seu potencial de gerar mais trabalho coletivo. Inicialmente, o projeto teve boa estrutura, financiamento consistente, com compras anuais de mudas na ordem de R\$ 120 mil, e envolvimento da comunidade. No entanto, com o tempo, houve má administração interna, falta de reinvestimento e uma gestão que passou a operar com base no gasto do orçamento disponível, sem planejamento de médio prazo, segundo o entrevistado. Durante a entrevista, enfatizam que a situação se agravou com a fusão da Fibria com a Suzano, quando a empresa interrompeu as compras sob a justificativa de já ter atingido metas de reflorestamento, assim o entrevistado afirma que a Fibria era mais preocupada com as demandas das comunidades. O grupo do viveiro, por sua vez, não buscou novos clientes nem aceitou propostas de diversificação produtiva, o que acentuou sua fragilidade e implodiu conflitos no assentamento. Isso se relaciona com parte da entrevista em que faz uma analogia ao dizer que deram o peixe, mas não ensinaram a pescar. As imagens a seguir retratam o viveiro, hoje, abandonado.

Figura 23: Viveiro abandonado no P.A 20 de Março



Fonte: Autora (2025).

O caso evidencia os limites de parcerias baseadas em interesses empresariais pontuais, sem compromisso duradouro com o fortalecimento local. A ausência de organização comunitária proativa e a dependência de um único comprador comprometeram a continuidade de um projeto inicialmente promissor. Os relatos mostram que iniciativas como hortas, viveiros e entrepostos, embora tenham gerado participação e renda, especialmente para jovens e mulheres, foram descontinuadas após mudanças de gestão empresarial. Isso revela a fragilidade de ações que funcionam mais como estratégias de legitimação do empreendimento no território do que como o chamado desenvolvimento sustentável.

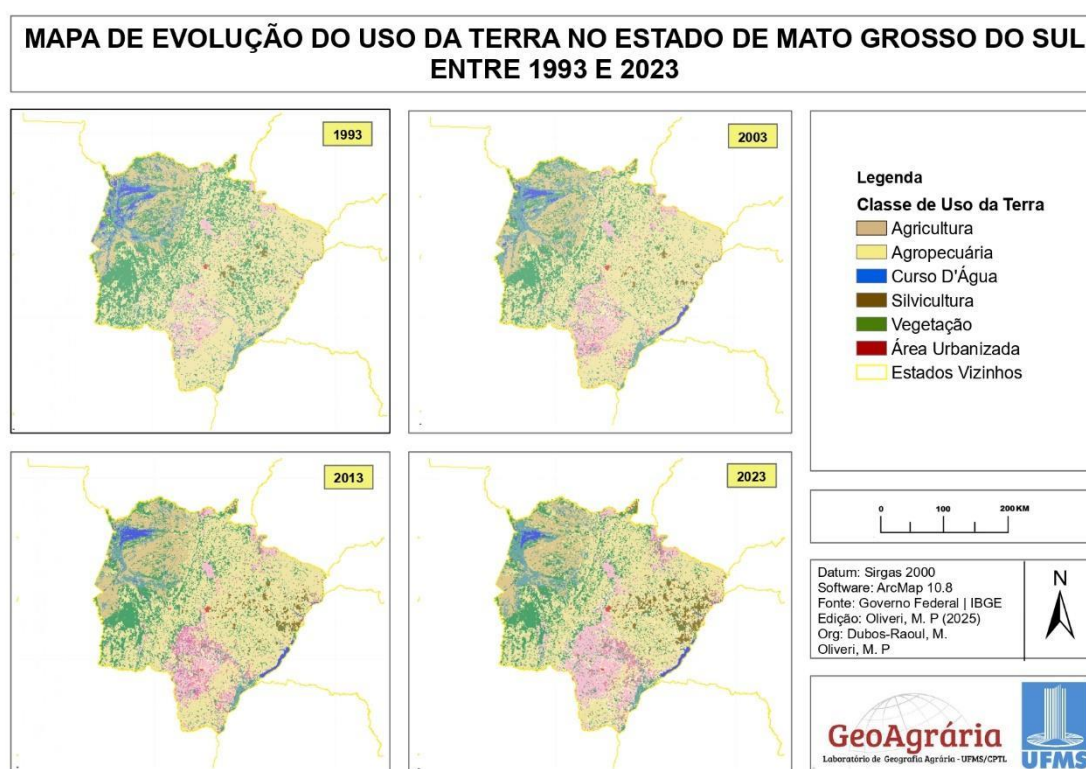
Enquanto isso, programas de apoio à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enfrentam sérias dificuldades financeiras e falta de execução eficaz. Almeida (2012) indica que em 2011, a Eldorado Florestal recebeu R\$ 2,7 bilhões do BNDES, em contraste com os R\$ 502,57 milhões do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A baixa alocação de recursos para o PAA e a má aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Três Lagoas e Selvíria/MS refletem uma crise na política de apoio à agricultura familiar. Atualmente, essa

realidade não se alterou tanto, e os setores do agronegócio seguem sendo os mais beneficiados financeiramente.

Nota-se, a partir das reflexões de Almeida (2012), que há uma priorização do plantio de eucalipto em detrimento de outros usos da terra e destaca-se que a situação dos camponeses é agravada pela falta de recursos e suporte para a agricultura familiar. O modelo atual favorece as grandes empresas e prejudica as pequenas propriedades e a agricultura familiar.

A imagem a seguir demonstra a evolução do uso da terra no estado de Mato Grosso do Sul, evidenciando um avanço significativo da silvicultura entre 1993 a 2023.

Mapa 7: Evolução do uso da terra no estado de MS entre 1993 e 2023.



Fonte: MapBiomias. Edição: Oliveri (2025).

Apesar da estrutura fundiária concentrada do Mato Grosso do Sul não ser um fato novo, agora o latifúndio conta com uma face mais moderna e com discursos de sustentabilidade, diante do atual cenário de crise climática e ambiental, no qual as empresas devem “prestar contas” a respeito dos impactos ambientais que suas atividades industriais causam. Logo, o discurso de sustentabilidade é o mais preferido pelas empresas de celulose que estão territorializadas, sobretudo, no Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul, ocupando vastas extensões de terras com o monocultivo de eucalipto. Por tratar-se de monocultivo de árvores fica mais fácil se apropriar do discurso de sustentabilidade, podendo confundir as pessoas ao pregar o discurso do

reflorestamento, ao se afirmar que por serem árvores estariam mais ajudando o meio ambiente do que prejudicando. Assim, “o discurso de sustentabilidade das papeleiras de que “Só é bom para nós se for bom para o mundo” se beneficia de um paradoxo no Bolsão, aqui o mundo é o latifúndio” (Almeida, 2024, p.2314).

Desconsiderando os impactos ambientais da monocultura de eucalipto, o (atual) governo Lula, ainda que mais democrático e mais consciente das questões socioespaciais do que os governos anteriores, no ano de 2024 retira a exigência de licenciamento para o plantio de eucalipto, por considerar uma atividade de baixo impacto. De acordo com o diário oficial, instituiu-se a Lei Nº 14.876, DE 31 DE MAIO DE 2024.

Altera a descrição do Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. (Brasil, 2024)²⁹.

Oliveira (2001) faz um levantamento de dados, no qual identificou, até o período em que escreve sua obra, que 32 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha da miséria, expondo a realidade de uma sociedade inserida em um capitalismo pautado numa lógica contraditória, uma vez que concentra a terra, ao mesmo tempo em que empurra cada vez mais a população para áreas urbanas, gerando cada vez mais pobres e miseráveis, já que ter uma boa parte da população do campo, além de garantir a própria alimentação deles, pode garantir a da população urbana, e ainda que isso não aconteça, só pelo fato dos camponeses produzirem para autoconsumo já auxilia o meio urbano ao não consumir os alimentos do “estoque” da cidade. Logo, em teoria, teria mais alimentos disponíveis para a cidade. O fato é que quanto mais camponeses no campo, mais garantia de segurança alimentar no país. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a agricultura familiar no Brasil é responsável por grande parte da produção dos alimentos básicos consumidos no país, como mandioca, feijão, milho, leite, carne suína e de aves, sendo elemento central na garantia da segurança alimentar.

A agricultura familiar tem desempenhado um papel fundamental no combate à pobreza. Isso se verifica especialmente na produção de alimentos saudáveis e a preços baixos para a população. No contexto do aumento e da diversificação da demanda familiar por alimentos – amparada por políticas públicas de transferência de renda e geração de emprego e renda – a agricultura familiar desempenha um papel estratégico no controle de preços e na oferta de alimentos. No Brasil, a agricultura familiar é parte importante da produção de alimentos:

²⁹ BRASIL. **Lei nº 14.876, de 28 de maio de 2024**. Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para dispor sobre o reconhecimento da identidade e da função social da agricultura familiar. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 163, n. 102, p. 1, 29 maio de 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14876-31-maio-2024-795710-publicacaooriginal-171943-pl.html>. Acesso em: 8 abril de 2024.

87% da produção de mandioca; 70% do feijão; 46% do milho; 38% do café; 34% do arroz; 58% do leite; 59% dos suínos; e 50% das aves, são devidas à agricultura familiar, segundo dados do Censo Agropecuário 2006/IBGE. Avanços recentes foram concretizados pelo Estado brasileiro com a ação de formulação e implementação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar – construídas em parceria com a sociedade civil. Atualmente, o Brasil tem atuado em diversas frentes com um conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)³⁰.

Todo esse processo de impactos socioambientais afeta de forma ativa e profunda o campo. A falta de estrutura e de direitos básicos, como acesso à educação, saúde, transporte e políticas públicas que considerem as especificidades do modo de vida camponês, compromete diretamente a permanência das novas gerações nas comunidades rurais. Muitos filhos de camponeses deixam de encontrar condições objetivas, e, por vezes, subjetivas, para se manterem no campo, migrando para as cidades em busca de trabalho, estudo e lazer, ou mesmo sendo incorporados como força de trabalho precarizada nas agroindústrias que, anteriormente, contribuíram para a expulsão de suas famílias.

Mesmo diante dessas adversidades, os camponeses, sobretudo no Bolsao, resistem. Neste sentido, o próximo capítulo irá se debruçar nas práticas de resistência dos camponeses.

³⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Family farming in Brazil*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/countries/bra/en/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

5 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA NO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE: ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA, RECRIAÇÃO E HORIZONTES AGROECOLÓGICOS

“Onde estiver, seja lá como for, tenha fé, porque até no lixo nasce flor”

(Racionais MC’S, 1997).



No chão coberto por folhas secas do P.A Pontal do Faia, uma pequena flor amarela brota solitária, rompendo o tom monótono com sua cor viva e inesperada. Foi nesse instante, ao registrar essa imagem, que emergiu em mim o sentido metafórico de resistência que atravessa este capítulo. A flor frágil, mas firme, brotando vida sob folhas já mortas, como o camponês que persiste no território apesar das ausências do Estado, das pressões do capital e das marcas da desigualdade. A frase “onde estiver, seja lá como for, tenha fé, porque até no lixão nasce flor”, de S MC’s, mesmo fora do contexto rural, ecoa como expressão do sentimento de esperança teimosa que marca a luta camponesa. A imagem e a citação se entrelaçam poeticamente com a permanência no campo, traduzindo o que os dados por si só não seriam capazes de expressar, qual seja, a vida que brota mesmo onde tudo ao redor parece estar secando. A permanência das famílias camponesas no campo, no atual contexto de avanço da monocultura e da concentração fundiária, não pode ser compreendida como simples continuidade de um modo de vida, mas como expressão concreta de resistência, aliás, de persistência.

No território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, onde os projetos do agronegócio têm avançado sobre áreas antes ocupadas por pequenos agricultores, a resistência se materializa em práticas cotidianas que reinventam a permanência e reconfiguram o pertencimento ao lugar, a partir de estratégias criativas de recriação. Mesmo diante das pressões econômicas, ambientais e sociais, que empurram a população rural para a cidade, muitos sujeitos insistem em permanecer, recriar e afirmar outras formas de viver e produzir no campo, que não seguem a lógica do lucro.

As formas de resistência observadas na região não se expressam, em sua maioria, por meio de ações coletivas articuladas por movimentos sociais organizados. Ao contrário, se manifestam no cotidiano das famílias que buscam garantir sua reprodução social combinando diferentes estratégias, como o trabalho fora do lote, a realização de atividades turísticas, a produção agroecológica, a comercialização por redes digitais e a valorização de práticas solidárias e comunitárias. Essas experiências mostram que resistir não é apenas enfrentar diretamente o capital através de embates expressivos, ainda que esses sejam muito significativos e importantes, mas também recriar possibilidades de vida diante das condições impostas. Embora o campesinato encontrado aqui não seja, expressivamente, um grande produtor de alimentos para além do autoconsumo, eles se mantêm sustentados na economia familiar.

Este capítulo busca compreender essas formas de resistência e recriação camponesa em sua complexidade, destacando como a permanência no campo se constrói por meio de escolhas estratégicas, negociações e práticas produtivas que afirmam o direito de existir e produzir no território. Com base nos trabalhos de campo e nas falas dos entrevistados, o objetivo é evidenciar

que, mesmo diante de um cenário desfavorável, o campesinato resiste, se recria e reafirma sua presença na paisagem agrária do Bolsão.

Dito isso, além dos impactos socioambientais que os camponeses vêm enfrentando, há dois desafios importantes de serem trazidos aqui antes de se pensar nas práticas de resistência, sendo os desafios geracionais que dificultam a permanência dos jovens no campo e deixa dúvidas sobre o futuro do campesinato e os problemas de gênero.

5.1 A saída dos jovens do campo

Os impactos socioambientais provocados pela monocultura de eucalipto no território do Bolsão sul-mato-grossense não incidem apenas sobre os recursos naturais e as formas produtivas, mas comprometem também a continuidade social do modo de vida camponês. Entre os efeitos mais significativos desse processo está o agravamento da crise geracional no campo, manifestada na saída dos jovens, no envelhecimento da população rural e na ruptura dos laços de pertencimento. No entanto, é importante destacar que essa problemática não se origina exclusivamente da expansão do monocultivo. A dificuldade de permanência da juventude rural é uma questão estrutural, relacionada à precariedade histórica das condições de vida no campo, à ausência de políticas públicas voltadas à sucessão e ao estímulo da permanência e à desvalorização objetiva e subjetiva do rural. A monocultura, nesse contexto, intensifica tendências já existentes, agravando a marginalização dos jovens e estreitando ainda mais as possibilidades de reprodução social do campesinato.

Essas dinâmicas, embora observáveis em estudos acadêmicos e dados estatísticos, também se expressam nas narrativas daqueles que vivenciam diretamente as transformações no território. O relato de uma assentada do P.A 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas/MS, ilustra concretamente esse cenário de esvaziamento geracional e de perda de vitalidade nas comunidades rurais. Ao ser questionada sobre a permanência de jovens no campo, uma das entrevistadas do P.A 20 de Março, afirmou que há pouquíssimos jovens residindo na comunidade. Segundo ela, a maioria dos assentados encontra-se na faixa etária acima dos 50 anos, o que tem contribuído para o êxodo rural, uma vez que muitos não conseguem mais cuidar sozinhos de seus lotes. Diante disso, perguntamos o porquê desta desistência dos filhos em permanecer na terra na região. Em resposta, relatou:

Eu vou te dizer o que os meus me dizem. Os meus falam para mim que não adianta ficar tomando sol nas costas e não ter nenhum reconhecimento financeiro. Entendeu? Já eu, particularmente, discordo. Eu acho que é uma coisa de paixão,

é o que você gosta. Eu nasci na roça, eu gosto da roça (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025).

A fala da camponesa expressa com nitidez a contradição vivida no interior da organização social camponesa sob a pressão das dinâmicas do capital no campo. Ao relatar que seus filhos não desejam permanecer no lote por não vislumbrar retorno financeiro, ela evidencia os limites concretos impostos à reprodução social das famílias camponesas, limites esses que não derivam de uma recusa subjetiva dos jovens, mas da precarização estrutural das condições de vida e trabalho no campo. O desencanto da juventude com a terra não é espontâneo, mas forjado por um processo histórico de desvalorização da agricultura familiar, desmonte de políticas públicas, ausência de acesso a mercados justos e invisibilização da importância social do modo de vida camponês. Ainda assim, a entrevistada contrapõe a esse movimento com uma leitura afetiva e identitária do seu pertencimento à terra, revelando que apesar do esvaziamento econômico persiste no campo uma racionalidade camponesa que valoriza a vida no campo para além da lógica do lucro.

A análise da permanência ou do afastamento dos jovens do meio rural esbarra, inicialmente, em uma dificuldade conceitual, pois a própria noção de juventude é multifacetada. No contexto camponês essa complexidade se acentua já que os jovens vivenciam simultaneamente processos de trabalho, socialização e construção identitária marcados por contradições estruturais. Nesse sentido, torna-se importante reconhecer que há obstáculos teóricos e metodológicos para delimitar e compreender essa categoria social.

Entende-se que a categoria jovem seja uma das mais complexas de definir entre as faixas etárias e momentos de vida humana. Isto por que se supõe que seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável. De acordo com Stropassolas (2002, p. 131), “abordar teoricamente a juventude representa um desafio, na medida em que considera-se esta categoria como sociologicamente problemática”. Além disso, afirma-se que a juventude representa uma categoria de análise ainda em construção. (Kummer e Colognese, 2013).

A compreensão da juventude como categoria social atravessada por múltiplas dimensões é fundamental para a análise das dinâmicas rurais. Kummer e Colognese (2013) destacam que essa fase da vida não pode ser reduzida a uma simples faixa etária, pois envolve um conjunto de transformações de ordem biológica, cognitiva, psicológica, social e cultural, assim destacam a importância de uma abordagem mais ampla ao conceituar a juventude rural, argumentando que a rigidez das faixas etárias tradicionais pode limitar a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas vivenciadas por esses jovens.

Kummer e Colognese (2013) ressaltam que a juventude rural deve ser compreendida como uma categoria social com identidade própria, construída a partir da participação em unidades familiares de produção agrícola. O simples fato de residir no meio rural ou pertencer a uma determinada faixa etária não é suficiente para definir esse jovem. A condição de juventude está vinculada à vivência cotidiana na unidade produtiva, onde o espaço de trabalho e o espaço de vida se confundem. A transição para a vida adulta nesses contextos ocorre com a constituição de uma nova unidade produtiva, geralmente mediada pelo casamento, sendo o jovem do sexo masculino reconhecido como futuro agricultor a partir da divisão social do trabalho, onde a esposa deve cumprir um papel fundamental. Essa trajetória, ainda segundo os autores, reforça uma forma de inserção produtiva em que o jovem é parte da unidade, mas com pouco protagonismo decisório, e muitas vezes sem remuneração, algo que também se observa nas trajetórias das mulheres.

A análise de Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) demonstra que o problema geracional no campo brasileiro não pode ser dissociado das heranças históricas de expropriação e da reprodução de uma estrutura agrária concentrada, agora aprofundada pelas alianças entre Estado, mídia e grandes conglomerados agroindustriais. Para os autores o êxodo juvenil não decorre apenas de uma visão de que a cidade oferece mais oportunidades, mas sobretudo de uma realidade material que inviabiliza a permanência digna do jovem no campo, seja pela falta de políticas públicas específicas, seja pela invisibilidade social a que são relegados. Nesse sentido os jovens rurais enfrentam não apenas a ausência de infraestrutura, mas também o bloqueio de acesso a instrumentos básicos de cidadania, o que faz da migração uma estratégia quase forçada diante de condições precárias de vida.

Os debates sobre juventude rural, conforme apontado por Kummer e Colognese (2013), giram em torno de dois polos principais: a saída dos jovens do campo, associada à migração e ao êxodo rural, e sua permanência, ligada aos processos de sucessão e à reprodução da agricultura familiar. A tendência predominante segundo os autores é a migração associada à ausência de perspectivas concretas para a juventude no meio rural. Essa situação gera um ciclo negativo em que a invisibilidade social da juventude e sua saída do campo se reforçam mutuamente, retirando dos jovens a possibilidade de projetar um futuro viável no espaço rural. Mesmo sendo uma categoria demográfica significativa, os jovens rurais enfrentam dificuldades para se afirmarem como sujeitos autônomos em seus territórios, dado que suas decisões muitas vezes estão condicionadas às expectativas familiares e às limitações estruturais do meio onde vivem.

Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) destacam que a base familiar da agricultura camponesa, marcada por forte herança patriarcal, cria um paradoxo para os jovens trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que herdamos saberes, práticas produtivas e organização comunitária,

permanece subordinados a uma estrutura que limita sua autonomia. É nesse contexto que muitos jovens veem o trabalho externo, inclusive em usinas canavieiras (monocultura foco analisada pelos autores), como alternativa para conquistar renda própria, ainda que isso signifique intensificar jornadas ou buscar ocupações fora do lote. Assim, a saída do campo não se explica apenas pelo “fascínio” urbano, mas também pela busca por autonomia e ruptura com o controle familiar, reafirmando a força das dinâmicas patriarcais como obstáculo à permanência.

Embora o estudo de Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) concentre sua leitura sobre o setor canavieiro, sua interpretação ajuda a compreender dinâmicas semelhantes em outras monoculturas, como o eucalipto, particularmente na região do Bolsão sul-mato-grossense. O incentivo de empresas à formação técnica voltada exclusivamente para atender às demandas da agroindústria reforça o deslocamento dos jovens da agricultura camponesa para circuitos controlados pelo capital. Essa estratégia, segundo os autores, consolida uma narrativa de desinteresse da juventude pela agricultura familiar e legitima a retirada de apoio do Estado à pequena produção, agravando a dependência local de grandes empreendimentos e aprofundando o esvaziamento geracional no campo.

Outro ponto central destacado por Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) é a construção de uma narrativa ideológica que associa o campo à imagem de atraso, em contraposição à cidade, vista como espaço de oportunidades e progresso. Para os autores, essa representação é sistematicamente reforçada por interesses do capital, que não apenas atraem jovens para as usinas e outras atividades agroindustriais, mas também alimentam o discurso de que não há sentido em manter políticas públicas voltadas à agricultura camponesa, uma vez que a juventude supostamente já não deseja permanecer no meio rural. Essa lógica fragiliza a luta pela terra e pela Reforma Agrária e legitima o avanço de projetos de grande escala, que frequentemente se apoiam em monoculturas e concentração fundiária (Oliveira, Rabello e Feliciano, 2014) como se observa, por exemplo, no avanço do eucalipto na área foco desta pesquisa.

A ideia comum dos jovens de deixarem o campo em busca de melhores condições de vida é na realidade uma construção ilusória. Embora a cidade seja vista como um espaço cheio de oportunidades, essa percepção não reflete necessariamente a realidade enfrentada por esses jovens, que frequentemente encontram dificuldades de adaptação e podem sofrer preconceitos devido à sua origem rural, logo, a saída do campo não garante a melhoria nas condições de vida como se costuma imaginar (Oliveira, Rabello e Feliciano, 2014).

Esse movimento de saída dos jovens do campo não é exclusivo do Brasil. Shanin (2008), ao analisar o contexto russo, observa que muitas vilas foram abandonadas, restando apenas mulheres idosas, em razão das dificuldades com a agricultura e da precariedade local. No entanto,

após o colapso da União Soviética, parte da população jovem que havia migrado começou a retornar, diante das barreiras encontradas nas cidades, como o alto custo de vida e a falta de acolhimento. Esse exemplo evidencia que o ideal urbano como sinônimo de melhoria nem sempre se confirma, sendo a permanência ou o retorno ao campo uma estratégia possível mesmo em contextos adversos. Embora não seja motivo de análise nesta pesquisa, importante registrar que o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, na década de 1980, insere-se nesta complexa trama de um movimento que lutou na cidade para conquistar terra no campo, uma mobilização fortemente marcada por sujeitos que migraram do campo.

Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) indicam que essa ilusão serve a interesses ideológicos ligados ao capital, especialmente ao setor da agroindústria. Assim, por meio da valorização da vida urbana e da promoção do trabalho na indústria, o capital busca não apenas atrair mão de obra jovem para as atividades agroindustriais, mas também justificar a falta de políticas públicas para o meio rural. Dessa forma, os autores analisam que o discurso sobre o desinteresse dos jovens em permanecer no campo funciona como um argumento para a retirada do apoio estatal aos agricultores familiares. Porém, ainda que não tantas jovens que já estão na terra querendo permanecer, se o acesso a terra fosse mais igualitário, talvez a situação fosse diferente, com mais jovens querendo viver e trabalhar na terra.

Os autores também ressaltam que o capital utiliza estratégias educacionais para consolidar essa dinâmica, investindo em cursos de formação voltados exclusivamente para as demandas da agroindústria e que essa capacitação direcionada limita as opções dos jovens a um único setor produtivo, restringindo suas possibilidades de diversificação profissional e perpetuando sua inserção em condições laborais específicas e muitas vezes precárias.

Os discursos gerais mostram que os motivos pelos quais os jovens anseiam por sair do campo se voltam para melhoria nas condições de vida. Porém, nos questionamos se existe mesmo melhoria nas condições de vida destes jovens quando saem do lote. O que notamos, na verdade, é uma ilusão. A vida na cidade é sempre apresentada com a melhor opção. Isso está atrelado com a premissa de que o campo é arcaico ou atrasado, e que na cidade encontramos muitas oportunidades e facilidades. [...] Entendemos ainda que essa ilusão criada para os jovens do campo é um artifício ideológico engendrado pelo capital com duas finalidades básicas. Primeiro, para atrair estes jovens para o trabalho nas atividades da agroindústria canavieira, pois, o capital canavieiro se apresenta muitas vezes como a única forma do jovem ter emprego morando no campo. Segundo, para fortalecer a ideia de que não existe mais interesse desses jovens em continuar no campo não tendo porquê receber o apoio do poder público para os camponeses, pois se esses jovens saem não haverá mais quem fique no campo nas próximas gerações (Oliveira, Rabello e Feliciano, 2014, p.141 e 142).

Os mesmos autores também ressaltam a importância de enfrentar o déficit estrutural de políticas voltadas à juventude rural, destacando que não basta redistribuir a terra se não houver condições reais para o jovem trabalhar, estudar, acessar cultura, saúde e lazer em sua comunidade. Para eles, o problema geracional no campo se entrelaça à ausência de mecanismos de inclusão e permanência, agravada pelas relações patriarcais que ainda delimitam o lugar dos jovens dentro da estrutura familiar. Nesse contexto, destaca-se o papel dos movimentos sociais, como o MST, que buscam construir uma consciência coletiva sobre a função do jovem na comunidade e na sociedade mais ampla, fomentando ações que rompam o ciclo de invisibilidade e dependência frente ao capital (Oliveira, Rabello e Feliciano, 2014).

Apesar de a pesquisa de Abramovay et al. (1998) ter sido desenvolvida no município de Saudades, em Santa Catarina, os elementos analisados pelos autores podem dialogar com a realidade da área foco desta pesquisa, qual seja, o território rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, especialmente em Selvíria e Três Lagoas, uma vez que as tensões em torno da sucessão profissional no campo, da permanência dos jovens e da reprodução social da agricultura familiar não se restringem ao contexto sulista. Ao contrário, manifestam-se em diversas regiões do país, com variações conforme as dinâmicas territoriais e econômicas locais. A análise dos autores revela que a sucessão no meio rural envolve muito mais do que a transmissão de bens, trata-se da continuidade de um modo de vida enraizado na unidade entre família e produção. A perda dessa unidade, resultado da crescente ruptura entre os projetos dos jovens e as condições estruturais oferecidas pelas unidades produtivas, acentua os riscos de esvaziamento social do campo.

No recorte apresentado por Abramovay et al. (1998), os autores destacam um processo de envelhecimento da população rural associado a uma masculinização da juventude que permanece no campo. As jovens, em especial, são as primeiras a deixar o meio rural, não por encontrarem melhores oportunidades nas cidades, mas por ocuparem um lugar historicamente subalterno dentro das famílias agrícolas. Tal desigualdade de gênero se revela como um dos principais fatores do êxodo juvenil, escancarando o limite das estruturas familiares tradicionais em responder aos anseios das novas gerações. Mesmo diante do prolongamento da convivência intergeracional, em virtude do aumento da expectativa de vida, as formas de organização do poder familiar se mantêm, restringindo a autonomia e a capacidade de decisão dos filhos e filhas.

Segundo Shanin (2008), a migração dos jovens para a cidade não ocorre apenas por razões econômicas ou pelo desejo de aliviar o trabalho físico. Muitos buscam a vivência urbana por motivações culturais e subjetivas, como o entretenimento, a dinâmica social e a promessa de uma vida mais estimulante. Assim, a saída do campo não pode ser explicada unicamente por fatores estruturais. O autor também destaca que o trabalho camponês varia conforme a cultura, o tipo de

agricultura e o clima, sendo visto por alguns como gratificante e, por outros, como penoso. Por isso a migração deve ser compreendida como parte da liberdade de escolha dos sujeitos, e sua decisão, seja de permanecer no campo ou de buscar a cidade, deve ser respeitada como expressão legítima de autonomia.

As discussões de Kummer e Colognese (2013) evidenciam os efeitos da desigualdade de gênero nos projetos de vida da juventude rural. Segundo os autores, as moças tendem a sair do campo em maior número, em razão da desvalorização do trabalho feminino e da percepção, por parte da família, de que não são elas as sucessoras naturais das unidades produtivas. Em muitos casos, suas tarefas são vistas como ajuda e não como produção, o que reforça sua invisibilidade. As atividades que desempenham, ligadas ao cuidado e à organização doméstica, são menos reconhecidas e contribuem para uma dupla subordinação, tanto pela idade quanto pelo gênero. Essa situação contribui para sua migração em busca de alternativas de estudo e trabalho nas cidades. Os rapazes, por outro lado, acompanham o pai nas atividades consideradas produtivas e, eventualmente, recebem algum tipo de recompensa ou incentivo, que pode ter caráter pedagógico, preparando-os para a futura condução da unidade agrícola. No entanto, mesmo nesse caso, as decisões são centralizadas nos pais, e o reconhecimento como agricultor está vinculado ao domínio prático das tarefas agrícolas, e não à idade.

Quando se trata do movimento do êxodo da juventude rural outro fator latente é a perspectiva de gênero referente aos diferentes espaços de sociabilidade ocupados entre os jovens os rapazes e as moças. Invariavelmente são as moças que deixam o meio rural em maior número. De acordo com Brumer (2007) isto decorre, em grande medida, pela desvalorização das atividades femininas no espaço rural, pela “invisibilidade de seu trabalho”. Ou como acrescenta Weisheimer (2007), por que culturalmente entende-se que as moças (mulheres) não trabalham (produzem), apenas ajudam (2007, p. 243). Stropassolas, referindo-se a estudo da CEPAL de 1996 afiança que o campo é, de fato, um local mais atraente para os rapazes, devido, entre outros fatores, a possibilidade de sucessão na atividade (Kummer e Colognese, 2013, p.212).

No contexto da agricultura familiar, Oliveira, Rabello e Feliciano (2014) chamam atenção para o fato de que o êxodo juvenil não se explica apenas por fatores externos, como a concentração de terras ou a ausência de políticas públicas, mas também por dinâmicas internas às famílias camponesas. De acordo com a análise dos autores, compreende-se que a estrutura patriarcal ainda dominante no meio rural faz com que o pai, ou o homem mais velho, concentre decisões, recursos e o controle sobre o trabalho coletivo, deixando aos jovens pouca voz nas decisões sobre o lote. Essa realidade limita a autonomia dos filhos que, muitas vezes, mesmo trabalhando intensamente, não conseguem direcionar os frutos do trabalho para projetos pessoais. Assim a saída do lote passa a ser não apenas uma estratégia de busca por renda própria, mas também uma tentativa de romper

com essa hierarquia e conquistar autonomia frente à tradição patriarcal ainda forte no campo. Nessa perspectiva, os autores afirmam:

A falta de acesso à terra não é o único elemento que contribui para a saída dos jovens do campo. A falta de voz em relação à tomada de decisões e participação nos lotes da família tem se mostrado como um elemento intrínseco a essa decisão de abandonar o campo. E isso é algo que os Movimentos Sociais estão trabalhando para desconstruir, visto que, estas relações patriarcais podem influenciar na permanência do jovem no campo. Vemos assim, que sair do lote se torna uma alternativa que o jovem encontra para ter renda própria, pois, longe dos pais e do trabalho familiar a renda gerada através do seu trabalho é dele mesmo, e também sair do lote significa também a tentativa de se desprender do patriarcalismo na busca por autonomia (Oliveira, Rabello e Feliciano, 2014, p. 149).

Abramovay et al. (1998) chamam atenção para a mudança de perspectiva entre gerações. Enquanto no passado a profissão de agricultor era assumida quase como um imperativo moral, articulada à chamada ética da continuidade, hoje ela surge como uma entre várias possibilidades, e muitas vezes uma escolha inviável diante das limitações econômicas e da rigidez nas relações familiares. Os jovens passam a considerar a migração como estratégia legítima de vida, sobretudo quando as propriedades familiares não oferecem espaço para seu protagonismo (Abramovay et al., 1998). Nas regiões do Bolsão sul-mato-grossense, onde o avanço da monocultura reduz as possibilidades de acesso à terra, esse impasse tende a se aprofundar. A ausência de políticas efetivas que assegurem crédito, formação técnica e fortalecimento das organizações sociais compromete não apenas o futuro da juventude, mas a própria continuidade do modo de vida camponês.

Além das questões ligadas à sucessão, à desigualdade de gênero e ao envelhecimento, Abramovay et al. (1998), enfatizam um aspecto frequentemente negligenciado nas análises sobre a juventude rural, o papel estratégico da educação na permanência dos jovens no campo. Para os autores, ao contrário da visão recorrente de que o acesso à escolarização impulsiona o êxodo rural, a pesquisa proposta por eles revela que há uma consciência crescente, entre os jovens, de que a educação é condição necessária ao exercício qualificado da atividade agrícola. Essa constatação desconstrói a ideia de que apenas os filhos com menor grau de instrução permanecem na agricultura, evidenciando que o desejo de continuidade no campo não está necessariamente vinculado à falta de opções, mas à ausência de políticas e estruturas que valorizem a formação técnica e o protagonismo juvenil.

Nesse sentido, experiências como a pedagogia da alternância surgem como alternativas promissoras para a construção de projetos de vida rural viáveis (Abramovay et al., 1998). No

contexto do Bolsão, onde a concentração fundiária, o avanço da monocultura e a precarização dos serviços públicos impõem limites severos à educação do campo, a valorização da formação institucional técnica e política das juventudes camponesas pode representar um caminho para a permanência, desde que acompanhada de políticas públicas integradas que articulem geração, gênero e sucessão com acesso à terra e apoio à produção familiar.

Abramovay et al. (1998) também indicam que o problema sucessório ultrapassa os limites do âmbito privado e se apresenta como questão estrutural para o desenvolvimento rural. O campo, alertam, corre o risco de tornar-se um espaço de aposentados e de propriedades improdutivas, não pela ausência de sujeitos dispostos a nele permanecer, mas pela ausência de condições concretas que viabilizem essa permanência. O desejo de muitos jovens em realizar seus projetos de vida no campo esbarra na precariedade material e simbólica das unidades produtivas. Essa percepção é especialmente pertinente para pensar o futuro das comunidades camponesas do Bolsão, cujas condições de reprodução social se deterioram diante do avanço do capital, da negação de políticas públicas e da invisibilidade das demandas da juventude contemporânea.

Retomar o debate sobre a sucessão rural como pauta estratégica é fundamental para reconstruir os laços entre as gerações e projetar um caminho de futuro possível para o território camponês. A fala da entrevistada a seguir evidencia o problema geracional no campo, ao relatar que muitos camponeses se viram obrigados a abandonar seus lotes devido à idade avançada e à consequente incapacidade de manter as atividades agrícolas:

Muitos desistiram pela idade, porque não tem como fazer o serviço mais do sítio, né? Lidar com o sítio. Então, acabaram tendo que ir embora para a cidade, né? (Trecho de Entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, 2025).

Em um processo semelhante, durante o trabalho de campo realizado no P.A Pontal do Faia, em 2025, contei com a valiosa companhia do autor, pesquisador, agente da CPT e militante, Mieceslau Kudlavicz, bem como de um colega do Laboratório de Geografia Agrária. De forma triste e impactante, em uma das entrevistas com uma moradora residente há mais de dez anos no assentamento, a entrevistada e o Mieceslau foram conversando sobre a presença de diversos lotes vazios ou abandonados, que ele foi percebendo ao longo do caminho e no qual recordava, devido aos seus anos de atuação no assentamento, de quem eram os lotes, e assim questionava o motivo dessa situação. Ao longo da conversa, ela explicou que muitos dos moradores citados, infelizmente, haviam falecido, sobretudo por problemas decorrentes da idade e que, em vários desses casos, seus filhos não permaneceram, nem assumiram a sucessão dos lotes, levando ao abandono do lote ou colocando o lote à venda. Em alguns casos, quando um integrante do casal falece, o outro se muda para a cidade, colocando à venda ou abandonando o lote.

Considero demasiadamente sensível reproduzir integralmente as falas que mencionam as mortes, sobretudo por envolverem descrições e informações pessoais sobre os falecidos e as causas de seus falecimentos. No entanto, é pertinente registrar que em determinado momento da entrevista, Mieceslau Kudlavicz comenta com a entrevistada: “Eu tô querendo entender por que o pessoal vai abandonando os lotes também, né? Mas uma grande parte que eu tô vendo aqui são questões de doença, ou porque um morreu, outra não tem mais força para trabalhar.” A entrevistada, confirma: “Sim, a maioria é isso, a maioria é isso...” (entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2025).

Esse embate entre gerações, portanto, deve ser lido como expressão concreta das contradições pelas quais o capital tenta romper os elos de continuidade camponesa, convertendo território de vida em espaço de expulsão silenciosa. Para além disso, em nossos trabalhos de campo, observamos que as vezes os próprios camponeses, ao enxergarem sua realidade difícil para a agricultura familiar e exitosa para o agronegócio, não querem que seus filhos permaneçam trabalhando na agricultura camponesa, e é comum muitos dizerem que não querem essa vida para seus filhos, pois querem que estudem e sigam em outra profissão, o que, consequentemente, reflete no pensamento dos filhos. Ao associar o trabalho do campo a um trabalho arcaico e penoso, é cada vez mais comum que os jovens busquem se formar para trabalhar fora do lote em busca de melhores qualidades de vida, e isso impacta diretamente em um dos pilares do modo de vida camponês, que é o trabalho familiar, como nos ensina Shanin:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é a mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso de trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveria de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (Shanin, 2008, p.27).

Diante dessas contradições do trabalho no campo, misto de esperança e desesperança, aqueles camponeses que se mantém no campo sobrevivem pautados na resistência, na luta pela terra e na luta para se manter na terra, no entanto esses problemas desestabilizam o futuro da agricultura familiar acarretando uma série de consequências. Em nossos trabalhos de campo realizados em assentamentos e comunidades rurais no Território Rural do Bolsão, por exemplo, ao observarmos, conversarmos e entrevistarmos os camponeses, percebemos uma dinâmica entre esse fato e as agroindústrias instaladas, a exemplo da Eldorado e Suzano, onde boa parte dos jovens do campo e demais camponeses acaba indo trabalhar para as agroindústrias de celulose, muitas vezes

como forma de contribuir com a renda familiar (e não necessariamente de ir embora), ou, então, direciona suas produções de hortifrutis para o consumo alimentício da própria empresa.

5.2 -Gênero e Subordinação: os efeitos da lógica patriarcal no campesinato

O papel social da mulher tem sido, ao longo da história, marcado por uma complexa combinação de atribuições simbólicas, práticas culturais e relações de poder, que estruturam a desigualdade de gênero como um dos pilares das formações socioespaciais e hierarquizam as posições sociais pautadas em uma divisão de sexos. Essa desigualdade não é natural, tampouco universal, ela é historicamente construída e territorialmente situada. Em diversas sociedades, a feminilidade foi associada à domesticidade, ao cuidado e à dependência, enquanto os espaços de produção, decisão e poder foram culturalmente atribuídos ao masculino. Essa construção foi sendo reafirmada por sistemas econômicos, religiosos e jurídicos, que reforçaram uma ordem hierárquica entre os sexos. No entanto, tais padrões de gênero assumem contornos específicos a depender do contexto histórico e do modo de produção dominante, sendo profundamente reconfigurados com a ascensão do capitalismo.

A construção do conhecimento geográfico por muito tempo silenciou sujeitos e grupos sociais, como observa Silva (2009), ao apontar que essas ausências derivam de uma forma hegemônica de fazer Geografia, centrada em perspectivas que excluem gênero, raça e classe como categorias centrais. Um dos caminhos críticos que provocaram essa ruptura foi apontado pelas mulheres negras, ao denunciarem o protagonismo branco nos estudos e nas lutas políticas, inclusive dentro do próprio feminismo.

Essa crítica se insere no escopo das geografias feministas (Silva, 2009), que demonstram como as experiências de gênero são vividas e espacializadas, defendendo que o espaço é constituído por relações sociais e, portanto, também por desigualdades de gênero. Como destaca Silva (2009), o espaço está imbricado nas performances cotidianas dos sujeitos, e por isso, estudar gênero é também estudar Geografia. Para a autora, é importante a pluralidade ao se referenciar as geografias feministas, uma vez que há muito a ser estudado.

A sociedade capitalista, estruturada a partir da lógica do lucro, se reorganiza continuamente para manter sua hegemonia, valendo-se de hierarquias entre classe, gênero e raça, por isso é importante. Embora o patriarcado anteceda o capitalismo, este reforçou e ressignificou a dominação masculina. Como argumenta Harari (2017, p. 10 e 11), “mesmo antes de 1492, a maior parte das sociedades tanto das Américas quanto da África e da Ásia eram patriarcais”, o que indica

um padrão de dominação consolidado quase que globalmente, mesmo sem contato direto entre tais culturas.

A construção social do gênero tem como base a divisão sexual do trabalho e a normatização dos corpos. Para Santos e Izumino (2005), gênero é uma relação historicamente construída entre homens e mulheres. Butler (1990 apud Silva, 2009) acrescenta que essa construção se dá pela “estilização do corpo”, criando a ilusão da permanência do ser sexuado.

A reflexão de Bourdieu (2020) evidencia como a naturalização das diferenças de gênero é resultado de um processo social profundamente enraizado, e não de fundamentos biológicos. Ao mostrar que os “gêneros” são produtos de um longo trabalho de socialização, o autor desmonta a ideia de que a divisão entre masculino e feminino é natural ou inevitável. Pelo contrário, trata-se de uma construção histórica que se impõe como verdade e influencia até mesmo a produção científica, ao moldar percepções e categorias de análise. Essa inversão entre causa e efeito é central para compreendermos como o patriarcado se mantém, ele transforma em essência aquilo que é, de fato, construção. Tais mecanismos, incidem sobre a vida das mulheres tanto no urbano, quanto no campo, onde as representações sociais de gênero tendem a moldar o papel feminino nas atividades produtivas e nos espaços de decisão, muitas vezes restringindo sua visibilidade e autonomia.

Essas naturalizações sustentam as desigualdades. A punição social a quem rompe com os padrões de gênero demonstra como essas normas operam de forma disciplinadora. Para além do gênero, é necessário reconhecer também o recorte racial: como observa Oliveri (2022), no Brasil, a feminilidade é associada à mulher branca, enquanto a mulher negra é marcada por estereótipos de força e hipersexualização, heranças da escravidão e da divisão racial do trabalho. Nesse cenário, a corporeidade se apresenta como ferramenta analítica relevante para a Geografia, ao permitir compreender os corpos como entidades dinâmicas, que habitam múltiplas geografias. Como argumenta Oliveri (2022), os corpos, por serem mutáveis e não estáticos, expressam as contradições e resistências frente às normas impostas pelo sistema patriarcal capitalista.

O conceito de gênero, conforme trabalhado por Jalil (2013), permite compreender e reforçar que as desigualdades de gênero não são naturais, mas socialmente construídas, legitimadas por instituições como a família, o Estado e os sindicatos. Jalil (2013) reforça que é essa construção simbólica que define os papéis sociais e políticos atribuídos aos sujeitos, o que contribui para a desvalorização dos saberes, das práticas e da presença das mulheres no campo. O patriarcado, enquanto lógica estruturante, sustenta essa divisão sexual do trabalho e impede que as mulheres tenham acesso pleno à terra, aos recursos econômicos e às políticas públicas. Para a autora, mesmo em contextos em que herdaram a terra, o comando da produção frequentemente é exercido por seus

maridos, o que demonstra como a titularidade formal não garante, necessariamente, o poder de decisão.

É nesse contexto que se insere a análise de Borzone (2018), ao evidenciar que a condição das mulheres no campo brasileiro atual não pode ser compreendida sem considerar os efeitos de longa duração das transformações trazidas pelo sistema capitalista. Para a autora, as relações de gênero no meio rural não são meramente resquícios de uma tradição imutável, mas sim expressões atualizadas de um patriarcado articulado com a lógica capitalista de exploração e subordinação. Assim, torna-se necessário compreender os processos históricos que estruturaram o lugar social da mulher camponesa, tanto em sua invisibilidade quanto em sua resistência. A partir dessa perspectiva, a discussão segue com a análise do impacto do capitalismo na divisão sexual do trabalho e na organização da vida no campo, processo que fundou novas formas de hierarquização entre homens e mulheres e que, ainda hoje, sustenta desigualdades profundas.

A transição do feudalismo ao capitalismo não apenas alterou a organização produtiva das sociedades, como redefiniu profundamente as relações de gênero. A divisão sexual do trabalho, embora preexistente ao capitalismo, foi reorganizada de forma a instituir uma hierarquia social que confinou as mulheres ao espaço doméstico e desvalorizou sua força de trabalho. Borzone (2018) destaca que com a separação entre o local produtivo e o espaço da reprodução social, consolidou-se a ideia de que apenas o trabalho masculino mereceria remuneração, enquanto o trabalho feminino, relegado ao lar, seria naturalizado como função intrínseca ao sexo feminino, assim essa cisão acentuou a dependência das mulheres em relação aos homens, especialmente no novo arranjo da família mononuclear, no qual elas se responsabilizavam pela gestação, criação e preparação dos filhos e filhas, conforme a lógica binária do mundo do trabalho para os meninos e do mundo do lar para as meninas.

No Brasil, a divisão sexual do trabalho estabeleceu que as mulheres, sobretudo as brancas, deveriam permanecer no espaço doméstico, cuidando da casa e dos filhos, enquanto os homens assumiam o papel de provedores, reforçando uma lógica capitalista e patriarcal. Já as mulheres negras, historicamente escravizadas, sempre exerceram atividades laborais, muitas vezes em jornadas mais exaustivas que os próprios homens, uma vez que desempenhavam diversas funções, tanto no trabalho braçal, quanto na limpeza da casa e no cuidado dos filhos dos senhores. Conforme analisa Silva (2007), essa hierarquia gerou desigualdades econômicas profundas, com muitas mulheres tornando-se financeiramente dependentes e, que além disso, as atividades associadas ao feminino foram socialmente desvalorizadas, mesmo quando remuneradas, o que contribuiu para a feminização da pobreza e manteve as mulheres em uma posição estruturalmente inferior no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo em que as mulheres, como evidenciado até aqui, tendem a sair do campo por essas questões, é justamente a feminilização da pobreza que pode ser fator de resistência das mulheres no campo, uma vez que no campo a alimentação dos filhos é garantida quando se produz o próprio alimento. Mesmo com essa tendência apresentada que as mulheres, sobretudo jovens, saiam do campo, nota-se pelos trabalhos do campo que, em sua maioria, são elas que resistem, mesmo quando os maridos não estão mais presentes e que persistem no lote quando os maridos precisam sair para trabalhar para manter a renda. Talvez, exista aí, um paradoxo, já que há muitos impasses para as mulheres se manterem no campo, mas há também a possibilidade de “fugir” da pobreza urbana socialmente imposta a elas. Mas, infelizmente, esse não é um fato que pode ser melhor explorado no âmbito desse trabalho, o que indica a necessidade de que a pesquisa, até aqui, não estará acabada ao final desta dissertação, mas sim, em processo contínuo.

Oliveri (2022) observa que, ao se estabelecer a permanência das mulheres no espaço doméstico, cuidando da casa e dos filhos, criou-se uma condição funcional ao sistema capitalista, permitindo que os homens saíssem para vender sua força de trabalho e sustentar a economia, mas, no entanto, com o avanço do modo de vida urbano capitalista e sua lógica voltada ao lucro, surge uma contradição, o mesmo sistema que naturalizou a presença feminina no lar passou a demandar que essas mulheres também participassem do mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

Nesse contexto, o capitalismo não apenas consolidou a subordinação feminina como articulou relações complexas entre gênero e classe. Borzone (2018) afirma que mulheres pobres, além de desempenharem funções reprodutivas em suas casas, também se viram obrigadas a prestar serviços domésticos às elites, ampliando a exploração de sua força de trabalho em duplo sentido. Para a autora, essa sobreposição de opressões evidencia que não se trata de substituir a luta de classes pela de gênero, mas de compreender que ambas estão entrelaçadas, e que a dominação masculina no âmbito da família e da produção é constitutiva do desenvolvimento capitalista.

A análise proposta por Jalil (2013) evidencia que, no meio rural brasileiro, a divisão sexual do trabalho constitui uma das bases materiais e simbólicas da desigualdade de gênero. Os espaços domésticos e de reprodução da vida são tradicionalmente atribuídos às mulheres, enquanto os homens se ocupam das atividades de maior visibilidade e reconhecimento social, como o trabalho na lavoura voltado à comercialização, a participação em cooperativas, o acesso a financiamentos e a inserção política comunitária. A autora analisa como essa divisão não apenas define tarefas distintas, mas estrutura a hierarquia entre elas: o trabalho masculino é considerado produtivo e valorizado; o trabalho feminino, classificado como “leve” ou “auxiliar”, é invisibilizado e desvalorizado, ainda que vital para a sustentabilidade da unidade produtiva familiar. Tal lógica

não se limita ao cotidiano da produção, mas organiza os sentidos que atribuímos ao trabalho, à política e à própria noção de sujeito no campo.

No que se refere à distinção entre os espaços sociais ocupados pelos sujeitos, o que se percebe é a reafirmação da dicotomia público–privado nos espaços de sociabilidade e de produção. Dessa forma, na casa, os espaços são divididos de acordo com o sexo, refletindo a lógica simbólica das relações sociais de gênero. A casa e o quintal se tornam espaços femininos. Na propriedade rural, o trabalho do homem está ligado à produção, e o da mulher, à reprodução ou subsistência. A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, assumindo e reproduzindo o papel de “chefe da família”. (Jalil, 2013, p.51).

Em relação a isso, uma de nossas entrevistadas do P.A Pontal do Faia, relata a história de sua vizinha de lote, que cuida de sua sogra e de uma tia, as duas com Alzheimer, além de ter cuidado dos filhos a vida inteira, e do próprio marido, ao afirmar que, apesar dela ter marido, ela faz tudo em casa sozinha e que o “marido, pelo amor de Deus, só respira porque ela fala pra ele que tem que respirar” (trecho de entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2025). A entrevistada segue afirmando que:

Eram dois filhos crescendo, uma delas com problemas no coração, então as vezes ela tá aqui mas tem que correr pra Barretos pra levar a filha dela que tem 20 e poucos anos, quando ela tava com a irmã dela viva, com câncer, era ela que levava pra Barretos e trazia, chegava aqui cansada, virava a noite cansada de dirigir, pra fazer queijo nozinho, todos os dias e na época ela era presidente da associação. Ela é f***, e você olha pra ela, ela não reclama, sempre rindo, não reclama de nada. São mulheres... são feitos de mulheres muito fortes, que as vezes aparece um homem, a figura masculina, porque é ele que tá lá na labuta, no sol, mas ninguém sabe o que a mulher tá fazendo ali dentro da casa, quando o homem precisa de ajuda, ele não pede pro vizinho, ele pede pra mulher, quando a mulher precisa de ajuda, ela olha e fala “meu deus, é eu e eu”, ela pede pra Deus. Aqui, se você for ver a história de cada uma, é impressionante, da vida dela na época que tinha filhos pequenos, quando veio pra cá principalmente, aqui são feitos de mulheres extraordinárias, elas não fazem o básico, elas fazem além do extraordinário, e são mulheres instruídas, que querem aprender, podem até não usar, mas fazem todos os cursos aqui. (Trecho de entrevista cedida para a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2025).

A fala da entrevistada do P.A Pontal do Faia exemplifica, de modo contundente, o que Jalil (2013) analisa ao evidenciar que a divisão sexual do trabalho no meio rural brasileiro estrutura a desigualdade de gênero, pois a mulher permanece como principal responsável pela reprodução da vida, arcando sozinha com tarefas de cuidado, produção de subsistência e, muitas vezes, com funções de liderança invisibilizadas. O relato demonstra como o trabalho feminino, vital para a sustentabilidade da unidade produtiva, é naturalizado como “básico”, ao passo que o trabalho masculino, restrito à esfera visível da produção e da comercialização, é reconhecido socialmente

como produtivo e de maior valor. Quando ela diz que o marido “só respira porque ela fala pra ele que tem que respirar” ilustra a carga física, emocional e psicológica que recai sobre essas mulheres, ao colocá-las enquanto responsável por todas as vidas que estão na casa, a dela mesma, dos filhos, das pessoas em situação de vulnerabilidade que precisam de cuidado, e do próprio marido. Cuja força extraordinária, apesar de exaltada na oralidade, segue desconsiderada na sociedade e na política do espaço rural e é, na verdade, sobrecarga. Assim, o trecho reafirma que a casa, o quintal e o trabalho de cuidado seguem constituindo espaços femininos de exploração, estruturados pela lógica patriarcal, que determina funções, lugares e sentidos de pertencimento, enquanto sustenta a centralidade do homem como sujeito legítimo da esfera pública e produtiva no campo.

Jalil (2013) mostra que a lógica patriarcal opera como um princípio organizador das práticas sociais e institucionais, condicionando não apenas a divisão de tarefas, mas também os acessos à terra, à renda e ao reconhecimento legal. A autora evidencia que o acesso das mulheres à propriedade da terra ocorre, majoritariamente, de forma indireta, por meio do casamento, da ausência de herdeiros homens, ou em situações específicas de cuidado com os pais idosos. Mesmo nesses casos, a autora reflete que a autonomia da mulher é frequentemente anulada, já que a figura do marido segue sendo identificada como o responsável pela produção. Isso revela um modelo de organização fundado na ideia de que a mulher é coadjuvante no processo produtivo, mesmo quando exerce atividades centrais à reprodução da vida e ao sustento da família. Tal configuração reforça, de forma dialética, as hierarquias de poder e de valor entre os sexos, produzindo efeitos concretos de subalternidade econômica e política.

Segundo Borzone (2018) a consolidação do sistema burguês, a partir das revoluções ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, acentuou ainda mais esse processo. A autora ressalta que tanto a Revolução Francesa, com a ascensão dos ideais liberais e da burguesia, quanto a Revolução Industrial, com a reestruturação produtiva e a subordinação do campo à cidade, reorganizaram os espaços e os papéis sociais de forma a favorecer a expansão capitalista, subordinando os territórios rurais à lógica industrial e mercantil urbana. Nesse cenário, o campo deixa de ser autônomo e passa a ser funcional às necessidades do capital urbano-industrial, processo que também atinge a organização das agriculturas locais e reforça a desvalorização do trabalho feminino no meio rural (Borzone, 2018).

Embora esses eventos históricos sejam distantes no tempo das mulheres camponesas contemporâneas, Borzone (2018) os reconhece como o pano de fundo que sustenta a estrutura patriarcal capitalista atual, determinante para o lugar social da mulher enquanto trabalhadora invisibilizada e subordinada no campo. Esse processo contribuiu para que, mesmo nas famílias camponesas, se cristalizasse um modelo de organização em que o “mundo de dentro”, o doméstico,

o reprodutivo, fosse atribuído às mulheres, enquanto o “mundo de fora”, o político, o produtivo, permanecesse sob domínio masculino.

Segundo Woortmann e Woortmann (1997), os homens, no modelo familiar camponês, cuidam do lado mais externo do sítio: lidam com os animais maiores (bois e cavalos), com as tarefas de desbravar os perigos do mato para desenvolver espaços de roçado, e também atuam no meio político/econômico, nas relações com os mercados e instituições: o mundo de fora. As mulheres, nesse modelo, se responsabilizam pelo mundo de dentro: os serviços domésticos, o cuidado com animais menores e com o entorno da casa (horta, plantas medicinais), a alimentação da família, o cuidado com as crianças, com o conforto do marido e das outras pessoas da casa. (Borzzone, 2018, p.46).

Jalil (2013) chama atenção para a forma como essas desigualdades de gênero se incorporam na subjetividade das mulheres rurais. Ao descrever o "habitus feminino no rural", Jalil (2013) argumenta que esse modo de ser e de viver é fruto de um arbítrio cultural reproduzido coletivamente pelas comunidades. Assim, para a autora as práticas como o cuidado com a casa, os filhos, os quintais e os pequenos animais deixam de ser vistas como construções sociais e passam a ser naturalizadas como traços do feminino, o que impede o reconhecimento político e econômico dessas atividades. Esse processo de naturalização é particularmente eficiente porque se materializa em costumes, valores e discursos que moldam as expectativas de comportamento e atribuem significados às ações de mulheres e homens. Desse modo, compreende-se por base nas análises da autora, que a desigualdade não apenas se reproduz nas estruturas materiais da terra e do trabalho, mas também nas formas pelas quais os sujeitos se percebem e se posicionam no mundo social.

Partimos da idéia de que ser mulher rural guarda uma especificidade construída dentro de um conjunto de combinações precisas, ganhando legitimidade no “fazer” social, mas que é fruto de ações individuais, reconhecidas e aceitas pelo grupo ao qual essas mulheres pertencem. Esse “fazer” se reafirma constantemente em práticas e costumes que são engendrados pelo grupo como “naturais”, uma consequência da manutenção de costumes e tradições, que são resguardados e reproduzidos “no” e “pelo” grupo, para quem estes costumes ou habitus fazem sentido, incorporados como discursos, além do ato da fala, mas aqui vistos como uma linguagem que externa pensamentos e valores, que se traduz em ações individuais e coletivas. (Jalil, 2013, p.48).

A lógica da invisibilização do trabalho feminino se reproduz de maneira marcante no espaço camponês. Segundo Borzzone (2018), mesmo nas famílias que permanecem na terra e resistem à lógica capitalista por meio de estratégias próprias, nota-se a reprodução de relações patriarcais, nas quais o trabalho das mulheres é compreendido como ajuda, e não como contribuição autônoma. Isso revela uma hierarquia persistente, mesmo quando realizam atividades ditas masculinas, como o cultivo da terra ou o trato com animais, suas ações não são reconhecidas

como plenamente produtivas, mas como apoio ao homem. Considerando as análises da autora, compreende-se que tal construção social reforça um modelo em que o espaço doméstico permanece quase exclusivamente feminino, enquanto o espaço público e produtivo continua sendo prioritariamente masculino.

Outro ponto crucial destacado por Jalil (2013) diz respeito à ausência histórica das mulheres nas estatísticas e nos registros oficiais, o que reforça sua invisibilidade social. A falta de documentação básica, como CPF, registro de nascimento ou carteira de identidade, impede o acesso a políticas públicas e programas de apoio ao trabalhador rural, configurando uma exclusão estrutural e institucional. Essa realidade é agravada pela ausência de remuneração própria e de bens em nome das mulheres, o que as torna mais vulneráveis, sobretudo em contextos de envelhecimento ou viuvez. A autora indica que sem renda e sem acesso à terra, muitas mulheres enfrentam condições precárias de sobrevivência, mesmo tendo contribuído significativamente para o trabalho produtivo ao longo da vida. Essa constatação é fundamental para compreender o caráter estrutural da desigualdade de gênero no campo, que atravessa tanto a esfera privada quanto a esfera pública, da casa à política.

Jalil (2013) também explicita como essas desigualdades não são meramente frutos da tradição ou da cultura, mas se reproduzem por meio das instituições formais. Ao analisar a atuação de sindicatos, associações e órgãos estatais, Jalil (2013) mostra que, mesmo quando as mulheres conquistam espaços nesses ambientes, suas pautas ainda são tratadas como secundárias. Para a autora, a luta pelo reconhecimento do trabalho feminino no campo e pelos direitos previdenciários e trabalhistas é atravessada por barreiras simbólicas e estruturais, que retardam a efetivação de uma cidadania plena. É nesse cenário que a participação das mulheres em movimentos sociais ganha centralidade, pois ao romper com a lógica da invisibilidade e se organizar como sujeito coletivo, as camponesas questionam não apenas sua posição na família e na produção, mas também a própria forma de fazer política. Ainda assim, mesmo com os avanços das últimas décadas, Jalil (2013) ressalta que os desafios permanecem intensos, o que exige estratégias que articulem simultaneamente os espaços domésticos e públicos.

A partir da obra de Jalil (2013), é possível desenvolver uma reflexão crítica e articulada sobre as desigualdades de gênero no meio rural, evidenciando tanto os processos históricos que mantêm a subalternização das mulheres camponesas quanto os caminhos que elas vêm construindo para sua afirmação como sujeitos políticos, o que torna evidente como as mulheres resistem no campo. Jalil (2013) também aponta que, com a redemocratização do Brasil e a Constituinte de 1988, diversos movimentos sociais ganharam força e visibilidade, entre eles o movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Esse momento histórico marca a entrada mais efetiva de questões

como gênero, raça e geração no debate político, rompendo com a invisibilização estrutural que historicamente marcou a atuação das mulheres no campo.

No entanto, Jalil (2013) indica que o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais foi lento e exigiu uma ação política sistemática por parte delas. A criação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, apenas em 1995, revela o quanto as estruturas sindicais e institucionais demoraram a reconhecer o trabalho das mulheres como central para o funcionamento da unidade produtiva familiar. A autora demonstra que essa invisibilidade se ancora justamente na lógica patriarcal que atribui às mulheres funções ligadas à reprodução, ao cuidado e ao espaço doméstico, fazendo com que suas práticas cotidianas, embora fundamentais, sejam desvalorizadas social e economicamente.

A autora ainda destaca que a participação das mulheres nos espaços públicos de decisão, como movimentos sociais, conselhos e sindicatos, representa uma importante forma de ruptura com a lógica de exclusão. Ao se organizarem coletivamente, essas mulheres passam a questionar não apenas sua ausência histórica das decisões políticas, mas também o próprio modelo de desenvolvimento rural que reforça desigualdades de gênero. Nesse sentido, Jalil (2013) observa que a luta das mulheres camponesas não é apenas uma pauta específica, mas parte de um movimento mais amplo de transformação das relações de poder no campo.

Ainda assim, o caminho percorrido é marcado por tensões e desafios. O tripé que estrutura a agricultura familiar, de acordo com Jalil (2013), família, produção e trabalho, coloca as mulheres em uma posição contraditória, são fundamentais para a manutenção da unidade produtiva, mas subordinadas nas decisões, invisibilizadas nas estatísticas e excluídas do reconhecimento legal.

Mesmo no momento em que os membros da família precisam fragmentar-se para garantir a sobrevivência, geralmente é o homem quem migra para o trabalho assalariado, enquanto a mulher permanece no lote, assumindo sua direção. Esse movimento revela o papel central da mulher na manutenção do modo de vida camponês, na persistência desse modo de vida, embora ainda marcado pela sobrecarga das múltiplas jornadas e pelo pouco reconhecimento externo (Borzzone, 2018, p.52-53). Além disso, quando os homens realizam tarefas domésticas, essas ações costumam ser vistas como uma ajuda à mulher, e não como uma responsabilidade compartilhada de cuidar do lar, que também lhes pertence. Um dos depoimentos colhidos durante o trabalho de campo no assentamento 20 de Março, contribui para aprofundar a compreensão das dinâmicas de gênero no interior das famílias camponesas.

Enquanto mulher, agricultura cultura familiar, ela iniciou pela mulher, né? Que o marido saía para trabalhar e ela plantava em volta mais perto para conseguir tratar dos filhos, né? Então, é, eu acho que isso tá no DNA da gente, é o cuidar das coisas, né? E o saber que você precisa se alimentar. Então, o serviço às vezes nem

é triplo, ele até passa disso, mas é muito gratificante você poder plantar e colher, sabe? Então, eu acho que isso é uma coisa muito boa. Então, é, pra a gente conseguir se manter aqui, o marido sai, vai trabalhar fora, a gente fica com todos os seus serviços, às vezes dá conta de uns, outros não. Mas cada um vai se virando como pode, né? A gente tira um leite, faz um queijo. Eu, por exemplo, faço um requeijão que todo mundo ama. Então a gente procura estar sempre fazendo aí essa logística, né? Para compensar, né? Para conseguir sobreviver aqui, e o marido sai para trabalhar e às vezes ajuda em casa (Trecho de Entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, 2025).

Borzzone (2018) indica que apenas a partir da década de 1980, emergem no campo brasileiro formas organizativas específicas das mulheres, revelando o avanço da consciência de gênero no interior da luta camponesa. Borzzone (2018) destaca que, embora as mulheres sempre tenham participado das lutas pela terra, foi a exclusão da esfera sindical que as motivou a criar o Movimento de Mulheres Agricultoras, atual Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), para disputar seus próprios espaços de fala e de decisão. A autora aponta que, amparadas por instituições como a CPT e inspiradas pela Teologia da Libertação, essas mulheres passaram a problematizar sua condição dentro da família, dos movimentos sociais e da sociedade.

Esse processo culminou em avanços significativos, tanto simbólicos quanto concretos. Um marco importante foi a publicação da cartilha do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, em 1998, que orienta a construção de novas relações de gênero nos assentamentos, propondo ações como creches, refeitórios coletivos, educação política e estímulo à liderança feminina (Borzzone, 2018). Tais iniciativas revelam que, para além da crítica, há uma proposta pedagógica e política concreta que visa transformar a estrutura patriarcal no campo desde a base.

A institucionalização de direitos também acompanha esse processo. Segundo Borzzone (2018), com a portaria nº 981 de 2003, o reconhecimento da mulher como titular legítima da terra passou a ser obrigatório nos casos de casamento ou união estável, e essa conquista simboliza uma mudança de paradigma, até então, os nomes das mulheres sequer figuravam nos documentos do INCRA. Embora não represente o fim das desigualdades, esse avanço legal fortalece o protagonismo feminino nas disputas por território, configurando o corpo feminino como forma de representação política em disputa, assim como a própria terra camponesa, e assim, é uma das formas de resistência e de recriação camponesa.

A análise de Borzzone (2018) revela que o território não se limita à dimensão geográfica ou fundiária, ele também se inscreve nos corpos das mulheres. O corpo feminino é um campo de disputa, marcado por múltiplos poderes e violências, que limitam o pleno exercício da autonomia, inclusive no que se refere aos direitos reprodutivos. Ao mesmo tempo, a autora aponta que há uma reconfiguração em curso.

Borzone (2018) identifica brechas e mudanças, especialmente entre gerações, em que a participação das mulheres nas decisões familiares tem aumentado, e há casos de camponesas que assumem integralmente a administração da produção, mesmo enfrentando resistência de vizinhos e de instituições que reproduzem o machismo de forma institucionalizada. Essa violência simbólica reforça a fragilidade do reconhecimento do trabalho feminino, ainda que as mulheres demonstrem plena capacidade de conduzir seus lotes e gerir recursos familiares com autonomia e visão de futuro, priorizando, muitas vezes, a melhoria das condições de vida dos filhos, mais do que o acúmulo de capital.

As mulheres têm ocupado espaços antes negados, redefinindo os limites dos papéis sociais no campo. Nas experiências analisadas pela autora, observa-se uma maior permeabilidade entre os espaços do feminino e do masculino, com mulheres liderando lotes, administrando recursos e participando das decisões coletivas. Como afirma Borzone (2018), a resistência feminina não se resume à reação, mas assume caráter propositivo, transformador, reconstruindo práticas e imaginários no interior do campesinato.

No trabalho de campo feito no Assentamento Pontal do Faia, esse fato foi percebido, uma vez que de três associações do assentamento, duas têm mulheres à frente das associações. Mesmo na associação em que há um homem na direção, há uma mulher como tesoureira, que atua tendo muitas responsabilidades na associação. Em uma das entrevistas realizadas no assentamento, a entrevistada esteve, em certos momentos, acompanhada por seu marido e, também, em dado momento, chegou uma amiga, vizinha de lote, que acabou participando da entrevista, mesmo que de forma mais indireta, uma vez que também é assentada. Em vários momentos ela revelava, com orgulho, o quanto sua amiga era uma mulher forte e trabalhadora, que criou três filhos sozinha, ao mesmo tempo em que cuidava do lote, inclusive, carpindo lote com uma criança no colo.

Como experiência concreta, e como sopro de esperança, durante minha viagem a convite da CPT, ao evento realizado no Piauí, no município de Gilbués, na comunidade tradicional Melancias, tive o prazer de coordenar, junto a uma colega da CPT, a oficina “Mulheres e geração de renda”, em 2024. A atividade contou com a participação de 34 mulheres, entre elas camponesas, indígenas, quilombolas, pesquisadoras, militantes e professoras. Levamos também dois relatos de camponesas do Mato Grosso do Sul, que participaram conosco como convidadas, agentes da CPT/MS e camponesas assentadas, para iniciar o debate com suas experiências individuais enquanto mulheres no campo.

A primeira a compartilhar sua vivência destacou a importância de programas como o PAA e o PNAE, além da criação de uma associação, como fundamentais para a geração de renda. Contudo, por exigirem grande dedicação, ela não consegue participar da feira de hortifrúti em seu

município. Sua principal produção é a de banana, que representa a maior fonte de renda de sua família, mas também cultiva hortaliças, frutas e desenvolve sistemas agroflorestais. Segundo ela, o plantio de bananas foi iniciado de forma autônoma, sem o apoio do marido, que não acreditava na viabilidade da proposta e se recusou a ajudar ou investir. Apenas quando os resultados começaram a aparecer é que ele passou a se envolver na produção, que hoje é a principal fonte de renda do lote da família.

A segunda camponesa também enfatizou a importância de projetos e associações em sua trajetória. Buscando ter uma renda própria, pensou também na produção de banana como carro chefe, mas enfrentou a mesma ausência de apoio do marido. Ainda assim, iniciou sozinha a criação de uma associação, majoritariamente composta por mulheres do assentamento onde vive. Atualmente, essa associação mantém uma expressiva produção de goiaba e banana, e desenvolve um projeto que visa adquirir uma despolpadeira para transformar a produção e evitar desperdícios, com o objetivo de estruturar uma casa de polpas.

Em ambos os relatos, fica evidente que a escolha da cultura principal, seja a banana, seja a goiaba, foi iniciativa das próprias mulheres, idealizada e estruturada por elas. Geralmente, os maridos apenas se envolveram quando perceberam que a atividade seria lucrativa, mas não participaram do planejamento ou acreditaram nas ideias desde o início, revelando um padrão de descrédito e de desvalorização das propostas formuladas por elas.

A partir desses relatos e das falas compartilhadas na roda de conversa, foi possível perceber que as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no campo incluem: a burocracia dos programas governamentais, especialmente pela complexidade dos editais; a carência de formação e capacitação; a falta de apoio dos maridos; as jornadas exaustivas com o trabalho no lote e os cuidados com a casa e os filhos; a ausência de assistência técnica; e o fato de que as legislações vigentes não contemplam as especificidades locais.

Diante da desvalorização histórica do trabalho doméstico e feminino, das hierarquias de gênero ainda vigentes nas relações familiares camponesas e das múltiplas jornadas impostas às mulheres do campo, é recorrente o cansaço, muitas vezes silencioso, escondido através de sorrisos, dessas mulheres, perceptível tanto nas minhas vivências pessoais e no cotidiano, enquanto mulher, mãe e pesquisadora, quanto nas experiências de campo. Mesmo sem ser explicitado em todas as entrevistas, esse esgotamento revela-se nos gestos e até nas palavras contidas e, às vezes, na naturalização do problema, uma vez que a hierarquia de gênero, ainda que socialmente imposta, passou a ser tida como naturalizada, os papéis e diferenciações de gênero são definidos já ao nascer, e muitas mulheres nem sequer enxergam essa problemática, justamente por acharem que é algo natural, ou que é apenas a ordem das coisas.

Soma-se a isso um dado já levantado nas análises bibliográficas: as mulheres jovens, diante desse contexto desigual e pouco atrativo, têm deixado o campo com mais frequência que os homens, comprometendo a continuidade da lógica de trabalho familiar, um dos pilares da reprodução e da autonomia camponesa. Porém, contraditoriamente, também são as mulheres que buscam inúmeras formas de se recriarem no campo.

Durante uma entrevista realizada no assentamento Canoas, em Selvíria, foi possível observar diretamente essa tensão, uma vez que a esposa do entrevistado esteve presente durante a entrevista. Tanto nessa entrevista, como em inúmeras outras, foram as mulheres que nos ofereceram comida, água, suco, café, até almoço, e que se preocuparam, no geral, com o bem estar dos pesquisadores no início e no decorrer das entrevistas. Nessa entrevista, especificamente, ao ser questionado sobre os motivos para continuar resistindo no campo, mesmo frente às dificuldades impostas pelo avanço da monocultura de eucalipto e pela negligência do poder público, o entrevistado afirmou: “é o amor pela terra”. No entanto, a fala foi interrompida por sua esposa, que, até então, havia se mantido calada durante quase toda a entrevista. A esposa, responsável pelos afazeres domésticos, pela horta e outros cuidados do lote e pelo cuidado diário com a neta do casal, que mora com eles, compartilhou:

Eu já tenho um outro ponto de vista, não sei até quando a gente vai suportar essa situação, se não mudar, se não tiver uma melhora. Eu particularmente, me sinto cansada, e às vezes não vejo uma saída bacana pra gente. Ainda mais aqui nesse lugar onde a gente mora, o acesso daqui até no asfalto é difícil. Pertence a um município que não dá um apoio pra gente. Acontece uma coisa, eu fico doente, minha neta fica doente, algo muito urgente, a gente corre para a Inocência (MS) porque é o lugar mais perto. Minha neta caiu na escola, desmaiou, me chamaram para pegar na escola, eu corri para Inocência. Nossa é cansativo. Eu não sei até quando a gente vai aguentar. (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Canoas, 2024).

A fala da entrevistada traz à tona um aspecto fundamental da reprodução social camponesa, o papel invisibilizado e sobrecarregado da mulher. Seu depoimento não apenas expressa exaustão física e emocional, mas também revela uma profunda inquietação diante da ausência de apoio estatal e das condições precárias que atravessam a vida no campo, especialmente no que diz respeito ao acesso à saúde e à mobilidade. A preocupação com o bem-estar da neta é central em sua fala, uma dimensão do cuidado que não foi mencionada em momento algum por seu companheiro, nosso entrevistado. Isso evidencia, mais uma vez, a responsabilização quase exclusiva da mulher pelo cuidado com a família, essa que é uma das bases do campesinato, sobretudo no território do Bolsão, que se mostra nos trabalhos de campo, se manter sobretudo pautado na base familiar, muito mais do que na comercialização das produções, é campesinato que

se mantém pautado na economia familiar, essa que parece ser muitas vezes “sustentada” (não economicamente) pela mulher.

Em contrapartida, em outro momento da entrevista, a mulher revelou que ainda permanece no lote porque, se sair, seu marido à deixará, pois ele não quer sair do lote. Tal afirmação levanta um debate crucial sobre a permanência camponesa: é necessário resistir, mas a que custo? A permanência na terra deve ser um projeto coletivo e satisfatório para todos os membros da família, não uma imposição sustentada por dinâmicas de poder assimétricas. Quando a permanência se transforma em sacrifício, especialmente de quem já carrega o peso da sobrecarga de trabalho, há indícios de uma hierarquia de gênero que ainda estrutura, de forma sutil ou explícita, as relações de poder no interior das famílias camponesas. A luta pela terra não pode se dissociar da luta por relações mais justas dentro do próprio território.

Shanin (2008), ao refletir sobre o contexto russo, observa que a decisão de migrar para a cidade muitas vezes está relacionada a dinâmicas familiares e de gênero. Em suas pesquisas, identificou que, embora muitos homens apreciassem a vida no campo e a autonomia do trabalho rural, a sobrecarga enfrentada pelas mulheres nas vilas, marcada por tarefas incessantes como cuidados com os filhos, manutenção da horta, coleta de lenha e afazeres domésticos, levava muitas delas a pressionarem pela mudança. Isso revela que as motivações para deixar o campo não são apenas individuais ou econômicas, mas atravessadas por relações de gênero e diferentes percepções sobre o trabalho e o bem-estar.

O caso da entrevistada que revela o desejo de sair do campo devido à sobrecarga de trabalho, mas permanece por imposição do marido, apresenta uma dinâmica que, embora distinta, dialoga com observações feitas por Shanin (2008), pois, tanto a entrevista, quanto as análises do autor, revelam que a experiência feminina no campo é marcada por uma carga de trabalho intensa e, muitas vezes, insustentável, que influencia diretamente nas decisões de permanência ou saída do campo. Isso não significa que as mulheres não queiram trabalhar e viver na terra, mas sim que a sobrecarga feminina é maior e, por isso, muitas vezes elas acabam não suportando a situação quando agudizam as contradições do capital, como no caso Bolsão foco desta pesquisa. Em nossas entrevistas verificamos muitas mulheres que gostam de morar no campo e não desejam sair mesmo diante das adversidades, mas não podemos ignorar os problemas de gênero que marcam a permanência no campo, nem desconsiderar seu papel crucial na permanência, nota-se que a permanência camponesa, é em sua essência, um processo contraditório.

Desse modo, a análise de Jalil (2013) permite compreender que a opressão de gênero no meio rural não é apenas um resquício do passado, mas uma lógica ainda operante nas instituições e nas práticas sociais. Ao mesmo tempo, a mobilização e a agência das mulheres camponesas

indicam que é possível tensionar e transformar essas estruturas. Apesar dos inúmeros problemas decorrentes da territorialização do monopólio na região, processo que tende a expulsar os camponeses do campo, e a despeito dos impactos socioambientais, das desigualdades de gênero e das tensões geracionais, observa-se uma expressiva capacidade de resistência camponesa.

Como apontado anteriormente por Shanin (2008), esse grupo social demonstra maior aptidão para enfrentar adversidades do que outros modelos econômicos. Assim, é possível verificar que os camponeses são capazes de se reorganizar, se reestruturar, resistir e re-existir. Com isso, encerra-se este subitem com o entendimento de que, apesar das desigualdades persistentes, a construção de resistências coletivas abre caminhos para uma nova forma de viver, produzir, e resistir no campo, e esse processo se inicia no momento da própria luta para conquista da terra, tema que será aprofundado no sub-item seguinte.

5.3 Ocupar, acampar, assentar: entrar e permanecer na terra como forma de resistência

A ocupação da terra, no contexto da luta camponesa brasileira, deve ser compreendida para além de sua dimensão imediata como gesto de entrada em propriedades ociosas ou concentradas. Ela constitui um processo contínuo de resistência, enraizamento e recriação de um modo de vida que confronta a lógica da mercantilização do território. “Pela não realização da reforma agrária, a ocupação de terra tem se tornado uma importante forma de acesso à terra” (Fernandes, 2001, p.2). Ocupação é também permanência, organização coletiva, produção de vínculos sociais e construção de um espaço de luta política. Ela expressa a negação concreta da expropriação e, simultaneamente, a afirmação de outra racionalidade territorial, orientada pela centralidade do trabalho familiar e pela defesa da terra como bem de uso para reprodução da vida e não para o lucro.

Ao ocupar, os trabalhadores sem-terra territorializam o espaço, e afirmam um projeto político de transformação, cujo sentido ultrapassa a reivindicação fundiária imediata e se inscreve em um longo processo histórico de resistência camponesa no Brasil. Assim, Fernandes (2001, p.6) afirma que “a ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra”:

A ocupação é conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. É um processo socioespacial e político complexo desenvolvido como forma de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e

territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. (Fernandes, 2001, p.3).

A ocupação da terra, tal como analisada por Fernandes (2001), não se restringe a uma ação emergencial ou à simples busca de território cultivável. Trata-se de uma prática que sintetiza a resistência camponesa frente à expropriação estrutural provocada pela expansão do capital. É no gesto de ocupar que os camponeses constroem, ao mesmo tempo, uma crítica concreta à propriedade fundiária capitalista e uma afirmação da terra como meio de vida, ou seja, como base da reprodução do trabalho familiar. Ao territorializar o movimento camponês por meio das ocupações, os sem-terra criam um novo espaço político, onde se processam a organização coletiva, a reinvenção de vínculos comunitários e a criação de novas formas de existência produtiva.

A partir das ideias de Fernandes (2001) compreende-se que no interior dessas práticas, observa-se que a formação do campesinato não decorre apenas de processos de inclusão, mas também da exclusão. A territorialização do capital implica desterritorialização do campesinato, mas também, paradoxalmente, engendra as condições para a sua recriação. A ocupação da terra, nesse sentido, não é apenas uma etapa da luta, mas parte da gênese de um novo campesinato, enraizado na resistência e na invenção política dos trabalhadores do campo.

A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice e versa. Evidente que esses processos não são lineares, tampouco separados e contém a contradição porque na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro. No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar. Da territorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista. Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos e econômicos. Desse modo, destaco alguns que foram condicionantes para a formação da atual questão agrária. (Fernandes, 2001, p.2).

Além de ato político, a ocupação constitui um processo pedagógico. O trabalho de base, as reuniões, os acampamentos e as marchas não apenas mobilizam, mas produzem sujeitos conscientes, forjando identidades políticas por meio da experiência coletiva. Fernandes (2001) destaca que a ocupação é carregada de uma lógica própria, construída na práxis e sustentada pela indignação, pelo desejo de superação da miséria, pela memória social e pelas referências históricas de outras lutas. Logo, “a superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem” (Fernandes, 2001, p.4). A criação de espaços de socialização política, comunicativo, interativo e de luta conforma um campo de formação que vai além da simples reivindicação fundiária, instaurando um tempo-espaço de transformação subjetiva e objetiva da vida camponesa.

Entende-se, por base em Fernandes (2001) que o acampamento, como forma de ocupação, longe de ser um simples ajuntamento precário, se apresenta como a célula inicial da territorialização camponesa. Nele se desenham formas autônomas de organização do trabalho, da educação, da saúde e da reprodução social. Essas estruturas são forjadas coletivamente, a partir das necessidades das famílias acampadas. O próprio desenho dos barracos, a criação de hortas, as escolas improvisadas e os comitês de negociação com o Estado expressam o esforço de construir, desde o início, uma nova territorialidade, ainda que precária e ameaçada por despejos e repressão. Fernandes (2001) evidencia que sem essas experiências não haveria sequer a pressão capaz de gerar os assentamentos, o que revela o papel protagonista dos camponeses na configuração das políticas agrárias.

A partir dessa realidade concreta, Fernandes (20021) argumenta que a atual política de assentamentos no Brasil não pode ser confundida como uma reforma agrária ampla e irrestrita. A substituição da desapropriação por compras de terras e a ausência de penalizações aos latifundiários demonstram o esvaziamento do projeto original. As ações do Estado ocorrem quase sempre em resposta à pressão popular, e não como iniciativa estruturante. Assim, ao se banalizar o conceito de reforma agrária, reduz-se a luta dos sem-terra a uma política compensatória, apagando seu caráter histórico, coletivo e insurgente, assim “a questão agrária no Brasil está longe de ser resolvida, enquanto for tratada como políticas compensatórias” (Fernandes, 2001, p.16).

Em síntese, Fernandes (2001) demonstra que a ocupação da terra é, ao mesmo tempo, ato de resistência e de recriação, assim, “o (re) criar camponês não está guiado apenas pelo acesso à terra, mas também pela busca incessante de nela permanecer” (Silva; Almeida, 2017, p.176). Nesse movimento, os trabalhadores sem-terra afirmam sua condição camponesa, não como um resíduo do passado, mas como um projeto político enraizado no presente. A luta pela terra, marcada pela complexidade dos espaços e tempos da ocupação, revela-se como uma via de recriação do campesinato, diante da violência do capital e da omissão estrutural do Estado. Ao transformar necessidade em ação política e marginalidade em protagonismo, os trabalhadores constroem, na luta, uma territorialidade insurgente que desafia o monopólio da terra e propõe outra racionalidade para o uso do território.

Já o assentamento, de acordo com Figueiredo e Pinto (2014), surge como a resposta institucional do Estado à pressão exercida pelos movimentos sociais e assim difere do acampamento por indicar a conquista formal da terra. Nesse estágio, os sujeitos coletivos, forjados na luta, buscam consolidar relações sociais fundamentadas em valores de igualdade e justiça. Contudo, os autores alertam que idealizar o assentamento, ignorando suas contradições internas, pode mascarar conflitos entre os projetos individuais dos assentados, as lideranças do movimento

e outras forças externas. Para eles, romantizar o assentamento e mascarar as contradições contribui para a alienação dos indivíduos e enfraquece o potencial contestador do movimento social, mostrando que tanto o assentamento quanto o movimento permanecem como espaços de disputa e contradição que não devem ser negados, mas enfrentados criticamente.

Segundo Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004), os assentamentos de reforma agrária no Brasil estruturam-se a partir de uma política específica de crédito operada pelo INCRA, que deveria garantir recursos para a instalação dos lotes, construção de moradias e manutenção familiar no primeiro ano, além de disponibilizar financiamento para custeio e investimento produtivo, com prazos e condições especiais. Apesar das limitações estruturais, os assentados percebem uma melhora em sua qualidade de vida em comparação à situação anterior, indicando que o padrão de vida pré-assentamento era extremamente baixo, refletindo a realidade de exclusão que marca a população rural pobres no país. Para os autores, a criação do assentamento configura-se como uma estratégia de inserção social para grupos historicamente marginalizados. Destaca-se ainda que as áreas desapropriadas para assentamento costumam ser classificadas como improdutivas, seja pela baixa fertilidade do solo, seja pela localização distante dos principais centros comerciais, o que, segundo eles, explica a pouca atratividade econômica dessas terras antes da ocupação.

De acordo com o INCRA (Brasil, 2024), um assentamento de reforma agrária é formado por um conjunto de unidades agrícolas instaladas em um imóvel rural, cada uma destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas para adquirir uma propriedade própria. Essas famílias devem residir e explorar os lotes por meio de atividades produtivas diversas. A quantidade, tamanho e viabilidade econômica dos lotes são definidos por estudos técnicos que consideram a renda potencial, disponibilidade de água e outras condições produtivas. A estrutura dos assentamentos também inclui moradias (em lotes individuais ou agrovilas) e áreas comunitárias para equipamentos coletivos como escolas, unidades de saúde, agroindústrias, igrejas e áreas esportivas, além de áreas destinadas à preservação ambiental, como reserva legal e áreas de proteção permanente. Após a instalação das famílias, o INCRA e instituições parceiras investem em infraestrutura (ou deveriam investir), incluindo demarcação de lotes, construção de habitações, estradas e eletrificação rural (executada por concessionárias).

Além disso, segundo o INCRA os assentados recebem apoio por meio de crédito, como do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assistência técnica, infraestrutura e acesso a políticas públicas municipais, estaduais e federais nas áreas de educação, saúde e mobilidade. Até a emissão do título de domínio, a terra continua sob responsabilidade do

INCRA, o que impede a venda, aluguel ou doação do lote; os assentados pagam pelos lotes e pelos créditos contratados (Brasil, 2024).³¹

Cada lote em assentamento é uma unidade familiar em seu respectivo município e demanda benefícios de todas as esferas de governo, como escolas (municipal e estadual), estradas (federal, estadual e municipal), créditos (federal e estadual), assistência técnica (federal, estadual e municipal), saúde (estadual e municipal) e outros. (Brasil, 2024).

Apesar das informações trazidas pelo site oficial do governo, na seção do INCRA, a narrativa dos assentados nos trabalhos de campo é outra. Nos assentamentos e comunidades rurais analisados, em Três Lagoas e Selvíria, a forma de entrada na terra é variada, nem todos estiverem no acampamento, mas aqueles entrevistados que entraram via ocupação da terra, ou seja, ficaram acampados até a conquista do lote, relatam a precariedade tanto no entrar, quanto no permanecer, uma vez que as políticas de permanência, que são confirmadas no próprio site, como o investimento na construção de habitações e eletricidade, não acontecem de forma plena.

O acesso a água e a energia elétrica figura entre as carências mais significativas apontadas nas entrevistas, revelando situações de precariedade que persistem nos assentamentos. Para muitos entrevistados, a chegada da eletricidade é um fato recente, o que evidencia um cenário inaceitável, sobretudo considerando o contexto contemporâneo, em que a energia elétrica é um recurso indispensável não apenas para o conforto, mas para a viabilização de atividades produtivas, educação, comunicação e melhoria da qualidade de vida. Essa realidade denuncia a lentidão de políticas públicas voltadas à infraestrutura básica no meio rural, perpetuando desigualdades históricas e limitando o potencial de desenvolvimento dessas comunidades.

O relato a seguir revela o processo de entrada no lote e as dificuldades enfrentadas.

Eu tô aqui desde 2009, desde o início. Aí lá no Moeda, tinha uma lista de frequência. Aí quando o pessoal veio a saiu de lá, foi acampar no Córrego do Pinto. Aí lá não deu para gente fazer acampamento por problemas de saúde. Aí quando o pessoal veio aqui para beira da estrada, não deu para a gente vir assim, entrou outras pessoas e estava completo o número de pessoas. Aí a gente não ficou acampado na beira da estrada. Aí no dia que entraram aqui para dentro do assentamento dia 20 de março, infelizmente eu não estava lá junto. Só que quando foram fazer as entrevistas, tinha pessoas que não estavam aptas a entrar. Aí chamaram a gente de última hora. Aí como a gente estava com a documentação toda em dia, no dia do sorteio do INCRA, que a gente já estava presente, a gente participou do sorteio. A gente participou desde o início do assentamento aqui. Bem no início a gente não morava de verdade aqui, né? Porque assim, **não tinha água, luz era o de menos porque demorou muito para chegar.** Mas a água era muito difícil, porque a água do córrego é uma com um córguinho que passa dentro do Arapuá. Então dava para você pegar ali para lavar uma louça, mas para tomar

³¹ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 26/06/2025.

não. A gente vinha para cá, tinha que trazer água para beber, tinha que trazer a barraca para dormir, né? E fez um barraco, mas a gente vinha. Aí depois que a gente foi estruturando, a gente já tinha material lá na cidade, compra para construir, mas a gente trouxe para cá e construiu nossa casa, aí a gente veio. Aí depois a gente já veio morar aqui. Energia aqui foi uma novela para poder vir. Todo mundo, quando nasceu criança, tinha muitos pais mas foi difícil para poder organizar a energia. Aí quando colocou a energia a Fibria furou um poço, depois furou outro poço. Primeiro, o Incra furou um, né? Mas aí era pouco, aí a Fibria veio e furou mais dois. É, aí já tinha água e a água já estava de bom tamanho. Colocou luz só lá no poço, no primeiro poço do Incra. Aí com a água já facilitou, né? A gente mudou, aí sem a luz demorou ainda um tanto para vir. (Trecho de entrevista cedida a autora P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025).

O relato evidencia de forma contundente as dificuldades estruturais enfrentadas por famílias assentadas desde o processo de conquista e entrada na terra que, apesar de estarem formalmente incluídas em programas de reforma agrária, convivem com carências básicas como água potável e energia elétrica. A experiência narrada demonstra que a instalação inicial no lote ocorreu muitas vezes dependendo de improvisos, barracos e o transporte de água de outros locais. Essas situações revelam o descompasso entre o que é previsto na política pública, como a implantação de habitações, infraestrutura hídrica e eletrificação rural, e o que de fato é garantido no cotidiano das famílias, apontando para omissões do Estado em assegurar condições mínimas de permanência com dignidade.

Outro aspecto revelado pelo depoimento é a dependência gerada pela atuação de empresas privadas, como a Fibria (atual Suzano), que perfurou poços para suprir a demanda de água que o poder público deveria ter garantido integralmente. Essa forma de “ajuda” empresarial expõe a fragilidade da ação estatal e pode estabelecer relações de subordinação e dependência das comunidades rurais em relação a interesses privados, muitas vezes divergentes do projeto de reforma agrária emancipatório. Assim, a presença de grandes empresas assumindo funções que são obrigação do Estado compromete a autonomia dos assentamentos e reforça a lógica de desigualdade estrutural no campo. A mesma segue o relato afirmando:

É, porque eles (INCRA) quando eles vieram que entregaram o lote, **eles falam para você que eles vão dar te dar estrutura de água, luz, fomento para construção da casa, né? E assim, aqui nesse assentamento, que eu saiba, não tem ninguém recebeu fomento para construção da casa. Se alguém recebeu eu não sei. Mas assim, que eu saiba, não conseguimos.** Inclusive, eles apareceram aí com o Incra, com projeto de uma casa já feito por um engenheiro e falou que quem conseguisse construir a casa, daquele modelo que eles mandaram lá, e quando saísse esse investimento, eles ressarciam o material, o valor do material. Nós construímos a casa dentro daquele projeto que até hoje eu reclamo que a cozinha é um ovo. Então, a gente construiu a casa, guardamos todas as notas fiscais do material que compramos, mas nunca mais foi falado. Aí, em outras reuniões após alguns anos, eles já vieram falar em reforma de casa. Mas a gente não teve nem o fomento casa. Como que a gente ia ter o fomento, ia pegar reforma? Se bem que sim, saiu o reforma hoje, hoje quem fez as casas já tá

precisando fazer reforma sim. Para a gente seria muito útil. Né? Eu, particularmente, pegaria o de reforma. Mas o projeto casa não saiu. (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025).

A narrativa apresentada reforça de modo contundente a contradição entre o que é anunciado pelas diretrizes oficiais da reforma agrária e a realidade enfrentada pelas famílias assentadas. Segundo o próprio INCRA, uma vez assegurado o acesso à terra, cabe ao Estado garantir as condições de permanência. No entanto, o relato evidencia que essa etapa fundamental do processo permanece em muitos casos restrita ao discurso. A inexistência do fomento habitacional, a promessa não cumprida de ressarcimento de materiais de construção e a ausência de acompanhamento efetivo revelam o caráter fragmentado e intermitente das políticas públicas voltadas à consolidação dos assentamentos. Essa lacuna gera frustração, precariedade habitacional e a sobrecarga financeira das famílias que por vezes se veem obrigadas a arcar sozinhas com investimentos que deveriam ser garantidos por políticas públicas e inclusão social prometida pela reforma agrária. Essa realidade reforça a urgência de se pensar a reforma agrária não apenas como distribuição de terras, mas como um processo integral que assegure condições objetivas e subjetivas para que o direito à terra se traduza em permanência, pois mesmo diante dessas condições, os camponeses seguem existindo e resistindo na terra.

Devido a essa falta de incentivos, a camponesa afirma que ainda hoje muitos assentados ainda vivem precariamente, e justamente devido a condições precárias, muitos saíram e foram para a cidade. O que indica um dos impasses de permanência do campo, o descaso estatal colabora com o êxodo rural. Ao mesmo tempo, ela indica que os que ficaram, os que resistiram, buscaram outras formas de se manter no campo, como por exemplo o trabalho fora do lote.

E muitas famílias até hoje moram muito precariamente porque alguns até venderam, foram embora por não ter condições de construção. Não dá para morar em barraco. É muito bicho peçonhento, né? E as pessoas já de idade, já para ficar mal alocada, né? Acabou trocando uma casinha na cidade e limparam. E os que resistiram, os que resistiram aqui foi porque tinham uma renda e tentam ter outra renda por fora até hoje para poder resistir aqui, porque a gente não quer ir embora, porque foi um sonho, foi uma luta de muitos anos, né, pelo sindicato no rural lá que, a gente pagando o sindicato e participando das reuniões e correndo atrás pelo sonho da terra, né? Aí não, você luta tanto por o sonho aí depois, você vai desistir? (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A 20 de Março, Três Lagoas/MS, 2025).

O depoimento evidencia que a precariedade estrutural e a ausência de incentivos efetivos para consolidar a permanência das famílias na terra têm consequências diretas sobre a continuidade do modo de vida camponês. A fala revela que diante da falta de condições mínimas de moradia muitas famílias se viram obrigadas a abandonar o campo e migrar para a cidade, ampliando o ciclo

do êxodo rural que a própria política de reforma agrária deveria combater. Ao mesmo tempo, o relato mostra que a permanência dos que resistem se apoia fortemente em estratégias próprias, como o trabalho fora do lote, evidenciando que a luta pela terra não se encerra com a conquista do lote, ela se renova diariamente na busca por condições dignas de reprodução social.

Nesse caso, o trabalho fora do lote não atua como uma forma de abandono do campo, mas sim uma das estratégias de permanecer, dessa forma, nesse relato e em outros, percebemos que muitas famílias vivem no lote se dividindo, uma vez que algum dos integrantes familiares trabalha fora do lote para continuar podendo existir na terra, em um movimento contraditório, em que, de certa forma se afasta do trabalho da terra, para nela permanecer, ao mesmo tempo que evidencia a resistência intrínseca ao trabalho familiar, uma vez que algum dos familiares sai para trabalhar fora, enquanto outra parte da família permanece cuidando do lote.

Nesse contexto, a resistência se manifesta não apenas como permanência física, mas como afirmação de um modo de vida que desafia o abandono estatal e reafirma a centralidade do sujeito camponês na disputa pelo território, mesmo diante de adversidades estruturais que deveriam ser enfrentadas por políticas públicas comprometidas com a emancipação e autonomia no campo. Suas falas indicam como o processo de entrar na terra é difícil, mas permanecer também. E os relatos de outras entrevistas, de outros assentamentos reforçam esse fato. A seguir, uma assentada do Pontal do Faia descreve o processo de entrada na terra.

A gente morava na cidade, eu era costureira e ele construtor. Só que nós dois era rural. A gente foi criado na área rural. Por necessidade tivemos que ir para a cidade, por filho na escola, esse tipo de coisa. E por necessidade teve que aprender uma profissão, né? Mas eu nunca acostumei, eu sempre tinha saudade da área rural. E aí foi quando surgiu a oportunidade, eu já tinha escrito lá no sindicato. E aí a gente foi chamado para acampar, ficar na beira da estrada. 1 ano. Aí, meu marido mais, porque eu ainda tava costurando, eu vinha mais final de semana, mas ele que tinha que ficar. Direto aí. Aí marcaram lá uma madrugada, que eu não lembro mais a data, mas com o sindicato, o apoio do sindicato. Aí foram num fazendeiro aí pediram bambu, a fazenda que tem lá de lá da BR daqui para lá, não lembro mais o nome daquela fazenda. E ele cedeu os bambu para os barraquinhos. Olha. Aí, vieram um dia à tarde, cortaram esses bambu, carregaram o caminhão. No outro dia de madrugada veio e acampou na beira da estrada, porque assentamento mesmo ele não pode entrar na propriedade. Tem que ficar na beira da BR. É. Aquele tempo era uma estradinha de terra, uma poeira, nós comeu poeira 1 ano. 1 ano, em 99, né? 99, porque 2000 a terra saiu (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A Pontal do Faia, Três Lagoas/MS, 2025).

O relato em questão reforça a dimensão concreta da resistência camponesa, iniciada já no processo de tentar conquistar a terra, que se expressa de forma extrema na disposição de famílias permanecerem por um ano inteiro acampadas à beira de uma estrada de terra, enfrentando condições precárias, poeira constante e riscos à saúde e à integridade física. A fala evidencia que

o ingresso na terra, longe de ser um processo simples ou imediato, exige uma entrega pessoal e coletiva marcada por sacrifícios, imprevisto e vulnerabilidade. Ficar na beira da estrada, como destaca a entrevistada demonstra a precariedade, a exposição ao descaso estatal e aos perigos cotidianos que rondam quem ousa reivindicar o direito à terra.

Essa permanência temporária em condições precárias, muitas vezes dependente de redes de solidariedade, revela que o acampamento é em si uma forma de luta que carrega contradições, ao mesmo tempo em que denuncia a desigualdade fundiária, evidencia a morosidade do Estado em oferecer respostas coerentes e dignas a quem faz da terra não apenas um meio de produção, e obtenção de renda e lucro, mas a base de modo de vida enraizado na resistência e no pertencimento ao território.

Já no município de Selvíria, no assentamento São Joaquim, o processo de acesso à terra também seguiu uma dinâmica semelhante, como demonstra o relato a seguir.

A gente era de Três Lagoas, aí mudamos para cá já tá com 14 anos. Era o sonho da gente ter um pedacinho de terra, né? Nós entramos pelo programa de reforma agrária, então ficamos acampado na beira da estrada perto de Três Lagoas lá, né? Aí até sair essa fazenda para cá onde a gente veio. Aí ficamos acampado perto da onde é a escola agora, né? Ficamos ali quanto tempo? um ano? um ano e pouco, acampados mesmo, depois de lá quando saiu a fazenda a gente entrou para dentro da fazenda e ficamos acampado aqui dentro da fazenda, aí até surgir o corte dos lote, né? Aí teve o sorteio aí a gente foi sorteado no caso, então a gente tá aqui desde o início (Trecho de entrevista cedida a autora no P.A São Joaquim, Selvíria/MS, 2024).

O relato evidencia como o sonho de conquistar um pedaço de terra segue sendo um motor de resistência para muitas famílias camponesas que assim como em outros assentamentos, enfrentaram longos períodos de espera e precariedade, para poder viver e trabalhar na terra. Permanecer acampados por mais de um ano, primeiro à beira da estrada e depois já dentro da fazenda aguardando o corte dos lotes, revela a disposição em suportar condições adversas e a determinação do acesso à terra em busca da autonomia, de ser dono do próprio tempo e pertencimento com o lugar, e ao mesmo passo denuncia o caráter fragilizado das políticas de reforma agrária que obrigam os sujeitos a enfrentar longos processos de transição sem a estrutura mínima para garantir segurança e dignidade desde o início da ocupação. Nesse contexto, a terra não é apenas meio de produção, é território de luta, identidade, trabalho, sobrevivência e, especialmente liberdade, ainda que conquistada sob condições marcadas por imprevisto e vulnerabilidade.

5.4– Terra e liberdade

Para Paulino e Almeida (2010), a ideia de liberdade do camponês, quando situada na sociedade capitalista, revela contradições profundas, pois difere da noção de liberdade propagada pela democracia burguesa, que nada mais é do que uma forma político-jurídica do capitalismo, baseada na igualdade formal entre indivíduos e na limitação da liberdade de cada um pela liberdade dos outros. As autoras destacam que, ao contrário, dessa lógica, a liberdade camponesa parte do reconhecimento de que a desigualdade é estruturalmente produzida pelo próprio sistema social. Assim, a propriedade da terra, para o camponês, não se traduz em um instrumento de acumulação de capital, mas em uma condição de vida e trabalho que permite a reprodução de uma lógica não capitalista, fundamentada na relação entre família, trabalho e terra.

A partir de Paulino e Almeida (2010) compreende-se que a terra, portanto, insere o camponês em uma forma de liberdade que se contrapõe à liberdade ilusória do liberalismo burguês, pois materializa o desejo de enraizamento e realização pessoal em seu próprio pedaço de chão. Ainda assim, as autoras reconhecem a contradição de que essa autonomia camponesa se realiza dentro da lógica do capital, uma vez que o camponês está submetido à transferência de riqueza por meio da renda da terra. Contudo, enfatizam que a permanência camponesa é também uma forma de negação da dominação, na medida em que “os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra um filão de produção de capital” (Paulino e Almeida, 2010, p. 54).

Por sua vez, terra e liberdade se ligam a uma questão crucial na economia camponesa, qual seja, a motivação para o trabalho. Os camponeses representam uma imensa energia produtiva, muitas vezes ociosa em virtude da falta de políticas públicas de apoio à unidade de exploração familiar. Porém, essa iniciativa de trabalho tem como centro as necessidades da unidade familiar, como explica Chayanov. Situação historicamente ignorada nos regimes socialistas, em especial o modelo soviético e cubano que, por meio da coletivização no campo e controle estatal, anulou a energia motriz do camponês que, sem o estímulo da família, se vê bloqueado para contribuir na economia mais ampla (Paulino e Almeida, 2010, p.55).

Com base nos relatos e análises apresentadas observa-se que os assentamentos pesquisados, localizados na região do Bolsão sul-mato-grossense, resistiram e transformaram em lar os lotes da política de reforma agrária no Brasil. Esses territórios, organizados em unidades de produção, comunidades e redes de comercialização, representam na prática a tentativa de garantir aos trabalhadores rurais camponeses o acesso à terra, condição fundamental para a reprodução do modo de vida camponês, ainda que essa reforma agrária não tenha se desenvolvido de forma plena ou satisfatória.

Para melhor situar o objeto empírico deste estudo, apresenta-se a seguir uma tabela com a identificação dos assentamentos dispostos em Três Lagoas e Selvíria/MS, evidenciando a dimensão concreta da ocupação territorial e serve de ponto de partida para refletir criticamente sobre os limites e contradições do modelo de reforma agrária implementado no país.

Tabela 8: Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação em Três Lagoas e Selvíria

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação											
Período da Criação do Projeto 01/01/1900 até 03/06/2025											
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - SR (16)											
Código	Nome do Projeto	Mun	área (há)	Nº Fam.	Fam. Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
MS0117000	PA PONTAL DO FAIA	TL	1.314,42	45	45	5	1	52	29/12/2000	Desapr.	18/09/2000
MS0228000	PA VINTE DE MARÇO	TL	1.491,13	69	68	3	1	67	26/12/2008	Desapr.	23/01/2008
MS0227000	PA SÃO JOAQUIM	SV	3.514, 2563	182	182	3	1	48	15/10/2008	Desapr.	19/03/2007
MS0221000	PA CANOAS	SV	4.773,91	184	184	3	1	65	28/12/2007	Desapr.	05/07/2006
MS0190000	PA ALECRIM	SV	1.530,06	87	87	3	1	31	07/12/2006	Desapr.	24/11/2025
Fonte: INCRA (2025). Org; Oliveri (2025)											

Fonte: INCRA (2025). Org; Oliveri (2025).

A tabela em questão apresenta dados referentes a assentamentos rurais localizados em Três Lagoas e Selvíria/MS, contemplando informações específicas sobre o município, o nome do assentamento, a área total em hectares, o número de famílias e número de famílias assentadas, o ano de criação, a forma e data de obtenção. Foram criados por órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência Regional de Agricultura do Mato Grosso do Sul (SRA/MS).

No território compreendido entre os municípios de Três Lagoas e Selvíria, no Bolsão Sul-Mato-Grossense, a implantação de assentamentos rurais evidencia a atuação do Estado na reforma agrária, ainda que pouco expressiva. Em Três Lagoas, estão localizados os Projetos de Assentamento Pontal do Faia e 20 de Março, que juntos somam 2.805,55 hectares e 113 famílias assentadas. Já em Selvíria, os assentamentos Canoas, São Joaquim e Alecrim totalizam uma área de 9.818 hectares, beneficiando 453 famílias. Nota-se portanto uma concentração maior de área e número de famílias assentadas em Selvíria. A modalidade de obtenção em todos os casos foi a desapropriação, o que reforça a centralidade do Estado nesse processo.

As fases de implantação indicam distintos momentos de efetivação da política agrária, sendo divididas em: 00 - Em Obtenção; 01 - Pré-Projeto de Assentamento; 02 - Assentamento em criação; 03 - Assentamento Criado; 04 - Assentamento em Instalação; 05 Assentamento em Estruturação; 06 - Assentamento em Consolidação; 07 - Assentamento Consolidado; 08 - Assentamento Cancelado; 09 - Assentamento Revogado; sendo que apenas o P.A Pontal do Faia

alcançou a fase 5, sugerindo maior consolidação institucional, enquanto os demais permanecem na fase 3, o que pode sinalizar entraves à regularização plena ou à estruturação dos assentamentos.

Diante disso torna-se imprescindível problematizar o que de fato se entende por reforma agrária, considerando assim suas definições históricas, suas promessas políticas e a forma como tem sido operacionalizada no Brasil. Ao trazer esse debate, busca-se discutir em que medida a política de assentamentos da forma como foi executada pode (ou não) ser compreendida como uma reforma agrária significativa, capaz de suprir as desigualdades estruturais da questão agrária e promover condições efetivas de permanência na terra das famílias camponesas.

5.5 Permanecer é resistir: a existência camponesa como negação do avanço territorial do capital e suas formas de recriação e r-existência

Temos um crescente impacto no mundo camponês produzido pelo avanço da agricultura capitalista (leia-se agronegócio) que segue de forma exacerbada com incentivos estatais e sem que boa parte da população enxergue estes problemas, uma vez que há uma “monocultura das mentes”, termo utilizado por Almeida e Fabrini (2023), já explorado anteriormente. Estes incentivos podem ser verificados no atual Plano Safra 2025/2026, em que, de acordo com a publicação da página do Ministério da Agricultura e Pecuária (2025, grifo nosso),

O Plano Safra 2025/2026 consolida-se como o maior já lançado pelo Governo Federal. Com R\$ 516,2 bilhões disponíveis para a agricultura empresarial, o programa amplia o crédito para custeio, comercialização e investimentos, com condições favoráveis de financiamento, mesmo em um cenário de juros elevados. A iniciativa atende à crescente demanda por recursos no campo e reforça o compromisso do governo com o abastecimento interno, a sustentabilidade produtiva e o aumento dos excedentes exportáveis (Brasil, 2025).³²

Para a agricultura familiar, o Plano Safra da agricultura familiar, segundo a página do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi o seguinte:

O Governo Federal apresenta, nesta segunda-feira (30), as medidas do Plano Safra da Agricultura Familiar. São R\$ 89 bilhões para políticas de crédito rural, compras públicas, seguro agrícola, assistência técnica, garantia de preço mínimo, entre outras. Com recorde histórico de recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e juros reais negativos para a produção

³² BRASIL. **Ministério Da Agricultura E Pecuária**. Plano Safra 2025/2026 é o maior da história e amplia apoio ao produtor rural. Brasília, DF, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/plano-safra-2025-2026-e-o-maior-da-historia-e-amplia-apoio-ao-produtor-rural> . Acesso em: 15/07/2025.

de alimentos, o Governo Federal segue trabalhando para garantir comida barata na mesa das famílias brasileiras (Brasil, 2025).³³

Quando nos deparamos com a realidade em que, para o agronegócio, são destinados R\$ 516,2 bilhões, enquanto a agricultura familiar recebe R\$ 89 bilhões, evidencia-se uma profunda discrepância nas prioridades do país. Essa desigualdade se intensifica quando observamos, segundo dados do INCRA apresentados anteriormente na Tabela 4, que no estado de Mato Grosso do Sul as propriedades com mais de 1.000 hectares representam apenas 9% do total, mas concentram cerca de 70% das terras. Trata-se de uma estrutura fundiária concentradora, que favorece um modelo de produção voltado ao lucro e à exportação, e não à soberania alimentar. O agronegócio, afinal, não está produzindo comida para o prato das(os) trabalhadoras(es).

É nesse contexto que a crítica social expressa por Tasha e Tracie na música *Auri Sacra Fames* se encaixa perfeitamente, ainda que não mencionam explicitamente a estrutura fundiária. Em versos como “aqui tem prato vazio e não enfeita mesa [...] quem colhe e quem planta é você, mas quem engorda é ele [...] nós fica sem nada e divide, tô cansada de ser refém” (Don L e Tasha e Tracie, 2021)³⁴ as artistas denunciam o caráter excludente e desigual da estrutura socioespacial brasileira. O próprio título da canção, *Auri Sacra Fames*, expressão em latim que significa “maldita fome do ouro”, já aponta para a crítica ao modelo capitalista de produção, baseado na ganância e na acumulação de riquezas. Ao vocalizarem a fome do povo e o enriquecimento de poucos, elas evidenciam que há pratos vazios nas casas das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, enquanto a elite se beneficia de um sistema que oprime, concentra e exclui.

A concentração desses incentivos governamentais para os proprietários de grandes extensões de terra pode acentuar ainda mais as desigualdades no campo brasileiro e dificultar o acesso dos pequenos agricultores familiares camponeses às políticas públicas essenciais. Além disso, o apoio predominante a grandes propriedades influencia a concentração de terras e de poder econômico.

O modelo do agronegócio é contraditório e violento, ainda que os discursos neoliberais tentem dizer o contrário. De acordo com Camacho (2010), esse modelo se mostra moderno com alta produtividade e tecnologia avançada, mas esconde que quem de fato produz alimentos no país

³³ BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)**. Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026: governo federal destina R\$ 89 bilhões à agricultura familiar, sendo R\$ 78,2 bilhões ao Pronaf. Brasília: MDA, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-2025-2026-com-r-516-2-bilhoes-para-impulsionar-o-agro-brasileiro>. Acesso em: 15/07/2025.

³⁴ DON L; TASHA & TRACIE. Auri sacra fames. In: DON L. Roteiro pra Aïnouz (Vol. 2): Caro Vapor / Vida e Veneno [áudio]. 2021. Disponível em: https://open.spotify.com/track/3BL8FClujPbdn3Qz2vZaLi?si=V0VKbysiT1mB_TbJ9udI_g. Acesso em: 28 jun. 2025

são as pequenas propriedades, e ainda esconde sua relação com o modelo latifundiário colonial, que gera exclusão social e degradação ambiental.

Considerando esse contexto, e as outras problemáticas apresentadas anteriormente, a resistência camponesa faz sentido, sobretudo na região analisada, do Bolsão sul-mato-grossense, com destaque para Três Lagoas e Selvíria, uma vez que esses camponeses vão contra a lógica hegemônica da territorialização de monopólio, onde na região, especificamente, do monopólio eucalipto-celulose. Assim, apesar de poucos, quantitativamente, representam muito, qualitativamente. Só o fato desses camponeses ainda existirem diante dessas condições, já é muito expressivo, já indica a resistência. Mesmo que, demograficamente, sejam poucas famílias como mostra a tabela a seguir.

Tabela 9: Série Histórica da População Urbana vs Rural no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense.

Ano	Urbana	%	Rural	%	TOTAL
2022	262787	92%	23264	8%	286051
2010	207945	89%	25352	11%	233297
2000	138835	84%	27299	16%	166134
1991	104768	77%	30944	23%	135712
1980	75348	67%	36927	33%	112275
1970	15779	26%	45518	74%	61297

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022. Org: Oliveri (2025).

A análise da evolução demográfica da população urbana e rural no território em questão revela uma tendência histórica consolidada de êxodo rural e concentração populacional nas áreas urbanas, refletida no aumento percentual da população urbana de 26% em 1970 para 92% em 2022, enquanto a população rural despenca de 74% para apenas 8% no mesmo período. Embora a parcela de habitantes rurais atualmente seja quantitativamente reduzida essa presença assume um significado muito maior do que sua dimensão numérica poderia sugerir, “deste sujeito que, como afirmou Shanin (1983), pode ser reconhecido como a “classe incômoda” da sociedade capitalista” (Santos, 2016, p.65).

Em um contexto marcado pela intensificação da territorialização do monopólio do eucalipto e pela expansão do agronegócio capitalista, a existência persistente de camponeses no campo configura uma resistência fundamental. Essa permanência, mesmo que minoritária, evidencia a capacidade do campesinato em recriar e manter formas alternativas de ocupação e uso do território, desafiando as lógicas excludentes do capital e afirmando o direito à vida no campo.

Portanto, ainda que restrito em termos absolutos, o campesinato se recusa a ser simplesmente deslocado ou extinto.

Silva (2014) destaca o papel central da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cuja atuação foi decisiva na denúncia das estruturas de dominação fundiária e na promoção da justiça territorial. A CPT, criada em meio a uma conjuntura de intensos conflitos, cumpriu a missão de tornar visível a questão agrária no estado, enfrentando as ameaças impostas pelos setores dominantes. Ainda que tenha havido momentos de tensão entre a CPT e outros atores da luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os sindicatos, sua contribuição histórica foi, e continua sendo, fundamental para a consolidação de práticas de resistência e de permanência no campo por parte dos camponeses (Silva, 2014).

Para Silva (2014), a análise do cotidiano nos assentamentos evidencia que a política de Reforma Agrária não se limita à distribuição fundiária, mas se constitui como base estruturante de outras políticas públicas voltadas à permanência camponesa no campo. Como destaca Silva (2014), viver na terra é um processo que transcende a conquista física do lote, pois a terra já era concebida como espaço de pertencimento mesmo antes da sua efetiva posse, principalmente para aqueles que, excluídos da cidade, viviam precariamente em acampamentos às margens das rodovias. Nesse sentido, "a terra, antes mesmo da conquista do lote, já é vista como morada da vida" (Silva, 2014, p.78) que antecede o reconhecimento jurídico da posse.

Silva (2014) também chama atenção para a complexidade do processo de resistência camponesa, que não se manifesta apenas no plano das identidades de classe, mas no enraizamento concreto à terra conquistada. Mesmo diante do possível desenraizamento imposto pela territorialização do capital, os camponeses reorganizam suas vidas e reafirmam sua presença no território. Assim sendo, a Reforma Agrária não é um fim em si, mas um meio de reconstrução social, cultural e política do campo, como espaço vivo de resistência.

A análise de Martins (1999) revela que a luta pela terra no Brasil é atravessada por uma contradição fundante, embora pautada pela reivindicação de acesso ao território, ela é constantemente tratada, pelas elites e pelo Estado, como uma anomalia à ordem estabelecida. Entende-se por sua análise que a reforma agrária deve ser pensada a partir de critérios qualitativos, e não meramente numéricos. A centralidade do debate não está no número de desapropriações ou de assentamentos realizados, mas sim na existência de um setor social expressivo que reivindica o fortalecimento da agricultura familiar e se transforma politicamente nesse processo.

Martins (1999) reconhece que, apesar da pequena proporção de assentamentos, a reforma agrária representa uma conquista concreta na disputa pela terra e transformação do território, valorizando seu papel histórico. Já Stédile (1997) adota uma postura mais crítica, ao apontar que

os poucos assentamentos são insuficientes para frear a concentração fundiária e constituir uma reforma agrária efetiva, tratando as ações governamentais como respostas sociais pontuais e não como uma política estrutural. Assim, enquanto Martins (1999) vê avanços significativos, Stédile (1997) ressalta as limitações e a necessidade de uma reforma mais ampla e massiva. Nesta pesquisa, reconhece-se ambos, uma vez que é preciso reconhecer, como afirma Martins (1999) que qualquer que seja o número de famílias assentadas com posse de terra regularizada, que ultrapasse o número de acampados, represente um ganho histórico na luta pela reforma agrária, porém, é evidente que a política de reforma agrária, como proposta pelo Estado, está longe de ser suficiente para ser considerada democrática, ainda há muita gente com pouca terra, ao mesmo passo que há pouca gente com muita terra e, assim, controla a sociedade.

No entanto, Nardoque e Kudlavicz (2019) compreendem que embora os assentamentos de Reforma Agrária representem uma tentativa de desconcentrar a terra, os dados do INCRA e do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) apontam que, na prática, a estrutura fundiária permanece intocada sob a ótica oficial. Isso porque as fazendas desapropriadas ou compradas para assentamentos seguem com a mesma matrícula, sem que as fragmentações em lotes ou os Contratos de Cessão de Uso figurem nos registros oficiais como novos imóveis rurais. Ainda assim, ao analisarem casos no Mato Grosso do Sul, como Sidrolândia, Ponta Porã e Itaquiraí, Nardoque e Kudlavicz (2019) mostram que os assentamentos ampliam o número de imóveis de pequeno porte (até 50 hectares), reconstroem a condição camponesa e elevam a população residente no campo.

Ao tensionar o discurso oficial, os autores indicam que a Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul contribui para relativizar o poder latifundiário e renovar a presença camponesa, mas enfrenta limites estruturais impostos pela forma como o Estado registra, titula e emancipa essas áreas. Assim, o estado se torna exemplo emblemático das contradições da política agrária brasileira, de um lado, reforça a territorialização de monopólios e manutenção de latifúndios, de outro emergem as experiências de resistência e reorganização de territórios camponeses, ainda frágeis diante da pressão do capital e da flexibilização fundiária promovida por medidas como a MP 759/2016. Essa ambiguidade exige análises que articulem indicadores fundiários, demográficos, produtivos e sociais, ampliando o entendimento sobre o papel dos assentamentos na democratização do acesso à terra e na disputa pelo território.

Apesar da importância de movimentos como o MST, é válido ressaltar que no Bolsão sul-mato-grossense, o processo de acampamento e assentamento não se deu pelo MST. Macedo (2021) evidencia, por exemplo, que o caso do PA 20 de Março, criado em 2009, representou uma conquista organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, cujo acampamento

foi montado em 2002, no Córrego do Moeda, mudando para outros dois lugares sendo Córrego Amizade e Córrego do Pinto, contando com em média 300 famílias. Porém, “apesar das famílias terem conquistado o acesso à terra, o assentamento conta com a presença mínima dos investimentos do Estado” (Macedo, 2021, p.69).

Por isso, Martin (2009, p.4) afirma:

A trajetória de lutas no estado de Mato Grosso do Sul e especificamente no município de Três Lagoas possui em seu cerne um número diversificado de motivações que levaram muitos de seus sujeitos a buscar na reforma agrária as condições para tentar encontrar um espaço para viver. Dentre as ocorrências de lutas no município três-lagoense, no período de 1980 até hoje, encontram-se presentes, por exemplo, a presença de oleiros e moradores ribeirinhos atingidos pela construção de barragens e que encontraram junto aos sujeitos que lutavam por terra uma chance de uma nova vida. Dessa forma, na compreensão da formação do Assentamento Pontal do Faia, acabamos por encontrar nos sujeitos e nas lutas do passado, referências do significado das lutas do presente.

Martin (2009) analisa que, no município de Três Lagoas, as primeiras mobilizações por terra que antecedem a formação do assentamento Pontal do Faia estiveram ligadas às perdas territoriais e econômicas provocadas por enchentes decorrentes da construção de barragem, afetando pescadores, lavradores e oleiros da região. A expulsão de trabalhadores da fazenda Jatobá levou à articulação de acampamentos organizados com apoio da CPT. Ainda que essas primeiras iniciativas tenham tido desdobramentos limitados, o acampamento que resultou na criação do assentamento Pontal do Faia teve início em 2000, após a desapropriação da fazenda pelo INCRA. O autor demonstra que ao longo dos anos 1980 e 1990, acampamentos organizados com apoio da CPT expressaram as tentativas iniciais de reorganização social desses sujeitos, sendo que apenas no ano de 2000 a luta se consolidou com a desapropriação da fazenda Pontal do Faia, de baixa produtividade, com 1.317,69 hectares.

A formação do Assentamento Pontal do Faia transcorreu do acampamento, que originou o nome do assentamento, ocorrido entre junho de 2000 a fins de 2001, na estrada BR-158 que liga Três Lagoas a cidade de Selvíria. Este acampamento ocorreu na busca de conquistarem as terras desapropriadas pelo INCRA do imóvel fazenda Pontal do Faia, no dia 07 de Fevereiro de 2000, que mostrou possuir uma área de 1.317,69 ha, que apresentava baixa produtividade. (Martin, 2009, p.6).

O processo envolveu majoritariamente famílias cadastradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das quais apenas parte foi considerada apta à reforma agrária. Martin (2009) destaca que o tempo de acampamento vivido por muitos durante mais de um ano às margens da estrada foi atravessado por idas e vindas entre campo e cidade, marcando uma experiência

complexa de resistência, onde se entrecruzavam condições de trabalho precárias, vínculos urbanos e rurais, e a construção de uma vivência coletiva que antecipava o assentamento. Para muitos, o acampamento representou tanto a luta pela terra, quanto um espaço de compartilhamento de saberes e construção do pertencimento, como apontado pelo autor.

Assim, os sujeitos do campo, nesta região e em todo o Mato Grosso do Sul vão (re) criando estratégias de luta e formas para se estabelecer junto á terra, por meio de suas organizações e ocupações, a partir de diferentes agentes que aparecem ao lado destes homens e mulheres, como o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a FETAGRI, através dos Sindicatos, que remontam diferentes práticas e representações da luta pela terra. (Martin, 2009, p.2)

Os processos de entrada na terra em Selvíria seguem processo semelhante ao de à Três Lagoas, uma vez que não se deu pelo MST. Fonseca (2014) evidencia que o processo de assentamento das famílias no P.A São Joaquim foi marcado por longos períodos de espera, migrações e instabilidade. Nenhuma das famílias assentadas era originária do município de Selvíria, sendo comum a migração de outras regiões do Mato Grosso do Sul ou de outros estados. Antes de alcançarem o lote, muitas passaram por diferentes acampamentos, com algumas famílias enfrentando até vinte anos de luta por terra. A fase chamada de confinamento, relatada pelos entrevistados do autor, caracterizou-se por cerca de um ano de espera dentro da antiga fazenda, em uma área delimitada pelo INCRA, até que os lotes fossem distribuídos.

Embora o período formal de “confinamento” tenha durado cerca de um ano, alguns assentados relataram que apesar da promessa inicial de que seriam assentados em dois ou três meses, o processo de efetiva instalação e posse do lote chegou a se prolongar por até três anos, evidenciando a lentidão e as dificuldades enfrentadas na conquista da terra.

Martin (2009) destaca que a conquista da terra é, em grande parte, a realização de um desejo coletivo que atravessa gerações. Muitos assentados associam essa luta à história de seus pais e avós tratando o acesso à terra como um sonho herdado. No entanto, esse processo é atravessado por uma série de contradições, o tempo prolongado de espera, a idade avançada de muitos dos beneficiários, alguns com mais de 60 anos, a baixa escolaridade e as dificuldades estruturais enfrentadas nos lotes. Mesmo após quatro anos da implantação, as famílias ainda não haviam alcançado estabilidade, enfrentando falta de moradia adequada, energia elétrica, água, assistência técnica e acesso à saúde. A ausência de políticas públicas efetivas para a permanência na terra gera frustração e desânimo, sobretudo entre os mais jovens, que, ao testemunharem a precariedade vivida por pais e avós, questionam seu próprio futuro no campo.

Nesse contexto, Fonseca (2014) conclui que, se por um lado a luta pelo acesso à terra representou um marco na trajetória dos camponeses do São Joaquim, por outro, a luta para

permanecer nela se apresenta como ainda mais desafiadora. A falta de infraestrutura básica e de apoio estatal compromete a reprodução social e produtiva das famílias, ameaçando a continuidade do projeto camponês e levantando dúvidas sobre a permanência das novas gerações no assentamento.

Paulino e Almeida (2010) destacam ainda que a recamponização de sujeitos oriundos da cidade, como no caso dos sem-terra, impõe novos desafios epistemológicos, sobretudo na valorização do saber camponês como potencial resposta às crises contemporâneas. Nesse sentido, a centralidade não está em reivindicar uma identidade camponesa, mas em reconhecer o conteúdo social da existência camponesa enquanto modo de vida, elemento essencial à sua capacidade de resistência. A terra, nesse contexto, permanece como bem estratégico, finito e insubstituível, o que torna sua disputa ainda mais acirrada na contemporaneidade capitalista, pois

a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. É um bem finito, não pode ser reproduzível à vontade mesmo tendo nela inserido o trabalho. Portanto, por mais que estejamos vivendo em um mundo urbano-industrial, com modernização agrícola, a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa!. (Paulino e Almeida, 2010, p.58)

Mesmo em um cenário dominado pela urbanização e pela modernização da agricultura, Paulino e Almeida (2010) insistem que o conflito pela terra permanece atual. De um lado, os que a utilizam como fonte de renda e poder político; de outro, os camponeses que nela garantem sua reprodução social. O resultado desse embate é a constituição de um território permanentemente tensionado. Como afirmam as autoras:

A (re)criação do campesinato como uma relação não capitalista é parte contraditória de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital via monopolização do território, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela terra de vida e trabalho. Cabe, portanto, na academia e fora dela, entende-los, dar-lhe visibilidade e, na luta, nos posicionar ao seu lado. (Paulino e Almeida, 2010, p. 58).

Como aponta Shanin (2008), a existência camponesa é em grande medida determinada por fatores externos, decisões governamentais, reconfigurações políticas, expansão de fronteiras e estruturas de poder que moldam o campo segundo interesses alheios à lógica camponesa. No entanto, isso não significa passividade. O autor destaca que a resposta dos camponeses diante de crises e pressões estruturais é, em regra, marcada por uma complexidade que escapa a explicações simplistas: eles não apenas reagem, mas constroem caminhos próprios de permanência e

reprodução social, com soluções práticas e criativas que desafiam os prognósticos de desaparecimento. Assim, Shanin (2008, p.24) afirma:

Pelo menos mais dois outros processos estão acontecendo atualmente. O primeiro é a criação do campesinato, que acontece em muitos países, entre eles o Brasil, em que pessoas que não são camponeses ou pessoas que são “sem-terra” recebem terra por meio de políticas de redistribuição fundiária. Há também, então, o processo de criação e recriação do campesinato.

Em consonância com essa perspectiva, observa-se que, diante de contextos de crise, os camponeses podem apresentar maior resiliência. Um exemplo disso ocorreu durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, em que uma camponesa entrevistada relatou que, no assentamento, muitas pessoas conseguiram se manter em melhores condições. Segundo ela, isso se deve ao fato de estarem em um ambiente com ar puro, poderem produzir seu próprio alimento e não dependerem com tanta frequência dos mercados, além de estarem afastadas das aglomerações. Sua fala evidencia essa vivência concreta de maior autonomia e segurança frente à crise.

A gente até a pandemia ainda tava trabalhando, porque a gente produzia e aí mandava individual, porque não podia reunir o pessoal para comer, né? Então a gente conseguiu até na pandemia mandar individual para o pessoal. Aqui para nós, graças a Deus não faltou alimento, a gente não precisava sair para poder buscar muita coisa, mas a gente tinha muita coisa plantada em casa. E até no início ainda, naquela loucura, nós, o nosso grupo de mulheres ainda conseguia ainda fazer as coisas, porque fazia eu juntar, pegava todas as coisas e eu que fazia as entregas, sabe? Eu acho essa até uma das coisas que eu acho que aqui foi mais tranquilo. Porque a gente tinha da onde tirar, né, alguns alimentos. E o ar mais puro, né? Você não precisava ficar o tempo todo em contato com muita gente. A gente tinha o que comer. Quem é da cidade no seu emprego você não tem a opção, você tem que ir, o nosso serviço aqui é era o ar livre, né? Se no caso de uma pandemia assim, se falar assim: "Não, você vai ter que ficar na sua casa dois meses sem ter que sair de casa". Você podia não ter o arroz, o açúcar, mas você tinha o mel para adoçar, você tinha mandioca para comer, a batata, alface. Comida você tinha. Fruta, né? Então, assim, a gente sempre tem alguma coisa aqui plantada, né? Diferente de quem tá na cidade que não tem nada. Ovo, galinha, porco, a gente tem tudo aqui, né? A vaca, o leitinho (Trecho de entrevista cedida à autora, P.A 20 de Março, 2025).

Essa resiliência, segundo Shanin (2008), está diretamente associada à capacidade de invenção e flexibilidade do campesinato. Diante das adversidades, os camponeses não esperam por soluções externas, mas operam estratégias cotidianas que lhes permitem continuar a viver como camponeses, sustentando suas famílias mesmo em contextos profundamente hostis.

As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em

situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (Shanin, 2008, p.25).

Essa resistência é possível não apenas por teimosia ou apego ao território, mas porque o modo de vida camponês, centrado na economia familiar, constitui uma forma própria de organização da vida, baseada na ajuda mútua, na reprodução comunitária e em uma racionalidade que não é a da acumulação, mas a da suficiência e da continuidade. Assim, o simples fato de ainda existirem camponeses em áreas marcadas pelo domínio do capital agrário deve ser entendido como um feito político e social significativo, pois atesta a persistência de um modo de vida que insiste em sobreviver onde muitos já decretaram sua extinção.

Shanin (2008) também nos lembra que, ao lado das economias de mercado e das formas estatais de regulação, existe um modelo de organização econômica frequentemente negligenciado, a economia familiar. Essa forma de economia não apenas sustenta a vida camponesa, como também é funcional aos próprios sistemas capitalistas e estatais. Ao exemplificar com o cotidiano urbano, no qual a mulher realiza um trabalho essencial à reprodução social sem remuneração formal, o autor evidencia que a economia familiar está no centro da sustentação das sociedades contemporâneas. No caso camponês, essa lógica ganha contornos ainda mais nítidos: é a economia doméstica, articulada ao território, à comunidade e à autonomia sobre o tempo e o trabalho, que permite aos camponeses encontrar meios de seguir existindo, mesmo quando inseridos em contextos profundamente desiguais e excludentes. Portanto, sua permanência no território, ainda que minoritária em termos quantitativos, é expressão de uma força econômica, cultural e política que desafia a lógica hegemônica.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (Shanin, 2008, p.25).

A partir de uma crítica contundente ao pensamento moderno europeu, Porto-Gonçalves (2002, p.218) denuncia o modo como esse paradigma instituiu-se enquanto única forma legítima de conhecimento, desqualificando todas as outras racionalidades como inferiores, locais ou bárbaras, onde “o pensamento moderno europeu coloca-se a si próprio como um saber superior no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais, regionais ou provincianos”. Esse processo de hierarquização epistêmica implicou também em formas de territorialização violentas (que podemos associar, por exemplo, a territorialização do monopólio eucalipto-celulose na região do bolsão), em que os saberes dos povos originários, camponeses, negros e diversos sujeitos coletivos foram suprimidos, negados ou subalternizados. Nesse sentido, a modernidade,

portanto, não se limita a um avanço técnico, mas expressa um projeto de poder que coloniza o pensamento, o espaço e as possibilidades de existência. Para o autor, a invenção do europeu civilizado é indissociável da invenção do outro como selvagem, e isso se expressa na própria geografia do mundo, onde os povos não europeus são assimilados à selvagens e, por isso, postos sob a necessidade de dominação.

Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2002) propõe a noção de r-existência como resposta à colonialidade, referindo-se à capacidade de certos sujeitos historicamente subalternizados de não apenas resistirem, mas recriarem suas formas de vida, pensamento e produção a partir de outras matrizes de racionalidade. Ao afirmar que esses sujeitos “tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-Existiram, se reinventaram na sua diferença” (Porto-Gonçalves, p. 219), o autor explicita que a luta não se reduz a uma negação da ordem dominante, mas à produção ativa de alternativas. Essa r-existência se manifesta em práticas, territórios e saberes que desafiam as dicotomias do pensamento moderno, natureza e cultura, sujeito e objeto, razão e emoção, e apontam para outras formas de viver no mundo.

É nesse sentido que a permanência de camponeses no Bolsão sul-mato-grossense ganha densidade analítica. Mesmo representando um número quantitativamente pequeno, sua presença revela uma territorialidade que persiste em meio à lógica expansiva do monocultivo do eucalipto e da concentração fundiária. Trata-se de permanecer fisicamente, mas também de manter seu modo de vida, saberes tradicionais, relações não tipicamente capitalistas e sentidos próprios de mundo. Nesse cenário, sua existência já é, em si, uma r-existência: uma afirmação de que outros modos de vida são possíveis, mesmo em um território onde o capital tenta se totalizar. Como destaca Porto-Gonçalves, esses sujeitos são “portadores de múltiplas territorialidades potenciais” (2002, p. 237), e sua presença tensiona as formas hegemônicas de apropriação e uso da terra.

Esse “caos sistêmico” abriga regimes de produção de poder com configurações territoriais contraditórias como o Estado Nacional, o Imperialismo, o Império –que se quer uma ordem global supranacional– e, ainda, múltiplos protagonistas (camponesa(e)s, indígenas, negro(a)s, mulheres, ambientalistas, trabalhadore(a)s assalariado(a)s que r-existem com/contra essas diferentes ordens e que são portadores de múltiplas territorialidades potenciais (Porto-Gonçalves, 2002, p.237).

Scott (2002) revisita de forma crítica as interpretações tradicionais que privilegiam rebeliões e grandes levantes como principal expressão de resistência política do campesinato. Para o autor, essa ênfase distorce a realidade, pois ignora as estratégias corriqueiras, silenciosas e dispersas que constituem o modo mais constante de oposição dos camponeses à exploração, ou

seja, as resistências camponesas cotidianas. Scott (2002) observa que a atenção acadêmica excessiva aos episódios dramáticos, motivada a exemplo da Guerra do Vietnã e pelo fascínio da esquerda universitária por revoluções de libertação nacional, acabou por relegar à invisibilidade as pequenas ações que, no cotidiano, batem de frente com as estruturas de dominação.

Em outros tempos, quer dizer, na maior parte do tempo, os camponeses apareceram nos registros da História não tanto como atores históricos, mas como contribuidores mais ou menos anônimos para as estatísticas sobre densidade populacional, impostos, migração da mão-de-obra, propriedade de terras e a produção agrícola (Scott, 2002, p.11).

Segundo Scott (2002), embora sejam raros os contextos históricos propícios a insurreições de larga escala, essas rebeliões, mesmo que não sejam bem sucedidas, deixam marcas que podem resultar em concessões limitadas, interrupções pontuais da exploração e, sobretudo, na memória coletiva de coragem e resistência. Ainda assim, o autor adverte que tais ganhos são incertos, ao passo que a repressão e o esfacelamento de movimentos organizados se mostram quase sempre certos, assim, ele afirma “mesmo as revoltas que fracassaram podem representar algum ganho” (Scott, 2002, p. 11).

A essência da análise de Scott (2002) está em revelar o que denomina “formas cotidianas de resistência”, que nos interessa pensar aqui, uma vez que nos trabalhos de campo desta pesquisa, foi constatado que, cotidianamente, os camponeses elaboram práticas para permanecer no campo, logo, resistir. Para essa pesquisa, constata-se como formas de r-existir no território, por exemplo, a relação de boa vizinhança com as empresas, onde inclusive alguns dos camponeses, especialmente do P.A Pontal do Faia, destinam boa parte de suas produções ao refeitório das próprias empresas, sobretudo da Eldorado, ou então, um dos braços familiares recorre ao trabalho externo ao lote, não como forma de abandono do campo, mas justamente como forma de permanecer, de manter a vida no campo. Ou então em práticas como comercialização online, feiras municipais, ou em condomínios fechados, ruas, e até na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPTL.

Outras formas de r-existir e de se recriar no Bolsão se encontram no turismo no lote, como é o caso de uma das entrevistadas no Pontal do Faia, que abre seu lote para cafés da manhã com públicos variados, em uma forma de turismo que serve como forma de renda para o lote, e forma de se recriar, permanecer e r-existir no campo, além de que indica que produz doces para comercialização a partir de suas produções agroecológicas. A agroecologia, nesse caso, e em muitos outros, também aparece como forma de resistência camponesa. As imagens a seguir demonstram o café da manhã posto como forma de turismo e geração de renda para o lote, bem como a comercialização de doces feitos a partir de frutos nativos do cerrado.

Figura 24: do turismo aos doces nativos no chão do assentamento



Fonte: Autora (2024 e 2025).

Na experiência concreta de Sedaka, vila malaia investigada por Scott (2002), a resistência aparece tanto em formas explícitas, como sabotagens de máquinas de colheita, quanto em estratégias subterrâneas, como o roubo rotineiro de grãos. Para o autor, tais atos configuram uma forma implícita de sindicalismo difuso, que permanentemente testa e renegocia as fronteiras da exploração. Mesmo sem desestabilizar a estrutura fundiária, essas práticas representam uma resposta pragmática às transformações que marginalizam os mais pobres, rompem vínculos de dependência e reduzem as oportunidades de trabalho (Scott, 2002). Processo semelhante, encontramos em nossos trabalhos de campo, ainda que nos “simples” atos de denúncias dos impactos socioambientais da monocultura de eucalipto, explorados anteriormente. De modo muito pertinente e significativo, um casal de camponeses de um dos trabalhos de campo na região analisada, não só nos concedeu entrevista, como nos levou para explorar a área, dentro dos próprios eucaliptais, além de nos levar em outros assentamentos para pedir a seus conhecidos que nos concedesse entrevistas. Isso, por si só, já é um ato de resistência.

Figura 25: Um dos trajetos de trabalho de campo com acompanhamento dos camponeses na vasta monocultura entre Três Lagoas e Selvíria



Fonte: Autora (2025).

Fernandes (2004) destaca que o processo de produção territorial é, por sua essência, marcado por conflitos, os quais representam apenas uma das expressões da disputa entre projetos antagônicos que se materializam simultaneamente no território. Dessa forma, a territorialização do monopólio eucalipto-celulose está permeada por uma constante tensão entre diferentes lógicas de apropriação e significação da terra, o que faz dos conflitos agrários componentes essenciais da configuração territorial. No território do Bolsão essa realidade contraditória fica evidente, pois o uso capitalista da terra se sobrepõe a outras formas de utilização. Além disso, observa-se uma disparidade de forças entre os atores do agronegócio e os camponeses, o que explica a persistência de um conflito de baixa intensidade, apesar das divergências profundas entre as diferentes formas de uso da terra.

Além de analisar o impacto das mudanças tecnológicas, como a mecanização das colheitas, Scott (2002) destaca os obstáculos que minam a resistência coletiva aberta, sendo: a fragmentação interna da estrutura de classes, a multiplicidade de alianças locais, o medo da repressão e a dureza do cotidiano, que forçam os camponeses a escolhas imediatas de sobrevivência. Nesse ponto, o autor insiste que a submissão aparente não significa consenso, mas sim uma adaptação pragmática marcada por ressentimento contido e pequenas brechas de desobediência.

No cenário de expansão do monocultivo de eucalipto, a r-existência camponesa também se expressa em práticas que reconfiguram o uso do território, como a adoção de sistemas agroecológicos. No assentamento Pontal do Faia, por exemplo, uma das entrevistadas relatou cultivar sua lavoura em sistema agroflorestal, sem recorrer a agrotóxicos, destinando a produção à comercialização local de alimentos, assim como outros entrevistados em outros assentamentos, bem como outras práticas agroecológicas mantidas pelos camponeses como cultivar sem veneno, produzir para os animais silvestres, usar sementes crioulas, produzir variedade de alimentos, entre outros. Tais práticas garantem maior autonomia e representam uma forma de resistência diante das violências impostas pelo modelo hegemônico do agronegócio. Conforme Guzmán (2017) aponta, a agroecologia na América Latina emerge como resposta crítica à degradação ambiental impulsionada pela Revolução Verde, reafirmando o valor dos bens comuns e a defesa de modos de vida sustentáveis. A seguir apresentamos o relato de uma camponesa relatando como pratica sua agrofloresta:

Estamos tentando implantar ela ali. Veio junto com a horta, veio, né, com a plantação. A nossa plantação é bem diferente dos outros aí para cima. Ela é meio tipo indígena também. É um mato com as plantações, não usa veneno espécie nenhuma. Só as caldas e tem a época da água que a gente roça, depois a gente deixa o mato subir. E não usa veneno de espécie nenhum (Trecho de entrevista concedida à autora no Assentamento Pontal do Faia, 2025).

Para Altieri (2012) em geral é consenso que o sistema agroflorestal representa um conceito de uso integrado da terra, que seja adequado às áreas marginais e a sistemas de baixo uso de insumos, objetivando otimizar os benefícios das integrações entre os componentes arbóreos, agrícolas e animais. Isto posto, as imagens a seguir representam os princípios de agroflorestas encontrados em múltiplos lotes, nos assentamentos do território rural do bolsão sul-mato-grossense.

Figura 26: Agroflorestas nos assentamentos do Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense.



Fonte: autora (2025).

Apesar do senso comum apontar as propriedades familiares como atrasadas e pouco produtivas, pesquisas demonstram que, considerando a produção total, elas superam as grandes propriedades. Altieri (2004, p. 369) observa que “sistemas tradicionais diversificados chegam a prover até 20% da oferta mundial de alimento”. Além disso, a diversidade produtiva oferece maior segurança às famílias camponesas já que a perda de uma cultura não compromete toda a produção, o que não ocorre na monocultura.

Para sustentar esse modelo, as empresas divulgam discursos de sustentabilidade e desenvolvimento econômico, mas escondem práticas marcadas por superexploração, trabalho escravo, negação de direitos, degradação ambiental, insegurança alimentar e destruição de modo de vida, como verificado anteriormente pela bibliografia apresentada nesta pesquisa. Almeida (2023, p. 201) afirma que “sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural nutrindo as agriculturas locais”, mostrando o caráter ilusório desses discursos. Na prática, a agricultura capitalista prioriza o monocultivo em grande escala visando lucros elevados, sem se importar com a diversidade, a fome ou a preservação cultural e ambiental.

A agroecologia se propõe justamente a contrariar o modelo que degrada a natureza, ao buscar equilíbrio e reconhecer que a terra e sua produção são parte essencial da vida, não apenas

para o presente, mas também para as gerações futuras. Assim, não se limita a uma técnica de produção distinta, mas representa uma transformação social. Assim, Kudlavicz (2021) reitera a importância das sementes crioulas para garantir um novo modelo de agricultura, pautado na produção agroecológica. As sementes crioulas, especificamente, são uma expressão agroecológica relevante, já que sementes são essenciais para a reprodução da vida, uma vez que é delas que surgem os alimentos. Por isso, são importantes para retomar a autonomia camponesa que foi afetada pela Revolução Verde. Deve-se, portanto “poner en manos de los pueblos que alimentan el mundo el control de las semillas, la biodiversidad, la tierra y los territorios, el agua, los saberes, la cultura y los bienes comunes” (LVC, 2015, apud Giraldo;Rosset, 2016, p.17).

Nesse cenário muitos agricultores foram levados a abandonar seus saberes tradicionais de manejo, fertilização e conservação, sendo pressionados a adotar o pacote tecnológico exposto anteriormente pelas análises de Bombardi, com sementes transgênicas cada vez mais dependentes de defensivos químicos, o que se torna um obstáculo para a prática agroecológica. É por isso que “los distintos movimientos sociales defienden la agroecología como la única opción viable para transformar radicalmente el sistema agroalimentario imperante” (Giraldo; Rosset, 2016, p.15).

Figura 27: Resistir Plantando: Agroecologia frente ao avanço da monocultura



Fonte: Autora (2025).

O contraste é essencialmente político, de um lado, a diversidade e a vida; do outro, a homogeneização. Portanto, as imagens denunciam um modelo de desenvolvimento excludente. A

agroecologia aqui se afirmar como forma de resistência territorial e política frente à expansão do capital sobre a terra, uma “r-existência”, nos termos de Porto-Gonçalves, que reafirma o direito dos camponeses de permanecer no território produzindo vida, e não mercadoria.

Em municípios como Três Lagoas e Selvíria grupos camponeses seguem se organizando para assegurar sua permanência, resistindo à expulsão e à invisibilidade, e reafirmando suas identidades num contexto de desenvolvimento econômico excludente e ecologicamente insustentável. A resistência camponesa, como enfatiza Kudlavicz (2011), constitui uma ação estratégica e política frente a esse contexto contraditório. Na região do Bolsão, essa resistência se expressa de diversas maneiras: pela ocupação de terras e a reivindicação de áreas públicas, pela defesa da agricultura familiar frente à monocultura, pela manutenção de práticas tradicionais, pela adoção de sistemas agroecológicos, pela organização em associações ou, ainda, por estratégias adaptativas, como a venda de produtos para as empresas de celulose, a utilização turística dos lotes ou o comércio via redes sociais. Quando indagamos aos camponeses o que os fazem resistir, muitos afirmam: “o amor pela terra”.

Eu amo, eu amo ir lá no quintal e colher as minhas frutas, plantar as minhas coisas, né? Hoje eu não tenho horta porque meu marido tava trabalhando, agora tá com a perna daquele daquele jeito, né? Então, assim, então, eu não dou conta de tudo sozinha. Mas eu amo fazer, eu tenho, a gente tem muita fruta plantada, umas morrem, a gente planta outras. Então, assim, eu acho que é uma questão de aptidão mesmo. Eu gosto da terra. Eu gosto de fucicar, de plantar uma planta, uma flor, né? Algumas frutas exóticas, como eu tenho aqui várias castanhas, eu tenho um monte de frutas aqui que eu não sei nem o nome delas agora. A gente conta, sabe? os passarinho, até os macacos vem para brincar aqui para comer (Trecho de entrevista concedida de forma online à autora no Assentamento 20 de Março, 2025).

A fala evidencia a importância da diversidade produtiva - horta, frutas, flores, espécies exóticas, que se contrapõe à lógica homogênea da monocultura. Enquanto o monocultivo de eucalipto simboliza o avanço da territorialização do capital e a concentração de renda e terra, o quintal dela representa a permanência de práticas que sustentam a biodiversidade, reforçando a função social e ambiental do modo de vida camponês.

Figura 28: “Pra não dizer que não falei das flores” (Vandré, 1968).



Fonte: autora (2025).

Nesse cenário de intensas transformações, Marques (2008) observa que, apesar da retração relativa do campesinato em termos demográficos e da intensificação das adversidades econômicas, não há um desaparecimento desse sujeito social. Ao contrário, observa-se um processo contínuo de recriação camponesa que reorganiza o território rural com novos sentidos e práticas. Através de estratégias políticas, produtivas e simbólicas, os camponeses reelaboram sua presença, conectando-se a lutas por reconhecimento e justiça. Essa dinâmica reforça que o campesinato não é uma estrutura anacrônica ou em vias de extinção, mas uma forma social que, mesmo subordinada, disputa espaço e protagonismo frente às imposições do agronegócio. Essa constatação abre caminho para compreender, como propõe Almeida (2003), que a permanência camponesa é uma expressão das contradições internas do capitalismo no campo, e não uma simples herança do passado.

Nesta pesquisa, o intuito esteve longe de romantizar o trabalho na terra, é perceptível o esforço, o trabalho penoso que nele se encontra, mas, ao mesmo tempo, é significativa a autonomia

de se plantar o que quer comer, de plantar o que não encontra no mercado, de serem donos de seus próprios tempos, de morar, trabalhar e ter uma relação mais harmoniosa com a terra e com a natureza, quando se pensa nos animais que vêm comer e brincar no quintal, nos frutos e nas flores. O trabalho na roça é, para os camponeses entrevistados nessa pesquisa, expressão de identidade, de memória e de prazer, é o que Kudlavicz (2011) descreve como resistência estratégica, e de teimosia, mas aqui, também é ressignificada como resistência existencial, pois se manter na terra é, em si, manter viva uma forma de ser e estar no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a agricultura baseada no uso intensivo de insumos químicos é defendida por seus adeptos como uma alternativa tecnológica para o aumento da produtividade e para a inserção da produção rural no mercado global, vislumbrando a terra como ativo de rentabilidade industrial, a perspectiva agroecológica, cada vez mais presente nas discussões brasileiras, aponta para os limites e contradições desse modelo.

Nesse sentido, esperamos que este trabalho atinja o maior número possível de pessoas, tanto dentro da academia como em diversos outros setores da sociedade, especialmente na educação básica, para ser um alerta para os impactos socioambientais que comprometem a reprodução da vida dos camponeses e da natureza, que necessita de intervenção com urgência diante do cenário de crise climática e ambiental mundial. A nova geração da sociedade urbana se distancia cada vez mais do conhecimento do campo, da natureza, passando a se desconsiderar enquanto natureza, e assim não percebe que a sociedade, ao causar tantos impactos ambientais, ao destruir a natureza, destrói a si mesma.

O Brasil insere-se numa economia mundializada, em que os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais exploram nossos recursos para a exportação, demonstrando o que parece ser um ciclo contínuo de exploração e colonização de países latino-americanos, como o Brasil, que mesmo depois de séculos da independência, segue sendo explorado e coagido a permanecer em estado de dependência. Nesse sentido, parte da sociedade brasileira mantém, reproduz e reforça a estrutura desigual e violenta, em que nem todos os cidadãos do país usufruem dos direitos básicos para a sobrevivência, como a terra e a água.

As práticas camponesas de resistência, conforme analisado ao longo da dissertação, não se restringem a enfrentamentos diretos, mas se manifestam cotidianamente. Ao reafirmar suas existências frente ao avanço do monocultivo e da lógica do capital, os camponeses recriam sua forma de viver na terra e de reafirmar seu modo de vida. Essa resistência cotidiana, muitas vezes

invisibilizada pelas leituras hegemônicas, constitui um campo fértil de r-existência, no qual a permanência no território se dá também pela reafirmação de práticas agroecológicas, pela manutenção e valorização dos saberes ancestrais, pela transformação ecológica de suas produções, mas, sobretudo, pela resistência da economia familiar.

A r-existência camponesa, nesse contexto, revela-se como um processo criativo e político, em que o ato de cultivar vai além da produção material de alimentos e passa a ser também um gesto de resistência cultural e territorial. Por fim, compreender essas práticas como formas de resistir, r-existir e recriar exige romper com leituras reducionistas e reconhecer que o campesinato não é um resquício do passado, mas um sujeito histórico ativo que confronta e transforma os processos de espoliação e subordinação. As experiências analisadas no território do Bolsão revelam que, mesmo diante da intensificação do capital e da territorialização do monopólio eucalipto-celulose, os camponeses persistem na terra, ancorados na coletividade, flexibilidade e criatividade, no cuidado com a terra e na reprodução da vida. A resistência camponesa, portanto, é também um projeto de futuro, onde a terra não é apenas meio de produção, mas fundamento de existência.

No entanto, é preciso reconhecer que esta pesquisa não encerra a complexidade dos processos aqui discutidos. Pelo contrário, trata-se de uma aproximação inicial, situada no tempo e no espaço, diante de uma realidade multifacetada e em constante transformação. Ainda há muito a ser compreendido sobre as dinâmicas locais de resistência e sobre os impactos, que precisam ser urgentemente pensados e combatidos, antes que se esgotem os elementos naturais essenciais à vida, sendo eles a terra e a água. Assim, esta dissertação não se propõe como um ponto final, mas como uma contribuição crítica à leitura crítica da questão agrária contemporânea, aberta a novos diálogos, escutas e aprofundamentos que deem conta da riqueza e da complexidade do modo de vida camponês em sua luta por permanência e r-existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDO, M. T. V. N.; VALERI, Sergio Valiengo; MARTINS, Antônio Lúcio Mello. Sistemas agroflorestais e agricultura familiar: uma parceria interessante. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, [S. l.], p. 50–59, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/261706306>. Acesso em: 23 jul. 2025

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições Unesco, 1998.

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: Potencialidades Paisagísticas. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 153 p. v. si. ISBN 978-85-7480-355-5.

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: Textos em história oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 15, n.Especial, p. 51-85, 1997.

ALMEIDA, R. A. de O Conceito De Classe Camponesa Em Questão. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. 73–88, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2003.471. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/471>. Acesso em: 19. dez. 2024.

ALMEIDA, R. A. de. Da hegemonia do agronegócio eucalipto-celulose às estratégias de resistência da agricultura familiar camponesa no Bolsão Sul-Mato-Grossense. In: XXVI Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, 2024, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA. 2024. p.2308 – 2323.

ALMEIDA, R. A. de. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; NARDOQUE, Sedeval. **Dinâmica Territorial Em Tempos De Hegemonia Do Capital Monopolista**: Subordinação E Resistências. Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2023. cap. A Agroecologia Da Classe Camponesa, p.195-223. ISBN 978-65-86943-85-6.

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, Distinção E Territorialização: O Processo De (Re)Criação Camponesa No Mato Grosso Do Sul**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2003.

ALMEIDA, R. A. de; F., J. E. Monocultura. In: CARDOSO, Alan Dutra; MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina; PESSÔA, Reynaldo (org.). **Novo dicionário da terra**. São Paulo: Proprietas, 2023. p. 455-457.

ALMEIDA, R. A. de; KUDLAVICZ, M. A Pontencialidade Da Pequena Unidade De Produção Em Mato Grosso Do Sul: Os Censos Agropecuários 1995/96 E 2006 Em Debate. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; FAISTING, André Luiz (org.). **Direitos Humanos, Diversidade E Movimentos Sociais**: um diálogo necessário. Dourados: UFGD, 2011. p. 45-66.

ALMEIDA, R. A. de; NARDOQUE, S. **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências**. Campo Grande: Editora UFMS, 2023. 452 p. ISBN 978-65-86943-85-6. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra -Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019.

ALMEIDA, R. A. de. **Recriação Camponesa No Bolsão/Ms Em Tempos De Impérios De Papel**: Ambiguidade E Resistência. Curitiba: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3 ed. Tradução: Rosa L. Peralta; Eli Lino de Jesus; Patrícia Vaz. São Paulo: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M. Á. **Agroecologia**: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. Tradução e adaptação de Francisco Roberto Caporal. In: MOURA, E. G.; AGUIAR, A. C. F. (org.). O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: princípios e tecnologias. São Luís: UEMA, 2006. p. 83–99.

ALTIERI, M. A. et al. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

ATAÍDES, M. A. M.; SILVA, W. R. da. Da preservação e da destruição do cerrado: paradigmas em questão. **Sociobiodiversidade**, v. 8, n. 1, p. 1-15, abr. 2018. ISSN 2237-2075

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 2 Ago., p. 123–151, 2006. DOI: [10.14393/RCT1211787](https://doi.org/10.14393/RCT1211787). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em: 13 ago. 2024

BARATELLI, A. E. S. **TERRA, ESTADO E CAPITAL**: a centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no município de três lagoas/ms. 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Geografia, UFMS Três Lagoas, 2022.

BARATELLI, A. E. S; MILANI, P. H. A Especulação Imobiliária Versus O Acesso A Habitação: Temos Que Fazer A Luta Pela Terra, A Luta Pela Moradia. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 15, n. 30, p. 72-96, 2019.

BARBOSA, M. S. Eurocentrismo, História e História da África. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, [S.I], v. 1, n. 1, p. 46-63, jun. 2008.

BAYLINA, M. **Metodologia cualitativa y estudios de geografia y género**. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia, 1996.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. A Economia-Mundo e as Regiões Brasileiras. In: BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil, uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. p. 89-122.

BEM, A.; ALMEIDA, R. A. de. A reprodução camponesa na contramão da formalidade do capital. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 6, n. 11 Fev., p. 113–130, 2011.

DOI: [10.14393/RCT61112111](https://doi.org/10.14393/RCT61112111). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12111>. Acesso em: 3 mai. 2025.

BERSANI, A. R. dos S. **Territorialização Do Setor De Celulose E A Pedagogia Política Da Dominação Burguesa: A Atuação Da Fibria/Suzano Em Mato Grosso Do Sul**. 2022. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BOAS, L. G. V. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL. **Revista Eletrônica Geoaraguaia.**, Barra do Garças-Mt., v. 8, n. 1, p. 32-54, jun. 2018.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. 2012.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. 296 p. ISBN 978-85-7506-310-1

BORGES, M. C. As fontes orais e a terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 1, p. 38-53, 1 nov. 2005.

BORZONE, C. V. **Mulheres Camponesas No Território Rural Do Bolsão/Ms: Protagonismo, Resistências E Contradições**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação: censo agropecuário 2006**. Brasília, DF: MDA; IBGE, 2006.

BRASIL. Resolução Nº 4.336 de 11 de abril de 2013. **Diário Oficial da União**, n. 8.411, p. 1, 2013. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-4336-2013-mato-grosso-do-sul-da-ao-municipio-de-tres-lagoas-o-cognome-de-capital-mundial-da-celulose>>. Acesso em: 04/12/2023.

BRASIL. Resolução Nº 4.336 de 11 de abril de 2013. **Diário Oficial da União**, n. 8.411, p. 1, 2013. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-4336-2013-mato-grosso-do-sul-da-ao-municipio-de-tres-lagoas-o-cognome-de-capital-mundial-da-celulose>. Acesso em: 04/12/2023.

CAMACHO, R. S. (2010). A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário-exportador e suas implicações socioambientais. **Agrária** (São Paulo. Online). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45578>. Acesso em 25 jun. 2023.

CAMACHO, R. S. A Histórica Concentração Fundiária Do Brasil: Estudo De Caso Do Município De Paulicéia/Sp. **Geografia em Questão**, [S.I.], v. 4, n. 1, p. 43-60, jan. 2011.

Campanha Nacional De Prevenção E Combate Ao Trabalho Escravo; Comissão Pastoral Da Terra (CPT). **De olho aberto para não virar escravo: subsídios**. [S.l.]: [s.n.], 2024. Apostila.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 2009.

CARLOS, A. F. A. Crise e superação no âmbito da geografia crítica: construindo a metageografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 30, 2011. p. 14-28.

CAVALCANTE, M. FERNANDES, B. M. Territorialização Do Agronegócio E Concentração Fundiária. **Revista Nera**, [S. l.], n. 13, p. 16–25, 2012. DOI: [10.47946/rnera.v0i13.1387](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i13.1387). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1387>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT Nacional, 2024. 214 p. ISSN 1676-661X.

CISNE, M.; IANAEL, F. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Katályses**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 191-201, ago. 2022

CORONEL, D. A.; MACHADO, J. A. D.; CARVALHO, F. M. A. de. Análise da competitividade das exportações do complexo soja brasileiro de 1995 a 2006: uma abordagem de market-share. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 281-307, maio/ago. 2009.

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUBOS- RAOUL, M.; ALMEIDA, R. A. de. A chegada do eucalipto no município de Três Lagoas (MS) na percepção dos moradores das comunidades rurais de Arapuá e Garcias: entre a sujeição e a resistência territorial. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 44-71, set.-dez. 2022. DOI: [10.47946/rnera.v25i64.8625](https://doi.org/10.47946/rnera.v25i64.8625). Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v25i64.8625>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Dubos-Raoul, M. ALMEIDA, R. A. de. A chegada do eucalipto no município de Três Lagoas (MS) na percepção dos moradores das comunidades rurais de Arapuá e Garcias: entre a sujeição e a resistência territorial. **REVISTA NERA**, [S. l.], v. 25, n. 64, 2022. DOI: [10.47946/rnera.v25i64.8625](https://doi.org/10.47946/rnera.v25i64.8625). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8625>. Acesso em: 12 jul. 2024.

EAGLETON, T. **Ideologia**. Uma introdução/ Terry Eagleton; tradução Silvana Vieira, Luis Carlos Borges - São Paulo; Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ELDORADO BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.eldoradobrasil.com.br/pb/sustentabilidade/relatorio-anual-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 01 jan. 2025

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FABRINI, J. E. A agroecologia e a teoria do valor-trabalho. **Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 19, n. 2, p. 57–83, 2018.

FABRINI, J. E. A Existência (E Resistência) Camponesa No Sul De Mato Grosso Do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, n. 29, p. 147-173, 31 maio 2019.

FABRINI, J. E. A Resistência Camponesa Para Além Dos Movimentos Sociais. **Revista Nera**, [S. l.], n. 11, p. 8–32, 2012. DOI: [10.47946/rnera.v0i11.1406](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i11.1406). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1406>. Acesso em: 3 ago. 2024.

FABRINI, J. E. Contradições camponesas no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 13, n. 30 Ago., 2019. DOI: [10.14393/RCT133001](https://doi.org/10.14393/RCT133001). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/42920>. Acesso em: 27 jan. 2025

FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 9, n. 1, p. 35–62, jun. 2008. DOI: [10.33026/peg.v9i1.1643](https://doi.org/10.33026/peg.v9i1.1643). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Reimpressão.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra**. Trabalho apresentado no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Washington-DC, set. 2001.

FERNANDES, B. M. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 1-54

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005

FERREIRA, J. E. B. **Questão Agrária, Soberania E Segurança Alimentar E Resistência Camponesa Por Meio Da Agroecologia No Leste De Mato Grosso Do Sul**. 2022. 220 f. Dissertação (Mestrados) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas (Ms), 2022.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014

FONSECA, S. R. da. **Monocultivo De Eucalipto, Relações De Trabalho E Os Caminhos Da Resistência Camponesa No Assentamento São Joaquim (Ms)**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter Michael. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju**, v. 2, n. 1, p. 14-37, 2016.

GONÇALVES, J. S. A Questão Agrária Nos Clássicos Revisitada: As Idéias, Seu Tempo E Seu Lugar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, n. 8, p. 1-12, 1 ago. 1993.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 4. 1980, Rio de Janeiro. **Ciências Sociais Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 223–244

GRYNSZPAN, M. Campesinato. In: CARDOSO, Alan Dutra *et al* (org.). **Novo dicionário da terra**. Proprietas, 2023. p. 111 - 112.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 28 ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 43-73.

JALIL, L. M. **As Flores E Os Frutos Da Luta O Significado Da Organização E Da Participação Política Para As Mulheres Trabalhadoras Rurais**. 2013. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

James C. Scott. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

KUDLAVICZ, M. Os Impactos Do Monocultivo De Eucalipto Na Microrregião De Três Lagoas/Ms. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas** , v. 1, n. 14, p. 81-103, 1 nov. 2011.

KUDLAVICZ, M. Sementes crioulas e feiras como estratégias de resistência e autonomia camponesa. In: II CONGRESSO ONLINE INTERNACIONAL DE SEMENTES CRIOULAS E AGROBIODIVERSIDADE, 2021, Dourados/Ms. **Anais [...]**. Dourados/Ms, 2021. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6976>. Acesso em: 10 jul. 2023.

KUDLAVICZ, M. Teimosia Camponesa No Território Rural Do Bolsão. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas** , 2017, n. 26, p. 200-215, 11.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude Rural No Brasil: Entre Ficar E Partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220. 2013.

LAMOSO, L. P. Pecuária, espaço e recursos no Mato Grosso do Sul – Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 15, n. 37, p. 249-268, ago. 2020.

LEFF, E. **A Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, A. Zuniga. Análise Da Concentração Fundiária No Brasil: Desafios E Limites Do Uso Do Índice De Gini. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 43, p. 10–28, 2018.
DOI: [10.47946/rnera.v0i43.5559](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i43.5559). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5559>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LEITE, S. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **REVISTA NERA** – ANO 8, N. 9 – Julho/Dezembro De 2006 – ISSN: 1806-6755.

LEMES, M. S. **Territorialização Do Capital E As Contradições Da Educação Do Campo Na Microrregião De Três Lagoas (Ms)**. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

LIMA, R. A. et al. Impactos Da Monocultura De Eucalipto Sobre A Estrutura Agrária Nas Regiões Norte E Central Do Espírito Santo. **REVISTA NERA**, n. 34, p. 12–36, 2017.
DOI: [10.47946/rnera.v0i34.4977](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i34.4977). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4977>. Acesso em: 26 mai. 2025.

LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MACEDO, F. R. de. **Dinâmicas Agroecológicas De Recriação Da Vida Camponesa No Assentamento 20 De Março, Em Três Lagoas/Ms**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMS, Três Lagoas (MS), 2021.

MARQUES, M. I. M. A Atualidade Do Uso Do Conceito De Camponês. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 12, p. 57–67, 2012. DOI: [10.47946/rnera.v0i12.1399](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1399). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 24-78.

MARTIN, A. M.. **Entre memórias e experiências: os (des) caminhos da reforma agrária e a luta pela terra em Mato Grosso do Sul**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes. 1981.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATTOS, H. M. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o antigo regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Antigo regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos xvi-xviii)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MEDEIROS, G. N. de. **Os Conflitos Por Terra E Território Em Mato Grosso Do Sul No Período De 2014-2020**. 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2021.

Melo, D. S. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000-2012)**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2015.

MELO, D. S.; SILVA, M. de O. A QUESTÃO AGRÁRIA NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS: algumas aproximações. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 14, n. 01, p. 140-164, 19 mar. 2020. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIIMONTES). <http://dx.doi.org/10.22238/rc24482692v14n12016p140a164>.

MENDES, I. L.; OLIVEIRA, A. U. de. O assentamento Aurora: um caso de resistência camponesa à territorialização do monopólio. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2023, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: AGB, 2023. p. 1–18.

MENDONÇA, N. D. **A (Des)Construção Das (Des)Ordens: poder e violência em três lagoas-mt (1915-1945).** Campo Grande: Editora UFMS, 2021.

MERCADANTE, P. T. ALMEIDA, R. A. de. Reforma Agrária E Transição Agroecológica: Experiências De Sustentabilidade No Assentamento 20 De Março Em Três Lagoas/Ms. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 49, p. 111–139, 2019. DOI: [10.47946/rnera.v0i49.5904](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i49.5904). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5904>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MILANI, P. H. Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 03-23, 2024. ISSN 2177-2886.

MILANI, P. H. Gênero e violência na análise espacial. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, e024002, 2024. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2024.9506>

MILANI, P. H. Geografia E Gênero: Uma Desobediência No Campo Geográfico?. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 32–65, 2025. DOI: [10.62516/terra_livre.2024.3666](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3666). Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3666>. Acesso em: 21 Jun. 2025.

MILANI, P. H. **Metodologia qualitativa na ciência geográfica: apontamentos para um debate.** Três Lagoas: UFMS, 2019.

MITIDIEIRO JUNIOR, M. A; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo.** São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung; Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. *et al.* Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **Revista Pegada**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 7-77, set. 2017.

MORAIS, Leila Cristina dos Santos; OLIVEIRA, Lucimone Maria de; SANTOS, Valeria Pereira (org.). **Cerrado.** São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2024. (Coleção Corredores Bioculturais do Brasil).

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS (WRM). **12 respostas a 12 mentiras sobre as plantações industriais de árvores.** Montevideu, Uruguai: WRM, 2022. 53 p.

NARDOQUE, S.; ALMEIDA, R. A. de. Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 85, p. 1-8, jan. 2015.

NARDOQUE, S.; KUDLAVICZ, M. Reforma Agrária E Desconcentração Fundiária Em Mato Grosso Do Sul: Proposta De Ensaio Metodológico. **Geografia em Questão**, v. 12, n. 02, p. 110-123, jan. 2019.

NARVAZ, M. G. **Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, A. M. de. **A recriação camponesa em assentamentos rurais**. Forteleza: Imprensa Universitária UFC, 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Mundialização Da Agricultura Brasileira**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10 Ago., p. 5–64, 2010. DOI: [10.14393/RCT51012048](https://doi.org/10.14393/RCT51012048). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048>. Acesso em: 21 set. 2024.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie E Modernidade : As Transformações No Campo E O Agronegócio No Brasil. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. 113–156, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2003.473. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/473>. Acesso em: 4 ago. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVERI, M. P. et al. Agroecologia e Educação: O Resgate das Sementes Crioulas no Território do Latifúndio Sul-Matogrossense. **RealizAção**, UFGD – Dourados, v. 10, n. 20, p. 161-182, 2023.

OLIVERI, M. P. **O espaço generificado: um olhar interseccional na vivência socioespacial de mulheres trabalhadoras**. 2022. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022.

OSORIO, J. O Estado no centro da mundialização (Cap. VI). In: OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Expressão Popular: São Paulo, 2019. p. 179-203.

OVERBEEK, W. **O que há de errado com plantar árvores? Novos incentivos para expandir as plantações industriais de árvores no Sul Global**. Montevideu, Uruguai: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2020.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **As Margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos**.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, p. 100–121, jul./dez. 2019. Dossiê: Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades. ISSN 2176-5774.

PAULINO, E. T. Capitalismo Rentista E Luta Pela Terra: A Fragilidade Do Parâmetro De Renda Monetária No Estudo Dos Assentamentos Rurais. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 8, p. 52–73, 2012. DOI: [10.47946/rnera.v0i8.1446](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1446). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1446>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. de. A Eficiência Da Produção Camponesa No Brasil. São Paulo: **Revista Terra Livre**, v. 35, 2010.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica Geográfica Da Mobilidade Do Capital Na Produção De Celulose E Papel Em Três Lagoas (Ms). **Revista da Anpege**, [S.I.], v. 9, n. 12, p. 55-69, 2013.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade**. In: QUINTAS, José Silva (org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 3. ed. Brasília: Ibama, 2006. p. 49–76. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental)

PORTO GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: LA GUERRA INFINITA: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2002.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. [S.I.]: Editora Brasiliense, 1961.

QUINTANA, A. C.; HACON, V. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 427–444, jan./dez. 2011.

RABELLO, D.; OLIVEIRA, L. B. de. FELICIANO, C. A. Permanecer Ou Sair Do Campo? Um Dilema Da Juventude Camponesa. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2014. DOI: [10.33026/peg.v15i1.3032](https://doi.org/10.33026/peg.v15i1.3032). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032>. Acesso em: 23 mai. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

REIS, J. C. **O Brasil Colonial**. São Paulo: Editora XYZ, 2010.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

RODRIGUES, G. S. de S. C. et al. **EUCALIPTO NO BRASIL**: expansão geográfica e impactos ambientais. Uberlândia: Composer, 2021.

SANTOS, C.; IZUMINO, W. **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. São Paulo: E.I.A.L, v. 16, n. 1. 2005. p. 147-164.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. **Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. v. si. ISBN 85-314-0713-3.

SANTOS, M. As noções de totalidade, de formação social e a renovação da Geografia. In: SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2012. p. 235-247.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. ISBN 85-314-0833-4

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. As diferenciações no território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 259-276.

SANTOS, T. A. Marxismo e campesinato : abordagens teóricas sobre a "classe incômoda". **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 24 Ago., 2016.
DOI: [10.14393/RCT112403](https://doi.org/10.14393/RCT112403). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/32958>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, T. A.. Apontamentos sobre luta de classes e a condição periférica do Brasil na “pós-modernidade”. In: **Realidade urbana brasileira**: problemas, desafios e possibilidades para a efetivação do Direito à Cidade / Organizadoras: Daniela Abritta Cota... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Raíces, Campina Grande**, v. 21, n. 01, p. 10–31, jan./jun. 2002.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, [S.I], v. 17, n. 1, p. 255-280, nov. 2004.

SILVA, C. A. da. Andreilino Campos - Do quilombo à favela, do espaço periférico segregado à teoria do sujeito e da análise do lugar do negro na segregação socialmente induzida. **Revista da Abpn**, [S.I], v. 12, n. 34, p. 13-31, nov. 2020.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**. Florianópolis, v. 22, n. 44. 2007. p 117-134.

SILVA, J. M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades**: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. IN: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, M. de O. **A (Re)Criação Do Campesinato Em Cáceres/Mt E No Contexto De Expansão Territorial Do Agronegócio Em Três Lagoas E Selvíria Em Mato Grosso Do Sul**. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMS, Três Lagoas (MS), 2014.

SILVA, M. de O. **A Transição Agroecológica Como Possibilidade De Recriação Camponesa Nos Assentamentos 20 De Março (Ms) E Eli Vive (Pr)**. 2020. 446 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

SILVA, M. de O.; ALMEIDA, R. A. de. Os contornos da resistência: agricultura camponesa familiar no limite da expansão do monocultivo de eucalipto no território rural do Bolsão/MS. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 12, n. 26 Abr., 2018.
DOI: [10.14393/RCT122608](https://doi.org/10.14393/RCT122608). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/33052>. Acesso em: 14 de jan. 2025.

SILVA, M. de O.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Território Rural Do Bolsão/Ms: A Mobilidade Do Complexo Eucalipto/Celulose E Seus Impactos Em Comunidades Camponesas. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 1, p. 77-94, jan. 2017.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

STEDILE, João Pedro. **Introdução**. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. [17-34]. Estudos Avançados, [S.I], v. 11, n. 31, p. 69-97, jan. 2012.

STÉDILE, João Pedro. **O MST e a questão agrária**: entrevista concedida a Alfredo Bosi, Marco Antônio Coelho e Dario Luis Borelli. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 243–252, 1997.

SUZANO S.A. **Relatório de Sustentabilidade 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>. Acesso em: 01 jan. 2025.

TEIXEIRA, G. **Impactos Ambientais Do Eucalipto**: Um Estudo Comparativo Entre Brasil E Portugal. 2023. 211 p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, UFU, 2023.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual Da Anpocs, 20., 1996, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 1996.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura E Transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 79-100, dez. 2009.